



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 218, QUINTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2023

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)**

2º Vice-Presidente

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

1º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

2º Secretário

**Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)**

3º Secretário

**Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen





ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### **1 – ATA DA 191ª SESSÃO, DE PREMIAÇÕES E CONDECORAÇÕES, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023**

1.1 – ABERTURA ..... 15

#### **1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO**

Destinada à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 3/2023. .... 15

**1.2.1 – Execução do Hino Nacional pela Banda da Aeronáutica do Brasil, regida pelo Maestro Suboficial André Luiz de Assunção Moura. .... 15**

**1.2.2 – Discurso da Presidente (Senadora Eliziane Gama) ..... 15**

#### **1.2.3 – Oradores**

Senador Zequinha Marinho ..... 17

**1.2.4 – Exibição de vídeo institucional ..... 18**

**1.2.5 – Outorga da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Pastor José Guimarães Coutinho. .... 19**

#### **1.2.6 – Oradores (continuação)**

Sr. José Guimarães Coutinho, Presidente da Assembleia de Deus em São Luís-MA ..... 19

**1.2.7 – Outorga da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Pastor Ronaldo Fonseca, Presidente do Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, representando o Pastor José Wellington Bezerra da Costa. .... 19**

#### **1.2.8 – Oradores (continuação)**

Sr. Ronaldo Fonseca, Presidente do Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil ..... 19



<b>1.2.9 – Outorga da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. André Câmara, historiador da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, representando os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, in memoriam.</b>	<b>21</b>
<b>1.2.10 – Oradores (continuação)</b>	
Sr. André Câmara, historiador da Igreja Evangélica Assembleia de Deus	21
<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>	<b>22</b>
<b>2 – ATA DA 192ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	
<b>2.1 – ABERTURA</b>	<b>24</b>
<b>2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE</b>	
<b>2.2.1 – Oradores</b>	
Senador Paulo Paim – Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Alberto Silva dos Santos, ex-Deputado Federal do Estado da Bahia e líder do movimento negro brasileiro. Registro de correspondência encaminhada ao Presidente Lula em que solicita a retirada da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) do Programa Nacional de Desestatização. Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 561/2015-Complementar, que estabelece novo índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos Estados e Municípios. Balanço sobre os trabalhos da CDH em 2023.	24
Senador Cleitinho – Defesa do Projeto de Lei nº 3527/2023, de autoria de S. Exa., que dispõe sobre a publicidade de gastos efetuados com cartões corporativos governamentais.	27
Senador Eduardo Girão – Anúncio de voto contrário à indicação do Sr. Flávio Dino para ocupar o cargo de Ministro do STF. Críticas ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por supostas declarações gravosas acerca da dívida pública do Estado de Minas Gerais e do Governador Romeu Zema e elogios à gestão do Governador mineiro.	32
Senador Chico Rodrigues – Manifestação favorável à rejeição, pelo Congresso Nacional, do veto apostado ao Projeto de Lei nº 2903/2023, que dispõe sobre o marco temporal de terras indígenas. Destaque para a importância do agronegócio para o progresso do Estado de Roraima.	35
Senador Flávio Arns – Exposição sobre as atividades legislativas desempenhadas pela Comissão de Educação em 2023.	37
Senador Astronauta Marcos Pontes – Comentários sobre a atuação parlamentar de S. Exa. durante o ano de 2023.	41
<b>2.2.2 – Suspensão da sessão às 15 horas e 50 minutos e reabertura às 20 horas e 17 minutos</b>	<b>46</b>
<b>2.3 – ORDEM DO DIA</b>	
<b>2.3.1 – Item extrapauta</b>	
Ofício “S” nº 19/2023 (nº 10/2023-CTFC, na origem), do Senador Omar Aziz, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri. <b>Aprovado</b> (votação nominal).	47
<b>2.3.2 – Item extrapauta</b>	
Mensagem nº 85/2023 (nº 563/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO para exercer o	



cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima. **Aprovada** (votação nominal). ..... 49

### 2.3.3 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 18/2023 (nº 185/2023, na origem), da Câmara dos Deputados, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDVALDO NILO DE ALMEIDA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados. **Aprovado** (votação nominal). ..... 50

### 2.3.4 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 20/2023 (nº 1101/2023, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. CÍNTIA MENEZES BRUNETTA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no biênio 2023/2025. **Aprovado** (votação nominal). ..... 52

### 2.3.5 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 17/2023 (nº 184/2023, na origem), da Câmara dos Deputados, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. DAIANE NOGUEIRA DE LIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Aprovado** (votação nominal). ..... 53

### 2.3.6 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 21/2023 (nº 1108/2023, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025. **Aprovado** (votação nominal). ..... 54

### 2.3.7 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 22/2023 (nº 1108/2023, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. DANIELA PEREIRA MADEIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025. **Aprovado** (votação nominal). ..... 56

### 2.3.8 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 24/2023 (nº 233951/2023, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025, em vaga destinada a Juiz estadual. **Aprovado** (votação nominal). ..... 57

### 2.3.9 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 25/2023 (nº 731/2023, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Guilherme Augusto Caputo Bastos para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. **Aprovado** (votação nominal). ..... 58

### 2.3.10 – Item extrapauta

Ofício “S” nº 23/2023 (nº 2339517, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO para compor o Conselho



Nacional de Justiça - CNJ, no biênio 2023/2025. <b>Aprovado</b> (votação nominal). . . . .	59
<b>2.3.11 – Item extrapauta</b>	
Ofício “S” nº 26/2023 (nº 731/2023, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do Tribunal Regional do Trabalho. <b>Aprovado</b> (votação nominal). . . . .	61
<b>2.3.12 – Item extrapauta</b>	
Ofício “S” nº 27/2023 (nº 731/2023, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao juiz do trabalho. <b>Aprovado</b> (votação nominal). . . . .	62
<b>2.3.13 – Item extrapauta</b>	
Mensagem nº 88/2023 (nº 627/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber. <b>Aprovada</b> (votação nominal). . . . .	63
<b>2.3.14 – Item extrapauta</b>	
Mensagem nº 87/2023 (nº 617/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira. <b>Aprovada</b> (votação nominal). . . . .	65
<b>2.3.15 – Item extrapauta</b>	
Mensagem nº 89/2023 (nº 628/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras. <b>Aprovada</b> (votação nominal). . . . .	67
<b>2.3.16 – Convocação de Sessão</b>	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 14 de dezembro, às 10 horas. . . . .	70
2.4 – ENCERRAMENTO . . . . .	70
2.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO . . . . .	71

## PARTE II

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 192ª SESSÃO

#### 3.1 – EXPEDIENTE



**3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação**

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno .. 74

**3.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA****3.2.1 – Ofício “S” nº 19/2023**

Lista de votação ..... 80

**3.2.2 – Mensagem nº 85/2023**

Lista de votação ..... 83

**3.2.3 – Ofício “S” nº 18/2023**

Lista de votação ..... 86

**3.2.4 – Ofício “S” nº 20/2023**

Lista de votação ..... 89

**3.2.5 – Ofício “S” nº 17/2023**

Lista de votação ..... 92

**3.2.6 – Ofício “S” nº 21/2023**

Lista de votação ..... 95

**3.2.7 – Ofício “S” nº 22/2023**

Lista de votação ..... 98

**3.2.8 – Ofício “S” nº 24/2023**

Lista de votação ..... 101

**3.2.9 – Ofício “S” nº 25/2023**

Lista de votação ..... 105

**3.2.10 – Ofício “S” nº 23/2023**

Lista de votação ..... 109

**3.2.11 – Ofício “S” nº 26/2023**

Lista de votação ..... 112

**3.2.12 – Ofício “S” nº 27/2023**

Lista de votação .....	115
<b>3.2.13 – Mensagem nº 88/2023</b>	
Requerimento nº 83/2023-CCJ .....	119
Lista de votação .....	121
<b>3.2.14 – Mensagem nº 87/2023</b>	
Lista de votação .....	125
<b>3.2.15 – Mensagem nº 89/2023</b>	
Requerimento nº 84/2023-CCJ .....	129
Lista de votação .....	131
<b>4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS</b>	
<b>4.1 – EXPEDIENTE</b>	
<b>4.1.1 – Abertura de Prazos</b>	
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Esporte, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 67/2015 ( <b>Ofício nº 150/2023-CEsp</b> ). .....	135
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 6/2017. ....	137
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei nºs 4146, 4149 e 4150/2023 sejam apreciados pelo Plenário ( <b>Ofícios nºs 151 a 153/2023-CEsp</b> ). ....	138
<b>4.1.2 – Arquivamento</b>	
Arquivamento da Mensagem nº 102/2018. ....	143
<b>4.1.3 – Comunicações</b>	
Do Senador Carlos Fávaro, de manutenção do endereço do escritório de apoio de S. Exa. ( <b>Ofício nº 46/2023</b> ). ....	145
Do Senador Oriovisto Guimarães, que comunica a ausência de S. Exa. do País, no período de 18 de dezembro de 2023 a 3 de janeiro de 2024 ( <b>Ofício nº 50/2023</b> ). ....	146
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ( <b>Ofício nº 131/2023</b> ). ....	147
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infraestrutura ( <b>Ofício nº 132/2023</b> ). ....	148





Do Senador Wellington Dias, de reassunção do mandato de Senador da República e retomada do efetivo exercício em 13 de dezembro de 2023 (**Ofício s/nº/2023**). ..... 149

Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, referente à sua instalação, eleição do Senador Omar Aziz como Presidente e do Senador Jorge Kajuru como Vice-Presidente (**Ofício nº 1/2023**). ..... 151

#### 4.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 6256/2019, que *institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos*. ..... 153

Projeto de Lei nº 54/2021, que *institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020*. ..... 160

Projeto de Lei nº 2117/2021, que *altera a alínea a, do inciso II, do caput do art. 9º, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação*. ..... 174

Projeto de Lei nº 4186/2021, que *altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes*. ..... 179

Projeto de Lei nº 1213/2022, que *altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal; e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para permitir a utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Risco como elemento de verificação da existência de risco à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar*. ..... 183

Projeto de Lei nº 1741/2022, que *dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo*. .... 188

Projeto de Lei nº 419/2023, que *modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade*. ..... 195

Projeto de Lei nº 883/2023, que *altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação*. ..... 200

Projeto de Lei nº 2144/2023, que *altera os arts. 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218 e 218-C do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas dos crimes neles previstos*. ..... 204

Projeto de Lei nº 2880/2023, que *altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas*. ..... 209



Projeto de Lei nº 3964/2023, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas previstas para os crimes de estupro e de importunação sexual cometidos durante transporte remunerado individual de passageiros. ....	213
Projeto de Lei nº 5253/2023, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino. ....	218
Projeto de Lei nº 5427/2023, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar. ....	222
Projeto de Lei nº 5781/2023, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). ....	226
Projeto de Lei nº 6007/2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 200/2015) (nº 7082/2017, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos no Brasil ....	231
Projeto de Lei nº 6008/2023 (nº 9905/2018, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima. ....	279
<b>4.1.5 – Ofícios da Câmara dos Deputados</b>	
Nº 604/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 2.491, de 2019, sancionado. ....	285
Nº 605/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 614, de 2022, sancionado. ....	286
Nº 641/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 3.598, de 2019, sancionado. ....	287
Nº 642/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015, sancionado. ....	288
Nº 643/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2018, sancionado. ....	289
Nº 644/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 4.550, de 2021, sancionado. ....	290
Nº 645/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 81, de 2022, sancionado. ....	291
Nº 646/2023, na origem , que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 5.226, de 2019, sancionado. ....	292



Nº 651/2023, na origem , que <i>comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2015, sancionado.</i> .....	293
Nº 652/2023, na origem , que <i>comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2014, sancionado.</i> .....	294
Nº 654/2023, na origem , que <i>comunica restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 2.930, de 2022, sancionado.</i> .....	295
<b>4.1.6 – Pareceres aprovados em Comissão</b>	
Nº 117/2023-CCJ, sobre a Mensagem (SF) nº 88/2023 .....	298
Nº 118/2023-CCJ, sobre a Mensagem (SF) nº 89/2023 .....	307
Nº 1/2023-CTFC, sobre o Ofício “S” nº 19/2023 .....	316
Nº 120/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 3242/2020 .....	323
Nº 121/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 2552/2022 .....	329
Nº 122/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 4558/2019 .....	337
Nº 123/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 3618/2023 .....	344
Nº 124/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1958/2021 .....	353
Nº 125/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 2650/2022 .....	369
Nº 126/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 2147/2022 .....	378
Nº 127/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 2043/2022 .....	384
Nº 128/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 996/2023 .....	391
Nº 129/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1246/2021 .....	397
Nº 33/2023-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 836/2021 .....	409
Nº 34/2023-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 1282/2019 .....	430
<i>Conclusão da instrução do Projeto de Lei nº 1282/2019.</i> .....	439
Nº 82/2023-CCDD, sobre o Projeto de Lei nº 300/2022 .....	440
Nº 83/2023-CCDD, sobre o Projeto de Lei nº 1049/2022 .....	448
Nº 84/2023-CCDD, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 106/2019 .....	455



Nº 85/2023-CCDD, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459/2021 ..... 462

Nº 86/2023-CCDD, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2022 ..... 469

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 106/2019; 459/2021; e 210/2022 sejam apreciados pelo Plenário (Ofício nº 26/2023-CCDD).* ..... 476

#### 4.1.7 – Projetos de Lei

Nº 5993/2023, da Senadora Ana Paula Lobato, que acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho. .... 479

Nº 5994/2023, da Senadora Ana Paula Lobato, que acrescenta inciso VI ao art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para alterar o início do prazo prescricional nos crimes de assédio sexual. .... 483

Nº 5995/2023, do Senador Jorge Kajuru, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o crime de vilipêndio a cadáver cometido mediante ato sexual ou libidinoso. .... 487

Nº 5997/2023, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para implementar medidas que impeçam o contato psicológico prejudicial do autor do fato com crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, durante o depoimento especial. .... 491

Nº 6011/2023, do Senador Zequinha Marinho, que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. .... 496

Nº 6012/2023, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes. .... 500

Nº 6016/2023, do Senador Wilder Moraes, que dá poder liberatório aos precatórios da União, nas circunstâncias que especifica. .... 506

Nº 6024/2023, do Senador Plínio Valério, que acrescenta os §§ 9º, 10 e 11 ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para destinar parte do auxílio-reclusão devido aos dependentes do segurado de baixa renda à família da vítima do ato ilícito praticado pelo segurado. .... 511

#### 4.1.8 – Requerimentos

Nº 1105/2023, da Senadora Daniella Ribeiro, requer voto de aplauso à Igreja Assembleia de Deus em Campina Grande, pela comemoração de seu primeiro centenário. .... 516



Nº 1106/2023, do Senador Jorge Seif e outros Senadores, requer voto de Repúdio ao Presidente Lula, pelas afirmações proferidas durante sua participação na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 28). .....	520
Nº 1107/2023, dos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa, requer voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Luiz Alberto dos Santos. ....	523
Nº 1108/2023, do Senador Humberto Costa, requer a retirada definitiva do Requerimento nº 892/2023. ....	527
<i>Deferimento do Requerimento nº 1108/2023. ....</i>	<i>529</i>
Nº 1109/2023, do Senador Carlos Portinho, requer a inclusão de apoio ao Recurso nº 16/2023. ....	530
Nº 1110/2023, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 54/2021, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal. ....	532
Nº 28/2023-CCDD, requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5497/2019, que “altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras”. ....	535
Nº 29/2023-CCDD, requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1049/2022, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar o rol de crimes o Crime de Extorsão Digital”. ....	537

## PARTE III

<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>539</b>
<b>6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>542</b>
<b>7 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>543</b>
<b>8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>545</b>
<b>9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>554</b>
<b>10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>557</b>
<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>595</b>



## Ata da 191ª Sessão, de Premiações e Condecorações, em 13 de dezembro de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência da Sra. Eliziane Gama.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 42 minutos e encerra-se às 11 horas e 30 minutos.)*





**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta sessão destina-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

A Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, instituída pela Resolução nº 2, de 2023, é destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas que tenham desempenhado relevantes ações religiosas e sociais, com destaque na área da filantropia.

Nesta solenidade, serão agraciados com a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren as seguintes personalidades: Pastor José Guimarães Coutinho; Pastor José Wellington Bezerra da Costa; Missionário Daniel Berg, *in memoriam*; e Missionário Gunnar Vingren, *in memoriam*.

Compõe a mesa desta sessão o Senador Zequinha Marinho, Relator do Projeto de Resolução nº 2, de 2023, que instituiu a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Também chamamos para compor... Perdão.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será executado pela Banda da Aeronáutica do Brasil, regida pelo Maestro Suboficial André Luiz de Assunção Moura.

Antes de ouvir essa apresentação, gostaria de fazer um registro apenas de que nós estamos com algumas obstruções no entorno do Palácio do Planalto, mas, para que não atrasássemos mais ainda o início dos nossos trabalhos, vamos iniciar e, na sequência, receber os demais convidados.

Então, em posição de respeito, ouviremos agora o Hino Nacional.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discursar - Presidente.) – Também gostaríamos de convidar, para compor a mesa conosco, o Pastor José Guimarães Coutinho, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em São Luís, Maranhão – só lembrando que o Pastor José Guimarães Coutinho é um dos nossos homenageados.

E convidamos, para compor a mesa, o Pastor Ronaldo Fonseca, Presidente do Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), neste ato representando o homenageado Pastor José Wellington Bezerra da Costa.

Também convidamos, para compor a mesa, o Sr. André Câmara, Historiador, neste ato representando os Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, que recebem homenagem *in memoriam*.

Mais uma vez, os meus cumprimentos a todos aqui presentes, pastores e pastoras, missionários.

Quero cumprimentar, de forma muito especial, o Pastor Leroy Albrile, que é do Rio de Janeiro e está aqui participando, representante da Ceader, a Convenção Evangélica das Assembleias de Deus no Rio de Janeiro. Daqui a pouquinho, eu passo a registrar os demais representantes aqui presentes.

Eu queria também fazer um registro no dia de hoje. Nós estamos acompanhando várias outras reuniões simultâneas no Congresso Nacional, dentre elas uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça, que está em uma longa e concorrida sabatina, e também está acontecendo aqui, no âmbito da Esplanada dos Ministérios, uma reunião com representantes do G20. Em função disso, a segurança em torno do Congresso Nacional foi reforçada e há alguns processos de obstrução exatamente em nome da segurança. E, em função disso, está havendo uma demora no acesso a pessoas que estão vindo para o Congresso Nacional.

Eu quero, então, aqui seguir com uma fala inicial.

Quero saudar, de forma preliminar, a todos os presentes aqui com um bom-dia e também com a nossa saudação cristã, que é a paz do Senhor!

Hoje nós iremos condecorar, sobretudo, historiadores da fé, a fé que move montanhas e também



move pessoas. O livro de Hebreus diz que “a fé é a certeza das coisas que se esperam e a convicção das coisas que não se veem”.

A sessão de condecorações que agora temos a honra de iniciar retoma a missão de dois grandes missionários e servos de Deus, os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. Conforme registros históricos, Daniel Berg e Gunnar Vingren atenderam a um chamado de Deus para partirem dos Estados Unidos e iniciarem o ministério da Igreja Assembleia de Deus no Brasil.

Sem nenhum recurso e dotados apenas de coragem, de resiliência e de fé, alimentando-se e abrigando-se conforme os planos de Deus, desembarcaram em Belém do Pará em 1910 para fazer história, ao levar o Evangelho de Cristo e a mensagem pentecostal ao Norte do Brasil.

E foi em Belém do Pará que tudo começou. Deus multiplicou o seu rebanho. Hoje a Assembleia de Deus está nos mais de 5 mil municípios brasileiros. São mais de 22 milhões de membros desta igreja centenária que proclama que Jesus salva, cura e também transforma vidas.

Hoje é um dia emblemático para a igreja brasileira, pois enaltecemos o trabalho missionário e de ação social que as comunidades evangélicas realizam nos seus diversos departamentos: círculo de oração, juventude, crianças, auxiliares e diáconos, homens e mulheres dedicados ao reino de Deus.

Hoje é dia de condecorar quem, nos tempos atuais, faz história por sua bravura e por sua fé pela continuidade do legado do Evangelho do Senhor: o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, Presidente da Igreja Assembleia de Deus em São Paulo e Presidente de Honra da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil; o Pastor José Guimarães Coutinho, Presidente da Igreja Assembleia de Deus em São Luís; e também os Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, que já não estão mais conosco e hoje serão aqui condecorados *in memoriam*.

Reconhecemos, nesta oportunidade, a dedicação e o serviço exemplar que os senhores vêm prestando ao povo brasileiro. Reconhecemos e valorizamos, com esta comenda, a contribuição dos senhores para o desenvolvimento ético, espiritual, social e, também, econômico de muitos brasileiros e brasileiras.

Condecoraremos ainda, *in memoriam*, os Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren pela coragem, pela fé e por obedecerem à ordem imperativa de Cristo: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho”, servindo a Deus e ao seu chamado, ganhando vidas para Jesus, promovendo justiça social, acolhendo o órfão, o pobre e a viúva, proclamando o Evangelho. Conservando a sã doutrina, combateram o bom combate, deixaram um grande e belíssimo legado. Seguem ecoando no tempo, inspirando e influenciando pessoas. Amados irmãos e amigos, os Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren cumpriram firmemente a sua missão, e Deus levantou homens e mulheres para dar prosseguimento a essa grande obra.

Eu me sinto honrada por fazer parte dessa história, como filha de pastor e membro dessa igreja, e testifico esse trabalho missionário de homens e mulheres, como meus pais, Pastor Newton Gama e Missionária Dalvina, com seus mais de 40 anos dedicados à vida ministerial; como meu cunhado e irmã, Pastor Oziel Rodrigues e também a Missionária Elda – faço aqui uma referência à comemoração dos cem anos da Igreja Assembleia de Deus na cidade de Rosário, que fez uma ampla ação, durando pelo menos dez dias e envolvendo toda a sociedade daquela cidade, representações públicas e demais representantes da sociedade civil, além de todos os membros e congregados da igreja centenária Assembleia de Deus de Rosário –; também como o Pastor Estevam Ângelo de Souza, de saudosa memória; como o Missionário Clímaco Bueno Aza; como as mulheres do Círculo de Oração – Irmã Albertina Barreto, de Pernambuco; Irmã Zaldinar, do bairro Anil; e Irmã Zizi, do bairro Ivar Saldanha –; como a Irmã Maria de Lourdes Sá Ribeiro, fundadora do Grupo Adoradores da Última Hora; e também como a nossa Missionária Nazaré Lemos Coutinho, esposa do Pastor Coutinho, que faleceu há alguns meses. Todas, com excelência, marcaram a



história da Assembleia de Deus em São Luís, criando a União Feminina (Ufadesl).

Agradeço a todos os presentes, que compartilham conosco este evento de amor e de fé.

Movidos por essa chama pentecostal, a Igreja brasileira permanece de pé, proclamando as boas novas de salvação.

A Bíblia Sagrada, em Romanos, 13, 7, afirma que devemos dar honra a quem tem honra!

Parabéns aos pastores condecorados pela vida de dedicação ao crescimento do Reino de Deus! Recebam esta homenagem como um agradecimento do povo brasileiro. Recebam esta homenagem, sabendo que, no Senhor, o nosso trabalho não é em vão – é o que diz Primeira aos Coríntios, 15, 58.

Muito obrigada a todos e a todas.

Passo agora a palavra ao senhor... (*Palmas.*)

Muito obrigada.

Passo agora a palavra ao Senador Zequinha Marinho, Relator do Projeto de Resolução nº 2, de 2023, que instituiu a Comenda Daniel Berg e Gunnar Vingren.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar.) – Senadora Eliziane Gama, que preside esta sessão; caro Pastor José Guimarães Coutinho, vizinho do Pará, nosso líder no Maranhão; Pastor Ronaldo Fonseca, que aqui representa o Pastor José Wellington Bezerra da Costa; caros pastores, líderes, amigos e irmãos, vou fazer algumas considerações muito rápidas sobre as pessoas dos nossos missionários fundadores da Assembleia de Deus no Brasil. É importante a gente valorizar, é importante lembrar...

A iniciativa da Senadora Eliziane Gama nesse projeto de criação da comenda... Acho que todo dia a gente vai se lembrar do papel, do trabalho e da importância da luta deles em prol do reino de Deus aqui, em nosso país.

Minhas considerações são simples e rápidas, mas eu gostaria muito de aqui deixar registrado e compartilhar com os senhores que a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, estabelecida agora em 2023 pelo Senado Federal, celebra a notável contribuição desses estrangeiros que escolheram o Brasil como seu lar e missão, dedicando-se com fervor e devoção às causas sociais e espirituais.

A história de Daniel Berg e Gunnar Vingren poderia confundir-se com a de muitos imigrantes que deixaram a Suécia, no início do século XX, em busca de melhores condições de vida. Ambos seguiram para os Estados Unidos, onde se conheceram nos bancos da primeira Igreja Batista sueca de Chicago. No entanto, ao contrário da maioria de seus compatriotas, os dois estavam destinados a enfrentar o mar novamente – e, dessa vez, rumo ao Brasil.

Em terras brasileiras – mais precisamente em Belém do Pará, capital do meu estado, que então vivenciava o fim do ciclo da borracha –, Daniel Berg e Gunnar Vingren deram início à missão evangelizadora que mudaria de maneira profunda o cenário religioso de nosso país. Eles fundaram, em 1911, a Missão da Fé Apostólica, mais tarde batizada ou rebatizada de Assembleia de Deus, uma das fontes do pentecostalismo no Brasil.

Esse legado de abnegação, solidariedade e dedicação às causas sociais e espirituais ainda serve de inspiração a brasileiros e brasileiras que desejam fazer o bem. Nada mais justo, portanto, do que a homenagem póstuma aos pioneiros suecos.

Além deles próprios, nesta primeira edição da Comenda são agraciados o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, Presidente da Assembleia de Deus em Belenzinho, bairro Belém, em São Paulo, aqui representado pelo querido Pastor Ronaldo Fonseca; assim como o nosso querido Pastor José Guimarães Coutinho, Presidente da Assembleia de Deus em São Luís do Maranhão.

Daniel Berg e Gunnar Vingren foram dois missionários suecos que, juntos, fundaram a Assembleia de Deus, a maior denominação evangélica do Brasil, em 1911. Eles foram pioneiros no movimento pentecostal



no país e desempenharam um papel fundamental na divulgação do Evangelho no Brasil.

Berg se converteu ao cristianismo quando ainda era jovem, na Suécia, e filho de pastor. Logo em seguida, começou a estudar Teologia na Escola de Cristianismo da Suécia.

Gunnar Vingren, após se converter, estudou Teologia na Escola de Cristianismo da Suécia, onde conheceu Daniel Berg.

Os dois missionários, juntos com suas esposas, chegaram ao Brasil em novembro de 1910 com o objetivo de divulgar o Evangelho no país. Inicialmente, eles se estabeleceram em Belém, lá no nosso Estado no Pará, onde fundaram a primeira igreja da Assembleia de Deus aqui no Brasil, em 18 de junho de 1911.

A pregação de Berg e Vingren era marcada pelo uso dos dons do Espírito Santo, como falar em línguas estranhas e realizar curas. Isso atraiu muitas pessoas, principalmente nas camadas mais pobres da população, que viam nos missionários uma esperança de mudança de vida.

O trabalho de Berg e Vingren se expandiu rapidamente por todo o Brasil, com a fundação de novas igrejas e a formação de novos pastores. Em 1918, a Assembleia de Deus já contava com 22 igrejas em todo o país. Além disso, Berg e Vingren foram responsáveis pela tradução da Bíblia para o idioma português, o que permitiu que um número ainda maior de pessoas tivesse acesso à Palavra de Deus.

Daniel Berg faleceu em 1963, aos 79 anos, e Gunnar Vingren faleceu em 1933, aos 54 anos. Ambos deixaram um legado significativo na história do cristianismo no Brasil, tendo sido pioneiros no movimento pentecostal e fundadores da maior denominação evangélica do país.

A esses nossos dois grandes homens de Deus reverência, respeito, admiração, carinho e consideração – a eles, à sua descendência, como também aos seus representantes aqui no Brasil e aqui nesta oportunidade.

Saudação a todos os homenageados neste momento.

Que Deus possa continuar abençoando o Maranhão, abençoando São Paulo – e não só São Paulo. José Wellington tem um legado por todo o Brasil, porque, durante muitos anos, exerceu a Presidência da CGADB, elegendo, para dar continuidade, seu filho que leva o mesmo nome, Wellington Junior.

Temos a expectativa de que essa história continue sendo escrita todos os dias por todos os homens e mulheres que têm se dedicado à promoção do reino de Deus!

Muito obrigado.

Parabéns a todos os nossos homenageados! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senador Zequinha.

Passaremos agora a palavra ao homenageado, o Pastor... Perdão.

Neste momento nós assistiremos a um vídeo para conhecer um pouco mais sobre a história dos Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Agora passaremos à outorga da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Com alegria, anuncio que o Pastor José Guimarães Coutinho será agraciado em reconhecimento à sua notável dedicação e ao serviço à comunidade.

José Guimarães Coutinho, líder respeitado, é Presidente da Assembleia de Deus em São Luís, com quase 30 anos de ministério pastoral. Sob sua liderança, a Igreja Assembleia de Deus em São Luís alcançou os cinco continentes com o Evangelho Pentecostal.

Neste momento, eu o convido para receber o diploma.



*(Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. José Guimarães Coutinho.) (Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Concedo a palavra ao Pastor José Guimarães Coutinho pelo tempo de cinco minutos.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES COUTINHO** (Para discursar.) – Eu quero, nesta maravilhosa oportunidade, glorificar a Deus, o nosso Pai, e a Jesus, o nosso Salvador, e agradecer sinceramente à irmã em Cristo, a Senadora Eliziane Gama, como também ao Sr. Senador Zequinha Marinho pela graça de eu ter alcançado, nesta manhã solene, a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Eu quero, neste momento, fazer menção à minha família, a família Coutinho.

Quero fazer menção à Igreja Assembleia de Deus em São Luís do Maranhão, como também ao seu colegiado de obreiros, à sua plêiade de auxiliares, que têm contribuído para a expansão do reino de Deus em São Luís, no Maranhão, no Brasil e no resto do mundo para a glória de Deus e de Jesus Cristo, que perdoou os nossos pecados, que libertou soberana e misericordiosamente as nossas almas de todo o mal e nos deu, de graça, sem dinheiro e sem preço, o dom da vida eterna.

Quero felicitar o caro companheiro Ronaldo Fonseca, representando o Sr. Presidente José Wellington Bezerra da Costa, também agraciado nesta solenidade.

Meus queridos, em meu nome, em nome da minha família, em nome do meu Estado, o Estado do Maranhão, de minha cidade natal, que é a capital de todos os maranhenses, de minha acompanhante, Cecília, e do Pastor Presidente, quero desejar sinceramente um felicíssimo Natal a todos os senhores e um novo ano repleto de realizações em favor da nação brasileira, a principal das Américas.

Tenho dito!

Nosso obrigadíssimo! *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Pastor José Guimarães Coutinho. Com muita felicidade e honra, nós o recebemos aqui no Congresso Nacional.

Com satisfação, informo que o Pastor José Wellington Bezerra da Costa será, portanto, o próximo agraciado.

Pastor Presidente da Igreja Assembleia de Deus em São Paulo, Ministério do Belém, ele desempenha relevante papel na liderança religiosa e exerce também o cargo de Presidente da Convenção Fraternal das Assembleias de Deus no Estado de São Paulo. Foi Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil por 30 anos.

Convido agora o Pastor Ronaldo Fonseca, Presidente do Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), representando o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, a receber a homenagem.

*(Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. Ronaldo Fonseca, representante do Pastor José Wellington Bezerra da Costa.) (Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Concedo a palavra ao Pastor Ronaldo Fonseca pelo tempo de cinco minutos.

**O SR. RONALDO FONSECA** (Para discursar.) – Quero, com muita satisfação, cumprimentar a Presidente requerente desta sessão, Senadora Eliziane Gama. É com muita alegria e satisfação que a cumprimento.

Quero registrar que nós temos, na Assembleia de Deus do Estado do Maranhão, a Senadora Eliziane Gama, que tem representado as Assembleias de Deus do Estado do Maranhão de forma muito competente,



com sua característica de uma Senadora de muito propósito, defendendo os seus ideais. Sem dúvida... É filha de pastor, criada na Assembleia de Deus, com a formação das Assembleias de Deus. Senadora Eliziane Gama, com quem pude dividir o mandato de Deputado Federal, eu a parabeno por requerer esta sessão.

Quero também cumprimentar o Pastor Coutinho, Pastor da Assembleia de Deus de São Luís do Maranhão. Eu o estava cumprimentando e... Já tive o privilégio de, logo quando ele assumiu a igreja, estar pregando lá. É um prazer revê-lo e encontrá-lo assim saudável e jovem.

Quero também, com muita satisfação – e os meus cumprimentos são feitos em nome do Pastor José Wellington Bezerra da Costa –, cumprimentar o Relator do Projeto de Resolução nº 2, que instituiu a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, o Senador Zequinha. Quero cumprimentá-lo, parabenizando-o por esta iniciativa plausível de reconhecer que o Brasil não seria o mesmo Brasil sem Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Reconhecer que o Estado do Pará tem um Senador membro das Assembleias de Deus não é pouco, um Senador com a história que tem Zequinha Marinho. Já foi Deputado Federal, já foi Deputado Estadual, já foi Vice-Governador e agora é Senador. Eu não tenho dúvida de que ainda o cumprimentarei como Governador do Estado do Pará.

Eu faço esses cumprimentos em nome do Pastor José Wellington Bezerra da Costa e também em nome do Presidente da nossa convenção, Wellington Junior.

Ontem, às 22h, o Pastor José Wellington, que desejaria muito estar presente aqui, me ligou – eram 22h, ontem à noite – pedindo que eu estivesse aqui o representando. E, obviamente, representá-lo, para mim, é uma honra muito grande. O Pastor José Wellington Bezerra da Costa desejava muito estar presente, mas sabem todos os senhores que hoje ele conta com 89 anos de idade, embora ainda muito saudável. Passou pela covid, ficou entubado por 20 dias e hoje goza de uma saúde plena, mas, pelos seus compromissos, ele pediu que eu viesse aqui para representá-lo e agradecer à Senadora Eliziane Gama e ao Senador Zequinha Marinho por se lembrarem do seu nome.

O Pastor José Wellington Bezerra da Costa foi Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus por 30 anos e hoje é Presidente de Honra da Assembleia de Deus. Todos nós sabemos que o nome, a presença do Pastor José Wellington entre nós tem sido importante para que a Assembleia de Deus possa avançar o quanto tem avançado.

Portanto, Senadora Eliziane Gama, que Deus te abençoe, que Deus te conserve, que Deus te guarde, que Deus te dê inspiração e que Deus te dê um outro mandato de Senadora para estar entre nós aqui, representando a Assembleia de Deus do Maranhão.

Também, em nome do Pastor José Wellington, quero agradecer mais uma vez ao Senador Zequinha Marinho e dizer que a nossa oração é para que V. Exa. tenha, a cada dia, mais inspiração para servir não só ao povo paraense, mas também à Assembleia de Deus do Estado do Pará, que, com muita honra, o tem como Senador.

Que Deus abençoe a cada um de vocês, senhoras e senhores, e que a paz de Cristo esteja no coração de cada um de vocês! (*Palmas.*)

Amém, Pastor Ronaldo Fonseca! Muito obrigada!

Pastor Ronaldo Fonseca, como ele já disse, foi Deputado Federal junto comigo – tive a honra de compartilhar com ele o mandato de Deputado Federal – e é uma grande representação no Brasil.

Pastor Coutinho, aqui quebrando um pouco o protocolo, quando cheguei ao Congresso Nacional e conheci o Pastor Ronaldo Fonseca, eu fiquei muito emocionada, porque a gente que é de Escola Bíblica Dominical... Eu sou professora de Escola Bíblica Dominical desde a minha juventude, muito jovem – eu sou jovem; não posso dizer que eu não sou jovem, tenho que buscar a juventude. Mas, desde os meus 18





anos de idade, 17 anos de idade, Senador Zequinha Marinho, eu sempre ministrei aula na Escola Bíblica Dominical e continuo, hoje, como professora de Escola Bíblica Dominical na Assembleia de Deus em São Luís – lá é organizado por área –, na Área 12, com o Pastor Valdemar. Meus cumprimentos ao meu Pastor Valdemar.

Então, a gente, sempre na lição bíblica, está lendo e acompanhando os comentários. Os grandes nomes da Escola Bíblica Dominical ficam na nossa mente, e o Pastor Ronaldo Fonseca é um desses grandes nomes.

**O SR. RONALDO FONSECA** (*Fora do microfone.*) – Eu era bem jovem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ele também era bem jovem.

Então, quando eu cheguei ao Congresso Nacional e eu o conheci, eu disse: “Eu o estou vendo aqui, presencialmente, pegando na mão e abraçando”.

Eu queria lhe dizer da minha felicidade de tê-lo aqui hoje representando o nosso Pastor Presidente.

Queria também cumprimentar, com muita honra, e registrar a presença do nosso querido Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, que está aqui conosco, nosso Prefeito de São Mateus, ao lado também do nosso querido ex-Prefeito de São Mateus, que está sempre no nosso coração, o nosso Miltinho, que está ali ao lado da Mayara. (*Palmas.*)

Os nossos cumprimentos. Sejam bem-vindos ao Congresso Nacional!

Continuaremos, então, as nossas homenagens.

Em reconhecimento à dedicação exemplar e à significativa contribuição que prestaram à obra missionária, informo que os Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren serão agraciados *in memoriam*.

Este é um tributo a dois líderes espirituais notáveis, cujo legado inspirador impactou inúmeras vidas ao redor do mundo.

Daniel Berg, cofundador das Assembleias de Deus no Brasil, junto com Gunnar Vingren, foi um missionário pentecostal sueco. Chegou ao Brasil em 1910, dando início à primeira Assembleia de Deus em Belém. Atualmente, a denominação é a maior igreja protestante no Brasil, com 22,5 milhões de membros.

Gunnar Vingren, missionário pentecostal sueco, cofundou a Assembleia de Deus no Brasil ao lado de Daniel Berg. Em 1903, emigrou para os Estados Unidos, onde estudou Teologia, alcançando o pastorado em 1909. No ano de 1910, em colaboração com Berg, embarcou para o Brasil, estabelecendo a Missão da Fé Apostólica em Belém, que viria a se tornar a Assembleia de Deus no ano de 1918.

Neste momento, convido o Sr. André Câmara, Historiador da Igreja Assembleia de Deus, para receber o diploma em nome dos Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, *in memoriam*.

(*Procede-se à entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Sr. André Câmara, representante dos Srs. Daniel Berg e Gunnar Vingren, in memoriam.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Concedo a palavra ao Sr. Historiador André Câmara pelo tempo de até cinco minutos.

**O SR. ANDRÉ CÂMARA** (Para discursar.) – Bom dia a todos e a paz do Senhor aos nossos irmãos que estão aqui!

É um prazer estar, nesta manhã, no Senado Federal para homenagear os nossos pioneiros: os Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores das Assembleias de Deus no Brasil.

Mas, antes de falar um pouco, eu queria fazer alguns agradecimentos. Primeiramente, à minha família: minha esposa, meus filhos, minha mãe e, principalmente, minha avó, que, ainda criança, me levou a um tempo das Assembleias de Deus, Congregação dos Vinhais, onde eu aprendi a amar a Deus e também a amar a história da minha igreja. Depois, eu quero agradecer àquele que está sendo homenageado nesta



manhã, o Pastor José Guimarães Coutinho, que, quando ainda um estudante da Universidade Federal do Maranhão, sonhou em pesquisar sobre a história da Assembleia de Deus. Ele abriu as portas não apenas da convenção, mas da igreja em São Luís. E assim eu comecei a me aprofundar na história da nossa igreja. No ano passado, até fiz uma surpresa para ele, na igreja em São Luís, quando eu levei os bisnetos do Pastor Clímaco Bueno Aza, que fundou a igreja no Maranhão.

Também o Caio Nina tem me ajudado muito nas pesquisas e, principalmente, o Bosse Vingren, neto do Missionário Gunnar Vingren. Quando eu comecei a pesquisar, tudo aquilo de que eu precisei sobre a vida, sobre o ministério do seu avô, ele nos abriu as portas. E assim eu consegui fazer uma pesquisa literária sobre a história da nossa igreja não só no Maranhão, mas também em todo o Brasil.

Falar de Gunnar Vingren e Daniel Berg – nós somos pentecostais e cremos nos dons espirituais – é falar de dois homens que ouviram: “Ireis ao Pará”. O Senador Zequinha Marinho, que é de Belém do Pará, acho que não imaginaria que aqueles dois homens, ao subirem a Presidente Vargas e chegarem até a Praça da República, iriam até lá para fazer uma oração, pedindo que Deus os abençoasse em solo brasileiro.

Já se passaram 113 anos, e hoje as Assembleias de Deus não estão apenas no Brasil. Falando da minha, que é a Assembleia de Deus em São Luís, nós estamos nos cinco continentes, como é um dos lemas do nosso Pastor Presidente. Então, aquilo que eles plantaram há 113 anos vem dando fruto ao longo dos anos, e a Assembleia de Deus continua sendo uma igreja pujante.

Então, é uma honra continuar pesquisando a história dos nossos pioneiros, lançando livros sobre essa história maravilhosa, história de homens e mulheres simples, mas que, abrasados pelo poder do Espírito Santo, pelo poder pentecostal, plantaram uma semente

Tem um documento que eu achei do Missionário Gunnar Vingren, quando ele enviou Clímaco Bueno Aza ao Estado do Maranhão, em que disse que ele daria muitos frutos. E aqui está parte de um grupo que é fruto dessa maravilhosa obra chamada Assembleia de Deus no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Cumprida a finalidade desta sessão de entrega da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, de 2023, eu agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação, aos representantes da classe política – a esses eu agradeço nas pessoas dos queridos Prefeitos Ivo e Miltinho, Presidente da Famem e representante da Famem, respectivamente – e a todos os pastores e missionários aqui presentes.

Quero convidar a todos os agraciados para uma foto conjunta em frente a esta mesa e agradecer de coração a presença de todos e de todas.

Está encerrada esta presente sessão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.*)



## Ata da 192ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de dezembro de 2023

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues e Eduardo Girão.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 16 minutos e encerra-se às 21 horas e 41 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa, e por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação de autoridades sabatinadas pela Comissão.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para uso da palavra.

Como primeiro orador inscrito, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente, amigo Chico Rodrigues, querido Senador Cleitinho, que já está no Plenário também...

Presidente, primeiro eu queria levar à Mesa um voto de pesar.

Sr. Presidente, requeiro que seja enviada cópia do presente voto aos familiares e lideranças do estado ligados ao meu querido amigo e ex-Deputado Federal – V. Exa. o conheceu – Luiz Alberto Silva dos Santos.

O ex-Deputado Federal Luiz Alberto, membro do PT, faleceu aos 70 anos, nesta quarta-feira, em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador, vítima de um infarto fulminante. Ele exerceu o cargo de Deputado Federal nos anos de 2001 a 2015. Atualmente, era Assessor Especial da Secretaria de Direitos Humanos da Bahia. Luiz Alberto foi fundamental na fundação do PT e da Central Única dos Trabalhadores, destacando-se também como um dos maiores líderes do movimento negro brasileiro. Sua trajetória foi um comprometimento notável às causas humanitárias e progressistas. Trabalhamos juntos... V. Exa... Fomos da mesma época, trabalhamos juntos na defesa e aprovação de várias iniciativas, como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, que desempenham um papel essencial na promoção dos direitos humanos e na luta contra discriminações, preconceito, racismo, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

A história de Luiz Alberto permanecerá na memória coletiva do país e de todos os movimentos sociais. Sua incansável luta pela igualdade de direitos e oportunidades será eternizada na voz das gerações presentes e futuras. Expressamos aqui toda a nossa solidariedade e pêsames aos familiares, amigos e colegas de causas e lutas nobres. Que os ideais desse grande brasileiro, Luiz Alberto, permaneçam vivos por muitas e muitas gerações.

Presidente, é um voto de pesar que eu estou encaminhando à Mesa, como fiz também na CDH hoje de manhã.

Agora volto ao meu pronunciamento, para ouvir os seus comentários no final, que eu entendo sempre brilhantes.

Senhoras e senhores, Sr. Presidente Chico Rodrigues, quero registrar hoje aqui carta encaminhada ao Presidente Lula sobre a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb).

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, parabenizamos V. Exa. pelo excelente trabalho na reconstrução do nosso país e sua liderança positiva diante do mundo. Desejamos sua completa recuperação e uma saúde forte.

Seu trabalho e liderança animam e entusiasмам a todos nós. Somos os Deputados Estaduais e Federais do PT, do PCdoB, da Frente Brasil da Esperança do Rio Grande do Sul e também, naturalmente,



este Senador Paulo Paim.

Escrevemos para o senhor para solicitar a retirada da Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.) do Programa Nacional de Desestatização. A Trensurb é uma empresa estatal federal com funcionamento desde 1985, tem excelente desempenho operacional, alta aprovação dos usuários e transporta hoje 120 mil pessoas por dia, ligando a capital gaúcha a cidades dos Vales do Rio dos Sinos, onde eu tenho residência, e Vale do Sapateiro, na Região Metropolitana de Porto Alegre. A Trensurb possui infraestrutura e equipamentos capazes de transportar até 250 mil pessoas por dia, operando com energia limpa e renovável (elétrica).

Sabemos que o sistema público de transporte de passageiros, em especial nas regiões metropolitanas, encontra-se em profunda crise, com aumento de tarifas, péssima qualidade do transporte, redução de passageiros.

Perante esta realidade, todos os sistemas operacionais do transporte público brasileiro – ônibus, trens ou metrô – exigem subsídios diretos da parte dos municípios, estados e Governo Federal, que, de alguma forma, permitem o funcionamento desse sistema. O fato, Sr. Presidente, é que este ainda é um debate em andamento, sobre como assegurar o direito à população de um transporte público com qualidade, seguro e eficiente.

Há uma campanha pela tarifa zero circulando em todo o Brasil. Inúmeras cidades do Rio Grande do Sul já a adotaram.

Enfim, conceder a Trensurb ao setor privado, como deseja o atual Governo do Estado do Rio Grande do Sul, não vai eliminar a necessidade da manutenção dos subsídios que o Governo Federal atualmente assegura à empresa. Uma concessão sem a manutenção dos subsídios federais provocaria um aumento insuportável da tarifa à população usuária, o que seria catastrófico. Ou seja, mesmo privatizada, o Governo Federal continuará a repassar recursos públicos, agora para uma empresa privada.

Essa concessão, portanto, Sr. Presidente, não nos parece necessária, adequada, pois a Trensurb é uma empresa que opera muito bem. Uma eventual privatização não traria ganhos operacionais; ao contrário, traria para o Rio Grande do Sul uma enorme instabilidade, insegurança e problemas de gestão que hoje ocorrem em regiões onde esse transporte foi concedido ao setor privado.

Manter a Trensurb no programa de desestatização dificulta uma gestão concentrada na qualidade e eficiência da empresa, aumenta o custo de contratos e serviços, cria insegurança na equipe de trabalho; nada que entendemos como necessário à empresa neste momento. Lembramos que, no dia 23 de maio deste ano, em reunião com o Ministro da Casa Civil, este manifestou posição favorável à retirada da Trensurb do referido programa.

Por essas razões, querido Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reiteramos a necessidade da retirada do Trensurb do Programa Nacional de Desestatização. Sem mais para o momento, Senhor Presidente, nos colocamos à sua inteira disposição. Agradecemos pela atenção e desejamos muita saúde e sucesso!

Aproveito, neste momento, Presidente Chico Rodrigues, para também registrar a questão do regime de recuperação fiscal, que foi aprovado pela Lei Complementar 159, de 2017. Ele foi criado para auxiliar os estados com grave desequilíbrio financeiro, para que pudessem ter instrumentos para o ajuste de suas contas. Ocorre que o regime de recuperação fiscal não melhorou a situação dos estados, que continuam com dificuldade. A saída seria a aprovação do PL 561, de 2017, assinado pelos três Senadores gaúchos na época: eu, Senador Paim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier Martins.

Por fim, Presidente, eu só quero, neste minuto que ainda tenho, dizer que hoje pela manhã eu fiz um balanço dos trabalhos da CDH. É um trabalho longo, de mais de uma centena de reuniões com audiências públicas e reuniões deliberativas, com dezenas e dezenas de projetos aprovados. Muitos deles eu pude



aprovar e relatar, mas é claro que os Senadores todos da Comissão cumpriram um papel fundamental, e todos eles eu cito aqui no encerramento dos trabalhos – inclusive, cito também V. Exa. pela colaboração que deu à Comissão.

E me permita ainda, Presidente, neste um minuto...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... eu quero apenas terminar da mesma forma como terminei na Comissão, só concluindo e dando por lido na íntegra o pronunciamento – foi uma hora de fala; aqui eu vou falar sobre este tema nos dois minutos que eu ainda tenho.

Senhoras e senhores, termino esta explanação, sobre o trabalho da Comissão de Direitos Humanos que presidi e terminei este ano – e temos mais no ano que vem –, da seguinte maneira: palavras cruéis têm o poder do aço afiado, capazes de ferir a alma, destruir sonhos e aprisionar a própria essência humana, como se experimentássemos um exílio em primeira pessoa. Afastemo-nos dessas palavras; vamos optar pelo oposto, pelo lado em que o sol nasce, celebremos palavras benevolentes, gentileza, generosidade, gratidão, respeito, solidariedade, fraternidade, compaixão, resiliência, empatia e amor.

Os direitos humanos residem em sua essência...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... na luz e no som desse vasto universo de palavras benditas, abençoadas e humanas. Busquemos, então, os verbos bem conjugados, afinados com o bem-estar, com as mãos aos céus, em reverência e cumplicidade ao outro, capazes de tocar os corações das pessoas, assim, justas e juntas em causas nobres, em ações verdadeiras, postas em prática.

Nossa missão, Presidente – e aqui eu termino –, é ajudar as pessoas, preservando suas identidades, raízes, histórias e as escolhas de mundo e de vida, respeitando a diversidade, pois, como afirmou o poeta, “seguimos em frente, compartilhando a esperança, cada um em seu momento, cada qual em seu lugar”...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas defendendo, sempre, as políticas humanitárias.

Esse é o pronunciamento, Sr. Presidente, que eu peço que considere na íntegra, do balanço que fiz hoje do trabalho da Comissão, em que citei todos os Senadores que lá participaram. V. Exa. esteve lá.

Muito obrigado, Presidente Chico Rodrigues.

#### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**(Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

*(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Meu caro colega Senador Paulo Paim, V. Exa. inicialmente apresentou aqui um voto de pesar pelo falecimento do nosso colega, o Deputado Luiz Alberto, da Bahia. Um Parlamentar dedicado, cuidadoso, defensor de causas e que, obviamente, nos faz relembrar passagens nossas, inclusive com V. Exa. também, quando Deputados Federais fomos, e ele sempre dedicado totalmente ao seu estado: a Bahia.

Portanto, fica aqui a saudade, fica aqui a lembrança, e parabéns a V. Exa. por esse voto de pesar. E tenho certeza de que V. Exa. representa todos os seus colegas que com ele conviveram lá na Câmara dos





Deputados.

E, com relação a essa prestação de contas que V. Exa. faz aqui, eu não diria que seria desnecessária, porque V. Exa. é extremamente dedicado, qualificado e tem uma capacidade de aglutinação de interesses muito forte. E isso é importante para o Senado, é importante para o Brasil, porque demonstra exatamente que V. Exa. se dedica a essas causas sociais como poucos.

Gostaria, até, de agradecer também aqui pela referência, no seu relatório, do meu nome, por algumas sugestões que temos dado também, e de dizer que é bom conviver com V. Exa., eu diria até talvez pela mesma idade, mas sempre aprendendo, no cotidiano, por essa determinação cuidadosa, sempre convergindo para soluções que possam beneficiar o povo brasileiro, principalmente aqueles mais necessitados.

Então, parabéns a V. Exa. por mais esse pronunciamento que engrandece o povo do Rio Grande.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu queria apenas comunicar que, logo, às 16h – está marcada para as 16h –, haverá a apreciação de autoridades sabatinadas pelas Comissões.

O Presidente Rodrigo Pacheco deverá estar presente para dar andamento a esta sessão, que é uma sessão importante no dia de hoje, com os resultados dos sabatinados, principalmente hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Cleitinho, ao Senador Cleitinho – falávamos de Deputados, Senador Cleitinho –, de Minas Gerais, que, na verdade, teve uma votação gigantesca, talvez – talvez, não – pela sua dedicação, pelo seu interesse em defender aquele povo das Minas Gerais tão fortemente, e teve o seu reconhecimento.

V. Exa., nobre Senador Cleitinho, tem a palavra por dez minutos.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Respeito-o, também. Muito obrigado sempre pelo respeito e pelo carinho. Conte sempre comigo.

Eu queria aqui dar boa tarde a toda a população que acompanha a gente pela TV Senado, a todos os Senadores e Senadoras, servidores desta Casa.

Eu queria que você, brasileiro, viralizasse esta fala minha, este projeto que eu estou fazendo. Eu conto com o apoio de vocês para acabar com essa polêmica da questão de cartão corporativo que tem sigilo.

Meu projeto é para acabar com o sigilo, até porque não existe isso – pode ser qualquer Presidente que for, que fosse o Bolsonaro, agora é o Lula – de ter sigilo. A gente tem função pública, a gente tem que ser transparente.

Por que é que eu estou falando isso? Falam assim: “Cleitinho, por que é que você está fazendo isso só agora?”. Porque eu virei Senador agora. Eu era Deputado. “Ah, mas você cobra só do Lula, você não cobrava do Bolsonaro.” Não, quem é o Presidente hoje é o Lula; não é o Jânio Quadros, não é o Juscelino Kubitschek. O Presidente da República hoje não é a Dilma, não é o Temer; é o Lula.

Então, antes, eu queria contar uma história para vocês, para vocês falarem se eu estou sendo justo ou não. A história é a seguinte, gente.

Tem um rapaz que morre, aí resolve se vai para o céu ou para o inferno. Ele sobe o elevador do céu. Chega lá, São Pedro fala para ele: “Só tem a escolha de ir para o inferno ou para o céu. Vá lá para o inferno, conheça o inferno primeiro, depois você vem para cá”.

Desceu para o inferno. Chegou lá, estavam os amigos dele todos, estava aquela “festaiada”, era *whisky*, e era aquela confusão danada, era música para cima, aquele negócio; ele ficou doido. “Só que



chegou a sua hora de partir, meu amigo. Tem que ir para o céu para você decidir o que é que você quer.”

Ele subiu o elevador do céu, chegou lá. “Agora é sua vez de chegar ao céu para você escolher.” Chegou lá ao céu, aquela tranquilidade, passarinho cantando. Aí São Pedro chamou-o e falou assim: “E agora? O que foi que você decidiu?”. Ele falou: “Ô, São Pedro, eu gostei demais do céu, sô, mas lá no inferno estão meus amigos, está todo mundo lá. Eu quero ficar lá, porque lá está todo mundo de que eu gosto”. “Você vai decidir agora. Se é isso que você quer, você vai, e não tem volta mais, não.” “Não, eu quero ir.”

Desceu o elevador. Chegou lá ao inferno, gente, era aquele inferno mesmo, com fogo, e não tinha mais nada. Aí ele chegou para o diabo, falou para o diabo: “Ô, diabo, que é isso? Cadê meus amigos? Cadê o *whisky*? Cadê a patifaria?”. “Não, amigo, nós estávamos em campanha, agora nós estamos em mandato.”

Sabem por que eu estou falando isso, gente? Por isto aqui, olha. Vejam se eu estou sendo injusto com o Presidente da República. Escutem.

*(Procede-se à reprodução de áudio.)*

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Então, gente, eu estou falando isso porque isso foi palavra do Lula na campanha. Agora, no mandato, é diferente. Sabem por que no mandato é diferente? Porque a gente pede informação dessas viagens, desse cartão corporativo, e está tudo em sigilo, inclusive do da Primeira-Dama – está tudo em sigilo.

Então, olhem aqui, essa viagem agora, de Dubai, para vocês terem noção de se eu estou sendo injusto – porque isso, para mim, é uma afronta à população brasileira, não é? Uma comitiva de 1.337 pessoas – eu vou ser justo aqui –; custear, com dinheiro público federal, 400 pessoas; custear, com dinheiro público de estados e municípios, 250 pessoas. O Lula usou uma diária lá de R\$63 mil – uma diária no hotel, R\$63 mil. A gente está falando de um Brasil aqui em que tem gente que passa fome. Aí agora, só em 2023, já gastou R\$16 milhões com carros de luxo, inclusive alugando limusine. Eu queria saber, se fosse com o dinheiro dele, se ele ia alugar limusine.

É isso que eu estou falando para vocês. É nisto aqui que está o erro. A gente precisa passar este país a limpo aqui. A gente tem que parar de achar que Presidente ou Senador, o que for, é um faraó, é um rei. O Presidente, como o Senador, como qualquer político, é um empregado do povo.

Aí tem mais, gente. Tem aqui, olha: em 2023, total de gastos com cartão corporativo, R\$16 milhões. Já bateu o recorde – já bateu o recorde!

Que fique claro: quando era o Presidente Bolsonaro, eu questionava essa questão dos gastos de cartão corporativo, porque eu acho que nós aqui temos que dar bom exemplo. A gente tem que fazer briga aqui é para devolver. Não é quem gasta mais, não; é quem devolve mais.

E, antes de falarem que eu sou um hipócrita, que ou sou um demagogo, olhem o meu histórico de quando eu era Vereador, olhem o meu histórico de quando eu era Deputado Estadual. Como Deputado Estadual, eu consegui devolver R\$4 milhões – devolvendo. Eu fiz a Assembleia, pela primeira vez na história, devolver dinheiro – a Assembleia –, porque eu e os outros Deputados demos um bom exemplo.

Então, o que eu estou falando aqui eu tenho moral para falar, porque eu pratico. E, como Senador também, está lá o Portal de Transparência para todo mundo ver o que eu estou gastando; e estou devolvendo também.

Aí, gente, sabem o que mais me chama a atenção? Ele está viajando tanto... Aí a piscina que está lá, agora, gente... Estão abrindo uma licitação para limpar a piscina no valor de quase R\$600 mil – R\$600 mil só para limpar a piscina.

Gasto com TV por assinatura, gente, para ver o *Pay-per-view*, para ver o *Big Brother*, para ver



futebol: R\$360 mil. Queria ver, se fosse do bolso do Presidente, se iam gastar isso aqui.

Agora, gente, o GSI está abrindo aqui – ouviu, Girão? – R\$8 milhões para a compra de 18 carros – R\$8 milhões para a compra de 18 carros. Cada carro, R\$430 mil. Eu queria ver se fosse dinheiro deles, se eles iam gastar isso aqui.

Então, não falta dinheiro nesse país aqui, gente! Não venham com essa ladainha de falar que falta dinheiro, que o país está quebrado, porque eu não... O dia em que eu vou dizer que este país está quebrado será o dia em que tiver salário de político atrasado. No dia em que atrasar salário de Senador aqui, no dia em que atrasar o salário do Presidente, no dia em que acabar com essa patifaria que é essa quantidade de gasto aqui. Porque é muito fácil gastar com o dinheiro do povo. Eu quero ver é gastar do seu próprio bolso – quero ver é gastar do seu próprio bolso.

E o meu projeto é muito justo. Para não dar polêmica de quem apoia o Bolsonaro, de quem apoia o Lula... O meu projeto é para acabar com essa questão de sigilo com o cartão corporativo e diminuir esse cartão corporativo também, colocar limite nele. E aí vai valer para o próximo Presidente, porque aí não tem mi-mi-mi aqui de Parlamentar, tanto de quem apoia o Bolsonaro quanto de quem apoia o Lula. Porque eu estou aqui, gente, de verdade, é para representar vocês; eu sou empregado de vocês, trabalho para vocês. E eu acho que tanto quem é de esquerda quanto quem é de direita... Quem é o patrão de verdade tem que parar de aceitar isso aqui, parar de passar pano para o seu político de estimação.

Eu não quero ser político de estimação de ninguém; eu quero ser é cobrado, questionado. Eu quero estar aqui é para dar resultado para vocês. Sabem, eu sou muito bem pago e em dia. Porque o trabalhador ainda... Tem até servidor que fica com o salário atrasado. Aqui nunca atrasou um salário. E eu acredito que, no dia em que atrasar, eu vou falar para vocês, gente, que o país quebrou, porque até agora... Até na pandemia, quando você tinha que ficar dentro de casa trancado, o político, sem fazer nada, estava recebendo dinheiro de vocês. Atrasou o de vocês, mas não atrasou o dos políticos – de Vereador, de Prefeito, de Presidente, de Governador.

Então, parem de passar pano para político! Político tem que ser cobrado e dar resultado.

Então, eu espero que esse projeto meu passe o mais rápido possível e tenha o apoio dos 80 Senadores.

Muito obrigado, Presidente.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só um aparte, se o Senador Cleitinho me permite...

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Fique à vontade, meu querido.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e se o Presidente também.

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedido o aparte a V. Exa.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Senador Cleitinho, a sua indignação é uma indignação dos justos. O nosso país não é rico, não, rapaz...

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – É milionário, não é?

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele é riquíssimo!

Estão aí os esbanjamentos: Aero Janja para um lado, Aero Janja para o outro.

Uma diária de quanto?

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sessenta e três mil



reais.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para dormir uma noite? Quanto?

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sessenta e três mil.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sessenta e três mil reais.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Se fosse do bolso deles, Girão, eu duvido que eles pagavam.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sessenta e três mil reais. Gravem isso! Uma noite, R\$63 mil. O Presidente do social, o Presidente que defende os pobres. Essa é a verdade.

E isso é a pontinha do *iceberg* – ouviu? Como ele colocou: é carro blindado, é móvel de luxo para o Palácio do Planalto... É um desrespeito ao dinheiro de quem...

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Girão, eu quero só falar uma coisa aqui.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro!

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – A gente precisa, como fiscalizador aqui... Essas 1.337 pessoas que estavam nessa delegação agora, que foi para Dubai, a gente requerer a lista de um por um, porque eu nunca vi isso na história: levar 1.337 pessoas.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Boa! Eu assino com você esse pedido de informação.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Isso é uma afronta à população brasileira!

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos pedir.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Só porque ficam falando que vão para lá para buscar investimento. A gente viu aí, em várias matérias de jornais, que o investimento do exterior está menor agora, diminuiu. Então, essa narrativa de falar que está trazendo dinheiro para o Brasil é falácia, falácia!

E eu acho que a gente precisa ir à PGR, ao Tribunal de Contas, ao que for, para mandar abrir isso aqui, saber quem são essas 1.337 pessoas. Chega de fazer hora com a cara do povo! Chega de fazer do povo massa de manobra! Isso aqui, para mim, é uma afronta à população brasileira!

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É verdade! E eu vou falar uma coisa: não é só no Poder Executivo, não.

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Poder do qual a gente faz parte aqui... Você sabe quanto é para girar o orçamento do Senado Federal por ano? Chuta!

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Acho que são 5 bilhões.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mais de 5 bilhões, chega perto de 6 bilhões – “b” de bola, “i” de índio –, com todo tipo de situação que nós temos aqui, de regalias, de mordomias. Não falta nada! E, como o senhor falou, nunca atrasa um dia de salário.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Nunca vai atrasar.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, o país é rico, riquíssimo, mas a gente tem que cuidar dele. Ou a gente aprende pelo amor, ou a gente aprende pela dor.



Está aí a dor das nossas escolhas. É o Pai dos Pobres? É o que está preocupado com o social? Está nada! Está nada! A gente viu o esforço do Governo ontem, aqui, do Governo do PT, Lula, para empurrar goela abaixo a jogatina, cassino, que vai empurrar justamente às pessoas menos favorecidas...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para concluir. Eu agradeço, Presidente. Só para concluir!

As pessoas mais vulneráveis é que caem nessa armadilha, nessa arapuca que é o cassino *on-line*. Sabe o que eles queriam fazer ontem aqui? Colocar dispositivos, os caça-níqueis modernos, em padaria – sabe onde? –, em supermercado, em farmácia! Eles queriam ontem, nessa noite, aqui, e nós derrotamos o Governo Lula. Parabéns aos Senadores da República! A maioria disse “não”, mesmo com o Governo Lula orientando algo que eles sempre foram contra no passado, porque diziam que as pessoas mais pobres iriam se empobrecer mais, iriam adoentar-se, iriam perder a família, o emprego, o carro, a casa, até atentarem contra a própria vida, no desespero. Cadê a humanidade dessas pessoas? Está aí! Sessenta e quantos mil reais?

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – R\$63 mil.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – R\$63 mil numa diária, Senador Cleitinho? Essa informação que o senhor está trazendo aqui é gravíssima! R\$63 mil numa diária, para dormir é o Brasil do Pai dos Pobres, do Governo do social.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, só para finalizar. Serei breve.

Quero aqui só falar que isso não é implicância, porque é o Presidente Lula, hoje, a quem eu não apoio, não. Qualquer Presidente que estivesse aqui. Se fosse o Ciro que tivesse ganhado, se fosse a reeleição do Bolsonaro... A gente tem que parar com isso, gente!

E, olha, outra coisa: “Isso é muito pouco”. Não é muito pouco, não. Estou falando aqui: é aluguel para isso, é cartão corporativo de R\$16 milhões, para carro agora já são mais R\$8 milhões. Só aí são mais de R\$20 milhões. Se você pega os ministérios ali, dá não sei quantos bilhões de reais, igual a questão aqui do Senado.

Eu queria até dar uma sugestão aqui, porque eu quero ajudar o Governo. Como Deputado, eu devolvia dinheiro, e a gente pegava e fazia indicação da devolução na época em que se estava com a questão da covid, para poder se gastar com a covid. O Girão devolve; eu devolvo. Vamos ver o que a gente faz de montante. A gente pega e faz como emenda, para virar emenda. A gente podia indicar para o seu estado, eu indico para o meu, para fazer Minha Casa, Minha Vida. Eu estou aqui para ajudar também. Então, vamos propor um projeto desse, Girão? Acho que esse projeto dá um projeto maravilhoso.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu tenho esse projeto.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Você já tem? Vamos passar esse projeto, Girão.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu entrei aqui, no início do mandato, quatro anos atrás, e, se o senhor me ajudar e os outros colegas, para justamente as economias que a gente faz, a gente abriu mão de muita coisa, todo mês a gente abre...

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Isso.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que a economia que a gente faz possa ser mandada para uma santa casa de misericórdia, para uma entidade, para um hospital.



Eu conto com o seu apoio.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Isso. Aqui está sobrando dinheiro mesmo. Então, quer dizer, a gente pode pegar esse dinheiro agora e indicá-lo, como você falou, para uma associação, para fazer Minha Casa, Minha Vida.

E eu quero deixar bem claro aqui, gente: eu não estou sendo hipócrita, não. Eu acho que um Presidente é claro que tem as despesas, tem toda uma estrutura, a gente aqui tem.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Mas não é porque a gente tem tudo que a gente tem que gastar tudo, não. E o que eu uso aqui é em benefício da população, e uso com consciência! Acho que é isso que tem que ter na política: transparência e consciência.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço ao Senador Cleitinho pelo seu pronunciamento.

Agora, como próximo orador inscrito, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Ceará. V. Exa. dispõe de dez minutos.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, meu querido irmão Senador Chico Rodrigues.

Senador Cleitinho, se puder nesses dez minutos ficar aqui comigo, rapidamente, porque tem a ver com seu estado aqui – curiosamente, coincidentemente, tem a ver com seu estado –, porque uma coisa que eu não tolero é injustiça, isso eu não tolero!

E Sr. Presidente, nós estamos agora, na sabatina do Ministro da Justiça e do outro indicado, Sr. Paulo Gonet, para PGR – o Ministro da Justiça querendo ir para o STF –, e eu já falei várias vezes aqui, em pronunciamento, por que eu voto “não” e faço um apelo aos Senadores e às Senadoras pelos filhos e pelos netos delas, deles, porque é assim que eu vou votar: eu vou votar pelas futuras gerações contra a indicação de Flávio Dino. Nada contra a pessoa, mas eu falei aqui fato por fato, fala por fala recentes dele que mostram que nós não precisamos de um STF mais politiqueiro ainda do que é, mais perseguidor do que é, e esse é o legado que nós vamos deixar para os nossos filhos e netos. Então, peço sabedoria, discernimento, responsabilidade. É aquela coisa de uma Copa do Mundo: coração na ponta da chuteira. É o coração na ponta do dedo, do voto, da consciência nossa, porque essa escolha, dentro de pouco tempo, vai fazer uma grande diferença para o país. Que Deus nos proteja!

Mas eu quero iniciar, Sr. Presidente, lembrando de um conhecido provérbio tibetano. “Há três coisas que jamais voltam [meu querido Senador Astronauta Marcos Pontes]: a flecha lançada, a palavra dita e a oportunidade perdida.” O Ministro da Economia do Brasil – e aí eu fiquei... caiu o meu queixo com uma fala, uma atitude desastrada dele – conseguiu, numa única atitude, reunir as três ações, fazendo um julgamento inconsequente, semelhante a uma flecha envenenada, perdendo com isso a oportunidade de ficar calado, Senador Cleitinho. Em resumo, ele disse que o Governador Zema, Romeu Zema, de Minas Gerais, até agora só fez aumentar a dívida do Estado. Ah, gente, poxa! Por mais que ele tenha medo do Zema, que é um potencial candidato à Presidência da República, não pode usar a política, no cargo em que ele está, para fazer esse tipo de acusação leviana, irresponsável, de um Ministro de Estado que deveria ser de todo o Brasil, e não servir a interesses políticos do Lula, pelo poder apenas, para ficar no poder. Em resumo, ele disse que o Governador Zema, até agora, só fez aumentar a dívida do Estado!

Falta com a verdade o Ministro, que é responsável pela política econômica de um Governo, que é, a gente viu aqui, trazido pelo Senador Cleitinho há pouco, um Governo perdulário, gastador, irresponsável fiscalmente, que está projetando um déficit primário nas contas públicas, Senador Cleitinho, de R\$177 bi –



“b” de bola, “i” de índio –, bilhões! O exemplo tem que vir de cima. Tudo que não vem de cima é exemplo desse Governo para fazer a gestão do dinheiro do povo.

Quando o Zema assumiu o seu primeiro governo, em 2019, depois de quatro anos de Governo do PT, o Estado de Minas Gerais estava literalmente falido, terra arrasada, sem ter pagado décimo terceiro salário dos funcionários e sem ter feito repasses constitucionais obrigatórios aos municípios.

Durante, Senador Marcos Pontes, cinco anos de Governo Zema, nunca houve mais atraso da folha de pagamento, inclusive, com o décimo terceiro rigorosamente em dia. Mas não é só isso, não: o PIB de Minas Gerais, mais uma vez, cresceu, em 2023, bem acima da média brasileira, chegando a 4,4% com investimento de quase R\$300 bilhões – “b” de bola, “i” de índio.

Quer outro dado? Na gestão Zema, nesses quatro anos – não estou nem falando muito, quatro anos, porque já dá um pouco mais –, com a pandemia no meio, sabe quantos empregos foram gerados em Minas Gerais? Porque a gente tem que bater palmas para a geração de emprego neste país, e lá ele deu *show*. Setecentos e quarenta mil empregos gerados com pandemia no meio.

É muito importante que a gente coloque que o IBGE... Olha só aqui a questão do IBGE: a taxa de desemprego em Minas Gerais era de 7,1%, em 2014, o primeiro ano do Governo do Pimentel, do PT. Em 2018, em seu final catastrófico, a taxa de desemprego tinha saltado para 12,6%; isso significa um aumento de 77%. São números estarrecedores, mas são números oficiais, e não apenas meras narrativas.

Em vários estados brasileiros, meu querido amigo Sr. Chico Rodrigues, incluindo o Ceará, a Terra da Luz, a minha terra, governada há muito tempo pelo PT, houve um aumento do ICMS cobrado na gasolina, na energia elétrica e nas comunicações. Minas Gerais fez o caminho inverso, reduzindo a pesada carga tributária em produtos e serviços essenciais, como esses que impactam a vida da população. Outra importantíssima decisão econômica foi levar a zero os impostos cobrados sobre a produção de energia solar. Isso permitiu que o Estado de Minas alcançasse a marca de 6GW, tornando-se líder nacional na geração de energia solar à frente de estados importantes, como São Paulo, ou, então, de estados com muito potencial de aproveitamento solar, como é o caso da Bahia e do Ceará, que estão bem abaixo de Minas. Quando o Zema assumiu seu primeiro governo, em 2019, Minas Gerais era o 20º estado brasileiro no *ranking* da transparência. Hoje, Minas está em primeiro lugar, meu amigo: de 20º para 1º lugar numa gestão.

Em qualquer atividade pública, a prestação de contas é um fator fundamental para coibir desperdícios e desvios. Isso vale muito para aqueles que são eleitos democraticamente pelo povo. Mas um dos melhores indicadores está num setor muito crítico: a segurança pública de Minas Gerais, que é considerado hoje o estado mais seguro do Brasil.

A maioria dos estados do Nordeste, governados há muito tempo pelo PT, estão entre os estados mais violentos do país. É o triste caso do meu Ceará, cuja capital, Fortaleza, é a 31ª cidade mais violenta do Brasil? Não, do mundo, do mundo! É uma vergonha! Comunidades inteiras em vários bairros são dominadas por facções criminosas que expulsam moradores que não se submetem a elas, que não pagam pedágio. Você tem que pedir autorização, Senador Cleitinho, para entrar em bairros à luz do dia, lá no Ceará! É uma vergonha! É o que está acontecendo com o país, com a gestão PT. E ainda querem dar o prêmio para o Flávio Dino de Ministro do STF. Esse é o prêmio. Acabou com o estado dele, o Maranhão, liquidou – é um dos mais pobres aqui do país, com o IDH mais baixo – com a segurança pública. Tem a cidade do Junco lá, que é uma das mais violentas do mundo.

É para finalizar, Sr. Presidente, com sua tolerância.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Além de uma gestão transparente e eficiente, o Governador de Minas também dá excelentes exemplos de austeridade no trato



da coisa pública: não faz uso das exageradas mordomias lá do Palácio, a que teria direito, como residência oficial, vivendo na sua própria residência. Ele dispensou dezenas de pessoas que serviam, com avião, para cima e para baixo, com sete aeronaves, e dispensou tudo isso. Quando assumiu, constatou mais um grande absurdo que é esse dado, de que eu queria lhe falar, dos aviões à disposição da governadoria. Agora, não tem mais nenhum. Todas as aeronaves passaram também a servir a Defesa Civil, a saúde e a segurança pública. Está aí o resultado.

Agora, o Ministro Haddad deveria incorporar esse bom exemplo ao Governo Federal e aproveitar a boa prática lá de Minas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... pois vários ministros no Brasil abusam do uso de aviões no Governo Lula. É um absurdo o que nós estamos vendo. Só para vocês terem uma ideia, o Presidente da República já gastou, em menos de um ano, mais de R\$160 milhões apenas com luxuosas viagens internacionais. Sabiam desse dado? O próprio Presidente Lula e a Primeira-Dama Janja não cansam de dar maus exemplos no abuso de mordomias.

Concluindo, possivelmente Zema esteja incomodando muito o PT, não apenas porque seja reconhecido como o melhor Governador do Brasil, mas também porque o Partido Novo, pelo qual ele foi eleito, não utiliza o astronômico e escandaloso fundo eleitoral, tão defendido pelo PT.

**O Sr. Cleitinho** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Um aparte.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mesmo assim, foi reeleito Zema, em função do reconhecimento da população, que sente no dia a dia os efeitos positivos de sua gestão.

Um aparte para o Senador.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cleitinho** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para apartear.) – Girão, é desespero do Ministro Haddad. Isso é tudo por causa de campanha e de eleição, essa situação do Zema, que pode ser um pré-candidato a Presidente e também às eleições de Governo lá do Estado de Minas Gerais. Já tem aliado que quer apoiar. Você está entendendo? Só que esses que estão querendo dar de salvadores já estiveram em outros mandatos também e não resolveram nada. Essa questão da dívida do Estado de Minas Gerais, o Pimentel também não pagou. Não vou passar pano aqui para o Zema, não. Sou apoiador dele, mas não vou passar pano. Também não pagou. O Pimentel não pagou. Não foi ele que fez a dívida, não. O Aécio Neves não pagou, o Anastasia não pagou. Então, essa dívida já vem de muitos anos. Aí vem o Ministro falar uma asneira dessas, lembrando que, antes do Governador Romeu Zema, quem era o Governador de Minas Gerais, que destruiu o estado, quebrou, faliu o estado, foi o Pimentel, que é aliado do Haddad. Então, é uma hipocrisia, uma demagogia.

É isso que eu quero falar aqui para toda a população mineira. Ministro Haddad, já que vocês estão querendo tanto ajudar o Estado de Minas Gerais, a gente precisa tanto de ajuda. Eu estou pedindo aqui humildemente: ajuda.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cleitinho** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Vocês estão ajudando países devedores, emprestando mais dinheiro para países que devem. Anule essa dívida de Minas Gerais. Vocês estão ajudando outros países, por que não ajudar Minas Gerais? Estão ajudando agora até a quitar o estádio do Corinthians. Então ajude Minas Gerais. Vocês querem tanto ajudar, tirem essa dívida,





tirem os juros. Vamos parar de politicagem, parar de ficar pensando em eleição daqui a três anos. Quem arrebentou com o Estado de Minas Gerais, antes do Governador Romeu Zema entrar, foi o Pimentel, que era do PT. Então, é muita hipocrisia e muita demagogia aqui.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Ouvimos atentamente o pronunciamento do nobre Senador Eduardo Girão e gostaríamos de convidá-lo para presidir esta sessão, enquanto eu me dirijo à tribuna, para fazer o meu pronunciamento. Portanto, convido V. Exa. para presidir a sessão nesse intervalo.

*(O Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Chico Rodrigues, por me dar a honra de assumir a Presidência do Senado nesta tarde tão emblemática para o Brasil.

Eu queria só, antes de passar a palavra para o senhor, já autorizar aqui a Mesa, com esse aparte do Senador Cleitinho, que complementa muito o que eu estava falando, agrega, eu queria que o incluísse no meu pronunciamento oficial. Agradeço à Secretaria da Mesa.

Com a palavra, Senador Chico Rodrigues, do abençoado Estado de Roraima.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Meu caro colega, Senador Eduardo Girão, meus colegas Senadores, Senador Astronauta Marcos Cesar Pontes, presente nesta sessão, minha gente que nos acompanha nesta tarde aqui no Plenário do Senado da República, de um tema interessante vamos falar aqui hoje, a que já temos nos reportado por várias vezes para, como num grito de alerta, mostrar à população brasileira essa questão do tal marco temporal.

Defendemos, aqui no Senado, a harmonização das demandas de proteção ambiental – que são do interesse de todos – com o pleito dos produtores agrícolas brasileiros, igualmente legítimo, de terem acesso garantido à terra para seu cultivo, no meu Estado de Roraima, nos demais estados, no Brasil e no mundo, que devem ter as suas áreas protegidas, mas também, nesse derivativo, a possibilidade de explorar essas áreas agrícolas.

Por esse motivo, para uma justa demarcação das terras indígenas, vou votar pela derrubada do veto ao PL nº 2.903, de 2023, que reafirma a tese do marco temporal estabelecido originalmente na Constituição, aprovado por ampla maioria em ambas as Casas do Congresso Nacional. Portanto, não é uma invenção de nós que somos contra esse marco temporal. É uma decisão dos Constituintes, que está na Carta Constitucional.

Conforme a tese jurídica do marco temporal, os povos indígenas podem reivindicar ou ocupar as terras em que já se encontravam presentes no dia da promulgação de nossa Carta Magna, em 1988.

Para ilustrarmos, com clareza, a relevância do tema, compartilho com V. Exas. a realidade específica de Roraima, estado que temos a honra de representar neste Senado da República.

De fato, conforme dissemos em pronunciamento recente aqui neste Plenário, o meio ambiente de Roraima já está protegido na elevada proporção de 61,7%. Apenas as terras indígenas do nosso Estado de Roraima correspondem a 46% de sua área total; as áreas de conservação estendem-se por outros 14%; e as áreas militares ocupam 1% das terras do nosso território. O que resta, de fato, para a exploração produtiva dos roraimenses é apenas 15% do nosso território. Portanto, uma área insignificante para os 222



milhões de hectares de que dispomos.

Diante disso, já manifestamos nossa visão contrária à ampliação de áreas de proteção ambiental no nosso estado. É o caso, por exemplo, da criação de uma nova floresta, com expansão do Parque Nacional do Viruá e da Estação Ecológica do Maracá, medidas que assombram os agricultores locais, até pelo risco de perderem as suas terras e os seus cultivos.

Nós também desejamos, sem dúvida alguma, a máxima proteção ambiental em Roraima, no Brasil e no mundo. São muitos os contextos geográficos que dependem da boa gestão do meio ambiente.

Por outro lado, esse imperativo conservacionista deve conviver com outro dado da realidade: apenas no Brasil, somos mais de 200 milhões de habitantes e dependemos do consumo diário de produtos provenientes do seio da terra. E não se pode esquecer que o agronegócio brasileiro se tornou um verdadeiro dínamo da economia nacional, muitas vezes sendo a locomotiva do superávit de nossa balança comercial.

Desse modo, tanto o agricultor brasileiro quanto os produtores roraimenses esperam dos Poderes constituídos o devido respeito e a merecida valorização de suas atividades, mas isso exige, por exemplo, a criação de garantias legais para a ocupação do espaço agrícola.

Como você vai expandir a agricultura e a pecuária de nosso estado se nós estamos castrados, restritos por esse tal desse marco temporal?

Já tivemos a oportunidade de manifestar nossa máxima consideração às tradicionais comunidades indígenas do nosso estado – ianomâmis, macuxis, uapixanas, uaiuais, entre outras tribos –, que necessitam das áreas de preservação para sua reprodução física e cultural.

Atualmente, existem 740 terras indígenas no Brasil, compreendendo mais de 851 milhões de hectares. Esse total corresponde a 13,9% do território brasileiro. Na Amazônia Legal, 23% da área total é constituída de terras indígenas.

De acordo com dados do IBGE, existem cerca de 1,7 milhão de indígenas no Brasil. Esse total corresponde a 0,83% da população brasileira. E esse grupo ocupa, como vimos, quase 14% do território nacional, portanto terras em condições de expansão da sua cultura, dos seus usos, do seu costume, da sua sobrevivência e até da ampliação das centenas de comunidades indígenas em nosso país.

Do outro lado, o agronegócio foi responsável por 25% do produto interno bruto, e o setor tem sido, de uma forma impressionante, essa mola propulsora. Dentro do agro, são 4 milhões de propriedades da agricultura familiar – 4 milhões de propriedades da agricultura familiar –, representando 77% dos estabelecimentos agrícolas de nosso país.

Em um país complexo e diverso como o nosso, é preciso pensar e agir com muito equilíbrio e cautela. Não se pode desconsiderar todo um contexto econômico, produtivo e demográfico que necessita de segurança jurídica para continuar produzindo.

Desse modo, acreditamos que é nosso papel lutar pelas condições mais dignas e justas aos que, em Roraima e no resto do país, se dedicam arduamente à atividade agrícola, seja ela da agricultura familiar, seja ela da agricultura empresarial. Esses valiosos cidadãos, que não sabem o que é medo do trabalho, sem dúvida merecem o nosso empenho legislativo e as nossas emendas orçamentárias para beneficiar com estradas, com eletrificação, com habitação rural, entre tantos outros benefícios, porque há uma verdadeira demanda reprimida de cada um desses segmentos a que me refiro aqui. E que eles tenham o reconhecimento da sua posse, da sua propriedade e da titulação do seu imóvel. Merecem igualmente um conjunto de estímulos governamentais que lhes permitam uma vida digna.

Por isso, considero que a derrubada do veto ao PL do marco temporal é indiscutível para o desenvolvimento do Brasil e para garantir segurança jurídica aos nossos produtores rurais.

As devidas garantias ao progresso econômico de Roraima e do Brasil também importam para a nossa gente, em razão da precariedade da infraestrutura logística, sobretudo para fins de exploração da



atividade agropastoril.

Por tudo isso, não podemos deixar de estimular as forças motrizes da nossa economia...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... sobretudo o agronegócio, que é fonte de receita elevada, durável e segura para o Brasil. Não podemos esquecer que o agronegócio é fundamental nesse processo de recuperação econômica e aumento da arrecadação tributária com foco no equilíbrio fiscal.

Portanto, Sr. Presidente, este tema que trago aqui nesta tarde é um tema extremamente relevante, porque a derrubada do marco temporal é a demonstração de que esta Casa Legislativa, esta Câmara Alta do país e a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, na verdade, compreendem o impulso, o desenvolvimento, a definição de modelos para que a nossa atividade agropastoril possa se expandir... Aliás, já sendo hoje uma das maiores do planeta.

Nós já somos hoje o maior banco de proteínas do mundo, o maior produtor de soja do planeta, o maior rebanho bovino do mundo. São 232 milhões de bovinos que nós temos no nosso país, até – uma comparação engraçada – maior que a população do país, que é de 215, 216 milhões de habitantes, mostrando ao mundo, exatamente, a potencialidade, a eficiência na produção, na assistência técnica e nos investimentos que têm sido expandidos, cada dia mais, pelos nossos pequenos, médios e grandes produtores.

Portanto, com o advento, entre aspas, desse marco temporal, há redução dessa área de produção, da produtividade; e a oferta de alimentos, não apenas para o Brasil, mas para o mundo, ficará, obviamente, restrita.

É essa a nossa decisão.

Tenho certeza de que haverá unidade no essencial por parte dos Deputados e dos Senadores na votação desse veto do marco temporal. E segue o Brasil, procurando encontrar, cada vez mais, os seus caminhos, não apenas no futuro, mas também no presente, para dar melhores condições de vida para a sociedade brasileira.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente. E que seja divulgado em todos os veículos de comunicação desta Casa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, ótimo! Muito bem, Senador Chico Rodrigues.

A Presidência autoriza o pedido para que o seu pronunciamento seja repercutido em todos os canais aqui, TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, que aliás, têm feito um grande trabalho, e é bom que a gente sempre diga isso. O pessoal está de parabéns – os servidores desta Casa em geral, os aqui da Mesa, mas, falando especificamente dos veículos de comunicação, eu sempre faço questão de registrar, porque eu vejo uma dedicação, um talento e um esforço muito grande.

Chamo agora para fazer uso da palavra o Senador Flávio Arns, que é do Estado do Paraná, por quem eu tenho uma admiração profunda. É um dos homens com o sentimento de maior humanidade que temos aqui neste Senado Federal e de preocupação com as pessoas menos favorecidas, mais vulneráveis. É um Senador com muita responsabilidade social, com quem eu tenho a honra de conviver aqui, no Plenário do Senado Federal, desde 2019, quando a gente chegou juntos aqui.

Então, Senador Flávio Arns, o senhor tem a palavra.

Muito obrigado pela sua presença.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discursar



sar.) – Agradeço a V. Exa. pelas palavras amigas, sempre amigas, também em relação à trajetória de todos nós.

Eu quero também cumprimentar V. Exa. pela dedicação, pelo empenho em tantas áreas essenciais para a população e as quais nós compartilhamos também, sempre com uma pauta a favor da vida – eu diria da vida. Isso significa contra o aborto, também contra as drogas, a favor de direitos fundamentais, de equilíbrio. Há a grande discussão que nós tivemos ontem e que a gente compartilha em relação a jogos de azar, o drama que isso causa para as famílias também. Enfim, é um conjunto de áreas importantes. É uma alegria também conversarmos e falarmos.

Eu só quero também dizer que, com muita honra, eu presido, aqui no Senado Federal, a Comissão de Educação e Cultura. O Senador Marcos Pontes, que está aqui também, é membro assíduo – e sempre competente e participante – da Comissão de Educação e Cultura.

No início do ano, nós tínhamos a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Porém, na sequência, a área do esporte foi desmembrada, e foi criada uma Comissão específica para a área do esporte, o que, aliás, foi muito bom também.

São 27 Senadores titulares e 27 Senadores e Senadoras suplentes, 54 Senadores e Senadoras. Eu costumo dizer que é a Comissão mais importante do Senado Federal, porque é pela educação que nós vamos poder fazer com que o Brasil se torne um país desenvolvido, justo.

Quando falamos de educação, é da creche à pós-graduação: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, as modalidades na educação de jovens e adultos, que tem que ser muito prestigiada no Brasil, educação técnica, profissional, indígenas, educação bilíngue de surdos e, depois, a universidade, a faculdade, a graduação, pós-graduação. Tudo é importante. Se há engenheiros, médicos, professores, profissionais nas mais diversas áreas, é porque passaram pela educação. Temos que ter educação de qualidade em toda a trajetória pela vida.

Um empenho muito grande foi feito por todos os membros, eu diria, da Comissão a favor de áreas importantes. Nós estamos, por exemplo, debatendo, até aproveitando a presença do Senador Marcos Pontes... Um dos projetos aprovados, depois de audiências públicas, foi sobre segurança nas escolas, depois do episódio de Blumenau. O Prefeito participou da audiência pública, assim como a Polícia Federal, a polícia civil, entidades, movimentos nacionais, secretários estaduais, municipais e, inclusive, iniciativas em outros países. Então, foi discutido, e se chegou a uma conclusão. O projeto do Senador Wellington Fagundes, relatado pelo Senador Marcos Pontes, já, no primeiro semestre, foi aprovado e enviado para a Câmara dos Deputados.

Plano Nacional de Educação 2014-2024. Temos que ter o novo Plano Nacional de Educação. Temos que olhar o que aconteceu no plano atual, no plano anterior, as coisas boas que foram concretizadas, os desafios que devem ser superados. E foram realizadas dez audiências públicas na Comissão de Educação para debater esse assunto, assim, quando o projeto chegar ao Senado Federal, o debate, em boa parte – nunca termina também –, já terá acontecido. Isso é fundamental.

Porém, nós temos ainda uma outra lei que já foi aprovada no Senado Federal e que é a mais essencial de todas: o Sistema Nacional de Educação. O Sistema Nacional de Educação, previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vai permitir uma ação articulada, pactuada entre os membros federados, Governo Federal, Governos estaduais e municipais e a sociedade.

Por exemplo, segurança na escola. Vamos destinar um recurso de R\$200 milhões, R\$300 milhões, R\$400 milhões para essa área. Mas qual é o plano? O que foi discutido? O que foi pactuado, para que isso seja aplicado de uma maneira articulada, negociada? Que o município saiba o que o Estado vai fazer, que o Estado saiba o que o Governo Federal vai fazer e, nessa pactuação do Sistema Nacional, a gente possa ter um plano adequado. É o Sistema Nacional de Educação tripartite; bipartite nos estados, os estados



com os municípios; e, lá no município também, a prefeitura deve discutir com a comunidade, inclusive discutindo o seu Plano Nacional de Educação.

Nós nunca vamos chegar a um resultado adequado se não tivermos o Sistema Nacional de Educação, porque como é que as metas vão ser cumpridas? As metas têm que ser cumpridas por estados e municípios, mas estados e municípios têm que saber com o que podem contar de colaboração e cooperação dos outros entes federados.

Se eu preciso de transporte, lá no município, e sou o Prefeito, eu tenho que saber, eu tenho que me virar aqui com o que eu tenho, mas sei que vou receber recursos do Governo do estado e do Governo Federal, esses valores, aí você pode se programar e se planejar.

O Sistema Nacional de Educação já foi aprovado no Senado Federal e está na Câmara dos Deputados para ser apreciado. Inclusive há o debate, na Comissão de Educação, sobre a Lei de Responsabilidade Educacional. Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, muito valorizada, mas temos que ter a Lei de Responsabilidade Educacional, para que Prefeitos e Governadores, todos os anos, cheguem às Câmaras de Vereadores e às Assembleias, nos estados, para dizerem como é que está sendo desenvolvido o plano municipal, estadual, e terem metas com responsabilidade, sendo, inclusive, responsabilizados caso as metas não sejam atingidas. Mas isso só é possível se houver um sistema, uma articulação, porque o Prefeito não vai conseguir colocar as metas se não souber exatamente com que apoios ele pode contar no âmbito federal ou estadual. Então, tudo isso vem sendo debatido de maneira adequada. A Senadora Damares Alves foi a Relatora da política pública do ano, Meta 7 do Plano Nacional de Educação, para se discutir como avaliar a educação, porque o sistema atual foi bom até certo ponto, mas simplesmente se coloca: “Olha, quanta repetência, quanta evasão, quantos passaram, quantos não passaram, qual foi a nota...”. E isso, inclusive, dá margem à deturpação de dados. Eventualmente, secretários de educação até dizem: “Olha, coloque como aprovado”, “se a nota é 4,2, aumente para 5”, ou coisa semelhante, quando nós temos que avançar para termos os dados...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... desagregados, inclusive para saber como a comunidade indígena, como a comunidade quilombola, como a periferia está se saindo nesse processo educacional.

Também o ensino médio, na Comissão da Educação, foi amplamente debatido por uma Subcomissão presidida pela Senadora Teresa Leitão e com relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, para discutir o ensino médio. Precisamos ter o ensino médio junto com o ensino técnico profissionalizante, porque as mães chegam para a gente e dizem: “Pelo amor de Deus, meu filho tem que trabalhar, tem que ajudar, tem que participar”, inclusive dando o exemplo de Senadores, entre os quais os Senadores Marcos Pontes e Paulo Paim, que relataram “olha como isso foi benéfico para mim...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... porque eu fiz o curso técnico profissionalizante, o ensino médio, recebi o dinheiro, e depois passei a ocupar outras situações e outros cargos na vida“.

Então, tudo isso foi, na verdade, um debate que vem acontecendo na Comissão de Educação, com a participação de todos os Senadores e Senadoras, num clima extremamente positivo, com a aprovação, ainda neste ano, da Lei Geral do Esporte, com a relatoria da Senadora Leila Barros, a Escola em Tempo Integral, a valorização da profissão docente, também no sentido de a gente estabelecer política de incentivos para essa área, o atendimento psicossocial de saúde mental nas escolas, mas tudo isso tem que ficar pendurado...



*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... eu diria, numa articulação, numa colaboração do Sistema Nacional de Educação. Como vai acontecer o atendimento psicossocial, o transporte escolar, o esporte na escola, o acesso com ônibus, a valorização da profissão docente? Como é que a gente pode contar, então... Tem que haver essa pactuação entre os entes federados para que todo mundo conheça o pensamento e a disposição de cada ente federado para poder se organizar em termos de planejamento.

Eu trouxe esses dados para a comunidade toda – o Plenário, mas também a sociedade – saber que estamos nos empenhando muito nessa direção; não só eu, mas toda a Comissão – titulares, suplentes –, independentemente de partidos políticos, de posições ideológicas, dizendo: “Olhe...”

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – “... a educação é a salvação do Brasil, da creche à pós-graduação”.

E eu sempre repito um pensamento do Senador Rodrigo Pacheco, utilizado lá no Paraná, em que ele disse: “Olhe, dos 0 aos 19 anos”, que é a idade da educação básica até o final do ensino médio, ele sempre ressaltou, “nada pode faltar”. Se isso acontecer... Olhe, nada pode faltar: valorizar o professor, ter transporte, ter merenda, ter carreira, chegar à escola, ter a tecnologia, educação em tempo integral, com profissionalização ao final do ensino médio, nada pode faltar. Em 20 anos, eu diria, o Brasil seria um país desenvolvido, porque os que se desenvolveram o fizeram pela educação, não é verdade?

Ao Senador Marcos Pontes também quero agradecer e parabenizar pelo trabalho, como ao Senador...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... Chico Rodrigues, ao Senador Girão, que acabou de entregar a Presidência, repassá-la para o Senador Chico Rodrigues, mas quero dizer que, juntos, a gente pode fazer a diferença.

Então, obrigado, Sr. Presidente, agradeço pelo tempo.

O relatório da Comissão está disponível no *site* da Comissão, no portal. Todas as audiências públicas estão lá disponíveis. Foram, na verdade, 155 projetos aprovados neste ano, praticamente 90 em decisão terminativa e 60 em decisão não terminativa, e 109 reuniões da Comissão de Educação e Cultura no corrente ano. Então, foi um trabalho bonito, intenso, de todos os Senadores e Senadoras, nessa que é a melhor e maior...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e mais importante Comissão do Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente. Abraço!

*(Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero aqui parabenizar o Senador Flávio Arns, que acaba de fazer uma espécie de prestação de



contas como Presidente da Comissão de Educação do Senado.

V. Exa., que nós acompanhamos – somos companheiros de partido –, V. Exa., que tem um largo serviço prestado ao Paraná e ao Brasil, mostra com números. Os números são frios, mas mais importante que esses números, Senador Flávio Arns, é exatamente a dedicação incontestável de V. Exa. à frente da Presidência da Comissão de Educação, inclusive com uma presença permanente, com uma disciplina espartana em relação à Comissão, à presença dos colegas Senadores e Senadoras, à apresentação de todos os projetos, questionamentos, audiências, etc. E obviamente não poderia se esperar outra coisa daquela Comissão, porque, presidida por V. Exa., ela na verdade ganha, inclusive, qualidade, por V. Exa. ser um educador, por ser um professor universitário, por ter essa formação acadêmica ligada especificamente ao ensino. Portanto, queremos parabenizá-lo: os seus colegas Senadores se sentem representados por V. Exa. à frente daquela importante Comissão – como disse V. Exa., a Comissão mais importante do Senado Federal. Parabéns a V. Exa. pela bela exposição.

Dando continuidade à lista de oradores inscritos, eu passo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

V. Exa., que é também educador, é outro profissional dedicado também ao ensino, apesar de o ensino ter voado muito no espaço, a longa distância, na EEI (Estação Espacial Internacional), V. Exa. tem dez minutos para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discursar.) – Obrigado, Presidente, Senador Chico Rodrigues, meu amigo de tanto tempo.

Eu venho aqui hoje, final de ano, para fazer alguns comentários a respeito do ano como um todo. Eu lembro quando nós conversávamos antes sobre atuação parlamentar, no momento em que eu era Ministro, era do Executivo, estava em outro Poder, e eu vim, logicamente, com várias expectativas, esperanças, demandas para cá, sempre no sentido da educação, como o Senador Flávio Arns falou agora, brilhantemente, da nossa Comissão de Educação, a mais importante aqui do Senado.

Então, nesse sentido da educação, da ciência e tecnologia, inovações, comunicações, aplicação disso no empreendedorismo, para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, eu vim com um foco bastante específico aqui, com muitas esperanças e expectativas. Muitas foram atendidas, em algumas a gente fica frustrado aqui. Eu vou fazer alguns comentários sobre algumas de nossas passagens aqui durante o ano. Enquanto o Senador Flávio Arns estava falando, eu comecei a escrever aqui e resolvi falar sobre isto: como eu vi algumas das coisas que se passaram?

Este foi um ano bastante intenso. O nosso gabinete, eu tenho que prestar minha homenagem ao meu gabinete, ao trabalho deles junto comigo: nós conseguimos apresentar mais de 200 propostas legislativas, o que eu acho que é um resultado bastante intenso, se for imaginar, e um número grande de relatorias também, resultados interessantes. Dentre eles, por exemplo, a frente para o ensino profissionalizante e tecnológico, que está decolando, uma coisa extremamente importante para o país; também a PEC da ciência, que prevê o aumento do nosso investimento no país – setor público, setor privado, terceiro setor – dos atuais 1,14% do PIB, que é muito baixo para as necessidades do país, para, no prazo de dez anos, pelo menos 2,5% do PIB, o que nos coloca próximos do valor médio de investimento dos países da OCDE, que é em torno de 2,71% do PIB. Então, eu espero que a PEC 31 circule com rapidez, tramite com rapidez dentro do Senado.

Houve algumas coisas interessantes também, como o relatório que agora a gente está terminando, na Comissão de Inteligência Artificial, desse projeto tão importante também para o desenvolvimento do país, que tenho certeza de que vai funcionar bem não só para a proteção dos indivíduos, dos brasileiros, com relação à ética, discriminação e tudo que pode trazer como risco da inteligência artificial, mas também na parte positiva da inteligência artificial, que tem que ser muito enfatizada, como produzir empregos, como



produzir mais desenvolvimento econômico e social do país através das ferramentas que ela traz.

Outro ponto importante que eu tive o prazer de relatar aqui no Senado – depois de ter assinado, como Ministro, no dia 3 de março de 2022 – foi a participação do Brasil na organização europeia de pesquisa nuclear, o CERN, que tem o maior acelerador de partículas do planeta; tive o prazer de relatar na Comissão de Relações Exteriores, e foi aprovado e já foi sancionado. Inclusive, o Brasil é membro do CERN, o que é muito importante para a nossa pesquisa, para o desenvolvimento da indústria no Brasil também.

Outro ponto importante é a Comissão de Hidrogênio Verde, da qual hoje nós tivemos o relatório apresentado, e é outro desenvolvimento muito importante para o país na área de energias, energias renováveis, e eu tive o prazer aqui de participar.

Acontecem coisas tristes aqui também, como a gente assistiu, ao longo do ano, às ocorrências nas escolas, como foi citado pelo Senador Flávio Arns, os ataques nas escolas. Isso tem que parar no nosso país. As escolas têm que ser ambientes seguros, tanto para os alunos, quanto para os funcionários, para os professores, para que os pais possam enviar seus filhos para as escolas com tranquilidade. E nós fizemos parte da nossa parte aqui com o nosso projeto de lei – o projeto de lei do Senador Wellington, eu fui o Relator –, e eu também apresentei um para aumentar as penas de qualquer crime dentro ou nas proximidades das escolas. Eu espero também que ele tramite com rapidez, porque é importante proteger as nossas escolas.

Nós tivemos a participação na CTE dos Yanomami. O Senador Chico Rodrigues e eu fizemos parte dela, o Senador era o Presidente da Comissão. Tivemos a oportunidade de olhar de perto e analisar cada um dos fatos relativos a isso e chegamos à conclusão desse histórico problema no país que precisa ser sanado. E, sem dúvida nenhuma, a Comissão deve ter ajudado, e muito, a achar soluções para esse caso importante.

A CPI das ONGs, das ONGs da Amazônia também, com a excelente Presidência do Plínio Valério, trouxe vários fatos importantes para que nós tomemos cuidado no Brasil e para que isso também seja sanado. A Amazônia é um território extremamente importante para o país e para o mundo. Assim como tivemos, na Câmara – eu não participei logicamente, foi na Câmara –, a CPI do MST, que também mostrou fatos inusitados e importantes para o país conhecer a respeito do que acontece nos bastidores de tudo isso e coisas que precisam também ser sanadas no nosso país.

O saneamento básico, o marco do saneamento básico – nós tivemos aqui todas as discussões – já tinha sido aprovado com investimento de mais de R\$70 bilhões do setor privado e, de repente, o Governo, em uma tentativa de mudar o jogo com decretos... É lógico que não funcionou. Foi uma briga muito grande nossa aqui para proteger esses investimentos e proteger o saneamento, que afeta tanta gente no nosso país, são mais de 100 milhões de pessoas que precisam do saneamento, e isso só vai ser conseguido no país através da participação do setor privado. Então, é por isso que teve toda essa nossa briga por isso.

Depois, houve o arcabouço fiscal. O arcabouço fiscal foi aprovado, alguns comentários sobre isso: ele não colocou as travas que deveriam ser colocadas para conter, como o teto de gastos, os gastos, para que nós tivéssemos maior responsabilidade fiscal do Governo. E esse é um problema que nós estamos vendo. Acabou de ser falado aqui também, se eu não me engano foi pelo Cleitinho ou pelo Girão, com relação aos gastos, que já superam, na previsão deste ano, mais de R\$170 bilhões – R\$170 bilhões de déficit. Então, isso é algo que precisa... E nos preocupa muito, para que a gente não tome o mesmo caminho que outros países, como a Argentina, no passado tomaram. Eu espero que ela se recupere agora, com um Presidente economista à frente da Argentina.

E nos preocupamos bastante também com relação à reforma tributária, que agora está lá na Câmara, e, sem dúvida nenhuma... Ela passou por aqui, eu fui um voto contrário, não porque eu não queira uma





reforma tributária – o Brasil precisa de uma reforma tributária –, mas não uma reforma que aumente a complexidade, que aumente o valor dos tributos, que já são muito altos no Brasil, e que centralize o poder.

A gente precisa de uma reforma que descentralize – mais Brasil, menos Brasília –, que reduza os impostos e que faça descomplicar esse nosso sistema tributário. Aí sim. Agora, não é o que eu vi aqui, então, eu espero que, na Câmara, isso seja corrigido, para que o Brasil tenha uma melhor performance de competitividade internacional.

Ainda sobre a economia, nós iremos, amanhã, analisar os vetos. De uma forma muito equivocada, o Presidente Lula fez o veto ao PL do Efraim com relação à desoneração da folha. O Governo tem feito o cálculo de uma maneira incorreta, certamente vendo um lado só da equação na economia, só pensando em custos, mas não pensando no investimento, porque, no momento em que você dá mais tranquilidade para as empresas investirem e desonera a folha de pagamento, as empresas podem contratar mais pessoas e, empregadas, elas gastam mais no comércio, elas têm uma qualidade de vida melhor e, com isso, você movimenta mais a economia, você produz mais notas fiscais e, sem dúvida nenhuma, isso vai refletir em uma maior arrecadação, mas de uma forma sólida. No momento em que você corta isso, o resultado é o pior. Se você pensa em arrecadar aumentando tributo ou cortando nesse tipo de investimento, na verdade você vai ter um resultado negativo. Tem que olhar os dois lados da equação.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Um outro ponto importante que, ontem, nós discutimos bastante aqui – o Senador Flávio Arns falou sobre isso também –, é a questão do projeto de lei que inclui as *bets*, as chamadas *bets*. E o jogo, sem dúvida nenhuma... Eu sou contra jogo – vou colocar aqui logo de cara –, pela possibilidade de vício e pelo gasto das pessoas, que gastam o pequeno recurso que já têm. Eu já vi casos em que aconteceu isso, e é triste de se ver.

Então, nós conseguimos ontem uma vitória aqui, com a nossa batalha, foi uma vitória muito importante para proteger a população com relação a esses riscos também.

Marco temporal. Como foi falado pelo Senador Chico Rodrigues, que conhece muito bem o problema, ali num estado que precisa ter mais espaço para desenvolvimento... O marco foi aprovado aqui, e o fato de ter sido vetado...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... o que também vai ser derrubado, é um prejuízo enorme para o Brasil, produz uma insegurança jurídica que afeta a produção do país no ponto mais importante, que é a nossa agricultura, um ponto extremamente sensível do país. Isso precisa ser derrubado, esse veto, nós precisamos ter o marco temporal aprovado da maneira como foi aprovado aqui por estas duas Casas no Congresso.

Descriminalização de drogas: outro ponto extremamente importante que discutimos muito aqui. Eu falei muito sobre isso, o Girão falou muito sobre isso, porque não faz sentido a gente liberar drogas num país para posse – seja lá qual for a quantidade de drogas –, porque isso certamente vai aumentar, obviamente, o número de drogados. E, se não existe pena prevista e você liberar, você certamente vai trazer mais pessoas drogadas, mais problemas para as famílias, para a sociedade como um todo, e elas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ...



vão ter que comprar de alguém e vão alimentar o crime organizado.

Esse é um ponto em que nós batalhamos muito. Isso resultou em um projeto, em uma proposta de emenda constitucional do próprio Presidente Rodrigo Pacheco, que se sensibilizou pela importância do tema para as famílias do Brasil, e eu tenho certeza de que isso vai ter um resultado muito positivo. Não existe quantidade permitida. Droga é sempre droga, como o nome diz.

A CPMI do 8 de janeiro começou com tanta vontade de se achar o resultado real, de se descobrir o que aconteceu e trazer dados, fatos, independentemente... doa a quem doer. É lógico que a depredação de prédios é sempre errada, como a que aconteceu agora na Alesp, lá em São Paulo, na nossa Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Mas lá eles não foram considerados como terroristas; aqui foram.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, o processo legal para esse grupo também foi muito discutido, e ainda é muito discutível o que vai ser feito sobre isso, para compensar aqueles que estavam lá e que foram presos. É lógico que teve alguns que foram presos da forma correta; e muitos outros, não correta.

Isso tudo tem que ser verificado, compensado, porque nós não podemos ter, no nosso país, a injustiça tomando conta do país. Isso traz insegurança para cada um dos nossos brasileiros. E a gente não pode permitir isso. O Senado tem essa responsabilidade de proteger os cidadãos que nos elegeram. Nós estamos aqui por causa disso, por causa dos cidadãos.

Aí vem a questão, como a gente está falando aqui sobre isso – a discriminação de drogas, o marco temporal, 8 de janeiro –, vem o caso, vamos chamar assim, STF, que tanto tem sido discutido, das atribuições de cada um dos Poderes...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... e de como o STF tem trabalhado um tanto fora.

Eu tenho um apreço muito grande por uma Suprema Corte que seja independente, que trabalhe dentro do que é previsto na Constituição, que faça valer os direitos constitucionais das pessoas e trabalhe estritamente dentro desses fatores. Isso traz segurança para a população.

Mas, como nós vimos acontecer aqui por várias vezes – e estes foram alguns casos: da discriminação de drogas, do marco temporal, da CPMI –, nós vemos aí uma atuação que, no mínimo, podemos falar como discutível. Isso tem que ser analisado, e isso precisa cessar. A gente precisa ter um país onde se possa confiar no equilíbrio entre os três Poderes. E faz parte das atribuições deste Senado cuidar para que isso aconteça. É o que as pessoas esperam da gente aqui.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Hoje nós teremos, provavelmente daqui a pouco, a eleição ou, vamos dizer assim, a votação para a aprovação de outros membros do STF, como o Flávio Dino. Eu particularmente não tenho nada contra ele. Eu sempre tive uma boa relação com ele. Mas para mim o fato de ele ser político tira as qualificações necessárias para isso. Certamente ele tem conhecimento técnico, agora, a parte de ser político, para mim, desqualifica-o para esse cargo.

Se eu ou V. Exa. fôssemos indicados, se fosse da carreira; se eu fosse indicado para o STF, eu não aceitaria, porque a ideologia política e o trabalho da política não é compatível com o que se espera de um Ministro do STF. Por isso, todo mundo sabe do meu voto negativo...



(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... com relação a isso.

Por isso (*Fora do microfone.*), venho também citar a PEC nº 8. A PEC 8, que, embora tenha sido colocada, muitas vezes, como se fosse uma revanche, ou fosse uma coisa contra, do Senado contra o STF, não é; é uma forma de trazer equilíbrio novamente, ou começar a trazer equilíbrio entre os Poderes, o que precisa ser feito. Não se pode ter uma hipertrofia de um Poder com relação aos outros Poderes. E, sem dúvida nenhuma, isso vai ser importante para cada uma das pessoas.

Sei que muita gente está nos assistindo, através das redes do Senado, e tem essa esperança de que o Senado tome a atitude correta e faça valer o que está previsto na Constituição. Para essas pessoas, o que eu digo é o seguinte: nós estamos aqui lutando. É um grupo de Senadores que luta para se manter o que está previsto na nossa Constituição, o que está previsto numa democracia, em que o poder é do povo, e o povo nos elege aqui para fazer com que esse poder seja exercido.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E isso vai ser feito.

Nós precisamos de uma maioria. (*Fora do microfone.*) Portanto, 2026 é um ano extremamente importante na renovação do Senado. Então, para cada uma dessas pessoas, eu digo que não percam as esperanças. Continuem a acreditar no Brasil! A gente quer um país que tenha democracia, tenha liberdade. A gente vê, gradualmente, a liberdade sendo tolhida – de opinião, de imprensa, de religião etc. –, e isso tem que ser mantido. Liberdade é difícil de se conquistar e é fácil de se perder.

Portanto, a gente vai ter que trabalhar, todos, no país, em defesa dessa liberdade, em defesa da democracia. E todos nós queremos harmonia, todos nós queremos paz, obviamente. Paz é a nossa última, vamos dizer assim, a nossa principal batalha; que a gente tenha paz e harmonia no nosso país.

Então, a gente vai negociar. Vamos conversar, discutir, negociar pela paz, mas nunca a gente vai se render pela paz. A maneira mais rápida de se obter paz em qualquer conflito ou qualquer...

(Soa a campanha.)

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... situação de discórdia é você ceder e concordar com tudo, e isso não vai acontecer. Então, a gente não vai deixar que o nosso país perca a sua democracia, perca a sua liberdade simplesmente porque vai haver acomodação, vamos dizer assim, com relação a lutar pela paz.

Então, vamos lutar por isso, sem dúvida nenhuma, pela liberdade, pela democracia e para que o nosso país tenha um ano de 2024 cada vez melhor.

E digo a cada uma das pessoas que está nos assistindo neste momento: não percam a esperança no Brasil! Acreditem no Brasil! E a gente vai vencer!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero aqui agradecer a participação do Senador Astronauta Marcos Pontes pela sua prestação de contas no balanço das atividades no Congresso, principalmente no Senado Federal, neste ano de 2023.

V. Exa. é um Senador de primeiro mandato, mas com uma dedicação gigantesca, com uma equipe de assessoria brilhante. Pelos números que você falou aqui, eu conheço poucos que tenham apresentado



tantos projetos no primeiro ano de mandato – mais de 200 projetos apresentados. Isso é o que demonstra também a qualificação da sua equipe e, principalmente, a sua vontade indomável de trabalhar e produzir aqui no Senado da República pelo Brasil. E V. Exa. teve uma votação esmagadora no Estado de São Paulo: mais de 11 milhões de eleitores, de votos.

Sempre que conversamos pessoalmente, falamos de velhos tempos e de novos dias, e, casualmente, nos encontramos aqui no Senado. O Astronauta Marcos Pontes, eu tive a oportunidade de acompanhar parte do treinamento dele lá, em Houston, na Nasa.

Tive também a oportunidade, como Deputado Federal à época, de ir ao lançamento na Estação Espacial Internacional, em Baikonur, no Cazaquistão. Naquela sala de vidro, onde os astronautas ficavam aguardando o momento de se dirigirem para a cápsula, nós – eu, a esposa do Marcos, a Fátima, os dois filhos, a Carol e o Fábio – estávamos numa expectativa enorme ali, do outro lado do vidro, e o Marcos, de uma forma extremamente tranquila, sereno, sorridente, chegou a ser comparado até pela imprensa nacional e internacional ao Iuri Gagarin, pelo sorriso, pela disponibilidade que tinha com a imprensa, com as pessoas, enfim.

Então, Senador Astronauta Marcos Pontes, é muito importante a gente ver aqui hoje – e comentamos de vez em quando, quando nos encontramos aqui nas Comissões, exatamente olhando pelo retrovisor do tempo, essa história – essa sua história na dedicação à área científica, à ciência, à tecnologia. E tem se debruçado aqui sobre esses temas que são importantes para o país, assim como na função que ocupou também de Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e tem se dedicado bastante. E é importante quando nós vemos a prestação de contas de cada um de nós aqui. O ano passa, o ano voa, mas as atividades são intensas, tanto aqui quanto nos nossos estados de origem, quanto no país e no exterior; nós temos relações também muito fortes com a área internacional.

Eu quero dizer que a sua prestação de contas aqui nesta tarde foi muito importante porque acho que milhares, quem sabe milhões de telespectadores estão acompanhando e veem exatamente esse rosário de realizações aqui no Congresso, no Brasil. E, obviamente, V. Exa. prestando contas, serve para fortalecer o conceito, o juízo de valor quanto à importância política e estratégica que tem o Senado da República. Portanto, parabéns a V. Exa. pela manifestação.

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para a apreciação das autoridades sabatinadas na Comissão.

*(A sessão é suspensa às 15 horas e 50 minutos, e reaberta às 20 horas e 17 minutos sob a Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Declaro reaberta a sessão e, desde já, encerrado o Período do Expediente e aberta a Ordem do Dia.

#### Início da Ordem do Dia

Pego que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras venham ao Plenário e permaneçam no Plenário.

Solicito às respectivas assessorias e aos Líderes partidários que possam comunicar suas bancadas. Quanto mais presença, no Plenário, tivermos, em menos tempo faremos a apreciação de todos os nomes que deverão ser submetidos ao Plenário do Senado Federal.

Neste instante, acaba de se encerrar a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que aprova pareceres relativamente às indicações do Procurador-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal.

Quero saudar os membros da CCJ, na pessoa do seu Presidente, Senador Davi Alcolumbre, pelo



trabalho longo e muito dedicado, nesta tarde-noite de hoje, mas, neste instante, peço, de fato, a presença no Plenário. Vou sugerir que se sentem nas suas poltronas, permaneçam nas suas poltronas, cancelem os compromissos que porventura tenham nos seus gabinetes e permaneçam no Senado Federal para que possamos cumprir a nossa missão constitucional de apreciação das autoridades na noite de hoje. Repito que, quanto melhor a presença, mais rapidamente terminaremos esta sessão, que deve se alongar pela noite.

Com a palavra, Senador Eduardo Gomes.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para fazer o registro aqui, com muita satisfação, da presença entre nós do Senador Alexandre Silveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, a quem cumprimento e que tem muitos amigos nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado.

Seja bem-vindo, Ministro de Minas e Energia, ex-Senador, colega desta Casa, mineiro, Alexandre Silveira!

Anuncio o Ofício nº 19, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Alexandre Augusto Seijas de Andrade para exercer o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, do Senado Federal, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri.

Parecer nº 1, de 2023, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, Relator: Senador Otto Alencar.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Trata-se da indicação, para a Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, do Sr. Alexandre Augusto Seijas de Andrade.

Peço o comparecimento dos Senadores e Senadoras e a permanência no Plenário para esta primeira votação. Teremos outras votações na noite de hoje. *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

Peço a presença do Senador Marcio Bittar, Senador Sérgio Petecão, Senador Alan Rick, Senador Renan Calheiros, Senador Rodrigo Cunha, Senador Renan Filho.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Izalci Lucas, Senadora Leila Barros, Senadora Damares Alves, Senador Fabiano Contarato, Senador Marcos do Val, Senador Magno Malta, Senador Jorge Kajuru, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Carlos Viana, Senador Cleitinho, Senador Nelsinho Trad, Senadora Soraya Thronicke, Senadora Tereza Cristina.

Estamos em processo de votação nominal.

Peço que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras possam permanecer no Plenário. *(Pausa.)*

Lista de oradores: Senador Marcos do Val. *(Pausa.)*

Senador Plínio Valério. *(Pausa.)*

Senador Esperidião Amin, orador.



(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Declina?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Vai fazer.

Com a palavra, Senador Esperidião Amin, como orador.

Estamos em processo de votação nominal.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, não vou atrasar.

Só queria que a V. Exa. despachasse, nesse dia de tanta importância democrática, o Projeto de Lei 6.012, que se encontra sobre a mesa; e queria fazer uma brevíssima descrição.

É claro que o projeto não vai tramitar agora, mas esse projeto foi subscrito pelo Senador Jorge Seif, pela Senadora Ivete da Silveira e por mim, representando um projeto de Santa Catarina.

Homenageia, também, o ex-Senador e hoje Governador Jorginho Mello, que foi quem conseguiu, afinal subscreveu e conseguiu aprovar o Pronampe, que foi um projeto da maior importância nos momentos da pandemia.

Eu recebi essa sugestão na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças e, com satisfação, solicitei que nós subscrevêssemos, em nome de Santa Catarina, esse projeto de lei do Pronampe. É uma homenagem à microempresa. Vai fazer com que os recursos devolvidos não vão para o Tesouro, e sim para fazer girar o crédito para a micro e pequena empresa nas microfinanças.

Portanto, é um projeto da Senadora Ivete, do Senador Jorge Seif, do Esperidião Amin e também do ex-Senador Jorginho Mello, um projeto que deu certo, que é importante e que merece ser perenizado pela reaplicação dos recursos que sejam pagos.

Então, muito obrigado pela oportunidade.

E, se V. Exa. me permite, o que é muito raro, eu queria cumprimentar o Senador Davi Alcolumbre, porque, hoje, ele se houve muito bem na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. (*Risos.*)

Amanhã, eu não sei...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Estamos em processo de votação nominal. Peço a presença no Plenário, Senador Lucas Barreto, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Plínio Valério, Senador Omar Aziz, Senador Jaques Wagner, Senador Otto Alencar, Senador Cid Gomes, Senador Camilo Santana.

Seja muito bem-vindo, Ministro Camilo Santana, à sua Casa, o Senado Federal!

Senadora Eliziane Gama, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Fávaro.

Igualmente, muito bem-vindo, Ministro Carlos Fávaro, ao Senado Federal!

Senador Wellington Fagundes, Senadora Teresa Leitão, Senador Fernando Dueire.

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Senadores que ainda não votaram que possam votar. Quando atingirmos o quórum, nós



vamos encerrar esta primeira votação e vamos partir para a segunda votação.

Senador Laércio Oliveira. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação nominal, Senador Jaime Bagattoli, Senador Chico Rodrigues.

O Senador Alessandro Vieira chega ao Plenário agora. Senador Alessandro, estamos em processo de votação nominal para a indicação da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

Senadora Mara Gabrilli, Senadora Ivete da Silveira, Senador Ciro Nogueira, Senador Marcelo Castro, Senador Carlos Portinho, Senador Flávio Bolsonaro, estamos em processo de votação nominal.

Eu peço a atenção dos Senadores que às vezes estão no Plenário, e não estão atentos à votação nominal. Então, que fiquem atentos! Nós vamos ter uma dinâmica de muitas votações nominais. Eu peço a atenção dos Senadores e Senadoras. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação nominal. Eu consulto os Senadores que estão presentes se já votaram. (*Pausa.*)

Todos já votaram?

Senador Wellington Dias, seja muito bem-vindo ao Senado Federal, nosso Ministro! (*Pausa.*)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação?

O Senador Jayme Campos está votando neste momento, o Senador Laércio Oliveira... O Senador Vanderlan já votou.

Senador Camilo Santana. (*Pausa.*)

Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 48 Senadores; NÃO, 4 Senadores.

Uma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.1 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Alexandre Augusto Seijas de Andrade para exercer o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

Anuncio a Mensagem nº 85, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima.

Parecer nº 44, de 2023, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Carlos Fávaro.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Eu peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Renan Calheiros, Senador Renan Filho, estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Senador Laércio Oliveira, estamos em processo de votação nominal.

Senadora Dorinha Seabra, Senador Cid Gomes, Senador Camilo Santana, estamos em processo de



votação nominal.

Senadora Teresa Leitão, Senador Wellington Dias, Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Senador Davi Alcolumbre, Senador Lucas Barreto, Senadora Eliziane Gama, estamos em processo de votação nominal.

Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação?

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Omar está aí... O Omar fica... Presidente, o Senador Omar fica fazendo confusão, em vez de estar aqui no Plenário votando.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Podemos encerrar a votação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Todos já votaram?

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Já.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Todos no Plenário já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

Eu peço a permanência dos Senadores e Senadoras. São 8h30 da noite; se nós não ficarmos no Plenário, nós não vamos conseguir avançar nas votações. Então, por favor, cancelem seus compromissos externos. O Plenário é sagrado. Vamos permanecer no sagrado... no Plenário, para podermos votar as indicações na data de hoje.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 48 Senadores; NÃO, 11 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.2 do Sumário**)

Nenhuma abstenção.

Está aprovada a indicação do Sr. Caio Mário Trivellato Seabra Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio o Ofício nº 18, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Edvaldo Nilo de Almeida, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga indicada pela Câmara dos Deputados.

Parecer nº 103, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ciro Nogueira.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu peço a presença no Plenário do Senador Eduardo Girão, do Senador Marcio Bittar.

Senador Sérgio Petecão está votando neste momento.

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Senadores e Senadoras que possam votar. Esta é uma indicação que exige maioria absoluta. (*Pausa.*)

Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Marcos Rogério, Senador Dr. Hiran... Peço a presença no Plenário do Senador Dr. Hiran. Ao Senador Fernando Dueire também peço que venha a Plenário e permaneça no Plenário para as votações. (*Pausa.*)

Senadora Eliziane Gama, estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Senador Efraim Filho, Senador Marcos Rogério, Senadora Tereza Cristina, estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Peço a permanência no Plenário dos Senadores e das Senadoras. Nós temos várias votações nominais e, se mantivermos este quórum e esta presença, nós vamos ter mais agilidade nas votações.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, o nosso Primeiro-Vice-Presidente, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, enquanto aguardamos as votações, a presença dos nossos companheiros e companheiras, eu queria pedir a V. Exa. que pudesse, caso haja o entendimento colegiado, incluir, numa das pautas da próxima semana, o Projeto de Lei nº 2.402, Presidente, cujo escopo trata sobre interesses do MPU. Se V. Exa. puder assim sugerir e orientar a Secretaria-Geral da Mesa, é o 2.402, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Fica registrado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Estamos em processo de votação nominal da indicação do Sr. Edvaldo Nilo de Almeida para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Peço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possam votar.

Senador Ciro Nogueira, Senador Marcelo Castro, Senador Carlos Portinho, Senador Fernando Dueire, Senadora Mara Gabrilli, Senador Marcos Rogério, Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Efraim Filho, Senador Renan Calheiros – Presidente Renan Calheiros, por favor, venha a Plenário –, Senador Rodrigo Cunha.

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Senador Fernando Dueire vai votar neste momento.

Senador Fernando Dueire, votou?

Podemos encerrar a votação? Todos os Senadores presentes no Plenário já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 64 Senadores; NÃO, 6 Senadores.

Nenhuma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.3 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Edvaldo Nilo de Almeida para compor o Conselho Nacional do



Ministério Público.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

Anuncio o Ofício nº 20, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Cíntia Menezes Brunetta, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Parecer nº 104, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Ana Paula Lobato.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Sérgio Petecão, Senador Alan Rick, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Zequinha Marinho, Senador Confúcio Moura, Senador Jayme Campos, Senador Cid Gomes, Senador Humberto Costa, Senador Rogério Carvalho, Senadora Zenaide Maia, Senador Camilo Santana, Senador Eduardo Girão, Senador Rodrigo Cunha, Senador Flávio Bolsonaro.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Marcio Bittar, Senador Fabiano Contarato, Senador Portinho, Senador Jaques Wagner.  
*(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Peço a presença do Senador Renan Calheiros, do Senador Rodrigo Cunha, do Senador Renan Filho.  
*(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Senadores que ainda não votaram que possam votar.

Senador Ciro Nogueira, Senador Marcelo Castro, peço a presença no Plenário; à Senadora Mara Gabrilli igualmente, ao Senador Wellington Fagundes.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Efraim Filho.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Efraim presente e em votação no exato momento, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – O Senador Efraim Filho vai votar e, após o Senador Efraim Filho votar, nós encerraremos a votação.

Todos já votaram, os que estão no Plenário? *(Pausa.)*

O Senador Efraim Filho votou? O Senador Lucas Barreto também?

Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Peço ao Senador Dr. Hiran que venha ao Plenário, também à Senadora Daniella Ribeiro. *(Pausa.)*

Podemos encerrar? *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 67 Senadores; NÃO, 5 Senadores.

Uma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.4 do Sumário**)

Está aprovada a indicação da Sra. Cíntia Menezes Brunetta, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 17, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Daiane Nogueira de Lira, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga indicada pela Câmara dos Deputados.

Parecer nº 102, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mecias de Jesus.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Davi Alcolumbre, estamos em processo de votação nominal.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Cleitinho, estamos em processo de votação nominal.

Senador Humberto Costa, Senador Rogerio Marinho, Senador Eduardo Gomes, Senador Jaques Wagner, Senadora Eliziane Gama, Senadora Ana Paula Lobato.

Peço a presença do Presidente Renan Calheiros no Plenário.

Senador Efraim Filho, Senador Magno Malta.

O Senador Magno Malta vota neste instante.

Senador Marcos do Val, Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Marcos Rogério, Senador Jaime Bagattoli.

Estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao Plenário e permaneçam no Plenário.

Senadora Mara Gabrilli, Senador Marcelo Castro, Senador Ciro Nogueira, por gentileza, venham e permaneçam no Plenário.

Senador Jayme Campos, estamos em processo de votação nominal.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Jayme votando. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Omar Aziz, Senador Jayme Campos está votando neste momento, Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Senador Omar Aziz, Senador Ciro Nogueira, Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Senador Omar Aziz.

Eu peço que o Senador Omar Aziz venha ao Plenário e permaneça no Plenário. Igualmente, o Senador Ciro Nogueira, o Senador Marcelo Castro e o Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Com alegria, recebemos o Presidente Renan Calheiros no Plenário. Senador Renan, nós estamos em processo de votação nominal. Esta é a quarta votação nominal, Senador Renan. Estamos aguardando V.



Exa. votar para encerrar a votação. (*Pausa.*)

O Senador Renan Calheiros já votou.

Podemos encerrar a votação? Todos no Plenário já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 67 Senadores; NÃO, 7 Senadores.

Nenhuma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.5 do Sumário**)

Está aprovada a indicação da Sra. Daiane Nogueira de Lira, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga reservada à Câmara dos Deputados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 21, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Mônica Autran Machado Nobre, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Parecer nº 105, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relatora: Senadora Augusta Brito.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Alan Rick, Senador Wilder, Senador Beto Faro, Senador Marcos do Val, Senador Jaime Bagattoli, Senadora Jussara Lima, Senador Camilo Santana, Senador Carlos Fávaro.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Estou ao seu lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Wellington Dias, Senador Irajá.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Carlos Viana, Senador Jorge Kajuru, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Nelsinho Trad, Senadora Soraya Thronicke.

Estamos em processo de votação nominal da indicação da Dra. Mônica Autran Machado Nobre, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Zequinha Marinho.

Estamos em processo de votação nominal.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Cid Gomes.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para me...



*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador, o microfone, Senador.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Quero agradecer a todos os Senadores que, nessa última votação, aprovaram o nome indicado pelo Supremo Tribunal Federal para o Conselho Nacional de Justiça.

Trata-se de uma conterrânea cearense ilustre, Daiane Nogueira de Lima, que teve uma votação aqui, creio, muito próxima do recorde desta Casa: 67 Senadores a aprovaram.

Quero desejar sucesso à Daiane, um bom trabalho, e agradeço o voto de cada um dos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Cid Gomes.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Cid Gomes, inclusive, fique à vontade para poder fazer a chamada dos Senadores das Senadoras que não votaram.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Magno Malta. *(Fora do microfone.)*

Senador Omar Aziz, Senador Fernando Dueire, Senador Renan Calheiros.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.)* – Votou, votou.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Não, Renan não votou, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Renan Calheiros. *(Risos.)*

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Agora sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Omar Aziz, Senador Ciro Nogueira, Senador Marcelo Castro, eu peço a presença no Plenário dos senhores. *(Pausa.)*

Podemos encerrar a votação? Todos já votaram?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Todos já votaram?

Quem está faltando? O Senador Omar?

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu agradeço a presença do Senador Omar Aziz no Plenário.

Eu espero que o Senador *(Risos.)* Omar continue presente no Plenário.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone.)* – Ciro Nogueira acabou de chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Podemos encerrar?

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone.)* – Ciro Nogueira acabou de chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – O Senador Ciro Nogueira está chegando para votar.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu cheguei aqui com a barba feita e eu já estou barbado.

Desde manhã cedo aqui, está demorando muito isso.

Mais rápido, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito. Eu vou agilizar, Senador Omar Aziz.

Podemos encerrar a votação? O Senador Ciro votou?

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Chegou atrasado botando banca.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 68 Senadores; NÃO, 6 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 3.2.6 do Sumário)**

Está aprovada a indicação da Sra. Mônica Autran Machado Nobre, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga reservada ao Superior Tribunal de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 22, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Daniela Pereira Madeira, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Parecer nº 106, de 2023, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Zenaide Maia.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação. *(Pausa.)*

A votação está aberta. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Jayme Campos, Senador Eduardo Braga, Senador Renan Calheiros, Senador Renan Filho, Senador Camilo Santana, Senador Davi Alcolumbre.

Senador Ciro Nogueira chegou ao Plenário, já pode votar – inclusive é uma nova votação, Senador Ciro.

Senador Confúcio Moura, Senador Mecias de Jesus, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Carlos Fávaro, Senador Wellington Fagundes, Senador Weverton, Senador Carlos Portinho, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Romário. *(Pausa.)*

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Lucas Barreto, Senador Randolfe, Senador Wellington Fagundes, Senador Marcelo Castro, Senador Carlos Portinho, Senador Giordano, Senadora Mara Gabrilli, Senador Marcos do Val, Magno Malta, Senador Cleitinho,



Senador Jader Barbalho.

Para descansar a garganta dele.

Senador Efraim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Giordano, Senador Wellington Fagundes, Senador Efraim Filho.

Senador Jader Barbalho está votando neste momento, Presidente Jader. (*Pausa.*)

Eu peço a presença da Senadora Daniella Ribeiro no Plenário, também do Senador Dr. Hiran, Senador Giordano. (*Pausa.*)

Nós estamos aguardando o Senador Jader Barbalho, vai mudar de terminal.

Eu peço a permanência dos Senadores e das Senadoras no Plenário para as outras votações.

Senador Wellington Fagundes, Senadora Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

Agradeço ao Senador Jader.

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 70 Senadores; NÃO, 5 Senadores.

Uma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.7 do Sumário**)

Aprovada a indicação da Sra. Daniela Pereira Madeira, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 24, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Renata Gil de Alcantara Videira, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Parecer nº 108, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta, da indicação da Dra. Renata Gil para a vaga do Conselho Nacional de Justiça.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Eduardo Braga, Senador Renan Filho, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Nelsinho Trad, Senador Omar Aziz, Senador Styvenson Valentim, Senador Hamilton Mourão, Senadora Ivete da Silveira, Senador Confúcio Moura, Senador Weverton, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Davi Alcolumbre, Senador Renan Calheiros, Senador Alan Rick, Senador Fabiano Contarato.

Estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Eduardo Girão, Senador Camilo Santana, Senador Jayme Campos, Senador Jaques Wagner, Senador Rogerio Marinho, Senador Carlos Portinho, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Cleitinho, Senador Efraim, Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – Estamos em processo de votação nominal.

O Senador Luis Carlos Heinze pede a palavra pela ordem.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu queria cumprimentar o Senador Otto Alencar pelo belo relatório que fez no projeto para o regime de águas do Brasil inteiro.

A Senadora Tereza Cristina fez um relatório *ad hoc*, e pedimos para que seja incluído na pauta da semana que vem o PL 1.282, Senadora Leila, que foi votado hoje de manhã na Comissão de Meio Ambiente.

É o pedido que faço a V. Exa., Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, Senador Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Estou pedindo para incluir na pauta da semana que vem, que foi votado hoje na Comissão de Meio Ambiente, o PL 1.282, para que possa ser deliberado no Plenário da próxima...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Vamos avaliar o requerimento de V. Exa..

Estamos em processo de votação nominal.

Consulto o Plenário se todos já votaram.

Senador Fernando Dueire. Peço a permanência do Senador Fernando Dueire no Plenário.

Teremos outras votações nominais. (*Pausa.*)

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Senador Carlos Portinho.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem está chamando é o Senador Cid.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Podemos encerrar a votação?

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 74 Senadores; NÃO, 3 Senadores.

Nenhuma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.8 do Sumário**)

Está aprovada a indicação da Sra. Renata Gil de Alcantara Videira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 25, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Guilherme Augusto Caputo Bastos, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parecer nº 109, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Gomes.

A matéria depende para sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta da composição da





Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Sérgio Petecão, Senador Alan Rick, Senador Marcio Bittar...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – ... Senador Jorge Kajuru, Senador Marcos Rogério, Senador Zequinha Marinho, Senador Confúcio Moura, Senador Rodrigo Cunha, Senador Sergio Moro, Senador Plínio Valério, Senador Wellington Dias, Senador Ciro Nogueira, Senador Carlos Fávaro, Senador Angelo Coronel – já votou o Senador Angelo Coronel –, Senador Jaques Wagner, Senador Weverton, Senador Camilo Santana, estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

Senador Giordano, Senador Mara Gabrilli, Senador Carlos Portinho, Senador Fernando Dueire, Senador Humberto Costa.

Eu peço aos Senadores que cancelem seus compromissos de gabinete e permaneçam no Plenário. *(Pausa.)*

Senador Wellington Fagundes, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Jader Barbalho – está votando neste momento –, Senador Marcos do Val, Senador Magno Malta.

Senador Marcos do Val, estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

Peço a presença no Plenário da Senadora Mara Gabrilli e do Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Senadores e às Senadoras que ainda não votaram... Em instantes vamos encerrar a votação.

Aguardamos o Senador Jader Barbalho. *(Pausa.)*

O Senador Jader Barbalho já votou – agradeço.

Podemos encerrar a votação? Todos já votaram? *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 72 Senadores; NÃO, 4 Senadores.

Duas abstenções. **(Lista de votação - Vide Item 3.2.9 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Guilherme Augusto Caputo Bastos para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Ofício nº 23, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Edivaldo Rocha Rotondano para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Parecer nº 107, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Cid



Gomes.

A matéria depende para sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Izalci Lucas, Senador Beto Faro...

Com a palavra, pela ordem, o Senador Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Desembargador Rotondano, do meu estado, o Estado da Bahia, tem tido um desempenho como Desembargador muito importante no meu estado. É conhecedor das letras jurídicas, tem uma história de vida dedicada ao estudo e também à sua atividade profissional. Portanto, vai honrar a Bahia neste caminho para o Conselho Nacional de Justiça.

Peço aos meus colegas o apoio para o Desembargador Rotondano.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Senador Cid Gomes.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Marcio Bittar, Senador Magno Malta, Senador Jorge Kajuru...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Votei.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Não, votou no anterior.

Senador Nelsinho Trad, Senadora Soraya Thronicke, Senador Efraim, Senador Jaime Bagattoli, Senador Laércio Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senadora Soraya...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Jayme Campos...

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pessoal, é o Senador Cid quem está chamando.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Angelo Coronel.

**O SR. ANGELO CORONEL** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria neste momento...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ANGELO CORONEL** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que não votaram para votar no Dr. José Edivaldo Rocha Rotondano, Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, pessoa de um caráter exemplar, uma lisura que engrandece o Tribunal da Bahia. E,



agora, no CNJ, ele com certeza fará um grande papel em prol da Justiça brasileira.

Então, vamos votar no Dr. Edivaldo Rotondano.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Podemos encerrar a votação? Todos já votaram?

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Humberto Costa, Senador Magno Malta, Senador Efraim...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Inclusive eu não votei.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Wellington Fagundes...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Podemos encerrar? (*Pausa.*)

O Senador Humberto Costa está votando neste momento. (*Pausa.*)

Podemos encerrar a votação? O Senador Humberto votou?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Votei.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 68 Senadores; NÃO, 7 Senadores.

Uma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.10 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. José Edivaldo Rocha Rotondano para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 26, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parecer nº 110, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Otto Alencar.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Alan Rick, Senador Marcio Bittar, Senador Izalci Lucas, Senador Carlos Viana, Senador Camilo Santana, Senadora Teresa Leitão, Senador Rogerio Marinho, Senador Ciro Nogueira, Senadora Zenaide Maia.

(*Soa a campanha.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação nominal.

Pego ao Senador Jaques Wagner, Senador Omar Aziz, Senador Davi Alcolumbre, Senador Renan Calheiros, Senadora Damares Alves, Senadora Eliziane Gama, Senador Weverton, Senador Humberto Costa, Senador Fernando Dueire...

Senador Davi Alcolumbre... Senador Davi...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Dr. Hiran, Senador Magno Malta, Senadora Soraya Thronicke...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Pego aos Senadores que ainda não votaram que possam votar.

O Senador Jaques Wagner está votando neste momento.

Senador Romário, Senador Carlos Portinho, Senador Dr. Hiran, Senador Marcos Rogério, Senador Magno Malta, estamos em processo de votação nominal.

Consulto se todos já votaram e se podemos encerrar a votação: todos do Plenário já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 67 Senadores; NÃO, 7 Senadores.

Uma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.11 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio o Ofício nº 27, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parecer nº 111, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fabiano Contarato.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Wilder Moraes, Senador Davi Alcolumbre, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Rogerio Marinho...

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – ... Senador Lucas Barreto, Senador Cid Gomes, Senador Eduardo Girão, Senador Camilo Santana, Senadora Eliziane Gama, Senador Weverton, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Carlos Fávaro, Senador Wellington Fagundes, estamos em processo de votação nominal.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, Senadora Daniella Ribeiro.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para informar a este Plenário que, há pouco tempo, a CMO votou, acabou de votar e aprovar o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Parabenizo a Senadora Daniella Ribeiro pelo belíssimo trabalho feito à frente da Comissão Mista de Orçamento com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senadora Soraya Thronicke...

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só queria registrar aqui a minha felicidade de ter sido Relator da indicação do Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, que é do TST e que muito vai contribuir no CNJ.

Parabenizo o Dr. Guilherme e conclamo os colegas Senadores e Senadoras a que votem pela aprovação do Dr. Guilherme Guimarães Feliciano para o CNJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senadora Soraya Thronicke, Senador Marcos do Val, Senador... (*Pausa.*)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Hoje temos uma grande presença de jornalistas, profissionais da imprensa, no Plenário do Senado Federal.

Gostaria de fazer uma saudação especial a todos os representantes da imprensa presentes no Plenário do Senado Federal. São todos muito bem-vindos! (*Pausa.*)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 47 Senadores; NÃO, 30 Senadores.

Uma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.12 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Guilherme Guimarães Feliciano para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio a Mensagem nº 88, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Flávio Dino de Castro e Costa para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga



decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Weber.

Parecer nº 117, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Weverton.

A matéria depende para sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, de pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Renan Calheiros, Senadora Teresa Leitão...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Quero fazer o registro do meu voto: eu voto “não” à indicação do Ministro Flávio Dino, Ministro da Justiça.

Por que o meu voto é “não”? Porque um homem nunca será separado das suas convicções. Ele nunca escondeu que é comunista, que é marxista e que faz o que Lenin disse. E Lenin prega um terror contra princípios e valores. Por isso, registro o meu voto “não”.

Estamos levando para o Supremo um militante de esquerda mais uma vez. E, certamente... Ele fez muita analogia com o futebol e disse que é como se ele fosse centroavante, mas agora ele está indo para a posição de goleiro. É verdade, mudou de posição, mas não mudou de time. O time dele é o time de esquerda, marxista, leninista, e que é contrário a tudo aquilo que eu creio e acredito, os valores com que cheguei até aqui, pregando e lutando na minha vida.

Registro meu voto “não” à indicação de Flávio Dino.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Magno Malta, Senadora Soraya Thronicke, Senador Zequinha Marinho, Senador Marcos Rogério, Senador Mecias de Jesus, Senador Otto Alencar, Senador Plínio Valério, Senador Lucas Barreto, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Fávaro, Senador Carlos Portinho e Senadora Mara Gabrilli ainda não votaram.

Com a palavra, Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus a oportunidade de estar aqui novamente com todos os meus pares.

Quero, também, agradecer ao Presidente da CCJ, Senador Davi Alcolumbre, e ao Presidente Pacheco por ter me delegado essa importante tarefa, nos últimos dias, de relatar o indicado para o Supremo Tribunal Federal, o Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça e colega nosso, Senador da República.

Nós estivemos, desde cedo, na CCJ, numa longa sabatina, onde tivemos a oportunidade, não só de testemunhar o que já tínhamos relatado, mas também de tirar todas as dúvidas em relação ao notável saber jurídico e à reputação do indicado, Sr. Flávio Dino, para a vaga da Suprema Corte Federal. Isso porque são os pré-requisitos necessários para se ocupar função de tal relevância.

Quero dizer, Presidente, que, também, convencido da postura e da forma como o Ministro Flávio Dino não só conduziu hoje a sabatina, ficou muito claro que ele sabe se conduzir de acordo com a tarefa



que ele se delega ou que lhe é delegada durante a sua vida pública. Soube se comportar como juiz federal. Não esteve envolvido em nenhum tipo de ação, nenhum tipo de ação espetaculosa, não esteve em nenhum tipo de operação que viesse a tentar projetá-lo.

Flávio Dino, enquanto juiz federal, dedicou-se à sua magistratura, ao longo dos 12 anos da sua vida pública, naquele momento. Naquele momento, teve a oportunidade de ser desembargador convocado aqui no TRF 1. Teve a oportunidade de ser Presidente da associação dos magistrados do Brasil; não do seu estado, de todo o Brasil! Ele teve a oportunidade de ser Secretário do Conselho mais importante do Judiciário, o órgão máximo superior do Judiciário, que é ser Secretário-Geral do CNJ.

O Senador Flávio Dino, Ministro Pacheco, decidiu entrar na política, Senador Otto, e ali, Senador Omar, ele fez como todos têm que fazer: encerrou a sua carreira, se afastou e, dali, ele anunciou a sua entrada na vida pública, repito, pela porta da frente, sem precisar usar nenhuma operação, nenhum tipo de ação para que ele pudesse se viabilizar. Então, ele, ao ser Governador duas vezes; ser o único brasileiro em vida – o único brasileiro em vida – que teve a oportunidade de ocupar os três Poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário, se credenciou para chegar ao Supremo Tribunal Federal.

Portanto, eu quero aqui agradecer a confiança de V. Exa. e dizer que nós estamos aqui...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... convencidos de que o Flávio Dino não só será aprovado pelo Plenário do Senado Federal, mas também será um grande Ministro da Suprema Corte federal, e honrará o Maranhão, o Nordeste brasileiro.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, há um comunicado da assessoria da Senadora Mara Gabrilli, que teve um problema de saúde e não poderá estar presente, de modo que nós já temos 80 votantes e está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 47 Senadores; NÃO, 31 Senadores.

Duas abstenções. *(Palmas.)* **(Lista de votação - Vide Item 3.2.13 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Flávio Dino de Castro e Costa para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. IRAJÁ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Anuncio a Mensagem nº 87, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Parecer nº 114, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jayme



Campos.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Eduardo Braga, Senador Renan Calheiros, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Sérgio Petecão, Senador Alan Rick, Senadora Leila Barros, Senador Carlos Fávaro, Senador Angelo Coronel, Senador Nelsinho Trad, Senador Dr. Hiran, Senador Sergio Moro, Senador Rodrigo Cunha, Senador Mecias, Senador Jader Barbalho.

Já votou o Senador Jader.

Senador Confúcio Moura, Senadora Damares Alves, Senador Vanderlan Cardoso.

Eu peço a permanência no Plenário, porque teremos ainda a votação do Procurador-Geral da República.

Senadora Ana Paula Lobato, Senadora Eliziane Gama, Senador Eduardo Girão, Senador Jayme Campos. Senador Carlos Fávaro, Senador Wellington Fagundes, Senador Davi Alcolumbre. *(Pausa.)*

Senador Davi Alcolumbre.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Eu tentei falar antes, mas eu compreendo que estava num momento muito concentrado todo mundo.

É um dever meu apresentar a voz de 426 mil brasileiros que se manifestaram, através de um abaixo-assinado, contra a indicação do Ministro Flávio Dino. Foram vários abaixo-assinados, este é apenas um deles, promovido pelo Partido Novo. Então, queria aqui registrar este momento, no Senado, e vamos entregar ao senhor este abaixo-assinado.

Muito obrigado.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Eliziane Gama.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar e fazer os meus cumprimentos ao mais novo – a gente pode dizer assim, depois dessa eleição – integrante da Suprema Corte brasileira, o Flávio Dino, porque, claramente, foi constatado, durante as mais de dez horas de sabatina, aqui no Senado Federal, o seu notório saber jurídico, e é comprovada a sua reputação ilibada. Os meus cumprimentos a esse, com muita honra, maranhense. O Maranhão tem gente de alto nível, como o nosso querido Flávio Dino e tantas outras personalidades.

Eu queria aproveitar, Presidente, para também fazer os meus cumprimentos à Bancada Feminina do Senado Federal, que ganha com a efetividade da nossa querida Senadora Ana Paula, uma mulher





maranhense, que, juntamente conosco, vai confirmar, de forma efetiva, a maioria feminina da bancada do Senado maranhense. Portanto, hoje, nós temos o Senador Weverton Rocha e a Senadora Ana Paula, que passa a ser efetivada tão logo o Ministro Flávio Dino tome posse no Supremo Tribunal Federal.

Quero finalizar trazendo aqui o registro do querido Vice-Governador do Maranhão, Felipe Camarão, este grande homem, que é uma liderança e uma referência no Estado do Maranhão, em vários âmbitos para além da sua luta histórica na defesa da educação maranhense.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Peço a presença do Senador Marcelo Castro e do Senador Zequinha Marinho.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Irajá.

**O SR. IRAJÁ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu faço um apelo a V. Exa. Está acontecendo, neste momento, a deliberação da Comissão Mista de Orçamento. A Presidente é Daniella Ribeiro, nossa Senadora e colega, e eu sou Relator setorial. Nós precisamos nos deslocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Nós vamos encerrar esta votação e já vamos abrir a do Procurador-Geral da República. V. Exa. vota e vai.

**O SR. IRAJÁ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Agradeço a V. Exa. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel e mostre o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Votaram SIM 47 Senadores; NÃO, 30 Senadores.

Uma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 3.2.14 do Sumário**)

Está aprovada a indicação do Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio a Mensagem nº 89, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras.

Parecer nº 118, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jaques Wagner.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, pelo menos 41 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Marcio Bittar, Senador Alan Rick, Senador Carlos Fávaro, Senadora Teresa Leitão,



Senadora Ana Paula Lobato, Senadora Jussara Lima. (*Pausa.*)

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Otto Alencar, Senador Wellington Fagundes, Senador Ciro Nogueira, Senador Marcelo Castro, Senador Carlos Portinho, Senador Giordano, Senador Renan Filho, Senador Marcos do Val, Magno Malta, Daniella Ribeiro, Veneziano Vital do Rêgo, Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente... Presidente...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Marcelo Castro.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria fazer uma consulta a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – O Senador Davi Alcolumbre tem a palavra.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Pela ordem.) – Se nós ainda teremos alguma votação nominal no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Não, esta é a última.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – De nada. (*Pausa.*)

A Senadora Daniella Ribeiro está retornando ao Plenário. Nós vamos aguardar a Senadora Daniella Ribeiro e vamos encerrar a votação.

Senador Eduardo Braga, nós conseguimos esgotar. (*Pausa.*)

Ao tempo em que nós estamos nos encaminhando para o encerramento desta sessão – esta é a última autoridade a ser apreciada, a indicação do Sr. Procurador-Geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco –, eu quero cumprimentar todas as Senadoras e os Senadores, que realmente deram um exemplo hoje de disciplina, de responsabilidade com o Senado Federal, com uma presença e com um quórum muitíssimo qualificado, com a permanência no Plenário, que permitiu a apreciação dos nomes para a Instituição Fiscal Independente, para a Agência Nacional de Mineração, para o Conselho Nacional de Justiça, para o Conselho Nacional do Ministério Público, na data de ontem para as embaixadas, e também a apreciação do Defensor Público da União e do Ministro do Supremo Tribunal Federal, e agora do Procurador-Geral da República. Cumprimos a nossa missão constitucional.

Quero cumprimentar também os Presidentes das Comissões Permanentes das Casas, os Relatores das matérias, na pessoa do Relator Senador Weverton, que relatou a indicação do nosso colega de Senado, hoje guindado ao Supremo Tribunal Federal, Ministro Flávio Dino. Portanto, a saudação desta Presidência e os agradecimentos a todos os Senadores e Senadoras, a suas respectivas assessorias também, que colaboraram muito com esse trabalho longo que tivemos.

Nosso cumprimento também ao Presidente Davi Alcolumbre pela condução do trabalho na Comissão de Constituição e Justiça, na longa reunião hoje da CCJ do Senado Federal, muito bem conduzida pelo Presidente Davi Alcolumbre.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Nós estamos aguardando a Senadora Daniella Ribeiro e, assim que a Senadora Daniella Ribeiro votar, nós vamos encerrar a votação e, na sequência do encerramento desta votação, nós vamos encerrar a



sessão.

Com a palavra, Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pela ordem.) – Presidente, eu quero aqui primeiro parabenizar. Vimos aqui, hoje, um momento de democracia, mas também um momento histórico. Primeiro a votação juntos para vários nomes aqui, de vários conselhos. Destaco aqui, agora, a votação do Dr. Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República e também do nosso querido Flávio Dino.

Eu quero dar um testemunho, Sr. Presidente, de como tive o privilégio de conhecer o Flávio Dino ainda advogado, depois acompanhei sua trajetória como magistrado, em seguida, podendo acompanhá-lo como Deputado Federal, depois Governador, em seguida, na condição de Presidente da Embratur, ali podendo ter alcançado esse mandato de Senador, após ótimos mandatos no Maranhão, nosso vizinho do Piauí.

E devo dizer que é a primeira vez na história que alguém com a experiência, o conhecimento, preenchendo os requisitos, por isso encaminhado seu nome aqui pelo Presidente Lula, chega ao Supremo. Eu quero dizer que muitos que hoje, aqui, votaram, com o tempo, vão perceber que hoje, aqui, neste momento histórico, escolhemos um dos mais preparados brasileiros para o Supremo Tribunal Federal, e isso vai ser importante para a estabilidade jurídica, para garantir as condições de segurança jurídica, contribuindo junto com outros que lá estão, no Supremo, para que a gente tenha o fortalecimento da democracia.

Então, juntamente com o Senador e Ministro dos Transportes, Renan Filho, juntamente com o Ministro da Educação, Camilo, com o Ministro Fátima, tomamos uma decisão por esse elo de ser nosso colega Senador, nosso colega Ministro, com todo carinho que temos aqui por nossos suplentes, aqui a minha suplente Jussara Lima, que me orienta aqui nas votações. Então, quero dizer que é um prazer muito grande partilhar deste momento, que marcará na história deste Parlamento e do nosso país.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Wellington Dias. Meus cumprimentos a V. Exa.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, não é redundância, mas a Senadora Mara Gabrilli pediu-me que informasse ao Plenário que, por recomendação médica, e V. Exa. já tinha falado, ela teve que se retirar, por isso ela não compareceu para a votação. Ela mandou agora uma pessoa me comunicar o fato, portanto, ela estaria para cumprir com o dever dela, como sempre fez, e não pôde fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar. V. Exa., como Líder, justifica a ausência da Senadora Mara Gabrilli.

Podemos encerrar a votação?

Encerrada a votação, determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Votaram SIM 65 Senadores; NÃO, 11 Senadores.

Uma abstenção. **(Lista de votação - Vide Item 3.2.15 do Sumário)**

Está aprovada a indicação do Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco para exercer o cargo de Procurador-



Geral da República.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada a sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, quinta-feira, às 10h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 41 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**

**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**192ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**

**Presenças no período: 13/12/2023 07:00:00 até 13/12/2023 21:43:00**

**Votos no período: 13/12/2023 07:00:00 até 13/12/2023 21:43:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	X	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X	X
PSB	MA	Ana Paula Lobato	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X	X
PT	PA	Beto Faro	X	X
PT	CE	Camilo Santana	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
Republica	MG	Cleitinho	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
Republica	DF	Dameres Alves	X	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PP	RR	Dr. Hiran	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X	X
PSD	MA	Eliziane Gama	X	X
PP	SC	Esperidião Amin	X	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X	X
PSB	PR	Flávio Arns	X	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
MDB	SC	Ivete da Silva	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorge Seif	X	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X	X
PDT	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X	X

Emissão 13/12/2023 21:43:58





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal 57ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

**192ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
**Presenças no período: 13/12/2023 07:00:00 até 13/12/2023 21:43:00**  
**Votos no período: 13/12/2023 07:00:00 até 13/12/2023 21:43:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PL	ES	Magno Malta	X	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X	
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
PL	RO	Marcos Rogério	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
MDB	AL	Renan Filho	X	X
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RN	Rogério Marinho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PT	PE	Teresa Leitão	X	X
PP	MS	Tereza Cristina	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PT	PI	Wellington Dias	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PL	GO	Wilder Moraes	X	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X	X
Podemos	PA	Zequinha Marinho	X	X

***Compareceram 81 senadores.***

Emissão 13/12/2023 21:43:58



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 192<sup>a</sup> SESSÃO**

## **EXPEDIENTE**

### **Discurso encaminhado à publicação**



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SF - 1

*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –*  
*COPREM*

13/12/2023

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, registro carta encaminhada ao Presidente Lula sobre a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A (Trensurb).

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, parabenizamos pelo excelente trabalho na reconstrução do nosso país e pela sua liderança positiva diante do mundo. Desejamos sua completa recuperação e uma saúde forte. Seu trabalho e liderança animam e entusiasma a todos nós. Somos os deputados estaduais e federais do PT e do PCdoB, da Frente Brasil da Esperança do Rio Grande do Sul, e também o Senador Paulo Paim, e escrevemos para o Senhor para solicitar a retirada da TRENSURB, Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., do Programa Nacional de Desestatização (PND).

A TRENSURB é uma empresa estatal federal com funcionamento desde 1985, tem excelente desempenho operacional, alta aprovação dos usuários e transporta hoje 120 mil pessoas por dia, ligando a capital gaúcha a cidades dos Vales do Rio dos Sinos e Vale do Sapateiro, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A TRENSURB possui infraestrutura e equipamentos capazes de transportar até 250 mil pessoas por dia, operando com energia limpa e renovável (elétrica). Sabemos que o sistema público de transporte de passageiros, em especial nas regiões metropolitanas, encontra-se em profunda crise, com aumento de tarifas, péssima qualidade do transporte, redução de passageiros. Perante esta realidade, todos os sistemas operacionais do transporte público brasileiro, ônibus, trens ou metrô, exigem subsídios diretos da parte municípios, estados e governo federal dos que, de alguma forma permitem o funcionamento deste sistema. O fato, Senhor Presidente, é que este ainda é um debate em andamento, sobre como assegurar o direito à população de um transporte público com qualidade, seguro e eficiente.

Conceder a TRENSURB ao setor privado, como deseja o atual governo do estado do RS, não vai eliminar a necessidade da manutenção dos subsídios que o governo federal atualmente assegura à empresa. Uma concessão sem a manutenção dos subsídios federais provocaria um aumento insuportável da tarifa à população usuária, o que seria catastrófico. Ou seja, mesmo privatizada, o governo federal continuará a repassar recursos públicos, agora para uma empresa privada. Esta concessão, portanto, Senhor Presidente, não nos parece necessária, adequada e correta, pois a TRENSURB é uma empresa que opera muito bem. Uma eventual privatização não traria ganhos operacionais, ao contrário, traria para o RS a enorme instabilidade, insegurança e problemas de gestão que hoje ocorrem em regiões onde este transporte foi concedido ao setor privado.

Manter a TRENSURB no programa de desestatização dificulta uma gestão concentrada na qualidade e eficiência da empresa, aumenta os custos de contratos e serviços, cria insegurança na equipe de trabalho, nada do que entendemos como necessário à empresa neste momento.

Lembramos que no dia 23 de maio deste ano, em reunião com o Ministro da Casa Civil Rui Costa, este manifestou posição favorável à retirada da TRENSURB do referido programa. Por estas razões, Senhor Presidente, reiteramos a necessidade da retirada da TRENSURB do Programa Nacional de Desestatização.

Sem mais para o momento, Senhor Presidente, nos colocando a sua inteira disposição, agradecemos pela atenção e lhe desejamos muita saúde e sucesso!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhoras e senhores, aproveito para também registrar a





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SF - 2

*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –*  
*COPREM*

13/12/2023

questão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que foi aprovado pela Lei Complementar 159/2017. Ele foi criado para auxiliar os Estados com grave desequilíbrio financeiro para que pudessem ter instrumentos para o ajuste de suas contas.

Ocorre que o Regime de Recuperação Fiscal não melhorou a situação dos estados que continuam com dificuldades. A saída seria a aprovação do PL 561/2017 assinado pelos três senadores que está na CCJ aguardando designação de relatoria.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Tipo documento: Abertura de Audiência Pública

Data: 13/12/2023.

Tema: balanço CDH.

Senhoras e senhores, bom dia. Farei um balanço dos trabalhos desta comissão em 2023.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado desempenha um papel extraordinário na promoção, proteção e defesa dos direitos fundamentais de todos os cidadãos brasileiros. Sua importância está ligada a garantia de que os princípios consagrados na Constituição Federal e em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário sejam respeitados e efetivamente implementados.

A CDH tem no seu âmago a responsabilidade de fiscalizar e avaliar as políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, propondo medidas que visem à sua melhoria e correção de eventuais violações. É um espaço para a discussão de temas sensíveis e emergentes, permitindo a participação da sociedade civil, movimentos sociais, especialistas e organizações não governamentais. Tratamos de discriminação, violência, feminicídio, direitos das mulheres, acesso à educação, saúde, ensino técnico, emprego e renda, povos indígenas, pessoas com deficiência, racismo no futebol, desastres ambientais, direitos dos ferroviários, idosos, aposentados e pensionistas, preservação dos biomas, crise climática, agricultura familiar e segurança alimentar, e outros aspectos fundamentais da vida das pessoas. Esta comissão é um canal para a sociedade brasileira expressar suas preocupações e propor soluções.

Ela não se limita às fronteiras nacionais, desempenhando também função na defesa de princípios da humanidade. Defendemos, intransigentemente, e estamos comprometidos com os direitos humanos no cenário global. A CDH está conectada à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa aos direitos fundamentais de cada pessoa, promovendo o desenvolvimento humano e defendendo a democracia no país.

Senhoras e senhores, esta reunião de hoje, neste 13 de dezembro, é a centésima reunião extraordinária de 2023 que esta comissão realiza. Realizamos 26 reuniões deliberativas, foram 74 audiências públicas. Ouvimos os relatos e realizações de sete ministros de Estado, cada um dedicado a conduzir e fortalecer seus respectivos setores em benefício do bem-estar de nossa sociedade.

Expresso meu profundo respeito à Ministra Anielle Franco, que lidera a pasta da Igualdade Racial. Seu comprometimento em promover um país mais justo e inclusivo é inspirador. Suas ações têm sido essenciais para combater a discriminação e promover a equidade racial.

Ao Ministro Wellington Dias, responsável pelo Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, nossa sincera admiração. Seu trabalho é incansável em criar políticas públicas com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e garantir que todos os brasileiros tenham acesso a condições dignas de vida.



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SF - 3

*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –*  
*COPREM*

13/12/2023

Ministro Silvio Almeida, que lidera o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Sua luta e defesa dos direitos fundamentais são incansáveis. Uma busca cotidiana pela justiça social e construção de uma sociedade mais ética e igualitária.

Nossa líder indígena Sônia Guajajara. Ela desempenha um papel fundamental como Ministra dos Povos Indígenas. Tenho uma profunda admiração por ela. Seu compromisso em fortalecer os direitos dos povos indígenas é uma luz em nossa jornada para a construção de um Brasil diversificado e respeitoso com suas raízes.

Ouvimos aqui também, em audiência pública, o Ministro Luiz Marinho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Ele é incansável. Seu horizonte é criar um ambiente de trabalho mais justo e seguro para o fortalecimento da nossa força de trabalho e o desenvolvimento sustentável de nosso país.

Meus agradecimentos a ministra Cida Gonçalves, que lidera o Ministério das Mulheres. Comprometida em promover a igualdade de gênero e garantir o empoderamento das mulheres.

Ministra Nísia Trindade, que lidera o Ministério da Saúde. Sua dedicação em garantir a saúde e o bem-estar de nossa população, merece nosso mais profundo respeito. Nossos ministros e ministérios são pilares que sustentam a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

Senhoras e senhores, realizamos sete audiências no âmbito do Ciclo do Estatuto do Trabalho (SUG nº 12, de 2018). O Estatuto do Trabalho tem como objetivo elevar as condições de vida do povo brasileiro e impulsionar o crescimento e desenvolvimento do país de maneira equilibrada e orientada pela promoção dos direitos sociais e trabalhistas. A busca por uma sociedade justa, fraterna, solidária e democrática vai orientar o relatório final, com a promoção da humanização das relações de trabalho.

As audiências públicas abordaram outros temas relacionados diretamente ao cenário social do país. Três foram dedicadas ao ciclo de debates sobre a problemática da fome no Brasil, visando promover discussões e buscar soluções eficazes para esse desafio. Conduzimos duas audiências com foco na expropriação de terras, especialmente quando há constatação da prática de trabalho análogo à escravidão. Essa iniciativa visa combater e erradicar formas contemporâneas de exploração e promover condições justas e dignas para todos os trabalhadores. Dedicamos atenção ao uso medicinal da cannabis, abordando seus potenciais benefícios e desafios de regulação. Também tratamos, em audiências públicas, de questões de combate ao racismo e outras formas de discriminação, buscando promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Outros temas abordados incluem a igualdade salarial entre homens e mulheres, o marco temporal das terras indígenas, a violência contra as mulheres, a situação da Eletrobras, questões relacionadas às pessoas com deficiência e o autismo, pulverização de aérea por agrotóxicos e as violações de direitos humanos à saúde, alimentação e meio ambiente, entre diversos outros assuntos de interesse público.

As audiências públicas que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realizou e vai realizar muito mais ainda são um esforço para abordar uma ampla gama de questões sociais, e de direitos humanos. Busca-se promover o diálogo construtivo e a implementação de políticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a justiça social no Brasil.

Senhoras e senhores, a Comissão de Direitos Humanos aprovou sete projetos de lei de minha autoria. Entre eles: o que limita a duração do contrato de trabalho em 25 horas semanais; o que extingue contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador; o de intervalo intrajornada acréscimo de 50% natureza salarial.

Relatei 15 projetos de lei aprovados, entre eles: o PL 4498/2020, que inclui população em situação de rua no censo demográfico; o PL 1082/2023, sobre coleta de dados



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SF - 4

*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –*  
*COPREM*

13/12/2023

população LGBTQI+ pelo censo; a SUG 04/2023, sobre o abono PIS para empregado doméstico (transformado em PL); o PL 3697/2021, que proíbe trabalho de crianças e adolescentes nas praças e logradouros (altera a CLT); o PL 5384/2020 - Altera a Lei de Cotas para ingresso no ensino superior (Universidades Públicas) - critérios social/racial; o PL 5643/2019 - Preferência no atendimento às vítimas de violência sexual; o PL 2562/2021, que inclui crimes do ECA no rol de crimes hediondos.

Entre os projetos aprovados de forma terminativa, merecem destaque o PL 4396/2019, de minha autoria, que estabelece a obrigatoriedade de comandos manuais nos veículos adaptados oferecidos por locadoras, especificando que estes devem ser de freio e acelerador, não de freio e embreagem. Outro projeto relevante é o PL 4281/2023, de autoria do senador Eduardo Girão, que institui o Dia Nacional do Nascituro a ser comemorado em 8 de outubro, juntamente com a Semana de Defesa e Promoção da Vida, na semana que a antecede.

Além disso, foram aprovados outros importantes projetos, tais como o PL 316/2016, do senador Romário, que estabelece a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência, e o PL 1185/2022, do senador Sérgio Petecão, que institui a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio. Destaco também o PL 3294/2021, do senador Wellington Fagundes, que dispõe sobre a caracterização de símbolo para garantir direitos às pessoas com deficiência sensorial monocular, denominado Símbolo Nacional de Acessibilidade à Pessoa com Visão Monocular.

Além desses, a Comissão apreciou outros projetos relevantes, como o PL 5970/2019, que trata da expropriação de terras onde for constatada a prática de trabalho escravo, o PL 1085/2023, que aborda a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres, o PL 1372/2023, que propõe a revogação da Lei de alienação parental, o PL 03/2023, que aborda o Protocolo "Não é não". O PL 5384/2020, que trata da atualização da Lei de Cotas, autoria da deputada Maria do Rosário, relatoria na Câmara da deputada Dandara. Eu relatei no Senado. O PL 2245/2023, que cria a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População de Rua. Eu fui relator.

O total de deliberações na Comissão inclui 94 projetos de lei, 1 projeto de lei complementar (PLC), 31 sugestões (SUG), 2 projetos de resolução (PRS) e 1 projeto de decreto legislativo (PDL).

Passo a citar agora alguns encaminhamentos realizados: efetivação do resgate e repatriamento, conduzido pelo Itamaraty a pedido da CDH, de uma família brasileira (pertencente à cantora Tuta Guedes) que se encontrava isolada na cidade de Éilat, Israel, na região do Golfo de Aqaba, sul do país. A ação foi motivada pelo sério risco decorrente da ofensiva armada contra Israel e pelo receio da família de se locomover por áreas perigosas. Aprovação do projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres (LEI Nº 14.611/2023) como resultado da Audiência Pública Interativa, 34ª Reunião extraordinária da CDH, ocorrida em 29 de maio de 2023. A relatoria ficou a cargo da Senadora Zenaide Maia. Elaboração e aprovação do PL 5384/2020, que promove reformulações e ampliações no sistema de cotas no ensino federal, já citado aqui. Programação de diligência no Pantanal Mato-Grossense em parceria com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, prevista para o ano de 2024, entre outros encaminhamentos.

Quero sublinhar meus cumprimentos e meus agradecimentos a todos os senadores e senadoras integrantes deste colegiado. Zenaide Maia - Vice-presidente da CDH; Randolfe Rodrigues, Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Jussara Uma, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran, Damares Alves. Aos suplentes: Soraya Thronicke, Márcio Bittar, Giordano, Weverton, Alessandro Vieira, Otto Alencar,



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

SF - 5

*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –*  
*COPREM*

13/12/2023

Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula, Eduardo Gomes, Cleitinho. Agradeço também aos servidores da CDH.

Senhoras e senhores, termino esta explanação me expressando da seguinte maneira: Palavras cruéis têm o poder do aço afiado, capazes de ferir a alma, destruir sonhos e aprisionar a própria essência humana, como se experimentássemos um exílio em primeira pessoa. Nos afastemos dessas palavras. Vamos optar pelo oposto, pelo lado que o sol nasce, celebremos palavras benevolentes: gentileza, generosidade, gratidão, respeito, solidariedade, compaixão, fraternidade, resiliência, empatia, amor.

Os direitos humanos residem, em sua essência, na luz e no som deste vasto universo de palavras benditas, abençoadas, humanas. Busquemos os verbos bem conjugados, afinados com o bem-estar, com as mãos aos céus em reverência e cumplicidade ao outro capazes de tocar os corações das pessoas, assim juntas em causas nobres em ações verdadeiras postas em prática. Nossa missão é ajudar as pessoas, preservando suas identidades, raízes, história e escolhas de mundo e de vida, respeitando as diversidades. Pois, como afirmou o poeta: "Seguimos em frente, compartilhando a esperança, cada um no seu momento, cada qual em seu lugar".



# DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

## Ofício “S” nº 19/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Simples**

**Ofício nº 19, de 2023 - Alexandre Augusto Seijas de Andrade (IFI)**

Escolha do Senhor ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri.

Matéria **OFS 19/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:20:18**

Término Votação **13/12/2023 20:29:07**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO

Emissão 13/12/2023 20:29:10





Senado Federal  
57ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta  
Quórum Simples

Ofício nº 19, de 2023 - Alexandre Augusto Seijas de Andrade (IFI)

Escolha do Senhor ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri.

Matéria **OFS 19/2023**                      Início Votação **13/12/2023 20:20:18**    Término Votação **13/12/2023 20:29:07**  
Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**                      Data Sessão    **13/12/2023 14:00:00**

PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:48    NÃO:4    ABST.: 1                      TOTAL:53**

Primeiro-Secretario



# Mensagem nº 85/2023







**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Simples**

**Mensagem nº 85, de 2023 - Caio Mário Trivellato Seabra Filho (ANM)**

Escolha do Senhor CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima.

Matéria **MSF 85/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:29:56**

Término Votação **13/12/2023 20:33:26**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO

Emissão 13/12/2023 20:33:32





Senado Federal  
57ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta  
Quórum Simples

Mensagem nº 85, de 2023 - Caio Mário Trivellato Seabra Filho (ANM)

Escolha do Senhor CAIO MÁRIO TRIVELLATO SEABRA FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração - ANM, na vaga decorrente do término do mandato de Ronaldo Jorge da Silva Lima.

Matéria **MSF 85/2023**                      Início Votação **13/12/2023 20:29:56**    Término Votação **13/12/2023 20:33:26**  
Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**                      Data Sessão    **13/12/2023 14:00:00**

PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:48    NÃO:11    ABST.: 0                      TOTAL:59**

Primeiro-Secretario



# Ofício “S” nº 18/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 18, de 2023 - Edvaldo Nilo de Almeida (CNMP)**

Indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga indicada pela Câmara dos Deputados.

**Matéria OFS 18/2023**

**Início Votação 13/12/2023 20:34:38**

**Término Votação 13/12/2023 20:39:14**

**Sessão 192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

**Data Sessão**

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO

Emissão 13/12/2023 20:39:17





Senado Federal  
57ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta  
Quórum Qualificado

Ofício nº 18, de 2023 - Edvaldo Nilo de Almeida (CNMP)

Indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga indicada pela Câmara dos Deputados.

Matéria **OFS 18/2023**                      Início Votação **13/12/2023 20:34:38**    Término Votação **13/12/2023 20:39:14**  
Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**                      Data Sessão    **13/12/2023 14:00:00**

UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:64    NÃO:6    ABST.: 0                      TOTAL:70**

\_\_\_\_\_  
Primeiro-Secretario



# Ofício “S” nº 20/2023





Senado Federal  
57ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta  
Quórum Qualificado

Ofício nº 20, de 2023 - Cíntia Menezes Brunetta (CNMP)

Indicação da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 20/2023**                      Início Votação **13/12/2023 20:40:11**    Término Votação **13/12/2023 20:43:09**  
Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**                      Data Sessão        **13/12/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO

Emissão 13/12/2023 20:43:13





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 20, de 2023 - Cíntia Menezes Brunetta (CNMP)**

Indicação da Senhora CÍNTIA MENEZES BRUNETTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 20/2023** Início Votação **13/12/2023 20:40:11** Término Votação **13/12/2023 20:43:09**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:67 NÃO:5 ABST.: 1**

**TOTAL:73**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 20:43:13





## Ofício “S” nº 17/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 17, de 2023 - Daiane Nogueira de Lira (CNJ)**

Indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pela Câmara dos Deputados.

Matéria **OFS 17/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:44:09**

Término Votação **13/12/2023 20:48:02**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO

Emissão 13/12/2023 20:48:05





Senado Federal  
57ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta  
Quórum Qualificado

Ofício nº 17, de 2023 - Daiane Nogueira de Lira (CNJ)

Indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pela Câmara dos Deputados.

Matéria **OFS 17/2023**                      Início Votação **13/12/2023 20:44:09**      Término Votação **13/12/2023 20:48:02**  
Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**                      Data Sessão      **13/12/2023 14:00:00**

PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:67      NÃO:7      ABST.: 0                      TOTAL:74**

Primeiro-Secretario



## Ofício “S” nº 21/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 21, de 2023 - Mônica Autran Machado Nobre (CNJ)**

Indicação da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 21/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:49:01**

Término Votação **13/12/2023 20:52:07**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO

Emissão 13/12/2023 20:52:11





Senado Federal

57ª Legislatura

1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Quórum Qualificado

Ofício nº 21, de 2023 - Mônica Autran Machado Nobre (CNJ)

Indicação da Senhora MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 21/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:49:01**

Término Votação **13/12/2023 20:52:07**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:68**

**NÃO:6**

**ABST.: 2**

**TOTAL:76**

Primeiro-Secretario



## Ofício “S” nº 22/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 22, de 2023 - Daniela Pereira Madeira (CNJ)**

Indicação da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 22/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:53:03**

Término Votação **13/12/2023 20:55:56**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO

Emissão 13/12/2023 20:55:59







Senado Federal  
57ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta  
Quórum Qualificado

Ofício nº 22, de 2023 - Daniela Pereira Madeira (CNJ)

Indicação da Senhora DANIELA PEREIRA MADEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Matéria **OFS 22/2023**                      Início Votação **13/12/2023 20:53:03**      Término Votação **13/12/2023 20:55:56**  
Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**                      Data Sessão      **13/12/2023 14:00:00**

PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:70      NÃO:5      ABST.: 1                      TOTAL:76**

Primeiro-Secretario



## Ofício “S” nº 24/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 24, de 2023 - Renata Gil de Alcantara Videira (CNJ)**

Indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Matéria **OFS 24/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:56:54**

Término Votação **13/12/2023 21:00:16**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:00:19





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 24, de 2023 - Renata Gil de Alcantara Videira (CNJ)**

Indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Matéria **OFS 24/2023** Início Votação **13/12/2023 20:56:54** Término Votação **13/12/2023 21:00:16**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:00:19





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 24, de 2023 - Renata Gil de Alcantara Videira (CNJ)**

Indicação da Senhora RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Matéria **OFS 24/2023**

Início Votação **13/12/2023 20:56:54**

Término Votação **13/12/2023 21:00:16**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:74 NÃO:3 ABST.: 0**

**TOTAL:77**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 21:00:19



## Ofício “S” nº 25/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 25, de 2023 - Guilherme Augusto Caputo Bastos (CNJ)**

Indicação do Senhor GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 25/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:01:10**

Término Votação **13/12/2023 21:03:55**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:03:59





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 25, de 2023 - Guilherme Augusto Caputo Bastos (CNJ)**

Indicação do Senhor GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 25/2023** Início Votação **13/12/2023 21:01:10** Término Votação **13/12/2023 21:03:55**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:03:59







**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 25, de 2023 - Guilherme Augusto Caputo Bastos (CNJ)**

Indicação do Senhor GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 25/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:01:10**

Término Votação **13/12/2023 21:03:55**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:72 NÃO:4 ABST.: 2**

**TOTAL:78**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 21:03:59



## Ofício “S” nº 23/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 23, de 2023 - José Edivaldo Rocha Rotondano (CNJ)**

Indicação do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Matéria **OFS 23/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:04:49**

Término Votação **13/12/2023 21:07:55**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:07:59





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 23, de 2023 - José Edivaldo Rocha Rotondano (CNJ)**

Indicação do Senhor JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Matéria **OFS 23/2023** Início Votação **13/12/2023 21:04:49** Término Votação **13/12/2023 21:07:55**  
 Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:68 NÃO:7 ABST.: 1**

**TOTAL:76**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 21:07:59



# Ofício “S” nº 26/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 26, de 2023 - Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha (CNJ)**

Indicação do Senhor ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 26/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:08:47**

Término Votação **13/12/2023 21:10:47**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:11:59





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 26, de 2023 - Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha (CNJ)**

Indicação do Senhor ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 26/2023** Início Votação **13/12/2023 21:08:47** Término Votação **13/12/2023 21:10:47**  
 Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:67 NÃO:7 ABST.: 1**

**TOTAL:75**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 21:11:59



## Ofício “S” nº 27/2023







**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 27, de 2023 - Guilherme Guimarães Feliciano (CNJ)**

Indicação do Senhor GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 27/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:11:44**

Término Votação **13/12/2023 21:15:03**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:15:07





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 27, de 2023 - Guilherme Guimarães Feliciano (CNJ)**

Indicação do Senhor GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 27/2023** Início Votação **13/12/2023 21:11:44** Término Votação **13/12/2023 21:15:03**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:15:07





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Ofício nº 27, de 2023 - Guilherme Guimarães Feliciano (CNJ)**

Indicação do Senhor GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Matéria **OFS 27/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:11:44**

Término Votação **13/12/2023 21:15:03**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

*Presidente: Rodrigo Pacheco*

**SIM:47 NÃO:30 ABST.: 1**

**TOTAL:78**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 21:15:07



## Mensagem nº 88/2023





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 83, DE 2023

Requerimento de Urgência

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 83/2023 - CCJ [1 de 2]



**REQ**  
**00083/2023**



**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_, DE 2023 - CCJ**

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, **urgência** para a MSF 88/2023.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2023.

Senador WEVERTON

Avulso do REQ 83/2023 - CCJ [2 de 2]





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 88, de 2023 - Flávio Dino de Castro e Costa (STF)**

Indicação do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

Matéria **MSF 88/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:16:13**

Término Votação **13/12/2023 21:22:15**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:22:19





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 88, de 2023 - Flávio Dino de Castro e Costa (STF)**

Indicação do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

Matéria **MSF 88/2023** Início Votação **13/12/2023 21:16:13** Término Votação **13/12/2023 21:22:15**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
Podemos	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:22:19







**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 88, de 2023 - Flávio Dino de Castro e Costa (STF)**

Indicação do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

Matéria **MSF 88/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:16:13**

Término Votação **13/12/2023 21:22:15**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:47 NÃO:31 ABST.: 2**

**TOTAL:80**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 21:22:19



## Mensagem nº 87/2023





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 87, de 2023 - Leonardo Cardoso de Magalhães (DPU)**

Indicação do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Matéria **MSF 87/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:23:36**

Término Votação **13/12/2023 21:28:42**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
PL	RJ	Carlos Portinho	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:28:46





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 87, de 2023 - Leonardo Cardoso de Magalhães (DPU)**

Indicação do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Matéria **MSF 87/2023** Início Votação **13/12/2023 21:23:36** Término Votação **13/12/2023 21:28:42**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:28:46





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 87, de 2023 - Leonardo Cardoso de Magalhães (DPU)**

Indicação do Senhor LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Matéria **MSF 87/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:23:36**

Término Votação **13/12/2023 21:28:42**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

*Presidente: Rodrigo Pacheco*

**SIM:47 NÃO:30 ABST.: 1**

**TOTAL:78**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/12/2023 21:28:46



## Mensagem nº 89/2023





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 84, DE 2023

Requerimento de Urgência

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 84/2023 - CCJ [1 de 2]



**REQ**  
**00084/2023**



**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_, DE 2023 - CCJ**

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, **urgência** para a MSF 89/2023.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 2023.

Senador WEVERTON

Avulso do REQ 84/2023 - CCJ [2 de 2]







**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 89, de 2023 - Paulo Gustavo Gonet Branco (PGR)**

Indicação do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

Matéria **MSF 89/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:29:48**

Término Votação **13/12/2023 21:40:06**

Sessão **192ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
MDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PT	CE	Camilo Santana	SECRETO
PSD	MT	Carlos Fávaro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Dameres Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PL	TO	Eduardo Gomes	SECRETO
UNIÃO	PB	Efraim Filho	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
MDB	SP	Giordano	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
MDB	SC	Ivete da Silveira	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:42:19





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 89, de 2023 - Paulo Gustavo Gonet Branco (PGR)**

Indicação do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

Matéria **MSF 89/2023** Início Votação **13/12/2023 21:29:48** Término Votação **13/12/2023 21:40:06**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **13/12/2023 14:00:00**

PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PL	ES	Magno Malta	SECRETO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PL	RO	Marcos Rogério	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
MDB	AL	Renan Filho	SECRETO
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PT	PI	Wellington Dias	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO

Emissão 13/12/2023 21:42:19





**Senado Federal**  
**57ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**  
**Quórum Qualificado**

**Mensagem nº 89, de 2023 - Paulo Gustavo Gonet Branco (PGR)**

Indicação do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

Matéria **MSF 89/2023**

Início Votação **13/12/2023 21:29:48**

Término Votação **13/12/2023 21:40:06**

Sessão **192º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**13/12/2023 14:00:00**

*Presidente: Rodrigo Pacheco*

**SIM:65 NÃO:11 ABST.: 1**

**TOTAL:77**

Primeiro-Secretario



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

### Abertura de Prazos



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2015**

*Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais.*

Recebido o Ofício nº 150, de 2023, da CEsp, comunicando a aprovação de Substitutivo, em turno único.

Fica aberto o prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CEsp, para oferecimento de emendas, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

**Prazo: até o encerramento da discussão, em turno suplementar.**





SENADO FEDERAL  
Comissão de Esporte

OFÍCIO Nº. 150/2023/CEsp

Brasília, 12 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** Comunica a aprovação em turno único de emenda substitutiva a matéria terminativa na Comissão de Esporte (PLS 67/2015).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda Nº 1-CEsp (Substitutiva) ao Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2015, de autoria do senador Romário, que “Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais”.

A matéria será apreciada em turno suplementar, nos termos do art. 282 c/c o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

**Senador ROMÁRIO**  
Presidente da Comissão de Esporte



**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2017**

*Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.*

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

**Prazo: de 15/12/2023 a 21/12/2023.**



**PROJETO DE LEI Nº 4.146, DE 2023**

*Confere ao Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Balonismo.*

**PROJETO DE LEI Nº 4.149, DE 2023**

*Institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência.*

**PROJETO DE LEI Nº 4.150, DE 2023**

*Declara Robson Sampaio de Almeida, Patrono do Paradesporto Brasileiro.*

Recebidos os Ofícios nºs 151 a 153, de 2023, da CEsp, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 15/12/2023 a 21/12/2023.**







SENADO FEDERAL  
Comissão de Esporte

OFÍCIO Nº. 151/2023 – CEsp

Brasília, 12 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Aprovação do Projeto de Lei nº 4.146, de 2023, em decisão terminativa.**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 4.146, de 2023, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Confere ao Município de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Balonismo”.

Atenciosamente,

**Senador ROMÁRIO**  
Presidente da Comissão de Esporte





SENADO FEDERAL  
Comissão de Esporte

OFÍCIO Nº. 152/2023 – CEsp

Brasília, 12 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Aprovação do Projeto de Lei nº 4.149, de 2023, em decisão terminativa.**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 4.149, de 2023, de autoria do Senador Confúcio Moura, que “Institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência”.

Atenciosamente,

**Senador ROMÁRIO**  
Presidente da Comissão de Esporte





SENADO FEDERAL  
Comissão de Esporte

OFÍCIO Nº. 153/2023 – CEsp

Brasília, 12 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Aprovação do Projeto de Lei nº 4.150, de 2023, em decisão terminativa.**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 4.150, de 2023, de autoria da Senador Confúcio Moura, que “Declara Robson Sampaio de Almeida, Patrono do Paradesporto Brasileiro”.

Atenciosamente,

**Senador ROMÁRIO**  
Presidente da Comissão de Esporte



# Arquivamento



Cumprida a finalidade de dar conhecimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a Presidência determina o arquivamento da Mensagem nº 102, de 2018.

A matéria vai ao Arquivo.



# Comunicações





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

*A publicação  
em 13/12/23  
José Roberto Leite de Matos*

José Roberto Leite de Matos  
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Ofício nº 046/2023 - GSCFAVAR

Brasília, 13 de dezembro de 2023.

**À NAMAP**

**Senado Federal**

**Assunto: Manutenção dos servidores**

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico à Vossa Senhoria o interesse em manter o escritório de apoio na Rua Alemanha, 750 Bairro Santa Rosa Cuiabá – MT CEP: 78.040-010, como todos os servidores que estão nomeados no escritório de apoio em Cuiabá e no Gabinete em Brasília, bem como os servidores de cargos cedidos, referente aos servidores que até a data de 13/12/2023 encontravam-se prestando serviços a Senadora Margareth Buzetti, para que permaneçam nos seus respectivos locais de exercício e função, agora sob a minha titularidade.

Certo de contar com a atenção, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Certo de contar com a atenção, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimento,

Atenciosamente,

**Senador CARLOS FÁVARO**  
**PSD/MT**



Senado Federal – Anexo II / Ala Senador Teotônio Vilela - Gabinete: 15  
CEF: 70165-900 – Brasília-DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 10450302005AC40B.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL

À PUBLICAÇÃO.

Em: 13 / 12 / 2023.

José Roberto Leite de Matos  
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

SF/23452.22493-30 (LexEdit)

Ofício nº 50/2023

Brasília, 12 de dezembro de 2023

**Assunto: Comunicação de ausência do País.**

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 18/12/2023 a 03/01/2024.

Atenciosamente,

**Senador Oriovisto Guimarães  
(PODEMOS - PR)**





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Eliziane Gama

SF/23577.08919-25

**Ofício nº. 131/2023/BLRESDEM**

Brasília, 12 de dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor

**Senador RODRIGO PACHECO**

Presidente do Senado Federal

**Assunto: Substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar Resistência Democrática solicita a seguinte substituição na **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ**:

Senador **Camilo Santana** (PT/CE), como **titular**, em substituição a Senadora **Augusta de Brito** (PT/CE).

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**

PSD-MA

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Eliziane Gama

SF/23360.65098-89

**Ofício nº. 132/2023/BLRESDEM**

Brasília, 12 de dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor

**Senador RODRIGO PACHECO**

Presidente do Senado Federal

**Assunto: Substituição de membro na Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar Resistência Democrática solicita a seguinte substituição na **Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI**:

Senador **Carlos Fávaro** (PSD/MT), como **suplente**, em substituição a Senadora **Margareth Buzeth** (PSD/MT).

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**

PSD-MA

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

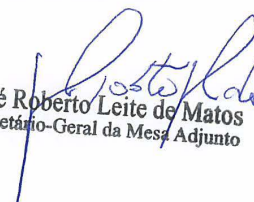


Brasília, 12 de dezembro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**  
**Presidente do Senado Federal**  
Brasília-DF

**À PUBLICAÇÃO.**  
Em: 13 / 12 / 2023.

Assunto: **reassunção ao mandato de Senador da República.**

  
**José Roberto Leite de Matos**  
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico à Vossa Excelência e ao Plenário o retorno ao exercício do mandato parlamentar, a partir do dia 13 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

JOSE  
WELLINGTON  
BARROSO DE  
DIAS  
ARAÚJO DIAS  
**Senador Wellington Dias**  
**PT - PI**

Assinado de forma  
digital por JOSE  
WELLINGTON  
BARROSO DE ARAUJO  
DIAS  
Dados: 2023.12.12  
10:45:06 -03'00'



13/12/2023, 06:40

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 - DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/12/2023 | Edição: 236 | Seção: 2 | Página: 2

Órgão: Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

## DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso I, da Constituição, resolve:

**EXONERAR**, a pedido,

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS do cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Brasília, 12 de dezembro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões  
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 001/2023 – CPIBRASKEM

Brasília, 13 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Instalação da CPI da BRASKEM.**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na presente data, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo RQS 952/2023, para *“investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas”*, tendo sido preenchidos os cargos da Comissão da seguinte forma:

PRESIDENTE	Senador Omar Aziz
VICE-PRESIDENTE	Senador Jorge Kajuru

Respeitosamente,

**Senador Otto Alencar**  
Presidente em exercício da CPIBRASKEM



# Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6256, DE 2019

Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1840407&filename=PL-6256-2019](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1840407&filename=PL-6256-2019)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6256/2019 [1 de 7]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Linguagem Simples, com os objetivos, os princípios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, de todos os entes federativos, em sua comunicação com a população.

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional de Linguagem Simples, a ser observada pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, com os seguintes objetivos:

I - garantir o uso pela administração pública da linguagem simples, definida no art. 4º desta Lei, em sua comunicação com o cidadão;

II - possibilitar que os cidadãos consigam encontrar, entender e usar as informações publicadas pelos órgãos e entidades da administração pública;

III - reduzir a necessidade de intermediários na comunicação entre o poder público e o cidadão;

IV - reduzir os custos administrativos e o tempo gasto com atividades de atendimento ao cidadão;

V - promover a transparência ativa e o acesso à informação pública de forma clara;

VI - facilitar a participação popular e o controle social da gestão pública;

Avulso do PL 6256/2019 [2 de 7]





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

VII - facilitar a compreensão da comunicação pública pelas pessoas com deficiência intelectual.

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Linguagem Simples:

I - foco no cidadão;

II - transparência;

III - facilitação do acesso dos cidadãos aos serviços públicos;

IV - facilitação da participação popular e do controle social pelo cidadão;

V - facilitação da comunicação entre o poder público e o cidadão;

VI - facilitação do exercício do direito dos cidadãos.

Art. 4º Para fins desta Lei, considera-se linguagem simples o conjunto de técnicas destinadas à transmissão clara e objetiva de informações, de modo que as palavras, a estrutura e o leiaute da mensagem permitam ao cidadão facilmente encontrar a informação, compreendê-la e usá-la.

Art. 5º A administração pública obedecerá, além do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), às técnicas de linguagem simples na redação de textos dirigidos ao cidadão, tais como:

I - redigir frases em ordem direta;

II - redigir frases curtas;

III - desenvolver uma ideia por parágrafo;

IV - usar palavras comuns, de fácil compreensão;

V - usar sinônimos de termos técnicos e de jargões ou explicá-los no próprio texto;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

VI - evitar palavras estrangeiras que não sejam de uso corrente;

VII - não usar termos pejorativos;

VIII - redigir o nome completo antes das siglas;

IX - organizar o texto de forma esquemática, quando couber, com o uso de listas, de tabelas e de gráficos;

X - organizar o texto a fim de que as informações mais importantes apareçam primeiramente;

XI - não usar novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas, ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Parágrafo único. Sempre que possível, os documentos oficiais dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dirigidos à população deverão ter versão em linguagem simples, além da versão original.

Art. 6º Nos casos em que a comunicação destinar-se a comunidades indígenas, é recomendado publicar, além da versão do texto na língua portuguesa, versão no idioma dos destinatários.

Art. 7º Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta deverão definir, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação desta Lei, o encarregado pelo tratamento da informação em linguagem simples.

§ 1º As informações de contato do encarregado pelo tratamento da informação em linguagem simples deverão ser



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

4

divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do órgão ou entidade.

§ 2º Ao encarregado pelo tratamento da informação em linguagem simples competirá:

I - promover o treinamento dos comunicadores do órgão ou entidade para uso das técnicas de linguagem simples;

II - supervisionar o cumprimento desta Lei no órgão ou entidade.

Art. 8º Os Municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes ficam desobrigados do cumprimento desta Lei se, para isso, for imprescindível o aumento de despesas.

Art. 9º Caberá aos Poderes de cada ente federativo definir diretrizes complementares e formas de operacionalização para o devido cumprimento desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente

Avulso do PL 6256/2019 [5 de 7]



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 281/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 6.256, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2371252>

Avulso do PL 6256/2019 [6 de 7]

2371252



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 6.583, de 29 de Setembro de 2008 - DEC-6583-2008-09-29 - 6583/08  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2008;6583>

Avulso do PL 6256/2019 [7 de 7]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 54, DE 2021

Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1959653&filename=PL-54-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1959653&filename=PL-54-2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 54/2021 [1 de 14]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis n°s 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público.

§ 1º São elegíveis ao incentivo de que trata esta Lei os estudantes de baixa renda regularmente matriculados no ensino médio das redes públicas, em todas as modalidades e pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com prioridade aos que tenham renda *per capita* mensal até o limite estabelecido no inciso II do *caput* do art. 5º da Lei n° 14.601, de 19 de junho de 2023.

§ 2º Para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), são elegíveis ao incentivo de que trata esta Lei os estudantes de 19 (dezenove) a 24 (vinte e quatro) anos.

§ 3º A elegibilidade ao incentivo de que trata esta Lei obedecerá a critérios de inscrição no CadÚnico e poderá ser associada a outros critérios relacionados, nos termos do regulamento, em especial:

- I - à situação de vulnerabilidade social;
- II - à matrícula em escola em tempo integral;
- III - à idade do estudante contemplado.

Avulso do PL 54/2021 [2 de 14]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 2º São objetivos do incentivo financeiro-educacional destinado à permanência e à conclusão escolar:

I - democratizar o acesso dos jovens ao ensino médio e sua permanência nele;

II - mitigar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e na conclusão do ensino médio;

III - reduzir as taxas de retenção, de abandono e de evasão escolar;

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;

V - promover o desenvolvimento humano, com atuação sobre determinantes estruturais da pobreza extrema e de sua reprodução intergeracional;

VI - estimular a mobilidade social.

Art. 3º O acesso e a permanência dos estudantes ao incentivo de que trata esta Lei obedecerá às seguintes condicionalidades, na forma do regulamento:

I - efetivação da matrícula no início de cada ano letivo;

II - frequência escolar mínima de 80% (oitenta por cento) do total de horas letivas;

III - conclusão do ano letivo com aprovação;

IV - participação nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e, quando houver, nos exames aplicados pelos sistemas de avaliação externa dos entes federativos para o ensino médio;

V - participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para aqueles que frequentam o último ano letivo do ensino médio público;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

VI - participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), para os estudantes da EJA elegíveis ao recebimento do incentivo de que trata esta Lei.

§ 1º A verificação das condicionalidades de que trata este artigo e a operacionalização do incentivo de que trata esta Lei ficarão sob a responsabilidade da autoridade competente federal responsável pela área de educação.

§ 2º O incentivo de que trata esta Lei não será considerado para fins de cálculo da renda familiar para acesso a outros benefícios socioassistenciais.

§ 3º O incentivo de que trata esta Lei não poderá ser acumulado com:

I - o benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

II - os benefícios de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, em caso de famílias unipessoais.

§ 4º A frequência escolar mínima deverá ser revista para 85% (oitenta e cinco por cento) do total de horas letivas em até 3 (três) anos da implementação do incentivo de que trata esta Lei.

Art. 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios colaborarão e prestarão as informações necessárias à execução do incentivo de que trata esta Lei, a fim de possibilitar o acesso dos estudantes matriculados nas respectivas redes de ensino a esse incentivo, nos termos do regulamento.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios colaborarão e prestarão as informações necessárias ao controle do programa e incentivarão a participação social no que se refere ao seu acompanhamento.

Art. 5º Os valores, as formas de pagamento e os critérios de operacionalização, de saque e de utilização do incentivo de que trata esta Lei serão estabelecidos na forma do regulamento.

§ 1º Os valores do incentivo de que trata esta Lei serão depositados em conta a ser aberta em nome do estudante, de natureza pessoal e intransferível, inclusive a responsáveis pelo estudante, sem prejuízo da necessidade de representação ou assistência, em caso de incapacidade absoluta ou relativa.

§ 2º Para operacionalização da conta de que trata o § 1º deste artigo, será possível a utilização da conta do tipo poupança social digital, nos termos da Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

§ 3º Ficará facultado ao estudante, na forma do regulamento, aplicar parte dos recursos da poupança de que trata esta Lei em títulos públicos federais ou em valores mobiliários, especialmente os formatados para os estudos realizados na educação superior.

§ 4º Os aportes vinculados às condicionalidades de que tratam os incisos I e II do *caput* do art. 3º desta Lei deverão ser efetuados ao menos 9 (nove) vezes ao longo de cada ano e poderão ser resgatados a qualquer momento.

§ 5º Os aportes vinculados às condicionalidades de que tratam os incisos III e V do *caput* do art. 3º desta Lei



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

5

somente poderão ser resgatados após a obtenção do certificado de conclusão do ensino médio.

§ 6º Para as matrículas da educação profissional e tecnológica nas modalidades integrada e concomitante, no mínimo 10% (dez por cento) dos resgates dos aportes vinculados às condicionalidades de que trata o § 5º deste artigo deverão ser condicionados à obtenção do certificado de ensino médio técnico.

§ 7º Os aportes de que trata o § 5º deste artigo deverão corresponder a, no mínimo, 1/3 (um terço) do total de aportes do incentivo financeiro-educacional desta Lei efetuados na conta de cada estudante.

§ 8º Em caso de descumprimento das condicionalidades de que trata o art. 3º ou de desligamento do estudante, somente os valores dos incentivos depositados em conta em nome do estudante relativos à conclusão do ano letivo com aprovação e à participação no Enem retornarão ao fundo de que trata o art. 7º desta Lei.

Art. 6º Os efeitos do descumprimento das condicionalidades antes da conclusão do ensino médio e as hipóteses de desligamento do estudante do incentivo de que trata esta Lei serão definidos em regulamento.

Art. 7º Para fins de operacionalização do incentivo de que trata esta Lei, ficará a União autorizada a participar, no limite global de até R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), de fundo que tenha por finalidade custear e gerir o incentivo estabelecido nesta Lei.

§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada nos termos do regulamento.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

6

§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas dar-se-á na forma estabelecida no inciso V do *caput* do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º O fundo de que trata o *caput* deste artigo:

I - não poderá contar com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio;

II - deverá conter previsão para a participação de outros cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive de direito público.

§ 4º Ficará autorizada a utilização dos superávits financeiros do fundo a que se refere o art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, apurados entre 2018 e 2023, como fonte de recursos para a integralização do fundo a que se refere o *caput* deste artigo, no limite máximo de R\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de reais).

Art. 8º O fundo de que trata o art. 7º desta Lei poderá ser criado, administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente por agente financeiro oficial.

§ 1º O fundo de que trata o art. 7º desta Lei terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora e será sujeito a direitos e obrigações próprios.

§ 2º Os bens e direitos integrantes do patrimônio do fundo de que trata o art. 7º desta Lei e os seus frutos e rendimentos não se comunicarão com o patrimônio do agente financeiro oficial, observadas as seguintes restrições:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

7

I - não integrarão o ativo do agente financeiro oficial;

II - não responderão direta ou indiretamente por qualquer obrigação do agente financeiro oficial;

III - não comporão a lista de bens e direitos do agente financeiro oficial, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

IV - não poderão ser dados em garantia de débito de operação do agente financeiro oficial;

V - não serão passíveis de execução por quaisquer credores do agente financeiro oficial, por mais privilegiados que sejam;

VI - não poderão ser constituídos quaisquer ônus reais sobre os imóveis.

§ 3º O patrimônio do fundo de que trata o art. 7º desta Lei será formado:

I - pela integralização de cotas;

II - pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos;

III - por outras fontes estabelecidas no estatuto do fundo.

§ 4º O fundo de que trata o art. 7º desta Lei responderá por suas obrigações com os bens e direitos alocados para a finalidade de incentivo à permanência e à conclusão escolar, e o cotista ou os seus agentes públicos não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do fundo.

§ 5º Ficará permitida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no fundo de que trata



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

8

o art. 7º desta Lei por meio da integralização de cotas a que se refere o inciso I do § 3º deste artigo, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º O saldo positivo decorrente de aporte existente ao final da poupança de que trata esta Lei será integralmente revertido aos cotistas, públicos ou privados.

Art. 9º O estatuto do fundo de que trata o art. 7º desta Lei deverá deliberar sobre a sua governança e prever, entre outros aspectos:

I - a competência para a instituição administradora do fundo deliberar sobre a gestão e a alienação dos bens e direitos do fundo, de modo a zelar pela manutenção de sua rentabilidade e liquidez;

II - a remuneração da instituição administradora do fundo e do agente financeiro responsável pela operacionalização do pagamento da poupança.

Art. 10. A instituição administradora do fundo de que trata o art. 7º desta Lei poderá contratar de forma direta, sem licitação, agente financeiro para operacionalizar o incentivo de que trata esta Lei.

Art. 11. Ficará autorizada a transferência, nos termos da legislação, para o fundo de que trata o art. 7º desta Lei:

I - de valores não utilizados para garantia de operações com recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) a que se refere a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, bem como de valores recuperados na forma do art. 25 da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, caso em que ficará afastado





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

o disposto no § 2º do art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020;

II - de valores não utilizados para garantia de operações com recursos do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) a que se refere o inciso III do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

§ 1º Os valores não utilizados na forma do *caput* deste artigo serão devolvidos à União por meio do resgate de cotas, nos termos do estatuto do fundo de que trata o art. 7º desta Lei.

§ 2º O disposto neste artigo será disciplinado por ato do Poder Executivo.

Art. 12. A autoridade competente federal responsável pela área de educação procederá à avaliação dos resultados do incentivo à permanência e à conclusão escolar, com vistas a eventuais aperfeiçoamentos.

Art. 13. O § 2º do art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

.....

§ 2º O valor não utilizado para garantia das operações contratadas nos períodos a que se refere o *caput* do art. 3º desta Lei, assim como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, deverão ser utilizados no fundo destinado a concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público ou devolvidos





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

à União, a partir de 2025, nos termos em que dispuser o Poder Executivo, para serem integralmente utilizados para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

.....”(NR)

Art. 14. O *caput* do art. 3º da Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 3º .....

.....

VII - de incentivo financeiro-educacional ao estudante para permanência e conclusão escolar no ensino médio público.

.....”(NR)

Art. 15. As eventuais despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão de natureza discricionária e ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de incentivos financeiros de que trata esta Lei e de estudantes que o recebem com as dotações orçamentárias existentes.

§ 2º Os valores dos incentivos financeiros deverão ser estabelecidos e reavaliados pelo Poder Executivo federal, periodicamente, em decorrência da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, nos termos do regulamento.

Art. 16. Será de acesso público a relação dos estudantes contemplados com o incentivo financeiro-educacional de que trata esta Lei.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

11

Parágrafo único. A relação de que trata o *caput* deste artigo será divulgada em meio eletrônico de acesso público e em outros meios.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor após decorridos 10 (dez) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente

Avulso do PL 54/2021 [12 de 14]



Data do Documento: 13/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 302/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 54, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2375390>

Avulso do PL 54/2021 [13 de 14]

2375390



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 147, de 3 de Fevereiro de 1967 - DEL-147-1967-02-03 - 147/67  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1967;147>
  - art10\_cpt\_inc5
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS - 8742/93  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>
  - art20
- Lei nº 12.087, de 11 de Novembro de 2009 - LEI-12087-2009-11-11 - 12087/09  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12087>
  - art7\_cpt\_inc3
- Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010 - Lei do Pré-Sal - 12351/10  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12351>
  - art46
- Lei nº 13.999, de 18 de Maio de 2020 - LEI-13999-2020-05-18 - 13999/20  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;13999>
  - art6\_par2
- Lei nº 14.075, de 22 de Outubro de 2020 - LEI-14075-2020-10-22 - 14075/20  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;14075>
  - art3\_cpt
- Lei nº 14.601, de 19 de Junho de 2023 - 14601/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14601>
  - art5\_cpt\_inc2
  - art7\_par1\_inc1
  - art7\_par1\_inc2
  - art7\_par1\_inc3
  - art7\_par1\_inc4
  - art7\_par1\_inc5
- Lei nº 14.690, de 3 de Outubro de 2023 - 14690/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14690>
  - art25





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2117, DE 2021

Altera a alínea a, do inciso II, do caput do art. 9º, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2025238&filename=PL-2117-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2025238&filename=PL-2117-2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2117/2021 [1 de 5]





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a alínea a do inciso II do *caput* do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a alínea a do inciso II do *caput* do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

Art. 2º A alínea a do inciso II do *caput* do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....

.....

II - .....

a) por militar da ativa contra militar na mesma situação, exceto se ocorrido com violência doméstica e familiar, conforme disposto nos incisos I e II do *caput* do art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

.....” (NR)

Avulso do PL 2117/2021 [2 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente

Avulso do PL 2117/2021 [3 de 5]



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 293/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.117, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Altera a alínea a do inciso II do caput do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos com violência doméstica e familiar, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373065>

Avulso do PL 2117/2021 [4 de 5]

2373065



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de Outubro de 1969 - Código Penal Militar - 1001/69

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1969;1001>

- art9\_cpt\_inc2\_ali1

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art5\_cpt\_inc1

- art5\_cpt\_inc2







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4186, DE 2021

Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2112494&filename=PL-4186-2021](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2112494&filename=PL-4186-2021)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4186/2021 [1 de 4]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 206. ....

.....

§ 6º Em vinte anos, a pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou em legislação especial, contado o prazo prescricional da data em que a vítima completar dezoito anos.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 296/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.186, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373060>

Avulso do PL 4186/2021 [3 de 4]

2373060

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>
- art206





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1213, DE 2022

Altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal; e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para permitir a utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Risco como elemento de verificação da existência de risco à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2168219&filename=PL-1213-2022](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2168219&filename=PL-1213-2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1213/2022 [1 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal; e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para permitir a utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Risco como elemento de verificação da existência de risco à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal, e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para permitir a utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Risco como elemento de verificação da existência de risco à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º O § 2º do art. 2º da Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 2º O Formulário Nacional de Avaliação de Risco deverá, obrigatoriamente, ser aplicado pela Polícia Civil no momento de registro da ocorrência e, facultativamente, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, por ocasião do primeiro

Avulso do PL 1213/2022 [2 de 5]





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

.....”(NR)

Art. 3º O art. 12-C da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 12-C. ....

.....

§ 3º O Formulário Nacional de Avaliação de Risco, previsto na Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, poderá ser utilizado como elemento de verificação da existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de seus dependentes.”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 297/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.213, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal; e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para permitir a utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Risco como elemento de verificação da existência de risco à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373062>

Avulso do PL 1213/2022 [4 de 5]

2373062





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art12-3

- Lei nº 14.149 de 05/05/2021 - LEI-14149-2021-05-05 - 14149/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14149>

- art2\_par2





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1741, DE 2022

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2190660&filename=PL-1741-2022](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2190660&filename=PL-1741-2022)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1741/2022 [1 de 7]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção, e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento.

Art. 2º As instituições de educação superior deverão assegurar a continuidade do atendimento educacional e efetuar os devidos ajustes administrativos referentes a prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção.

§ 1º Nos termos do regulamento de cada instituição de ensino superior, para os casos previstos no *caput* deste

Avulso do PL 1741/2022 [2 de 7]





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

artigo, serão prorrogados os seguintes prazos nos cursos ou nos programas de graduação e de pós-graduação:

I - de conclusão de disciplinas e respectivos trabalhos finais;

II - de entrega dos trabalhos finais de conclusão de curso, bem como das respectivas sessões de defesa, e de entrega de versões finais dos trabalhos e de realização de publicações exigidas nos regulamentos das instituições de ensino.

§ 2º Nos casos previstos no *caput* deste artigo, o estudante fará jus a prorrogação de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

§ 3º O afastamento temporário em virtude das situações previstas no *caput* deste artigo deverá ser formalmente comunicado à instituição de ensino superior e, quando for o caso, ao programa de pós-graduação a que o estudante estiver vinculado, especificadas as datas de início e de término efetivos, e apresentados os documentos comprobatórios das referidas situações.

Art. 3º É assegurada aos estudantes pais ou responsáveis por criança ou adolescente a prorrogação dos prazos de que tratam os incisos I e II do § 1º do art. 2º desta Lei, em casos de internação hospitalar de filho por prazo superior a 30 (trinta) dias, e a prorrogação deverá corresponder, no mínimo, ao período de internação.

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º As bolsas de estudo com duração mínima de 12 (doze) meses, concedidas pelas agências de fomento para a formação de recursos humanos e





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

pesquisa, poderão ter seus prazos regulamentares prorrogados por até 180 (cento e oitenta) dias, se for comprovado o afastamento temporário do bolsista em virtude da ocorrência de parto, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o período de vigência da respectiva bolsa.

.....

§ 3º O afastamento a que se refere o *caput* deste artigo será aplicado também a situações anteriores ao parto, quais sejam, gravidez de risco ou atuação em pesquisa que implique risco à gestante ou ao feto.

§ 4º No caso de internações pós-parto que durem mais de 2 (duas) semanas, o termo inicial do prazo da prorrogação da bolsa será iniciado a partir da alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido, o que ocorrer por último.

§ 5º Será concedido o benefício pelo dobro do tempo disposto no *caput* deste artigo em decorrência de parentalidade atípica, proveniente de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente com deficiência.

§ 6º Poderá ser concedida prorrogação da bolsa nos termos do *caput* deste artigo em decorrência de caso fortuito ou de força maior, mediante comprovação da necessidade da prorrogação pelo bolsista e análise técnica, conforme regulamento da agência de fomento.” (NR)

Avulso do PL 1741/2022 [4 de 7]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente

Avulso do PL 1741/2022 [5 de 7]



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 282/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.741, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2371267>

Avulso do PL 1741/2022 [6 de 7]

2371267



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.536, de 15 de Dezembro de 2017 - LEI-13536-2017-12-15 - 13536/17

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13536>

- art2

Avulso do PL 1741/2022 [7 de 7]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 419, DE 2023

Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2234449&filename=PL-419-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2234449&filename=PL-419-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 419/2023 [1 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.

Art. 2º Os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65. ....

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher;

.....”(NR)

“Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

crime envolver violência sexual contra a  
mulher.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 290/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 419, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373051>

Avulso do PL 419/2023 [4 de 5]

2373051



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art65

- art115





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 883, DE 2023

Altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2239622&filename=PL-883-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2239622&filename=PL-883-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 883/2023 [1 de 4]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação.

Art. 2º O art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 1.584. ....

.....

§ 7º Se não houver acordo entre os pais, será preferencialmente atribuída à genitora a guarda unilateral do filho recém-nascido durante o período de amamentação, observado o disposto no art. 1.589 deste Código.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 291/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 883, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373568>

Avulso do PL 883/2023 [3 de 4]

2373568





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2144, DE 2023

Altera os arts. 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218 e 218-C do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas dos crimes neles previstos.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2264001&filename=PL-2144-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2264001&filename=PL-2144-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2144/2023 [1 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera os arts. 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218 e 218-C do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas dos crimes neles previstos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218 e 218-C do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas dos crimes de importunação sexual, assédio sexual, registro não autorizado da intimidade sexual, estupro de vulnerável, corrupção de menores e divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

Art. 2º Os arts. 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218 e 218-C do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com as seguintes alterações, numerado o parágrafo único do art. 216-A como § 1º:

“Art. 215-A. ....

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, se o ato não constitui crime mais grave.”(NR)

“Art. 216-A. ....

Pena - detenção, de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

§ 1º .....

§ 2º A pena é aumentada de metade se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.”(NR)

“Art. 216-B. ....

Pena - detenção, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, e multa.

.....”(NR)

Avulso do PL 2144/2023 [2 de 5]





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

"Art. 217-A. ....

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

.....

§ 3º .....

Pena - reclusão, de 15 (quinze) a 20 (vinte) anos.

§ 4º .....

Pena - reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos.

....." (NR)

"Art. 218. ....

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, se o ato não constitui crime mais grave.

....." (NR)

"Art. 218-C. ....

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, se o ato não constitui crime mais grave.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 286/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.144, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera os arts. 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218 e 218-C do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas dos crimes neles previstos”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373379>

Avulso do PL 2144/2023 [4 de 5]

2373379



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art215-1

- art216-1

- art216-2

- art217-1

- art218

- art218-3





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2023

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2282114&filename=PL-2880-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2282114&filename=PL-2880-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2880/2023 [1 de 4]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 23. ....

Parágrafo único. Será criado programa específico de assistência multiprofissional e interdisciplinar às mulheres usuárias e dependentes de álcool, em consonância com os princípios da universalidade e da integralidade e com o disposto nos incisos I, II, III, IV, IX e X do *caput* do art. 22 desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente





Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 288/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.880, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2372972>

Avulso do PL 2880/2023 [3 de 4]

2372972



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>
- art23





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3964, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas previstas para os crimes de estupro e de importunação sexual cometidos durante transporte remunerado individual de passageiros.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2314060&filename=PL-3964-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2314060&filename=PL-3964-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3964/2023 [1 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas previstas para os crimes de estupro e de importunação sexual cometidos durante transporte remunerado individual de passageiros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas previstas para os crimes de estupro e de importunação sexual cometidos durante transporte remunerado individual de passageiros.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 213. ....

.....

§ 3º Se a conduta prevista no *caput* deste artigo ocorrer durante o trajeto de transporte de passageiros individual remunerado:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos.”(NR)

“Art. 215-A. ....

.....

Parágrafo único. Se a conduta prevista no *caput* deste artigo ocorrer durante o trajeto de transporte de passageiros individual remunerado:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, se o ato não constitui crime mais grave.”(NR)

Avulso do PL 3964/2023 [2 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 295/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.964, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas previstas para os crimes de estupro e de importunação sexual cometidos durante transporte remunerado individual de passageiros”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373165>

Avulso do PL 3964/2023 [4 de 5]

2373165



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5253, DE 2023

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2352704&filename=PL-5253-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2352704&filename=PL-5253-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5253/2023 [1 de 4]





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar nos órgãos de assistência à saúde e no Instituto Médico-Legal seja feito preferencialmente por profissionais de saúde do sexo feminino.

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 11. ....  
.....

Parágrafo único. O atendimento previsto no inciso II do *caput* deste artigo deverá ser realizado preferencialmente por profissionais de saúde do sexo feminino.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 294/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.253, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373058>

Avulso do PL 5253/2023 [3 de 4]

2373058



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art11

Avulso do PL 5253/2023 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5427, DE 2023

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2357744&filename=PL-5427-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2357744&filename=PL-5427-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5427/2023 [1 de 4]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar.

Art. 2º O art. 12-C da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei da Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 12-C. ....

.....

§ 3º Nos casos previstos neste artigo, a medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica, e o dispositivo de monitoração deverá ser vinculado a aplicativo de telefone celular que alerte a vítima de eventual aproximação ilícita do agressor.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 287/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.427, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2372975>

Avulso do PL 5427/2023 [3 de 4]

2372975



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art12-3

Avulso do PL 5427/2023 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5781, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2367082&filename=PL-5781-2023](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2367082&filename=PL-5781-2023)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5781/2023 [1 de 5]





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 282. ....

.....

§ 7º Nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), o juiz poderá decretar medidas cautelares de ofício, desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 deste Código.”(NR)

“Art. 310. ....

.....

§ 5º A conversão a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo poderá ser feita de ofício pelo juiz, nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 deste Código.”(NR)

Avulso do PL 5781/2023 [2 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

“Art. 311. ....

Parágrafo único. Nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá decretar a prisão preventiva de ofício, na forma do art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 deste Código.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 289/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.781, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2372979>

Avulso do PL 5781/2023 [4 de 5]

2372979



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal - 3689/41  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1941;3689>
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
- art20





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI N° 6007, DE 2023 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 200, DE 2015)

Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos no Brasil

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado
- Autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015

<https://legis.senado.leg.br/sdleg->

[getter/documento?dm=5079100&ts=1702404469906&disposition=inline&\\_gl=1\\*1mmtt96\\*\\_ga\\*MTM0ODI2MDYxMC4xNjg0NzY4MzYw\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTcwMjQ5NTU0Ni4yNDAuMC4xNzAyNDk1NTQ2LjAuMC4w](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5079100&ts=1702404469906&disposition=inline&_gl=1*1mmtt96*_ga*MTM0ODI2MDYxMC4xNjg0NzY4MzYw*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMjQ5NTU0Ni4yNDAuMC4xNzAyNDk1NTQ2LjAuMC4w)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6007/2023 (Substitutivo-CD) [1 de 48]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 7.082-C de 2017 do Senado Federal (PLS nº 200/15 na Casa de origem), que "Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas com seres humanos por instituições públicas ou privadas no Brasil.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - acesso direto: permissão que agente ou instituição autorizados nos termos desta Lei têm para examinar, analisar, verificar e reproduzir registros e relatórios de pesquisa, mediante o compromisso de respeito ao sigilo e à confidencialidade dos dados a que tiverem acesso;

II - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): autarquia que detém a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

III - assentimento: anuência da criança, do adolescente ou do indivíduo legalmente incapaz em participar

Avulso do PL 6007/2023 (Substitutivo-CD) [2 de 48]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

voluntariamente da pesquisa, após ter sido informado e esclarecido sobre todos os aspectos relevantes de sua participação, na medida de sua capacidade de compreensão e de acordo com suas singularidades, sem prejuízo do necessário consentimento dos responsáveis legais;

IV - auditoria: exame sistemático e independente das atividades e dos documentos relacionados à pesquisa, para determinar se foram realizados e se os dados foram registrados, analisados e precisamente relatados de acordo com o protocolo da pesquisa, com os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com as boas práticas e com as demais exigências previstas em regulamento;

V - biobanco: coleção organizada, sem fins comerciais, de material biológico humano e de informações associadas, coletados e armazenados para fins de pesquisa, conforme regulamento ou normas técnicas, éticas e operacionais predefinidas, sob responsabilidade e gerenciamento de uma instituição pública ou privada;

VI - biorrepositório: coleção organizada, sem fins comerciais, de material biológico humano e de informações associadas, coletados e armazenados para fins de projeto de pesquisa específico, conforme regulamento ou normas técnicas, éticas e operacionais predefinidas, sob responsabilidade de instituição pública ou privada e gerenciamento do pesquisador;

VII - Boas Práticas Clínicas (BPC): padrão definido em regulamento, conforme normas e melhores práticas internacionais, para planejamento, condução, realização, monitoramento, auditoria, registro, análise e relato da pesquisa, com vistas a assegurar a credibilidade e a validade



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

dos dados e dos resultados, bem como a proteção dos direitos, da integridade e do sigilo da identidade dos participantes da pesquisa;

VIII - brochura do pesquisador ou investigador: compilação de dados clínicos e não clínicos relativos ao produto sob investigação relevantes para o acompanhamento clínico dos participantes durante a condução da pesquisa;

IX - centro de pesquisa: local onde as atividades relacionadas à pesquisa são conduzidas;

X - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): colegiado vinculado à instituição que realiza a pesquisa, de natureza pública ou privada, constituído de membros das áreas médica, científica e não científica, de caráter consultivo e deliberativo, que atua de forma independente e autônoma, para assegurar a proteção dos direitos, da segurança e do bem-estar dos participantes da pesquisa, antes e durante a pesquisa, mediante análise, revisão e aprovação ética dos protocolos de pesquisa e de suas emendas, bem como dos métodos e materiais a serem usados para obter e documentar o consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa;

XI - consentimento livre e esclarecido: manifestação do indivíduo, ou de seu representante legal, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, de sua disposição de participar voluntariamente da pesquisa, após ter sido informado e esclarecido sobre todos os aspectos relevantes para a tomada de decisão sobre sua participação;

XII - contrato de pesquisa: acordo escrito, datado e assinado entre 2 (duas) ou mais partes envolvidas, que define quaisquer disposições relativas à delegação, à distribuição de





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

4

tarefas e às obrigações sobre a condução da pesquisa e, quando for o caso, aos aspectos financeiros, facultada a utilização do protocolo como base para o acordo;

XIII - dados-fonte: informações sobre resultados clínicos, observações ou atividades contidas nos registros originais e nas cópias autenticadas de registros originais de um estudo, necessárias para a sua reconstrução e avaliação;

XIV - desvio de protocolo de ensaio clínico: qualquer não cumprimento dos procedimentos ou requisitos definidos na versão do protocolo de ensaio clínico aprovada, sem implicações relevantes na integridade do ensaio, na qualidade dos dados ou nos direitos e na segurança dos participantes do ensaio clínico;

XV - Documento de Compromisso e Isenção (DCI): documento oficial de instituição brasileira colaboradora nas pesquisas patrocinadas por governos, por agências governamentais nacionais ou internacionais ou por instituições sem fins lucrativos, assinado pelo dirigente máximo da instituição e submetido juntamente com o protocolo de pesquisa à entidade competente de análise ética, por meio do qual a instituição nacional, de forma parcial ou integral, assume determinadas responsabilidades, explicitadas no documento, e isenta um ou mais patrocinadores da pesquisa dessas responsabilidades;

XVI - documento-fonte: documentos, dados e registros originais, tais como registros hospitalares, gráficos clínicos, prontuários médicos, dados laboratoriais, memorandos, diários de pacientes ou listas de verificação de avaliação, registros de dispensação da farmácia, dados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

5

gravados de instrumentos automatizados, cópias ou transcrições certificadas após a verificação como cópias precisas, microfichas, negativos fotográficos, microfilme ou mídia magnética, raios-X e registros mantidos na farmácia, nos laboratórios e nos departamentos envolvidos na pesquisa, ou documentos semelhantes;

XVII - emenda: descrição escrita de uma ou mais alterações no protocolo de pesquisa, com a devida justificativa para alteração;

XVIII - ensaio clínico: pesquisa conduzida em seres humanos com o objetivo de descobrir ou confirmar os efeitos clínicos, farmacológicos ou qualquer outro efeito farmacodinâmico do medicamento experimental, identificar qualquer reação ao medicamento ou estudar sua absorção, distribuição, metabolismo e excreção, para que sejam analisadas e verificadas a ação, a segurança e a eficácia do medicamento experimental;

XIX - evento adverso: qualquer ocorrência médica desfavorável, relacionada ou não ao produto sob investigação, em paciente ou participante de pesquisa durante a sua realização;

XX - evento adverso grave: qualquer evento adverso que resulta em óbito, risco de morte, situações que requerem hospitalização ou prolongamento da hospitalização, incapacidade significativa, anomalia congênita ou evento clinicamente significativo;

XXI inspeção: ato de autoridade reguladora consistente na condução de revisão oficial de documentos, instalações, registros e quaisquer outros recursos que sejam



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

6

considerados pela autoridade como relacionados ao ensaio clínico e que podem estar localizados no centro de pesquisa, nas dependências do patrocinador ou da Organização Representativa de Pesquisa Clínica (ORPC) ou em outros estabelecimentos considerados apropriados pelas autoridades reguladoras;

XXII medicamento experimental: produto farmacêutico testado ou utilizado como objeto de estudo em ensaio clínico, inclusive produto registrado, a ser preparado quanto à fórmula farmacêutica ou ao acondicionamento, de modo diverso da forma autorizada pelo órgão competente ou a ser utilizado para indicação ainda não autorizada ou para obtenção de mais informações sobre a forma já autorizada pelo órgão competente;

XXIII - monitor: profissional capacitado, designado pelo patrocinador ou pela Organização Representativa de Pesquisa Clínica (ORPC) e responsável pelo monitoramento da pesquisa, que deve atuar em conformidade com os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), as boas práticas clínicas e as exigências regulatórias aplicáveis;

XXIV Organização Representativa de Pesquisa Clínica (ORPC): pessoa jurídica ou organização contratada por patrocinador para realizar uma ou mais tarefas e funções relacionadas a pesquisas clínicas;

XXV participante da pesquisa: indivíduo que, de forma livre e esclarecida, ou sob esclarecimento e autorização de seu responsável legal, participa voluntariamente da pesquisa;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

7

XXVI - participante em situação de vulnerabilidade: indivíduo que, por quaisquer razões ou motivos, tem sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma esteja impedido de opor resistência por estar em situação de desigualdade, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido;

XXVII patrocinador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que apoia pesquisa mediante ação de financiamento, de infraestrutura, de recursos humanos ou de suporte institucional;

XXVIII - pesquisa científica, tecnológica ou de inovação envolvendo seres humanos: pesquisa que, individual ou coletivamente, tem interação com o ser humano, de forma direta, sem fins de registro do produto sob pesquisa;

XXIX - pesquisa clínica com seres humanos: conjunto de procedimentos científicos desenvolvidos de forma sistemática com seres humanos com vistas a:

a) avaliar a ação, a segurança e a eficácia de medicamentos, de produtos, de técnicas, de procedimentos, de dispositivos médicos ou de cuidados à saúde, para fins terapêuticos, preventivos ou de diagnóstico;

b) verificar a distribuição de fatores de risco, de doenças ou de agravos na população;

c) avaliar os efeitos de fatores ou de estados sobre a saúde;

XXX pesquisa com seres humanos: pesquisa que, individual ou coletivamente, tem como participante o ser humano, em sua totalidade ou em parte, e o envolve de forma





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

direta ou indireta, incluído o manejo de seus dados, informações ou material biológicos;

XXXI pesquisa multicêntrica: pesquisa executada em diferentes centros de estudo por mais de um pesquisador e que segue protocolo único;

XXXII pesquisador ou investigador: pessoa responsável pela condução da pesquisa em instituição ou em centro de estudo e corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;

XXXIII pesquisador-coordenador ou investigador-coordenador: pesquisador responsável pela coordenação da pesquisa, dos pesquisadores de diferentes centros participantes de pesquisa multicêntrica e corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;

XXXIV - pesquisador-patrocinador ou investigador-patrocinador: pessoa física responsável pela condução e coordenação da pesquisa, isoladamente ou em um grupo, realizada mediante a sua direção imediata de forma independente e desenvolvida com recursos financeiros e materiais próprios do pesquisador, de entidades nacionais ou internacionais de fomento à pesquisa, de entidades privadas e outras entidades sem fins lucrativos;

XXXV placebo: formulação sem efeito farmacológico, ou de procedimento simulado, utilizada em grupos-contrôles de ensaios clínicos e destinados à comparação com a intervenção sob experimentação;

XXXVI plano de fornecimento pós-estudo: documento elaborado pelo patrocinador e submetido à avaliação





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

regulatória, com a justificativa para o fornecimento ou não do medicamento experimental após o término do ensaio clínico;

XXXVII - Procedimentos Operacionais Padrão (POPs): instruções operacionais detalhadas, escritas, que têm por objetivo proporcionar a uniformidade de procedimentos;

XXXVIII - produto de comparação: produto sob investigação, ou registrado ou placebo, utilizado no grupo-controle de ensaio clínico para permitir a comparação de seus resultados com os do grupo que recebeu a intervenção sob experimentação;

XXXIX - produto de terapia avançada experimental: tipo especial de medicamento complexo, utilizado em ensaio clínico, constituído de células que foram submetidas a manipulação extensa e/ou que desempenham função distinta da original, ou com gene humano recombinante ou consistente em gene humano recombinante, com finalidade de obter propriedades terapêuticas, preventivas ou de diagnóstico, ainda não registrado ou que está em fase de teste para indicação de uso ainda não aprovado pela autoridade sanitária competente;

XL - produto médico: qualquer instrumento, aparelho, equipamento, implante, dispositivo médico para diagnóstico *in vitro*, *software*, material ou outro artigo, destinado pelo fabricante ao uso, de forma isolada ou conjunta, em seres humanos, para algum dos seguintes propósitos médicos:

a) diagnóstico, prevenção, monitoramento, tratamento, atenuação ou alívio de doença;

b) diagnóstico, monitoramento, tratamento ou reparação de lesão ou deficiência;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

10

c) investigação, substituição, alteração da anatomia ou de estado ou processo fisiológico ou patológico;

d) suporte ou sustentação à vida;

e) controle ou apoio à concepção;

f) fornecimento de informações por meio de exame *in vitro* de amostras provenientes do corpo humano, incluídas doações de órgãos e tecidos;

g) auxílio na principal ação pretendida em casos em que ela não seja alcançada por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos no corpo humano;

XLII - produto médico experimental: dispositivo médico utilizado em ensaio clínico, a ser testado para indicações de uso ainda não aprovadas pela Anvisa;

XLIII - produto sob investigação: medicamento experimental, placebo, comparador ativo ou qualquer outro produto utilizado no ensaio clínico;

XLIII - programa de fornecimento pós-estudo: documento elaborado pelo patrocinador e submetido à avaliação regulatória, com a descrição detalhada sobre a estratégia de fornecimento gratuito do produto experimental após o término do ensaio clínico;

XLIV - projeto de pesquisa: documento que apresenta as ideias centrais da pesquisa, com descrição detalhada das ações e dos procedimentos que serão desenvolvidos durante a investigação;

XLV - protocolo de pesquisa: documento que descreve os objetivos, o desenho, a metodologia, as considerações estatísticas, a organização do estudo, o contexto e a fundamentação, entre outros elementos;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

11

XLVI - provimento material prévio: compensação financeira, para despesas do participante e de seus acompanhantes, quando necessário, realizada previamente à sua participação na pesquisa;

XLVII - reação adversa: qualquer resposta nociva e não intencional a qualquer dose de produto sob investigação ou a nova indicação desse produto;

XLVIII - reação adversa inesperada: reação adversa de natureza, severidade, especificidade ou desfecho clínico não consistente com as informações disponíveis acerca do produto sob investigação, de acordo com os dados da brochura do pesquisador;

XLIX - relatório de pesquisa: documento escrito com os resultados da pesquisa, que inclui, necessariamente e de forma integrada, a descrição e a análise dos dados da pesquisa, inclusive clínicos e estatísticos;

L - representante do participante da pesquisa: pessoa capaz de expressar pontos de vista e interesses de indivíduos que participam de pesquisa;

LI - ressarcimento: compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como despesas com transporte e alimentação;

LII - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa, ou do seu responsável legal, de forma escrita, com todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

12

entendimento, para o completo esclarecimento sobre a pesquisa da qual se propõe participar;

LIII - testemunha imparcial: indivíduo sem participação na pesquisa e não vinculado à pessoa nela envolvida diretamente que acompanha o processo de consentimento livre e esclarecido, nos casos em que o participante da pesquisa, ou seu representante legal, não saiba ler;

LIV - violação do protocolo de pesquisa: desvio do protocolo que pode comprometer a qualidade dos dados, a integridade da pesquisa, a segurança ou os direitos dos participantes da pesquisa.

Art. 3º A pesquisa deverá atender às exigências éticas e científicas aplicáveis às pesquisas com seres humanos, especialmente:

I - respeito aos direitos, à dignidade, à segurança e ao bem-estar do participante da pesquisa, que deverá prevalecer sobre os interesses da ciência e da sociedade;

II - embasamento em avaliação favorável da relação risco-benefício para o participante da pesquisa e para a sociedade;

III - embasamento científico sólido e descrição em protocolo;

IV - condução de acordo com protocolo aprovado pelo CEP;

V - garantia de competência e de qualificação técnica e acadêmica dos profissionais envolvidos na realização da pesquisa;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

13

VI - garantia de participação voluntária, mediante consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa;

VII - respeito à privacidade do participante da pesquisa e às regras de confidencialidade de seus dados, garantida a preservação do sigilo sobre sua identidade;

VIII - provimento dos cuidados assistenciais necessários, em casos que envolvam intervenção;

IX - adoção de procedimentos que assegurem a qualidade dos aspectos técnicos envolvidos e a validade científica da pesquisa;

X - condução da pesquisa em plena compatibilidade com as boas práticas clínicas.

Parágrafo único. Além do disposto no *caput* deste artigo, quando se tratar de ensaio clínico, a pesquisa atenderá às seguintes exigências:

I - disponibilidade de informação clínica e não clínica acerca do produto sob investigação, para respaldar a condução da pesquisa;

II - garantia de cuidados médicos e tomada de decisões médicas no interesse do participante da pesquisa;

III - avaliação contínua da necessidade de adequar ou de suspender o estudo em curso assim que constatada a superioridade significativa de uma intervenção sobre outra;

IV - produção, manuseio e armazenamento dos produtos sob investigação de acordo com as normas de boas práticas de fabricação;

V - registro em bases de dados públicas;

VI - garantia da participação de representantes de ambos os sexos e de segmentos raciais constitutivos da



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

14

sociedade, quando essencial para pesquisa e não gerar qualquer tipo de prejuízo para seu andamento, exigida nesses casos a aplicação de critérios técnico-científicos em função do objeto da pesquisa.

Art. 4º O protocolo e o contrato de pesquisa observarão o disposto nesta Lei e no regulamento.

Art. 5º A pesquisa com seres humanos deverá ser submetida à análise ética prévia, a ser realizada em instância única pelo CEP, de modo a garantir a dignidade, a segurança e o bem-estar do participante da pesquisa.

Parágrafo único. O órgão competente para registrar, certificar, fiscalizar e capacitar os CEPs será determinado por ato do Poder Executivo, e a certificação dos CEPs deverá ocorrer no prazo de até 2 (dois) anos.

Art. 6º A análise ética da pesquisa com seres humanos será feita conforme definido nesta Lei e de acordo com as seguintes diretrizes:

I - proteção da dignidade, da segurança e do bem-estar do participante da pesquisa;

II - incentivo ao desenvolvimento técnico-científico;

III - independência, transparência e publicidade;

IV - isonomia na aplicação dos critérios e dos procedimentos de análise dos projetos de pesquisa, conforme a relação risco-benefício depreendida dos seus protocolos;

V - eficiência e agilidade na análise e na emissão de parecer;

VI - multidisciplinaridade;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

15

VII - controle social, com a participação de representante dos participantes da pesquisa;

VIII - respeito às boas práticas clínicas.

Parágrafo único. O integrante de CEP que tenha interesse de qualquer natureza na pesquisa ou que mantenha vínculo com o patrocinador ou com os pesquisadores ficará impedido de participar da deliberação acerca da pesquisa na qual esteja envolvido.

CAPÍTULO II  
DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Seção I  
Disposições Gerais

Art. 7º O CEP atenderá às seguintes condições, entre outras dispostas em regulamento:

I - ser composto de equipe multidisciplinar, nas áreas médica, científica e não científica, de modo a assegurar que, no conjunto, os membros tenham a qualificação e a experiência necessárias para analisar todos os aspectos inerentes à pesquisa, inclusive os aspectos médicos, científicos, éticos e os relacionados às boas práticas clínicas;

II - estar registrado e certificado no órgão competente;

III - ter funcionamento regular;

IV - ter infraestrutura adequada à realização de suas atividades;

V - manter disponível publicamente lista de seus membros, com as respectivas qualificações profissionais;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

16

VI - dispor de documento descritivo dos procedimentos operacionais adotados e manter registros escritos de suas atividades e reuniões;

VII - ter na sua composição 1 (um) representante dos participantes da pesquisa.

§ 1º Em caso de pesquisa que envolva grupo especial, a ser estabelecido pelo regulamento, o CEP assegurará, sempre que possível, na discussão sobre o protocolo, a participação de:

I - 1 (um) representante do grupo especial, como membro *ad hoc*;

II - 1 (um) consultor familiarizado com a língua, os costumes e as tradições da comunidade específica, quando a pesquisa envolver essa comunidade.

§ 2º A deliberação sobre a adequação ética da pesquisa ocorrerá em reunião previamente marcada, que deverá contar com quórum mínimo, conforme definido no regimento interno do CEP.

§ 3º Apenas aos membros efetivos do CEP é lícito emitir parecer e deliberar sobre a adequação ética de pesquisa submetida ao comitê.

§ 4º Os membros do CEP poderão convidar especialistas externos e representantes de grupos vulneráveis para emitir opinião sobre questões específicas relacionadas aos projetos de pesquisa, mas não terão direito a voto.

§ 5º Devidamente registrados, os CEPs detêm completa autonomia para proferir seus pareceres, observadas as boas práticas clínicas.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

17

Art. 8º A instituição que abrigar o CEP promoverá e apoiará a capacitação dos integrantes do seu comitê, com ênfase nos aspectos éticos e metodológicos que se relacionarem com os direitos dos participantes da pesquisa.

Art. 9º A atuação do CEP é sujeita a fiscalização e a acompanhamento do órgão técnico competente, que será designado por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A inobservância do disposto nesta Lei pelo CEP ensejará a suspensão ou a extinção de seu registro, na forma do regulamento.

**Seção II****Das Responsabilidades do Comitê de Ética em Pesquisa**

Art. 10. São responsabilidades do CEP:

I - assegurar os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes da pesquisa, especialmente dos participantes vulneráveis;

II - considerar a qualificação do pesquisador para a pesquisa proposta, de acordo com seu currículo acadêmico e profissional e os documentos solicitados pelo colegiado;

III - conduzir a análise da pesquisa a ele submetida e o monitoramento de sua execução, observada a periodicidade mínima definida em regulamento, conforme a tipificação da pesquisa e as boas práticas clínicas;

IV - solicitar o fornecimento de informações adicionais aos participantes da pesquisa, quando julgar serem indispensáveis para a proteção dos direitos, da segurança e do bem-estar dos participantes da pesquisa;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

18

V - assegurar que o projeto de pesquisa e os demais documentos tratem adequadamente dos assuntos éticos relevantes e satisfaçam as exigências regulatórias aplicáveis, inclusive os relacionados às boas práticas;

VI - assegurar que estejam previstos os meios adequados para a obtenção do consentimento do participante da pesquisa ou de seu representante legal;

VII - assegurar que a informação referente ao ressarcimento ou ao provimento material prévio ao participante da pesquisa esteja claramente especificada no TCLE, incluídas as formas, as quantias e a respectiva periodicidade;

VIII - atuar nos limites das boas práticas clínicas.

**Seção III****Do Processo de Análise Ética de Pesquisa**

Art. 11. O processo de análise ética de pesquisa será instruído com os documentos e as informações estabelecidos em regulamento específico.

Parágrafo único. O CEP manterá em arquivo todos os documentos referentes ao projeto por período de 5 (cinco) anos após o encerramento da pesquisa, facultado o arquivamento por meio digital.

Art. 12. A análise ética de pesquisa, realizada pelo CEP, com emissão do parecer, não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias da data da aceitação da integralidade dos documentos da pesquisa, e essa aceitação, ou sua negativa, deverá ser feita pelo CEP em até 10 (dez) dias a partir da data de submissão.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

19

§ 1º Antes da emissão do parecer, o CEP poderá solicitar ao pesquisador ou ao patrocinador da pesquisa informações ou documentos adicionais ou a realização de ajustes na documentação da pesquisa, com suspensão do prazo previsto no *caput* deste artigo por, no máximo, 20 (vinte) dias.

§ 2º O pesquisador terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, para atender às demandas solicitadas pelo CEP, e o processo de análise do estudo poderá ser cancelado em casos de não cumprimento do prazo.

§ 3º O parecer de que trata o *caput* deste artigo concluirá, fundamentadamente, pela:

- I - aprovação da pesquisa;
- II - não aprovação da pesquisa;
- III - aprovação com pendência, quando a decisão for pela necessidade de correção;
- IV - suspensão, quando a pesquisa aprovada, já em andamento, precisar ser interrompida por motivo de segurança.

§ 4º Da decisão constante do parecer do CEP caberá pedido de reconsideração ao próprio CEP que tenha emitido o parecer, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da publicação da decisão.

§ 5º A análise ética da pesquisa que envolva mais de um centro de pesquisa no País será realizada por um único CEP, preferencialmente aquele vinculado ao centro coordenador da pesquisa, que emitirá o parecer e notificará os CEPs dos demais centros participantes da sua decisão, que deverá ser observada por todos e garantirá o apoio necessário aos participantes da pesquisa.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

20

§ 6º Todos os documentos requisitados pelo CEP deverão estar previstos em ato do Poder Executivo, em regulamento ou no regramento do próprio CEP e ter pertinência com a matéria analisada.

Art. 13. A pesquisa de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) e relevante para o atendimento à emergência pública de saúde terá prioridade na análise ética e contará com procedimentos especiais de análise, inclusive de prazos, nos termos do regulamento.

Art. 14. Após o início da pesquisa, se houver necessidade de alteração que interfira na relação risco-benefício ou na documentação aprovada, o pesquisador-coordenador submeterá, por escrito, emenda ao projeto de pesquisa, devidamente justificada, para análise e parecer do CEP que tenha analisado a pesquisa.

§ 1º A alteração promovida por meio de emenda somente poderá ser implementada após aprovação pelo CEP, nos termos do *caput* deste artigo, exceto quando a segurança do participante da pesquisa depender da sua imediata implementação.

§ 2º O disposto no art. 12 deste artigo aplicar-se-á, no que couber, às emendas ao projeto de pesquisa.

Art. 15. Todos os envolvidos na condução, no acompanhamento, na avaliação ou na aprovação da pesquisa que tiverem acesso direto aos registros da pesquisa, para verificar o cumprimento dos procedimentos e da legislação aplicável e a validade ou a integridade dos dados, deverão zelar pela preservação da confidencialidade dos dados e do anonimato do participante da pesquisa, de acordo com a legislação vigente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

21

CAPÍTULO III  
DA PROTEÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Seção I  
Disposições Gerais

Art. 16. A participação em pesquisa é condicionada à autorização expressa do participante, ou de seu representante legal, mediante a assinatura de TCLE.

§ 1º O TCLE será escrito em linguagem de fácil compreensão e somente terá validade quando for assinado e datado pelo participante da pesquisa, ou seu representante legal, e/ou testemunha imparcial e pelo pesquisador responsável.

§ 2º O TCLE a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser atualizado e submetido à apreciação do CEP que tenha aprovado a pesquisa sempre que surgirem novas informações relevantes capazes de alterar a decisão do participante da pesquisa quanto à sua participação.

§ 3º Informações verbais ou por escrito referentes à pesquisa, incluídas as constantes do TCLE, não poderão indicar ou sugerir:

I - a renúncia, pelo participante da pesquisa, dos seus direitos;

II - a isenção do pesquisador, da instituição, do patrocinador ou de seus agentes das responsabilidades relativas aos eventuais danos que possam ser causados ao participante da pesquisa.

§ 4º O pesquisador ou o profissional por ele designado deverá informar de forma completa ao participante da



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

22

pesquisa ou a seu representante legal os aspectos relevantes da pesquisa, inclusive a aprovação do CEP.

§ 5º Caso o participante da pesquisa ou seu representante legal não seja capaz de ler, uma testemunha imparcial deverá estar presente durante todo o ato de leitura e de esclarecimento do TCLE e, após o consentimento verbal do participante ou de seu representante legal, a testemunha deverá escrever seu nome de forma legível, assinar e datar o TCLE.

§ 6º O participante da pesquisa ou seu representante legal poderá retirar seu consentimento a qualquer tempo, independentemente de justificativa, sem que sobre ele recaia qualquer ônus ou prejuízo.

§ 7º O TCLE referente a projetos de pesquisas patrocinadas por governos, por agências governamentais nacionais ou internacionais ou por instituições sem fins lucrativos poderá conter o compromisso da instituição brasileira colaboradora de, parcial ou integralmente, assumir as responsabilidades de um ou mais patrocinadores e isentá-los dessas responsabilidades, sem configurar o previsto no inciso II do § 3º deste artigo, desde que as responsabilidades objeto da isenção estejam claramente registradas no DCI, devidamente submetido ao CEP, em conjunto com o protocolo de pesquisa.

Art. 17. A pesquisa será conduzida de forma a garantir o anonimato e a privacidade do participante, bem como o sigilo das informações.

§ 1º A privacidade do participante é questão de foro íntimo.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

23

§ 2º O sigilo das informações técnicas da pesquisa deverá ser levantado no que for necessário à análise de eventos adversos graves.

§ 3º Em caso de evento adverso grave, o participante, seus representantes legais ou seus sucessores poderão divulgar detalhes relativos à participação do primeiro na pesquisa.

Art. 18. É vedada a remuneração do participante ou a concessão de qualquer tipo de vantagem por sua participação em pesquisa.

§ 1º Não configuram remuneração ou vantagem para o participante da pesquisa:

I - o ressarcimento de despesas com transporte ou alimentação ou o provimento material prévio;

II - outros tipos de ressarcimento necessários, segundo o projeto de pesquisa.

§ 2º Excetua-se do *caput* deste artigo a participação de indivíduos saudáveis em ensaios clínicos de fase I ou de bioequivalência, observadas as seguintes condições:

I - o participante integrar Cadastro Nacional de Voluntários em Estudos de Bioequivalência, na forma do regulamento;

II - o participante não integrar, simultaneamente, mais de uma pesquisa;

III - em caso de pesquisa para avaliação da dose máxima tolerada ou para avaliação da biodisponibilidade e bioequivalência, o participante da pesquisa observar o prazo mínimo de 6 (seis) meses da data de encerramento da participação na pesquisa antes que seja incluído em novo ensaio clínico.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

24

Art. 19. Nos ensaios clínicos, tão logo constatada superioridade significativa da intervenção experimental sobre o produto de comparação ou placebo, o pesquisador-coordenador, o comitê independente de monitoramento ou o patrocinador avaliará a necessidade de adequar ou suspender o estudo em curso, de forma a atender ao melhor interesse do participante da pesquisa.

Art. 20. O participante será indenizado por eventuais danos sofridos em decorrência da sua participação na pesquisa e receberá a assistência à saúde necessária relacionada a esses danos.

§ 1º São de responsabilidade do patrocinador a indenização e a assistência prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º No caso de pesquisas patrocinadas por governos, por agências governamentais nacionais ou internacionais ou por instituições sem fins lucrativos, a instituição brasileira colaboradora poderá, de forma parcial ou integral, assumir as responsabilidades de um ou mais patrocinadores pela indenização prevista neste artigo e isentá-los dessas responsabilidades, desde que registrada essa decisão no DCI e no TCLE submetido ao CEP, juntamente com o protocolo de pesquisa.

## Seção II

## Da Proteção dos Participantes em Situação de Vulnerabilidade

Art. 21. Além do disposto na Seção I deste Capítulo, a inclusão de participantes em situação de vulnerabilidade em pesquisa, ainda que circunstancialmente, é condicionada ao atendimento das seguintes condições:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

25

I - existir TCLE assinado por representante legal, ou constituído judicialmente, observadas as disposições do art. 16 desta Lei;

II - ser a pesquisa essencial para a população representada pelo participante em situação de vulnerabilidade e não ser possível obter dados de validade comparável mediante a participação de indivíduos adultos e capazes de dar o seu consentimento ou mediante o emprego de outros métodos de investigação.

§ 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo não eliminará a necessidade de prestar informações ao participante da pesquisa, quando possível e na medida de sua capacidade de compreensão, respeitada sua decisão de participação, expressa mediante termo de assentimento, sempre que tiver condições de avaliar e decidir sobre as informações recebidas.

§ 2º O pesquisador responsável e o representante do incapaz coassinarão comunicação ao Ministério Público, informando o roteiro de participação do incapaz na pesquisa clínica.

§ 3º Será comunicada ao Ministério Público, nos termos do § 2º deste artigo, no que couber, a participação de membro de grupo indígena em pesquisa.

Art. 22. Sempre que possível, a pesquisa com mulheres grávidas será precedida de pesquisa semelhante com mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gestação ou o nascituro forem o objeto fundamental da pesquisa e, em qualquer caso, desde que o risco previsível à saúde da gestante ou do nascituro seja mínimo.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

26

Art. 23. O uso exclusivo de placebo somente é admitido quando inexisterem métodos comprovados de profilaxia, diagnóstico ou tratamento para a doença objeto da pesquisa, conforme o caso, e desde que os riscos ou os danos decorrentes do uso de placebo não superem os benefícios da participação na pesquisa.

Parágrafo único. No caso de uso de placebo combinado com outro método de profilaxia, diagnóstico ou tratamento, o participante da pesquisa não poderá ser privado de receber o melhor tratamento disponível, ou o preconizado em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, ou, subsidiariamente, protocolos terapêuticos recomendados por sociedade médica especializada na área objeto de estudo.

CAPÍTULO IV  
DAS RESPONSABILIDADES DO PATROCINADOR, DO PESQUISADOR E DO  
PESQUISADOR-PATROCINADOR

Art. 24. Constituem responsabilidades do patrocinador e do pesquisador-patrocinador:

I - a implementação e a manutenção da garantia de qualidade e dos sistemas de controle de qualidade, com base nos POPs, a fim de garantir que a pesquisa seja conduzida e os dados sejam gerados, documentados e relatados com observância ao protocolo, às boas práticas clínicas e às exigências do regulamento;

II - o estabelecimento do contrato entre as partes envolvidas na pesquisa;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

27

III - o controle de qualidade de cada estágio de tratamento dos dados, com vistas a garantir sua confiabilidade e seu correto processamento;

IV - a manutenção da qualidade e da integralidade dos dados da pesquisa, ainda que tenham sido transferidas algumas ou todas as funções para terceiros;

V - a seleção dos pesquisadores e das instituições executoras da pesquisa, consideradas a qualificação necessária para a condução e a supervisão da pesquisa;

VI - a garantia dos recursos adequados para a condução da pesquisa, incluído o custeio de todas as despesas relacionadas a procedimentos, a exames e a ações para a resolução de eventos adversos;

VII - a indicação de pesquisador para ser o responsável pelas decisões clínicas relacionadas à pesquisa, quando se tratar de ensaio clínico;

VIII - a verificação de que o participante da pesquisa tenha autorizado o acesso direto a seus dados e informações para fins de monitoramento, de auditoria, de revisão pelas entidades éticas competentes e de inspeção de agências reguladoras;

IX - a pronta notificação ao pesquisador, à instituição executora, às entidades de análise ética competentes e à Anvisa sobre descobertas que possam afetar adversamente a segurança do participante da pesquisa, comprometer a condução da pesquisa ou afetar a aprovação concedida pelo CEP;

X - a expedição, no caso de ensaios clínicos, de relatórios sobre as reações adversas ao medicamento ou aos





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

produtos experimentais consideradas graves ou inesperadas, dos quais deverá ser dado conhecimento às instituições e aos pesquisadores envolvidos e à Anvisa;

XI - a pronta notificação à Anvisa de todos os eventos adversos graves ou inesperados;

XII - a seleção e a capacitação dos monitores e dos auditores;

XIII - o monitoramento adequado da pesquisa;

XIV - a pronta comunicação aos pesquisadores envolvidos, à instituição executora e à Anvisa acerca das razões da suspensão ou do término prematuro da pesquisa, quando for o caso;

XV - a indenização e a assistência à saúde do participante da pesquisa por eventuais danos sofridos em decorrência de sua participação na pesquisa.

§ 1º O patrocinador, responsável final pela pesquisa, poderá delegar a execução de determinadas funções às ORPCs, as quais assumirão responsabilidade compartilhada em relação ao objeto da delegação.

§ 2º Quando possível, deverá ser constituído comitê independente de monitoramento de dados para avaliar periodicamente o andamento da pesquisa, os dados de segurança e os pontos críticos de eficácia e recomendar ao patrocinador se deverá continuar, modificar ou interromper uma pesquisa.

§ 3º Os órgãos ou entidades que apoiem financeiramente pesquisa, mas que não tenham qualquer participação na concepção, na coordenação, na execução e na análise e interpretação dos achados, estarão isentos das responsabilidades de que trata o *caput* deste artigo.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

29

§ 4º No caso de pesquisas patrocinadas por governos, por agências governamentais nacionais ou internacionais ou por instituições sem fins lucrativos, a instituição brasileira colaboradora poderá, de forma parcial ou integral, assumir as responsabilidades de um ou mais patrocinadores pela indenização e pela assistência à saúde de que trata o inciso XV do *caput* deste artigo e isentá-los dessas responsabilidades, desde que registrada essa decisão no DCI e no TCLE submetido ao CEP, juntamente com o protocolo de pesquisa.

§ 5º As instituições e as organizações envolvidas nas pesquisas serão corresponsáveis pela sua condução e proporcionarão assistência integral aos participantes no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa.

§ 6º Nos casos de pesquisas desenvolvidas por um pesquisador-patrocinador, a instituição com a qual ele tenha vínculo terá as mesmas responsabilidades de patrocinador.

Art. 25. São responsabilidades do pesquisador:

I - ter e comprovar a qualificação e a experiência necessárias para assumir a responsabilidade pela adequada condução da pesquisa;

II - obedecer às normas de boas práticas clínicas e científicas e às exigências regulatórias;

III - submeter a documentação da pesquisa, inclusive eventuais emendas, à aprovação do CEP;

IV - selecionar pessoas qualificadas para o desempenho das tarefas relacionadas à pesquisa;

V - assegurar, quando se tratar de ensaio clínico, o acompanhamento clínico dos participantes da pesquisa durante



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

30

a condução do estudo e após o seu término, pelo prazo e nas condições definidos no protocolo aprovado pelo CEP;

VI - conduzir a pesquisa com observância ao projeto aprovado pelo CEP;

VII - disponibilizar, quando solicitado, acesso direto aos registros e aos documentos da pesquisa para o monitor, o auditor, os demais representantes do patrocinador, o CEP e as agências reguladoras competentes;

VIII - permitir o monitoramento e a auditoria da pesquisa pelo patrocinador, bem como as inspeções de agências reguladoras, do órgão técnico competente designado pelo Poder Executivo e do CEP que a tenha aprovado;

IX - apresentar relatórios parciais com informações sobre o andamento da pesquisa, anualmente ou sempre que solicitado, ao CEP que a tenha analisado;

X - comunicar prontamente ao patrocinador e ao CEP todos os eventos adversos graves ou inesperados;

XI - manter armazenados e sob a sua guarda, em meio físico ou digital, os dados e os documentos essenciais da pesquisa pelo prazo de 5 (cinco) anos após o término ou a descontinuação formal da pesquisa, e pelo prazo de 10 (dez) anos no caso de produtos de terapias avançadas;

XII - assegurar os direitos e zelar pelo bem-estar e pela segurança dos participantes da pesquisa.

**CAPÍTULO V**

DA FABRICAÇÃO, DO USO, DA IMPORTAÇÃO E DA EXPORTAÇÃO DE BENS OU PRODUTOS PARA FINS DE PESQUISA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA OU DE INOVAÇÃO ENVOLVENDO SERES HUMANOS





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

31

Art. 26. Para fins de ensaio clínico, a fabricação, o uso, a importação e a exportação de medicamentos, produtos e dispositivos médicos e produtos de terapias avançadas experimentais deverão ser autorizados pela Anvisa, nos termos do regulamento.

§ 1º O uso dos produtos referidos no *caput* deste artigo deverá ser feito na forma autorizada pela Anvisa, de acordo com o protocolo da pesquisa aprovado.

§ 2º Para fins de ensaio clínico, a exportação e a importação de produtos de terapias avançadas experimentais deverão ser autorizadas pelas instâncias reguladoras, nos termos de regulamentação específica.

Art. 27. Os medicamentos, os produtos, os dispositivos médicos e os produtos de terapias avançadas experimentais serão acondicionados, armazenados e descartados conforme regulamento.

CAPÍTULO VI  
DA CONTINUIDADE DO TRATAMENTO PÓS-ENSAIO CLÍNICO

Art. 28. O pesquisador, ouvidos o patrocinador e o participante da pesquisa clínica, deverá avaliar a necessidade da continuidade do fornecimento do medicamento experimental após o término da participação de cada indivíduo no ensaio clínico.

Art. 29. Antes do início do ensaio clínico, o patrocinador e o pesquisador submeterão ao CEP plano de acesso pós-estudo, com apresentação e justificativa da necessidade ou não de fornecimento gratuito do medicamento experimental após





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

32

o término do ensaio clínico aos participantes que dele necessitarem.

§ 1º Caso haja necessidade de fornecimento do medicamento pós-ensaio clínico, deverá ser elaborado programa de fornecimento pós-estudo, nos termos do regulamento.

§ 2º O programa de fornecimento pós-estudo deverá assegurar a continuidade do acompanhamento de segurança do participante, de forma a garantir o recebimento do tratamento experimental após o término do ensaio clínico por prazo determinado.

§ 3º O programa de fornecimento pós-estudo deverá ser iniciado somente após aprovação regulatória necessária, a ser submetida em tempo hábil a fim de que o participante da pesquisa faça a transição para o período pós-estudo sem prejuízo da continuidade do tratamento.

Art. 30. Ao término do ensaio clínico, deverá ser realizada, individualmente, avaliação sobre a necessidade de continuidade do tratamento experimental para cada participante.

§ 1º A avaliação a que se refere o *caput* deste artigo será realizada pelo pesquisador, ouvidos o patrocinador e o participante da pesquisa, nos termos do regulamento.

§ 2º O fornecimento gratuito pós-ensaio clínico do medicamento experimental deverá ser realizado sempre que este for considerado a melhor terapia ou tratamento para a condição clínica do participante da pesquisa e apresentar relação risco-benefício mais favorável em comparação com os demais tratamentos disponíveis.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

33

§ 3º O fornecimento gratuito pós-ensaio clínico do medicamento experimental, quando necessário, será garantido após o término da participação individual por meio de programa de fornecimento pós-estudo, ao qual o participante deverá migrar automaticamente.

§ 4º Nos casos em que a manutenção do tratamento com medicamento experimental for necessária após o término do ensaio clínico, o fornecimento do medicamento será de responsabilidade do patrocinador.

Art. 31. A avaliação sobre a necessidade de continuidade do fornecimento do medicamento experimental pós-ensaio clínico deverá ser realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - a gravidade da doença e sua ameaça à continuidade da vida do participante;

II - a disponibilidade de alternativas terapêuticas satisfatórias para o tratamento do participante da pesquisa, considerada sua localidade;

III - se o medicamento experimental contempla uma necessidade clínica não atendida;

IV - se a evidência de benefício para o participante supera a de risco com o uso do medicamento experimental.

Art. 32. O fornecimento gratuito do medicamento experimental no âmbito do programa de fornecimento pós-estudo poderá ser interrompido, mediante submissão de justificativa ao CEP, para apreciação, apenas em alguma das seguintes situações:

I - decisão do próprio participante da pesquisa ou, quando esse não puder expressar validamente sua vontade, pelos



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

34

critérios especificados no inciso I do caput do art. 21 desta Lei;

II - cura da doença ou agravamento à saúde, alvos do ensaio clínico, ou introdução de alternativa terapêutica satisfatória, fato devidamente documentado pelo pesquisador;

III - ausência de benefício do uso continuado do medicamento experimental ao participante da pesquisa, considerados a relação risco-benefício fora do contexto do ensaio clínico ou o aparecimento de novas evidências de riscos relativos ao perfil de segurança do medicamento experimental, fato devidamente documentado pelo pesquisador;

IV - ocorrência de reação adversa que, a critério do pesquisador, inviabilize a continuidade do medicamento experimental, mesmo diante de eventuais benefícios;

V - impossibilidade de obtenção ou de fabricação do medicamento experimental por questões técnicas ou de segurança, devidamente justificadas, e desde que o patrocinador forneça alternativa terapêutica equivalente ou superior existente no mercado;

VI - transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da disponibilidade comercial do medicamento experimental no país; ou

VII - disponibilidade do medicamento experimental na rede pública de saúde.

Art. 33. O pesquisador será responsável por solicitar ao patrocinador o início do fornecimento pós-ensaio clínico do medicamento experimental para o participante da pesquisa, conforme critérios definidos nesta Lei.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

35

§ 1º O patrocinador garantirá aos participantes da pesquisa o fornecimento gratuito pós-ensaio clínico do medicamento experimental sempre que este for considerado pelo pesquisador como a melhor terapêutica para a condição clínica do participante da pesquisa e apresentar relação risco-benefício mais favorável em comparação com os demais tratamentos disponíveis, nos termos desta Lei e do regulamento.

§ 2º O fornecimento gratuito pós-estudo do medicamento experimental de que trata o § 1º deste artigo será garantido após o término da participação individual, por meio de programa de acesso pós-estudo, e o participante deverá migrar automaticamente para esse novo protocolo.

Art. 34. O pesquisador, o patrocinador e a instituição na qual tiver ocorrida a pesquisa deverão fazer planos de transição dos participantes que continuarem a necessitar de cuidados ou medidas de saúde, após o término do ensaio clínico, para os serviços de saúde adequados, conforme disponibilidade, nos termos desta Lei, desde que tais cuidados não sejam relacionados a reações advindas do próprio estudo.

§ 1º Deverá ser considerada também a transição planejada dos participantes que tenham recebido o fornecimento gratuito de medicamento ou tratamento pós-ensaio clínico para outros meios de fornecimento disponíveis, caso necessário.

§ 2º No caso de reações advindas do próprio estudo, o patrocinador deverá garantir os cuidados ou as medidas de saúde adequados e necessários para o participante da pesquisa.

Art. 35. O uso de medicamento experimental durante programa de fornecimento pós-estudo obedecerá às normas estabelecidas em regulamento.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

36

Art. 36. Aplicar-se-ão aos produtos e dispositivos médicos e aos produtos de terapias avançadas experimentais, objeto de ensaio clínico, as disposições deste Capítulo, no que couber.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no *caput* deste artigo, a importação e a dispensação de medicamento experimental durante o programa de acesso pós-estudo deverão ser previamente autorizadas pela autoridade sanitária competente, nos termos do regulamento.

Art. 37. No caso de pesquisas patrocinadas por governos, por agências governamentais nacionais ou internacionais ou por instituições sem fins lucrativos, a instituição brasileira colaboradora poderá, de forma parcial ou integral, assumir as responsabilidades previstas neste Capítulo e isentar um ou mais patrocinadores dessas responsabilidades, desde que registrada essa decisão no DCI e no TCLE submetido ao CEP, juntamente com o protocolo de pesquisa.

CAPÍTULO VII  
DO ARMAZENAMENTO E DA UTILIZAÇÃO DE DADOS E DE MATERIAL  
BIOLÓGICO HUMANO

Art. 38. Para os fins desta Lei, o consentimento para a disposição de material biológico humano deverá ser formalizado por meio de TCLE e ocorrer de forma gratuita, altruísta e esclarecida:

I - em vida; ou



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

37

II - *post mortem*, nos termos da Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, e do art. 14 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 39. São direitos do participante de pesquisa:

I - ser devidamente informado e esclarecido, de forma clara e objetiva, a qualquer tempo que julgar pertinente, sobre o objeto e os potenciais benefícios e riscos inerentes à disposição de seu material biológico;

II - ter a sua saúde e a sua integridade, física e mental, protegidas durante os procedimentos de coleta do material biológico;

III - retirar o consentimento de guarda e de utilização do material biológico humano armazenado a qualquer tempo, por escrito e assinado, sem ônus ou prejuízos, cabendo-lhe a devolução das amostras;

IV - ter acesso, a qualquer tempo, sem ônus ou prejuízo, às informações sobre as finalidades do armazenamento, incluídos o nome dos responsáveis técnicos e institucionais, os riscos e os benefícios potenciais, as garantias de qualidade da conservação e a integridade do seu material biológico;

V - ter acesso, a qualquer tempo, sem ônus ou prejuízo, às informações associadas a seu material biológico, e ser informado e orientado pelos pesquisadores responsáveis por achados, quando as implicações dessas informações puderem causar danos à sua saúde, incluído o aconselhamento genético quando cabível;

VI - ter garantidas a privacidade e a confidencialidade de suas informações pessoais;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

38

VII - ser prontamente informado sobre a dissolução do repositório no qual se encontra armazenado o seu material biológico;

VIII - ser prontamente informado sobre a transferência, a perda, a alteração ou o descarte do seu material biológico;

IX - designar representantes legais que poderão consentir com a utilização e o descarte do seu material biológico e ter acesso a esses materiais e a suas informações associadas em caso de óbito ou de condição incapacitante;

X - ser esclarecido, no momento da assinatura do TCLE, sobre a possibilidade de fornecer ou não seu consentimento para possíveis usos futuros em pesquisa de seus dados e material biológico;

XI - ser esclarecido, no momento da assinatura do TCLE, sobre a possibilidade de autorizar ou não o envio de seus dados e material biológico para centro de estudo localizado fora do País.

Parágrafo único. Todos os direitos do participante de pesquisa deverão, obrigatoriamente, constar do TCLE.

Art. 40. O prazo de armazenamento do material biológico humano em biobanco é indeterminado.

Art. 41. O prazo de armazenamento do material biológico humano em biorrepositório deverá estar de acordo com o cronograma previsto no projeto de pesquisa aprovado.

Parágrafo único. Ao final da vigência do projeto de pesquisa de que trata o *caput* deste artigo, o material biológico humano poderá:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

39

I - permanecer armazenado, se em conformidade com a legislação e as normas éticas e regulatórias vigentes e pertinentes;

II - ser transferido para outro biorrepositório ou biobanco; ou

III - ser descartado.

Art. 42. Os dados da pesquisa serão armazenados pelo patrocinador, sob responsabilidade do pesquisador, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o término ou a descontinuidade da pesquisa, e pelo prazo de 10 (dez) anos no caso de produtos de terapias avançadas.

§ 1º Os patrocinadores deverão estabelecer mecanismos para proteger a confidencialidade das informações vinculadas aos dados, compartilhando apenas dados anônimos ou codificados, e a chave para o código deve permanecer com o gestor de dados.

§ 2º O armazenamento de dados em centro de estudo localizado fora do País é de responsabilidade do patrocinador.

§ 3º A alteração do prazo de armazenamento dos dados estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser autorizada pelo CEP, mediante solicitação do pesquisador.

Art. 43. O material biológico humano armazenado em biobanco ou biorrepositório pertence ao participante de pesquisa, observado que a sua guarda encontra-se sob a responsabilidade institucional.

Art. 44. O gerenciamento do material biológico humano armazenado caberá:

I - à instituição ao qual está vinculado, no caso de armazenamento em biobanco;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

40

II - ao pesquisador que coordena a pesquisa, no caso de armazenamento em biorrepositório.

Art. 45. O material biológico e os dados da pesquisa serão utilizados exclusivamente para a finalidade prevista no respectivo projeto, exceto quando, no TCLE, for concedida a autorização expressa para que eles possam ser utilizados em pesquisas futuras, para fins exclusivamente científicos, desde que observadas as disposições desta Lei e do regulamento.

Parágrafo único. O CEP poderá autorizar a dispensa da exigência de consentimento informado individual prévio para o uso futuro de dados e de material biológico em novas pesquisas, no caso em que essas pesquisas tenham relevante valor social ou não sejam viáveis ou exequíveis sem a referida dispensa.

Art. 46. O material biológico humano e suas informações associadas armazenados em biorrepositório poderão ser formalmente transferidos para outro biorrepositório ou biobanco, em conformidade com o disposto no art. 45 desta Lei e nas demais normas vigentes.

Art. 47. O material biológico humano e suas informações associadas armazenados em biobanco poderão ser formalmente transferidos para outro biobanco, em conformidade com o disposto no art. 45 desta Lei e nas demais normas vigentes.

Art. 48. O material biológico humano e suas informações associadas poderão ser formalmente transferidos a pesquisadores, em conformidade com o disposto no art. 45 desta Lei e nas demais normas vigentes, mediante a celebração de Termo de Transferência de Material Biológico (TTMB) e a



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

41

apresentação de comprovante de aprovação de projeto de pesquisa pelas instâncias éticas e regulatórias pertinentes.

§ 1º As amostras e os componentes do material biológico humano e das informações associadas que tiverem sido transferidos não poderão ser repassados a terceiros pela instituição destinatária inicial, exceto quando celebrada a assinatura de novo TTMB entre a instituição remetente original e a nova instituição destinatária.

§ 2º A transferência de material biológico humano da instituição remetente para a destinatária deverá seguir as normas sanitárias vigentes, sem prejuízo de normas específicas a cada tipo de material biológico e ao modo de transporte.

§ 3º O envio e o armazenamento de material biológico humano para centro de estudo localizado fora do País são de responsabilidade do patrocinador, observadas as seguintes condições:

I - observância da legislação sanitária nacional e internacional sobre remessa e armazenamento de material biológico;

II - garantia de acesso e de utilização do material biológico e de seus dados, para fins científicos, aos pesquisadores e às instituições nacionais;

III - observância da legislação nacional, especialmente no que se refere à vedação de patenteamento e de comercialização de material biológico.

Art. 49. O material biológico humano armazenado em biobanco ou biorrepositório, considerado material de partida, e as informações associadas não são passíveis de proteção de direitos relativos à propriedade intelectual, vedada



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

42

expressamente a sua compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização, por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente, que estejam em desacordo com a legislação e as normas vigentes.

Parágrafo único. Não se considera comercialização a cobrança de valores para fins de recuperação de custos com insumos, materiais, exames laboratoriais, processamento, armazenamento, transporte e honorários.

Art. 50. O local onde ocorrem a utilização e o armazenamento do material biológico deverá contar com sistema de segurança que garanta o sigilo da identidade do participante da pesquisa e a confidencialidade dos dados.

Parágrafo único. É responsabilidade do patrocinador adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

CAPÍTULO VIII  
DA PUBLICIDADE, DA TRANSPARÊNCIA E DO MONITORAMENTO DA  
PESQUISA

Art. 51. A pesquisa será registrada no órgão técnico competente, a ser designado pelo Poder Executivo, e terá seus dados atualizados em sítio eletrônico de acesso público, nos termos do regulamento.

Art. 52. O pesquisador-coordenador enviará anualmente relatório sobre o andamento da pesquisa ao CEP que a tiver aprovado.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

43

Art. 53. Os participantes da pesquisa serão comunicados, pelo pesquisador, mediante o emprego de meios adequados e de linguagem clara e acessível a leigos, dos resultados da pesquisa de que tenham participado.

Art. 54. Os eventos adversos graves ocorridos durante a pesquisa serão de comunicação obrigatória ao CEP que tiver aprovado a pesquisa.

Parágrafo único. Em caso de ensaios clínicos com finalidade de registro de produtos sujeitos a avaliação sanitária, as reações ou os eventos adversos ocorridos durante a condução desses ensaios deverão ser comunicados também à Anvisa, de acordo com o regulamento específico.

Art. 55. As violações do protocolo de pesquisa serão de comunicação obrigatória aos CEPs e à autoridade sanitária que tiverem aprovado a pesquisa.

Art. 56. A descontinuidade de pesquisa em andamento, em caráter temporário ou definitivo, será de comunicação obrigatória ao CEP que a tiver aprovado, e o pesquisador-coordenador deverá apresentar, juntamente com a notificação da descontinuidade, as justificativas técnico-científicas que tiverem embasado a decisão, além de entregar àquele colegiado, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório circunstanciado com os resultados obtidos até o momento da interrupção.

§ 1º Em caso de ensaio clínico, além da documentação especificada no *caput* deste artigo, o pesquisador-coordenador e o patrocinador apresentarão plano de acompanhamento e assistência necessário aos participantes da pesquisa descontinuada.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

44

§ 2º A descontinuidade de pesquisa por motivos não relevantes, de acordo com a avaliação do CEP competente, será considerada infração ética e sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 59 desta Lei.

CAPÍTULO IX  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. De forma a regulamentar o *caput* e o § 1º do art. 218 da Constituição Federal, a análise sanitária relacionada às petições primárias de ensaios clínicos com seres humanos, para fins de registro sanitário do produto sob investigação, não poderá superar o prazo de 90 (noventa) dias, exceto os casos de produtos complexos, definidos em regulamento, que não poderão superar o prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º Se não houver manifestação da autoridade sanitária nos prazos previstos no *caput* deste artigo, após regular recebimento da petição primária do ensaio clínico, o desenvolvimento clínico poderá ser iniciado, desde que contenha as aprovações éticas pertinentes.

§ 2º A autoridade sanitária poderá solicitar esclarecimentos e documentos adicionais, uma única vez, exigência que ensejará a suspensão dos prazos de análise, vedada sua interrupção.

§ 3º O regulamento específico disporá sobre o cumprimento dos prazos e das exigências previstas neste artigo.

§ 4º A autoridade sanitária ficará autorizada a realizar inspeções de BPC em centros de pesquisas clínicas, patrocinadores e ORPCs, conforme o regulamento.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

45

Art. 58. Conduzir pesquisa com seres humanos em desconformidade com o disposto nesta Lei constitui infração ética e sujeita o infrator às sanções disciplinares previstas na legislação do conselho profissional ao qual é vinculado, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções disciplinares referidas no *caput* deste artigo, os conselhos profissionais competentes serão notificados pelo CEP.

Art. 59. A inobservância do disposto nos arts. 24, 25, 34, 41, 42 e 54 desta Lei e o descumprimento das normas de BPC, nos termos do regulamento, constitui infração sanitária e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e em regulamentos sanitários específicos, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 60. A proteção e o anonimato de dados pessoais dos participantes das pesquisas são regulados por esta Lei, aplicada subsidiariamente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 61. Aplicar-se-ão aos produtos e dispositivos médicos e aos produtos de terapias avançadas experimentais as disposições desta Lei, no que couber.

Art. 62. Esta Lei e seus termos aplicar-se-ão às pesquisas com seres humanos em todas as áreas do conhecimento, no que couber, e conforme o regulamento.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre eventuais especificidades das pesquisas em ciências humanas e sociais, com vistas ao progresso da ciência e à devida aplicação desta Lei.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

46

Art. 63. Ficam autorizados a existência e funcionamento de comitês de ética independente, nos termos do regulamento.

Art. 64. Com vistas ao bem público, ao progresso da ciência em âmbito nacional e à obediência ao princípio da eficiência na administração pública, os órgãos e entidades, públicos ou privados, responsáveis pela análise e aprovação de pesquisas no País deverão aprimorar continuamente suas atividades e serviços, de modo a reduzir os prazos de suas análises e pareceres.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor após decorridos em 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 278/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de substitutivo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 7.082, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 200, de 2015), que “Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos no Brasil”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2371025>

Avulso do PL 6007/2023 (Substitutivo-CD) [48 de 48]

2371025





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6008, DE 2023

(nº 9905/2018, na Câmara dos Deputados)

Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1647824&filename=PL-9905-2018](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1647824&filename=PL-9905-2018)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6008/2023 [1 de 5]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece nova causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

Art. 2º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 14:

“Art. 129. ....

.....

§ 14. A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se a lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino for praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.” (NR)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Data do Documento: 12/12/2023

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 292/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 9.905, de 2018, da Câmara dos Deputados, que “Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2373056>

Avulso do PL 6008/2023 [4 de 5]

2373056





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art129



## Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1522/2023

Of. nº 604/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 562, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 2.491, de 2019, do Senado Federal, sancionado e transformado na Lei nº 14.713, de 30 de outubro de 2023, que "Altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar que envolvam o casal ou os filhos".

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232619054000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* CD 232619054000 \* LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 605/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 561, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 614, de 2022, do Senado Federal, sancionado e transformado na Lei nº 14.712, de 30 de outubro de 2023, que “Inscreve o nome de Maria Beatriz Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1533/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238741901800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\*CD238741901800\* LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1524/2023

Of. nº 641/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 612, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 3.598, de 2019, do Senado Federal, sancionado e transformado na Lei nº 14.729, de 23 de novembro de 2023, que "Altera as Leis nºs 13.724, de 4 de outubro de 2018, e 10.257, de 10 de julho de 2001, para ampliar a participação popular no processo de implantação de infraestruturas destinadas à circulação de bicicletas, bem como para determinar a compatibilização do Plano de Mobilidade Urbana com a ampliação do perímetro urbano".

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232745823400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* C D 2 3 2 7 4 5 8 2 3 4 0 0 \*

LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 642/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 613, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 3.638, de 2019, do Senado Federal (Projeto de Lei nº 641, de 2015, nessa Casa), sancionado e transformado na Lei nº 14.730, de 23 de novembro de 2023, que “Denomina Rodovia Bernardo Sayão trechos das rodovias BR-153, BR-226, BR-010 e BR-316”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1525/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233307575200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\*CD233307575200\* LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 643/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 614, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 4.155, de 2019, do Senado Federal (Projeto de Lei nº 308, de 2018, nessa Casa), sancionado e transformado na Lei nº 14.731, de 23 de novembro de 2023, que "Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Alergia Alimentar".

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1531/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238103018900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\*CD238103018900\* LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 644/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 615, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 4.550, de 2021, do Senado Federal, sancionado e transformado na Lei nº 14.732, de 23 de novembro de 2023, que “Declara Patrono do Agricultor Familiar Brasileiro o Frei Egidio Maria Moscini”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1535/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239641576900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* CD 239641576900 \* LexEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 645/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 626, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 81, de 2022, da Câmara dos Deputados, sancionado e transformado na Lei nº 14.737, de 27 de novembro de 2023, que “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1526/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234289798100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 646/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 616, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 5.226, de 2019, do Senado Federal, sancionado e transformado na Lei nº 14.733, de 23 de novembro de 2023, que “Concede o título de Capital Nacional da Pesca ao Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1527/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234697892000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* CD 234697892000 \* LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1532/2023

Of. nº 651/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 564, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 3.009, de 2021, do Senado Federal (Projeto de Lei nº 232, de 2015, nessa Casa), sancionado e transformado na Lei nº 14.714, de 30 de outubro de 2023, que “Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) o controle da erosão marítima e fluvial”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238471191300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 652/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 565, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 9.006, de 2017, do Senado Federal (Projeto de Lei nº 56, de 2014, nessa Casa), sancionado e transformado na Lei nº 14.715, de 30 de outubro de 2023, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações".

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1523/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230593403500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* CD 230593403500 \* LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 654/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 21, de 2023, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 2.930, de 2022, do Senado Federal, sancionado e transformado na Lei nº 14.526, de 9 de janeiro de 2023, que “Altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para reajustar as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 12/12/2023 11:55:13.713 - Mesa

DOC n.1528/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235364566700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* CD 235364566700 \* LexEdit

### Ofícios da Câmara dos Deputados

- Of. nº 604, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 2.491, de 2019, sancionado;

- Of. nº 605, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 614, de 2022, sancionado;

- Of. nº 641, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 3.598, de 2019, sancionado;

- Of. nº 642, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015, sancionado;

- Of. nº 643, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2018, sancionado;

- Of. nº 644, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 4.550, de 2021, sancionado;

- Of. nº 645, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 81, de 2022, sancionado;

- Of. nº 646, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 5.226, de 2019, sancionado;

- Of. nº 651, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2015, sancionado;

- Of. nº 652, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2014, sancionado; e

- Of. nº 654, de 2023, na origem, que comunica a restituição do autógrafo do Projeto de Lei nº 2.930, de 2022, sancionado.

As matérias vão à Secretaria de Expediente.



## Pareceres aprovados em Comissão





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 117, DE 2023

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 88, de 2023, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre

**RELATOR:** Senador Weverton

13 de dezembro de 2023







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Weverton  
**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Mensagem (SF) nº 88, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “a”, e do art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Maria Pires Weber.*

Relator: Senador **WEVERTON**

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Mensagem nº 88, de 2023, por meio da qual o Excelentíssimo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, submete ao Senado Federal a indicação de Flávio Dino de Castro e Costa para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Rosa Weber.

A Mensagem foi recebida no Senado Federal no último dia 27. Foram apresentados todos os documentos exigidos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e que acompanham a indicação.

Para fins de contextualização, registro que o *caput* do art. 101 da Constituição Federal dispõe que “[o] Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada”, sendo



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2860920298>



certo que “[os] *Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal*”.

Sobre o currículo do indicado, suas principais atribuições são conhecidas de todos nós, mas podemos destacar, resumidamente, o que se segue.

Flávio Dino graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (nossa querida UFMA), em 1990, apresentando trabalho de conclusão de curso sobre o direito de greve. Em 2001, tornou-se Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, com dissertação intitulada: *Autogoverno e Controle do Judiciário no Brasil, a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça, defendida e aprovada sobre o tema do controle do Poder Judiciário no Brasil*. Entre 1994 e 2002, foi professor auxiliar da UFMA, tendo lecionado, na Graduação em Direito, as disciplinas de Direito Constitucional e Direito Administrativo. Entre 2000-2002, foi Secretário Executivo da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. Em 2005, foi designado Secretário Geral do Conselho Nacional de Justiça. Entre 2002 e 2006, foi cedido pela UFMA à Universidade de Brasília (UnB), onde ministrou na Graduação em Direito as disciplinas de Direito Administrativo e Práticas e Atualidades do Direito.

Em 1994, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para a magistratura federal, tendo exercido o cargo de Juiz Federal, vinculado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Entre 2000 e 2002, foi Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil. Permaneceu no Judiciário até o ano de 2006, quando pediu exoneração a fim de candidatar-se ao cargo de Deputado Federal – ou seja, saiu da magistratura pela porta da frente, e de forma leal, para legitimamente disputar um mandato eletivo. Eleito Deputado, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2010, e após isso, entre 2011 e 2014, foi Presidente da Empresa Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

No ano de 2014, foi eleito Governador do nosso Estado, o Maranhão, tendo sido reeleito em 2018, em primeiro turno, com quase 60% dos votos válidos. Em 2022, desincompatibilizou-se para concorrer ao Senado Federal, oportunidade em que foi eleito com mais de 62% dos votos válidos na única vaga em disputa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2860920298>



4

3

No início deste ano, foi escolhido pelo Presidente Lula para exercer o honroso cargo de Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, tendo logo de início enfrentado com o rigor, a segurança e a firmeza necessários os traumáticos eventos de 8 de janeiro.

Em toda sua vida acadêmica e política foi autor de diversos artigos científicos em revistas jurídicas, além de publicações e organização de livros na área do Direito Constitucional.

Em suma: trata-se de uma figura reconhecida e admirada nos mundos jurídico e político. Ex-professor de duas universidades federais (UFMA e UnB), mestre em Direito, ex-juiz, Senador, Ministro de Estado, ex-Governador, alguém que teve experiências exitosas no exercício de funções dos três poderes da República. Como o próprio indicado registra em sua argumentação escrita, na qual expõe o preenchimento dos requisitos de indicação ao cargo (exigência do art. 383 do RISF), Flávio Dino nunca se afastou do mundo jurídico, tendo inclusive, quando Deputado Federal, apresentado diversos projetos de lei que se transformaram em normas jurídicas, dentre os quais podemos destacar as Leis que regulamentaram a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.

Autor e coautor de diversos livros e artigos, palestrante e conferencista reconhecido internacionalmente; profundo entendedor da aplicação, da formulação, da aprovação e da interpretação das leis; ex-juiz, ex-governador, ex-deputado e Senador da República, o indicado possui invejável currículo que é, repito, de todos nós conhecido.

Com essas informações, entendo que as Senhores Senadores e os Senhores Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Senhor Flávio Dino de Castro e Costa para o cargo de Ministro do STF.

Sala da Comissão,

, Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2860920298>



5  
4

SF/23000.41639-26

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2860920298>





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

54ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
DAVI ALCOLUMBRE	PRESENTE	1. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
SERGIO MORO	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
MARCIO BITTAR	PRESENTE	3. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	4. GIORDANO	PRESENTE
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	5. EFRAIM FILHO	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	7. MARCELO CASTRO	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	8. CID GOMES	
WEVERTON	PRESENTE	9. CARLOS VIANA	PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	10. ZEQUINHA MARINHO	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	11. JAYME CAMPOS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. IRAJÁ	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	4. MARA GABRILLI	PRESENTE
LUCAS BARRETO	PRESENTE	5. DANIELLA RIBEIRO	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	6. JAQUES WAGNER	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
CAMILO SANTANA	PRESENTE	8. TERESA LEITÃO	PRESENTE
ANA PAULA LOBATO	PRESENTE	9. JORGE KAJURU	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	1. ROGERIO MARINHO	PRESENTE
CARLOS PORTINHO	PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. JORGE SEIF	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	4. EDUARDO GOMES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	1. TEREZA CRISTINA	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	2. DR. HIRAN	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. HAMILTON MOURÃO	PRESENTE

Não Membros Presentes

RANDOLFE RODRIGUES  
PAULO PAIM  
DAMARES ALVES  
SÉRGIO PETECÃO





Senado Federal

7

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD  
SORAYA THRONICKE





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Indicações para o STF e a PGR

MSF 88/2023 - FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA - STF

Início da Votação: 13/12/2023 02:20:59

Fim da Votação: 13/12/2023 08:13:52

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Davi Alcolumbre (UNIÃO)	votou	1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	não computado
Sergio Moro (UNIÃO)	votou	2. Alan Rick (UNIÃO)	não computado
Marcio Bittar (UNIÃO)	votou	3. Professora Dorinha Seabra (UNIÃO)	
Eduardo Braga (MDB)	votou	4. Giordano (MDB)	não computado
Renan Calheiros (MDB)	votou	5. Efraim Filho (UNIÃO)	não computado
Jader Barbalho (MDB)	votou	6. Izalci Lucas (PSDB)	não computado
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	votou	7. Marcelo Castro (MDB)	
Marcos do Val (PODEMOS)	votou	8. Cid Gomes (PDT)	
Weverton (PDT)	votou	9. Carlos Viana (PODEMOS)	
Plínio Valério (PSDB)	votou	10. Zequinha Marinho (PODEMOS)	
Alessandro Vieira (MDB)	votou	11. Jayme Campos (UNIÃO)	não computado
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
Omar Aziz (PSD)	votou	1. Zenaide Maia (PSD)	não computado
Angelo Coronel (PSD)	votou	2. Irajá (PSD)	
Otto Alencar (PSD)	votou	3. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Eliziane Gama (PSD)	votou	4. Mara Gabrilli (PSD)	não computado
Lucas Barreto (PSD)	votou	5. Daniella Ribeiro (PSD)	
Fabiano Contarato (PT)	votou	6. Jaques Wagner (PT)	não computado
Rogério Carvalho (PT)	votou	7. Humberto Costa (PT)	não computado
Camilo Santana (PT)	votou	8. Teresa Leitão (PT)	não computado
Ana Paula Lobato (PSB)	votou	9. Jorge Kajuru (PSB)	não computado
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Flávio Bolsonaro (PL)	votou	1. Rogerio Marinho (PL)	não computado
Carlos Portinho (PL)	votou	2. Eduardo Girão (NOVO)	não computado
Magno Malta (PL)	votou	3. Jorge Seif (PL)	não computado
Marcos Rogério (PL)	votou	4. Eduardo Gomes (PL)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Ciro Nogueira (PP)	votou	1. Tereza Cristina (PP)	não computado
Esperidião Amin (PP)	votou	2. Dr. Hiran (PP)	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	votou	3. Hamilton Mourão (REPUBLICANOS)	não computado

Votação:

TOTAL 27    SIM 17    NÃO 10    ABSTENÇÃO 0

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 13/12/2023



## DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 88/2023)

NA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA VAGA DECORRENTE DA APOSENTADORIA DA MINISTRA ROSA MARIA PIRES WEBER, NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO III, ALÍNEA “A”, E DO ART. 101, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 383, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, COM 17 (DEZESSETE) VOTOS FAVORÁVEIS E 10 (DEZ) VOTOS CONTRÁRIOS.

APROVADO REQUERIMENTO Nº 83, DE 2023-CCJ, DE URGÊNCIA PARA A MATÉRIA.

13 de dezembro de 2023

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 118, DE 2023

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 89, de 2023, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “e”, e do art. 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner

13 de dezembro de 2023



2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/23133.15334-15

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 89, de 2023 (nº 628, de 2023, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea “e”, e 128, § 1º, da Constituição, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.*

**Relator: Senador JAQUES WAGNER**

Por intermédio da Mensagem (MSF) nº 89, de 2023 (nº 628, de 2023, na origem), e nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea *e*, e 128, § 1º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

O art. 128, § 1º, da Constituição Federal estabelece que o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Por sua vez, o art. 52, III, *e*, igualmente da Lei Maior, atribui a esta Casa competência privativa para aprovar, por voto secreto, após



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7997935751>

---

2<sup>3</sup>

arguição em sessão pública, a escolha do Chefe do *Parquet*. Já o art. 101, II, *i*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), de sua parte confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

Passando a resumir o currículo do Doutor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, cumpre anotar que nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1961, tendo se tornado Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), em 1981; posteriormente, alcançou o mestrado em Direito pela Universidade de Essex, no Reino Unido, em 1990. E no ano de 2008 obteve o título de Doutor em Direito, pela UnB.

O ilustre indicado foi classificado em primeiro lugar no concurso para o cargo de Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios, realizado no ano 1986 e também classificado em primeiro lugar no concurso nacional para o cargo de Procurador da República realizado em 1987, tendo optado pela carreira do Ministério Público Federal.

No que diz respeito às suas atividades em cargos e funções públicas, cumpre registrar que o Doutor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO foi assessor do Ministro Francisco Rezek, do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1983 a 1987; Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (1992-93); e Conselheiro Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do Tribunal de Contas da União (TCU).

Promovido a Subprocurador-Geral da República por merecimento, em 2012, foi designado para atuar em processos do STF. No âmbito do Ministério Público, exerceu também a função de Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União (2020-2021), tendo sido ainda Vice-Procurador-Geral Eleitoral, de julho de 2021 a setembro deste ano de 2023 e Procurador-Geral Eleitoral interino, de 27 de setembro de 2023 até o presente momento.

Ao longo de sua carreira tem, ademais, participado de bancas de concursos públicos, para o preenchimento de cargos no Poder Judiciário, no Ministério Público da União, inclusive para o cargo de Procurador da República e para o cargo de Procurador do Trabalho, também para o preenchimento de cargos no Ministério Público estadual, na Diplomacia e para cargos superiores da Administração Pública Federal.



ft2023-16089

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7997935751>

O ilustre indicado também exerce a docência, tendo sido professor de direito em diversas instituições, desde 1987, sendo atualmente professor de Direito Constitucional na graduação, no mestrado e no doutorado do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

O indicado é também advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, com exercício ativo desde 1994, conforme lhe faculta o art. 29, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo requerido suspensão do registro no último dia 28 de novembro de 2023.

Devemos ainda anotar que o Doutor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO é autor de diversas obras publicadas, das quais destacamos os livros “Curso de Direito Constitucional”, em coautoria com Gilmar Ferreira Mendes, contemplado com o prêmio Jabuti na categoria de livros jurídicos, estando já na sua 18ª edição pela Editora Saraiva em 2023; e “Juízo de Ponderação na Jurisdição Constitucional”, também pela Editora Saraiva, 2009.

O nobre Subprocurador Geral da República ora indicado à Chefia do Ministério Público da União tem também participado da organização de livros em parceria com outros ilustres autores, de que destacamos, “Eleições e Democracia na Era Digital”, publicado pela Editora Almedina, 2022; “XX Congresso Internacional de Direito Constitucional do IDP: Sistema de governo, governança e governabilidade”, IDP, 2018; “III Seminário internacional de direito administrativo e administração pública: gestão pública - inovações, eficiência e cooperação no âmbito da administração pública”, IDP, 2014, entre outros.

E igualmente tem publicado diversos artigos em revistas especializadas, no Brasil e no exterior e diversos capítulos sobre temas importantes, em obras coletivas, de que destacamos “Responsabilidade civil do Estado e pandemia da Covid-19”, *in* Impactos da Pandemia da Covid-19 nas Estruturas do Direito Público, Almedina, 2022; e “O Impacto político e institucional da globalização nos Estados e nas organizações internacionais”, *in* Reforma do Estado Social no Contexto da Globalização, FGV Projetos/IDP, 2019.

Cabe por fim registrar que atendendo ao disposto no art. 383 do RISF e do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o ilustre indicado apresentou as declarações e certidões requeridas, inclusive a argumentação escrita em



fl2023-16089

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7997935751>



---

4<sup>5</sup>

que demonstra experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do elevado cargo para o qual foi indicado.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2023.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**,  
Presidente

Senador **JAQUES WAGNER**,  
Relator



*fl2023-16089*

Assinado eletronicamente, por Sen. Jaques Wagner

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7997935751>





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****54ª, Extraordinária**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
DAVI ALCOLUMBRE	<a href="#">PRESENTE</a>	1. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	<a href="#">PRESENTE</a>
SERGIO MORO	<a href="#">PRESENTE</a>	2. ALAN RICK	<a href="#">PRESENTE</a>
MARCIO BITTAR	<a href="#">PRESENTE</a>	3. PROFESSORA DORINHA SEABRA	<a href="#">PRESENTE</a>
EDUARDO BRAGA	<a href="#">PRESENTE</a>	4. GIORDANO	<a href="#">PRESENTE</a>
RENAN CALHEIROS	<a href="#">PRESENTE</a>	5. EFRAIM FILHO	<a href="#">PRESENTE</a>
JADER BARBALHO	<a href="#">PRESENTE</a>	6. IZALCI LUCAS	<a href="#">PRESENTE</a>
ORIOVISTO GUIMARÃES	<a href="#">PRESENTE</a>	7. MARCELO CASTRO	<a href="#">PRESENTE</a>
MARCOS DO VAL	<a href="#">PRESENTE</a>	8. CID GOMES	
WEVERTON	<a href="#">PRESENTE</a>	9. CARLOS VIANA	<a href="#">PRESENTE</a>
PLÍNIO VALÉRIO	<a href="#">PRESENTE</a>	10. ZEQUINHA MARINHO	
ALESSANDRO VIEIRA	<a href="#">PRESENTE</a>	11. JAYME CAMPOS	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	<a href="#">PRESENTE</a>	1. ZENAIDE MAIA	<a href="#">PRESENTE</a>
ANGELO CORONEL	<a href="#">PRESENTE</a>	2. IRAJÁ	
OTTO ALENCAR	<a href="#">PRESENTE</a>	3. VANDERLAN CARDOSO	<a href="#">PRESENTE</a>
ELIZIANE GAMA	<a href="#">PRESENTE</a>	4. MARA GABRILLI	<a href="#">PRESENTE</a>
LUCAS BARRETO	<a href="#">PRESENTE</a>	5. DANIELLA RIBEIRO	
FABIANO CONTARATO	<a href="#">PRESENTE</a>	6. JAQUES WAGNER	<a href="#">PRESENTE</a>
ROGÉRIO CARVALHO	<a href="#">PRESENTE</a>	7. HUMBERTO COSTA	<a href="#">PRESENTE</a>
CAMILO SANTANA	<a href="#">PRESENTE</a>	8. TERESA LEITÃO	<a href="#">PRESENTE</a>
ANA PAULA LOBATO	<a href="#">PRESENTE</a>	9. JORGE KAJURU	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO BOLSONARO	<a href="#">PRESENTE</a>	1. ROGERIO MARINHO	<a href="#">PRESENTE</a>
CARLOS PORTINHO	<a href="#">PRESENTE</a>	2. EDUARDO GIRÃO	<a href="#">PRESENTE</a>
MAGNO MALTA	<a href="#">PRESENTE</a>	3. JORGE SEIF	<a href="#">PRESENTE</a>
MARCOS ROGÉRIO	<a href="#">PRESENTE</a>	4. EDUARDO GOMES	<a href="#">PRESENTE</a>

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA	<a href="#">PRESENTE</a>	1. TEREZA CRISTINA	<a href="#">PRESENTE</a>
ESPERIDIÃO AMIN	<a href="#">PRESENTE</a>	2. DR. HIRAN	<a href="#">PRESENTE</a>
MECIAS DE JESUS	<a href="#">PRESENTE</a>	3. HAMILTON MOURÃO	<a href="#">PRESENTE</a>

**Não Membros Presentes**

RANDOLFE RODRIGUES  
 PAULO PAIM  
 DAMARES ALVES  
 SÉRGIO PETECÃO





Senado Federal

7

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD

SORAYA THRONICKE





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Indicações para o STF e a PGR

MSF 89/2023 - PAULO GUSTAVO GONET BRANCO - PGR

Início da Votação: 13/12/2023 02:20:59 Fim da Votação: 13/12/2023 08:13:52

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Davi Alcolumbre (UNIÃO)	votou	1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	votou
Sergio Moro (UNIÃO)		2. Alan Rick (UNIÃO)	não computado
Marcio Bittar (UNIÃO)	votou	3. Professora Dorinha Seabra (UNIÃO)	
Eduardo Braga (MDB)	votou	4. Giordano (MDB)	não computado
Renan Calheiros (MDB)	votou	5. Efraim Filho (UNIÃO)	não computado
Jader Barbalho (MDB)	votou	6. Izalci Lucas (PSDB)	não computado
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	votou	7. Marcelo Castro (MDB)	
Marcos do Val (PODEMOS)	votou	8. Cid Gomes (PDT)	
Weverton (PDT)	votou	9. Carlos Viana (PODEMOS)	
Plínio Valério (PSDB)	votou	10. Zequinha Marinho (PODEMOS)	
Alessandro Vieira (MDB)	votou	11. Jayme Campos (UNIÃO)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
Omar Aziz (PSD)	votou	1. Zenaide Maia (PSD)	não computado
Angelo Coronel (PSD)	votou	2. Irajá (PSD)	
Otto Alencar (PSD)	votou	3. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Eliziane Gama (PSD)	votou	4. Mara Gabrilli (PSD)	não computado
Lucas Barreto (PSD)	votou	5. Daniella Ribeiro (PSD)	
Fabiano Contarato (PT)	votou	6. Jaques Wagner (PT)	votou
Rogério Carvalho (PT)	votou	7. Humberto Costa (PT)	não computado
Camilo Santana (PT)	votou	8. Teresa Leitão (PT)	não computado
Ana Paula Lobato (PSB)	não computado	9. Jorge Kajuru (PSB)	não computado
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Flávio Bolsonaro (PL)	votou	1. Rogerio Marinho (PL)	não computado
Carlos Portinho (PL)	votou	2. Eduardo Girão (NOVO)	não computado
Magno Malta (PL)	votou	3. Jorge Seif (PL)	não computado
Marcos Rogério (PL)	votou	4. Eduardo Gomes (PL)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Ciro Nogueira (PP)	votou	1. Tereza Cristina (PP)	não computado
Esperidião Amin (PP)	votou	2. Dr. Hiran (PP)	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	votou	3. Hamilton Mourão (REPUBLICANOS)	não computado

Votação:  
TOTAL 27 SIM 23 NÃO 4 ABSTENÇÃO 0

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 13/12/2023





## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(MSF 89/2023)**

NA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, NA VAGA DECORRENTE DO TÉRMINO DO MANDATO DO SENHOR ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO III, ALÍNEA “E”, E DO ART. 128, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO, COMBINADO COM O ART. 383, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, COM 23 (VINTE E TRÊS) VOTOS FAVORÁVEIS E 4 (QUATRO) VOTOS CONTRÁRIOS.

APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA A MATÉRIA.

13 de dezembro de 2023

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 1, DE 2023

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Ofício "S" nº 19, de 2023, do Senador Omar Aziz, que Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri.

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz

**RELATOR:** Senador Otto Alencar

13 de dezembro de 2023



**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Ofício “S” nº 19, de 2023, do Senador Omar Aziz, que *encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Daniel Veloso Couri.*

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão o Ofício “S” nº 19, de 2023, do Senador Omar Aziz, autuado em 29 de agosto de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso III do § 2º do art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, o nome do Senhor Alexandre Augusto Seijas de Andrade, para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal.

**II – ANÁLISE**

Está fixado na Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que a IFI tem as funções de: divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários; analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente; mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://leis.senado.gov.br/autenticadoc-leis/2652116059>



O Senhor Alexandre Augusto Seijas de Andrade é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Teoria Econômica pela mesma universidade. Atuando há mais de 18 anos em assuntos econômicos, ocupou inicialmente, de 2007 a 2016, funções no setor privado, como Economista-sênior na Tendências Consultoria Integrada e na Votorantim Corretora e Economista-Chefe na consultoria econômica GO Associados.

Posteriormente, ingressou nesta Casa, em fevereiro de 2016, como assessor da Senadora Lúcia Vânia, tratando especialmente de assuntos econômicos. A partir de dezembro de 2018 até o presente momento, tem exercido a função de analista da IFI, onde tem aprofundado, desde então, seus conhecimentos em finanças públicas.

No setor privado foi responsável por acompanhamento de temas macroeconômicos e setoriais, elaboração de cenários e pesquisas macroeconômicas. Como assessor da Senadora Lúcia Vânia, acompanhou matérias de interesse da Senadora, especialmente as ligadas à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), bem como auxiliou no processo legislativo e na elaboração de discursos e pareceres.

Ingressou na IFI no fim de 2018, e, desde então, tem participado da consolidação da instituição como um dos mais importantes centros de pesquisa macroeconômica e de finanças públicas no País. Dentro da IFI, foi autor e coautor de diversas publicações, entre elas 1. Novo arcabouço fiscal: análise do texto substitutivo ao PLP nº 93, de 2023 – publicado em 2023; 2. Simulações para o resultado primário estrutural do governo central – publicado em 2021; 3. Impactos fiscais da reforma da tributação sobre a renda – publicado em 2021; 3 4. Seção de conjuntura fiscal do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) desde 2019.

Além disso, tem se destacado na produção de publicações e artigos na área econômica. Ressaltem-se suas publicações, como autor ou coautor: 1. A política fiscal no Brasil e a relação com o crescimento econômico – Capítulo do livro “Contas Públicas no Brasil” – publicado em 2020; 2. Complementariedade e competição regional: uma proposta metodológica de desagregação espacial de projeções nacionais – publicado em 2006; 3. O papel da oferta de trabalho no comportamento dos retornos à educação no Brasil – publicado em 2005; 4. *The tertiary sector and regional income inequality in Brazil* – publicado em 2005; 5. IS-LM: Uma história – publicado em 2004; 6. Índices de preços regionais: metodologia e resultados – publicado em 2004; e



ff2023-16662  
Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://leis.senado.gov.br/autenticadoc-leis/2652116059>





4

5  
3

7. Uma análise da estrutura de ligações entre as macrorregiões brasileiras – publicado em 2022.

Assim, ficam demonstradas as condições necessárias para que o indicado assuma o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente dadas as suas competências técnicas, acadêmicas e profissionais.

### III – VOTO

Nesse sentido, voto pela aprovação do nome do Senhor Alexandre Augusto Seijas de Andrade para ocupar a Diretoria da Instituição Fiscal Independente desta Casa legislativa na vaga indicada por esta Comissão.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator



ff2023-16662

Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://leis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652116059>





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença****11ª, Extraordinária**

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
SERGIO MORO		1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. MARCOS DO VAL	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		3. IZALCI LUCAS	PRESENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM		5. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
CID GOMES		6. EFRAIM FILHO	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. NELSON TRAD	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. JUSSARA LIMA	
OMAR AZIZ	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	4. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO		5. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
JORGE KAJURU	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO GIRÃO		1. JAIME BAGATTOLI	
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	2. MARCOS ROGÉRIO	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	3. ROMÁRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
LUIS CARLOS HEINZE		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
CLEITINHO		2. DAMARES ALVES	PRESENTE

**Não Membros Presentes**

PROFESSORA DORINHA SEABRA  
ANGELO CORONEL  
ZENAIDE MAIA  
WELLINGTON DIAS  
LUCAS BARRETO  
PAULO PAIM





Resultado de Votação Secreta

Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor  
Sabatina de indicado para o cargo de Diretor da IFI  
OFS 19/2023 - Alexandre Augusto Seijas de Andrade - IFI

Início da Votação: 13/12/2023 13:49

Fim da Votação: 13/12/2023 14:19

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Sergio Moro (UNIÃO)		1. Soraya Thronicke (PODEMOS)	
Rodrigo Cunha (PODEMOS)	votou	2. Marcos do Val (PODEMOS)	
Renan Calheiros (MDB)	votou	3. Izalci Lucas (PSDB)	votou
Eduardo Braga (MDB)	votou	4. Alessandro Vieira (MDB)	
Styvenson Valentim (PODEMOS)		5. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Cid Gomes (PDT)		6. Efraim Filho (UNIÃO)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
Mara Gabrilli (PSD)	votou	1. Nelsinho Trad (PSD)	votou
Otto Alencar (PSD)	votou	2. Jussara Lima	
Omar Aziz (PSD)	votou	3. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Humberto Costa (PT)		4. Rogério Carvalho (PT)	
Beto Faro (PT)		5. Fabiano Contarato (PT)	votou
Jorge Kajuru (PSB)	votou	6. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Eduardo Girão (NOVO)		1. Jaime Bagattoli (PL)	
Rogerio Marinho (PL)		2. Marcos Rogério (PL)	
Flávio Bolsonaro (PL)		3. Romário (PL)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Luis Carlos Heinze (PP)		1. Esperidião Amin (PP)	votou
Cleitinho (REPUBLICANOS)	votou	2. Damares Alves (REPUBLICANOS)	

Votação:  
TOTAL 12    SIM 12    NÃO 0    ABSTENÇÃO 0

Senador Omar Aziz  
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, EM 13/12/2023



**DECISÃO DA COMISSÃO****(OFS 19/2023)**

REUNIDA A CTFC NA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13/12/2023, FOI APROVADA EM ESCRUTÍNIO SECRETO A INDICAÇÃO DO SENHOR ALEXANDRE AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI) POR DOZE VOTOS FAVORÁVEIS.

13 de dezembro de 2023

  
Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,  
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 120, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3242, de 2020, do Senador Flávio Arns, que Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para prever a figura do Cuidador de Pessoa Idosa.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Mara Gabrilli

13 de dezembro de 2023





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, do Senador Flávio Arns, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (*Estatuto do Idoso*) para prever a figura do Cuidador de Pessoa Idosa.

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 3.242, de 2020, de autoria do Senador Flávio Arns. O PL tem a intenção de prever legalmente o conceito e as atribuições do cuidador de pessoa idosa. Para tal finalidade, o PL conta com dois artigos.

Em seu art. 1º, o PL insere no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) novo capítulo dotado de 3 artigos. No proposto art. 68-A, define-se o cuidador de pessoa idosa como aquele que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados à pessoa idosa. Já o art. 68-B lista as atividades típicas do cuidador de pessoa idosa. Por fim, o art. 68-C prevê o incentivo do poder público, em parceria com a sociedade civil, para incentivar a capacitação, o reconhecimento e a valorização do cuidador de pessoa idosa. Por sua vez, o art. 2º do PL define vigência imediata da lei de si resultante.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1944542330>



3  
2

SF/23761.08605-93

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que a quantidade de cuidadores de pessoas idosas saltou 547% no País no intervalo de 10 anos, tendendo a aumentar mais em razão do envelhecimento da população. Pondera que, embora essa função laboral tenha grande importância, não existe legislação que a reconheça.

Após apreciação pela CDH, a matéria será enviada para a apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção aos idosos. Portanto, é regimental sua apreciação.

O PL em exame nos parece particularmente importante e necessário. Todos temos pessoas idosas na família e sabemos que, em boa parte dos casos, é crescente sua necessidade de atenção e amparo.

Assim, observamos que a elevação proporcional de pessoas idosas na sociedade vem sendo acompanhada de semelhante crescimento na oferta do serviço de cuidadores de pessoas idosas. Contudo, assusta ver que todo este grande contingente de trabalhadores tem seu labor não amparado pela lei.

Portanto, parece-nos relevante e, sobretudo, necessário que finalmente a legislação brasileira legitime o exercício de uma atividade profissional tão vital na sociedade de hoje.

O PL do Senador Flávio Arns é especialmente sábio por inserir na lei uma definição ampla e balizas exemplificativas de suas atribuições, de forma a não tornar indevidamente amarrados os requisitos para o exercício da função, respeitando o livre exercício profissional.

Assim, apresento meus cumprimentos ao autor do projeto e encaminho voto pela sua aprovação, cuidando, tão-somente, de apresentar emenda de redação de forma a alterar, na redação do PL, o uso do termo “idoso” por “pessoa idosa”, de modo a torná-lo harmonioso com o Estatuto da Pessoa Idosa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1944542330>



4

3

SF/23761.08605-93

### III – VOTO

Em razão do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1 - CDH (De Redação)

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, o uso da expressão “do Idoso” por “da Pessoa Idosa”, e, nos arts. 68-A e 68-B da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, o uso da expressão “ao idoso” por “à pessoa idosa”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1944542330>





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**

ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 3242/2020)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO COM A EMENDA N. 1 - CDH.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 121, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre o Projeto de Lei nº 2552, de 2022, da Senadora Ivete da Silveira,  
que Dispõe sobre a rampa de acesso a calçadas.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Mara Gabrilli

13 de dezembro de 2023





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.552, de 2022, da Senadora Ivete da Silveira, que *dispõe sobre a rampa de acesso a calçadas*.

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 2.552, de 2022, de autoria da Senadora Ivete da Silveira, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), para determinar que a largura de rebaixamento de calçadas à frente de faixa de travessia de pedestres tenha a mesma medida que o comprimento da faixa. A lei resultante da aprovação da matéria entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificção da matéria, a autora argumenta que, inobstante as normas determinarem a observação do desenho universal na construção das vias públicas, é evidente a falta de padronização nas medidas das rampas das calçadas, o que é especialmente danoso a quem tem dificuldade de locomoção quando as calçadas estão defronte das travessias das ruas. Dessa forma, afirma, largas faixas de segurança costumam terminar com rampas de acesso estreitas, um obstáculo ao trânsito de cadeirantes pelas ruas do país.

A matéria foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos (CDH) e, para decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9454654228>





Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

De acordo com os incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre assuntos relacionados aos direitos humanos e à proteção da pessoa com deficiência, temas que estão presentes no PL nº 2.552, de 2022.

A CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucional do texto e, por essa razão, nosso exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

E, nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhimento, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação e se inscreve no conjunto de medidas adotadas neste parlamento destinadas à construção de uma sociedade mais inclusiva e à proteção da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto, a proposição, embora possa parecer descer a detalhes que fugiriam da competência da União para o tema, que concorre com a de Estados e Municípios, devendo limitar-se a regras gerais, tem, de fato, salvo melhor juízo, a natureza de norma geral, pois a medida alcança, imediatamente e sem intermediações, a todas as pessoas com deficiência (Constituição Federal, art. 24, inciso XIV e §§).

Entretanto, é necessário informar, ainda, que os arts. 15 e 20 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, já regulamentam a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre as normas gerais de acessibilidade, no que se refere ao formato das rampas, remetendo o caráter mais detalhado à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como faz a própria Lei (art. 5º).

A ABNT publicou em 2015 e revisou em 2020 a norma registrada como NBR 9050:2020, que traz os critérios e parâmetros (incluindo proporções) para projetos de construção, instalações e iniciativas de adaptação do meio urbano e rural às condições de acessibilidade. Nessa normativa estão incluídas as medidas, especialmente aquelas relacionadas com a inclinação, o desnível, o tamanho e a área de descanso desses equipamentos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9454654228>



As rampas, portanto, construídas fora desses padrões, que são os mais consentâneos com as normas do desenho universal, estão em desacordo com a legislação vigente, cabendo a iniciativa de fiscalização às autoridades competentes, em especial, ao Ministério Público.

O que se vê, porém, é que a normatização por decreto e por norma técnica da ABNT não logra se impor. **É nessa medida que nos parece que, ainda que pareça redundante, vale a pena tratar o assunto, sim, por meio de lei.** Cuida-se aqui de tornar mais nítida a referência a ser observada nas construções desses equipamentos públicos, que devem preferencialmente ser do mesmo tamanho das faixas de pedestres, e nunca inferiores a 1,50 m de largura.

A calçada rebaixada é um recurso fundamental para que todos que apresentam alguma dificuldade de locomoção possam exercer, sem obstáculos, o direito humano básico de poder ir e vir. Não pode apresentar, portanto, medidas aleatórias, que se convertam elas mesmas em potencial risco para a segurança dessas pessoas.

Por isso, propomos um substitutivo ao PL com emendas que trazem para a lei, de maneira geral e simplificada, as características mínimas a serem adotadas no rebaixamento de calçadas, de modo a garantir que elas sejam, de fato, um fator de desembaraço da mobilidade e não se convertam em mais um obstáculo. Também adotamos o prazo de um ano para que as medidas sejam implantadas porque, afinal, não se trata de obras complexas, mas da observação de aspectos que deveriam até parecer óbvios, dada a finalidade para as quais as rampas são construídas.

No substitutivo, realizamos, ainda, ajustes de técnica legislativa ao texto. O primeiro é para informar na ementa que o PL se destina a alterar a Lei nº 10.098, de 2000; o seguinte, para introduzir a modificação proposta pela matéria, na forma descrita no parágrafo anterior, no art. 5º da Lei de Acessibilidade, em vez do art. 3º, isso porque o art. 5º já contém regras sobre passagens de pedestres, escadas e rampas.

### III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.552, de 2022, com o seguinte substitutivo:



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9454654228>



**EMENDA Nº 1 -CDH (SUBSTITUTIVO)****PROJETO DE LEI Nº 2.552, de 2022**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para dispor sobre o rebaixamento de calçada na faixa de travessia de pedestre.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o rebaixamento de calçada na faixa de travessia de pedestre.

**Art. 2º** A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 5º**.....

§1º A calçada rebaixada deve ser construída na direção do fluxo da travessia de pedestres, quando se destinar a promover a concordância de nível entre a calçada e o leito do trânsito de veículos.

§2º O rebaixamento da calçada nesses casos deve ter inclinação menor que 5% (cinco por cento), no sentido longitudinal da rampa central e nas abas laterais, com largura preferencialmente igual ao comprimento da faixa de pedestres, e nunca inferior a 1,50 metro.

§3º Os rebaixamentos devem ser alinhados entre si.”(NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9454654228>



6

5

SF/23740.45293-70

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9454654228>





Senado Federal

7

**Relatório de Registro de Presença**  
**100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**

ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 2552/2022)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DA EMENDA N. 1 - CDH (SUBSTITUTIVO).

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 122, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre o Projeto de Lei nº 4558, de 2019, que Dispõe sobre a atenção e  
os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Nelsinho Trad

13 de dezembro de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

**PARECER Nº , DE 2023**

SF/23643.48774-40

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.558, de 2019, do Deputado Federal Marreca Filho, que *dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras*.

**Relator: Senador NELSINHO TRAD****I – RELATÓRIO**

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 4.558, de 2019, de autoria do Deputado Federal Marreca Filho, que *dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras*.

A matéria, já aprovada na Câmara dos Deputados na forma de substitutivo, estrutura-se em cinco artigos. O art. 1º assegura às pessoas vitimadas por queimaduras todos os meios disponíveis e necessários para sua recuperação e reabilitação física, estética, psíquica, educacional e profissional, com vistas à sua reintegração na sociedade.

A seu turno, o art. 2º garante às pessoas vitimadas por queimaduras assistência integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todas as etapas do processo de recuperação, com disponibilização dos recursos necessários à resolução de cada caso, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), sendo vedado qualquer tipo de discriminação. Nos termos do parágrafo único do art. 2º do PL, a assistência integral pelo SUS estende-se ao tratamento das sequelas de qualquer natureza decorrentes de queimaduras.

O art. 3º, por sua vez, prevê que, para as pessoas que permanecerem com sequelas de queimaduras, será assegurada a avaliação prevista no art. 2º, §



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3354872040>







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23643.48774-40

1º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar a gravidade das sequelas e avaliar a existência e o grau de deficiência. Constatada a deficiência, a pessoa com sequela de queimadura será considerada pessoa com deficiência e fará jus aos direitos legalmente atribuídos, conforme dispõe o art. 4º.

O art. 5º prevê que a Lei que resultar da aprovação da proposição entrará em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Na justificação, o autor destaca que não há políticas públicas específicas para promover a inserção ou reinserção social de pessoas com sequelas advindas de queimaduras. Essas pessoas carregam o fardo da perda parcial ou total de funcionalidades de órgãos e membros, cicatrizes, mutilações estéticas e, ainda, as reações indesejáveis de outras pessoas diante de suas marcas. Assim, a proposição apresentada visa garantir direitos às pessoas vitimadas por queimaduras, a fim de que tenham o apoio necessário para a retomada de suas vidas.

No Senado Federal, a matéria foi despachada para a CDH e, posteriormente, seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência da CDH para opinar sobre matéria de garantia e promoção dos direitos humanos, sendo, portanto, regimental a análise do PL nº 4.558, de 2019.

No mérito, consideramos louvável a proposição, uma vez que visa a garantir as condições necessárias para a inclusão social da pessoa vitimada por queimaduras, incluindo a prestação de assistência integral no âmbito do SUS em todas as etapas do processo de recuperação e a garantia de avaliação para verificar a existência e o grau de deficiência, no caso de pessoas que permanecerem com sequelas de queimaduras.

Segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de 150 mil internações por ano, no Brasil, são causadas por queimaduras. Ainda, destacamos que de 20% a 30% das queimaduras térmicas ocorrem com crianças. Na última década, mais



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3354872040>





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23643.48774-40

de 3 mil crianças e adolescentes, de 0 a 14 anos, morreram em decorrência de queimaduras e quase 221 mil foram hospitalizados.

Os pacientes que sofrem queimaduras graves, além do risco de morte e do trauma psicológico, podem sofrer lesões em músculos, tendões, nervos e órgãos, que deixam sequelas duradouras, como perdas funcionais e sensoriais, além de estigmas por causa das cicatrizes.

Apesar dos grandes avanços na medicina, a reabilitação funcional nem sempre é completa e geralmente não é possível se livrar integralmente de cicatrizes ou tornar os enxertos de pele imperceptíveis, de modo que muitas pessoas vitimadas por queimaduras reclamam da dificuldade de se reinserir na sociedade e ter o suporte para fazer as coisas mais básicas e necessárias à vivência humana, como ir à escola, trabalhar e desfrutar de momentos de lazer.

Parafraseando o que foi dito pela fundadora da Associação Nacional dos Amigos e Vítimas de Queimaduras: nós ouvimos falar do incêndio, mas o que acontece com os sobreviventes? É esse o tipo de questionamento que nos move a reconhecer a grande importância da proposição, que promove visibilidade a essas pessoas – verdadeiras sobreviventes – e, somente com essa visibilidade, é possível que sejam destinatárias de políticas públicas específicas, inclusive para o reconhecimento de deficiência, caso existente.

Importante dizer que a preocupação do poder público e da sociedade com a conscientização sobre a prevenção e o tratamento de queimaduras já inspirou anteriormente a instituição do Dia Nacional de Luta contra Queimaduras no âmbito da Lei nº 12.026, de 9 de setembro de 2009. O PL nº 4.558, de 2019, objetiva continuar essa tão relevante luta.

Diante do mérito da proposição, sugerimos apenas alguns ajustes. Suprimimos o termo “disponíveis” do art. 1º do PL, visto que, se o meio é necessário para a recuperação da pessoa que sofreu queimadura, esse deve ser obrigatoriamente disponibilizado e não apenas concedido quando estiver disponível, como a atual redação sugere. No mesmo dispositivo, por ser a terminologia mais adequada, substituímos “reintegração” por “inclusão”. Também fizemos pequena alteração na ementa para promovermos ajuste gramatical e retiramos a expressão “a atenção e”, considerando que a “atenção” já se inclui nos direitos das pessoas vitimadas por queimaduras.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3354872040>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23643.48774-40

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.558, de 2019, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 - CDH

Suprima-se a expressão “a atenção e” da ementa do Projeto de Lei nº 4.558, de 2019.

#### EMENDA Nº 2 - CDH

Suprima-se o termo “disponíveis” e substitua-se o termo “reintegração” por “inclusão” no art. 1º do Projeto de Lei nº 4.558, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3354872040>





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 4558/2019)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO COM AS EMENDAS N. 1 E 2 - CDH.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 123, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3618, de 2023, do Senador Flávio Arns, que Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Nelsinho Trad

13 de dezembro de 2023







SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

**PARECER Nº , DE 2023**

SF/23339.12654-27

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.618, de 2023, do Senador Flávio Arns, que altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica.

Relator: Senador **NELSINHO TRAD****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o PL nº 3.618, de 2023, de autoria do Senador Flávio Arns, cujo objetivo é possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa que indique a destinação desses valores.

Para tanto, o PL propõe uma norma contendo cinco artigos, sendo o art. 1º a reiteração de seu objetivo e o 5º, a cláusula de sua vigência, estabelecida como imediata à data de publicação da lei resultante da eventual aprovação da matéria.

O art. 2º é o núcleo do PL. Ele acrescenta o art. 3º-A à da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, permitindo que o contribuinte indique o projeto que irá receber a destinação dos recursos, dentre os projetos aprovados por conselhos dos direitos da pessoa idosa.

Conforme a proposição, os conselhos irão analisar as indicações e decidir se autorizam a busca por recursos de projetos ou bancos de projetos, numa metodologia que chamam de “chancela”, observadas as seguintes regras:



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3203 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1463255390>





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23339.12654-27

- i) a chancela deverá ser entendida como a autorização para captação de recursos por meio dos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa, com a finalidade de viabilizar a execução dos projetos aprovados pelos conselhos;
- ii) os projetos deverão garantir os direitos da pessoa idosa;
- iii) a captação de recursos por meio do Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto;
- iv) os recursos captados serão repassados para a instituição proponente mediante formalização de instrumento de repasse de recursos, conforme legislação vigente;
- v) os conselhos deverão fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, que serão destinados ao Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa;
- vi) o tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos deverá ser de dois anos e poderá ser prorrogado por igual período; e
- vii) a chancela do projeto não obrigará o seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Os arts. 3º e 4º do PL atualizam a terminologia da ementa e da Lei nº 12.213, de 2010, substituindo a palavra “ idoso” pela expressão “pessoa idosa”.

Na justificação, afirma-se que a proposição tem o objetivo de *conferir segurança jurídica aos doadores, porquanto há decisões judiciais contrárias à possibilidade de que o doador possa indicar a destinação do recurso dada a ausência de disposição expressa na legislação autorizando tal procedimento.*

A matéria foi distribuída para apreciação da CDH e da Comissão de Assuntos Econômicos e não recebeu emendas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1463255390>







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

## II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas aos direitos da pessoa idosa, nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise do PL n 3.618, de 2023, por este Colegiado.

O PL legisla sobre matéria de competência da União e não dispõe sobre os temas cuja iniciativa é privativa do Presidente da República previstos no art. 61, § 1º, combinado com o art. 84, ambos também da Constituição.

Em relação ao mérito, ressalta-se que, de acordo com dados do IBGE de 2021, quase 15% da população brasileira era constituída por pessoas idosas, com idade superior a 60 anos, correspondendo a mais de 31 milhões de habitantes.

Além disso, estimativas da Fiocruz apontam taxa de crescimento dessa população na ordem de 4% ao ano, significando que, todos os anos, nosso País aumenta em torno de 1 milhão o número de pessoas idosas, sendo que mais de mil municípios já apresentam população idosa em quantidade superior à de jovens e adolescentes.

Tais números apontam a urgência de políticas destinadas a suprir a demanda cada vez mais crescente dessa faixa populacional e a centralidade cada vez maior de se robustecer os recursos destinados ao financiamento de políticas voltadas à proteção da pessoa idosa.

Nesse sentido, a Lei nº 12.213, de 2010, instituiu os fundos tratados no PL em análise, autorizando que doações feitas sejam deduzidas do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas. Os recursos depositados nesses fundos ficam sob o controle dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que definem as linhas de ação das políticas financiadas por eles.

Constituem recursos dos fundos as contribuições de dedução fiscal; recursos do orçamento da União; contribuições e resultados de aplicações dos governos e organismos estrangeiros e internacionais; resultado de aplicações no mercado financeiro; recursos do Fundo Nacional de Assistência Social destinados às pessoas idosas, além de outras fontes.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/1463255390>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23339.12654-27

Os conselhos que controlam a destinação desses recursos são incumbidos de formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas em cada nível da Federação, indicando as prioridades a serem incluídas no planejamento local quanto às políticas voltadas para a população idosa.

A dinâmica dos fundos de direitos da pessoa idosa, desde sua criação, em 2010, segue a mesma adotada pelos fundos de direito das crianças e do adolescente, que foi instituído em 1991. Entretanto, estes contam com regulamentação detalhada a respeito de seu funcionamento, nos termos da Resolução Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) nº 137, de 21 de janeiro de 2010. Já os fundos de direitos da pessoa idosa não possuem normas infralegais da mesma natureza.

A mencionada resolução do Conanda, que faculta ao contribuinte escolher a destinação dos recursos doados, após o aval dos respectivos conselhos, teve seu teor transformado na Lei nº 14.692, de 3 de outubro de 2023, que possibilita ao "doador de recursos aos Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente a indicação da destinação desses recursos na forma que especifica". O projeto em análise busca manter paralelismo entre os fundos de direitos da pessoa idosa e os da criança e adolescente, adotando a mesma regra quanto à captação e destinação de recursos.

Destacamos que os projetos para os quais os contribuintes poderão indicar a destinação de recursos são aqueles já definidos pelos respectivos conselhos, e que, portanto, integram as linhas de atuação definidas por essas entidades no planejamento das políticas públicas direcionadas à pessoa idosa.

Assim, o contribuinte pode decidir, mas apenas dentre as opções que os órgãos de controles da sociedade definirem. Ademais, caso o projeto não consiga o montante necessário para ser implantado, os recursos destinados a ele são redistribuídos para outras ações definidas pelos conselhos.

Essa dinâmica, além de fortalecer a atuação dos conselhos, pode favorecer a alavancagem de recursos e contribuir para dar mais transparência a respeito de sua destinação, visto que o contribuinte pode participar dessa escolha e acompanhar o resultado dos projetos desenvolvidos com os valores que aportaram via fundo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1463255390>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23339.12654-27

Ressalte-se, ainda, que a proposição não eleva os recursos aos fundos nem acarreta quaisquer ônus extras nem ao poder público, nem ao contribuinte, pois trata apenas da administração das renúncias fiscais já estabelecidas na legislação.

Por fim, apresentamos duas emendas de redação com a finalidade de facilitar a perfeita compreensão das alterações empreendidas pelo art. 4º do PL na Lei nº 12.213, de 2010, demonstrando nitidamente que elas não afetam o mérito da norma, mas se dirigem tão-somente à expressão utilizada para se referir à pessoa idosa, substituindo terminologia ultrapassada, mas ainda presente em nossa legislação.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.618, de 2023, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1- CDH (De Redação)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.618, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para atualizar sua terminologia e possibilitar ao doador de recursos aos fundos da pessoa idosa a indicação da destinação desses recursos.”

#### EMENDA Nº 2- CDH (De Redação)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 3.618, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 4º** Ficam substituídas na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, as seguintes expressões:

I – “do idoso” e “ao idoso” por “da Pessoa Idosa” e “à pessoa idosa” no art. 1º, e inciso I do art. 1º; e

II – “do idoso” por “pessoa idosa” no art. 2º, §5º e *caput* do art. 2º-A, art. 3º, art. 4º e art. 4º-A.”



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1463255390>



7



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/23339.12654-27



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1463255390>





8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**

ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 3618/2023)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO COM AS EMENDAS N. 1 E 2 - CDH.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa







## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 124, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1958, de 2021, do Senador Paulo Paim, que Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Fabiano Contarato

**RELATOR ADHOC:** Senador Flávio Arns

13 de dezembro de 2023



## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, do Senador Paulo Paim, que *reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.*

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.958, de 2021, de autoria do Senador Paulo Paim, que objetiva reservar aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

O PL é composto de seis artigos. O *caput* do art. 1º encerra o objeto da lei, como já descrito acima, e os seus parágrafos dispõem que (i) a reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas ofertadas em concurso for igual ou superior a três; (ii) em caso de quantitativo fracionado para as vagas reservadas, haverá aumento para o primeiro número inteiro subsequente, quando for fração igual ou maior do que 0,5, e diminuição para o número inteiro imediatamente inferior, quando for fração menor do que 0,5; e (iii) a reserva de vagas constará expressamente dos editais dos concursos, especificando-se o total de vagas correspondente à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>





O *caput* do art. 2º determina que poderão concorrer às vagas reservadas aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O parágrafo único, por sua vez, apresenta as consequências caso constatada declaração falsa do candidato.

Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação, nos termos do disposto no art. 3º. À luz do art. 4º, a nomeação dos aprovados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

O art. 5º atribui ao órgão responsável pela política de promoção da igualdade étnica, descrito no § 1º do art. 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a responsabilidade pelo acompanhamento e avaliação anual do disposto na lei que resultará da proposição. O art. 6º determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação e tenha vigência pelo prazo de 10 anos.

Na justificação, o autor destaca que a proposição reproduz a matéria da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Isso porque o prazo de vigência da referida lei é de 10 (dez) anos, encerrando-se em 9 de junho de 2024. Alude, ainda, ao fato de que o resultado pretendido pela ação afirmativa prevista na Lei nº 12.990, de 2014, de que a quantidade de pretos e pardos nos cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal reflita o percentual desse segmento na população total do país, foi somente parcialmente alcançado.

A matéria foi despachada à CDH e, posteriormente, seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos III e VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos e a fiscalização, acompanhamento, avaliação e



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



4

3

controle das políticas governamentais relativas aos direitos das minorias sociais ou étnicas.

No tocante aos aspectos formais, não verificamos quaisquer óbices que desaconselhem a aprovação da matéria em comento, por inconstitucionalidade, injuridicidade ou irregimentalidade.

No mérito, essa proposição é extremamente relevante e, por isso, aplaudimos seu autor, o Senador Paulo Paim.

Os dados comprovam a desigualdade e a discriminação de negros em quase todas as esferas – na escolarização, no emprego, na renda, na moradia, na saúde, na violência policial, nos cargos e empregos públicos –, o que evidencia o racismo estrutural, que por vezes se tenta mascarar pela mera igualdade formal perante a lei.

Ainda se faz presente, no Brasil, a tradição elitista de naturalizar privilégios e de manter determinados espaços públicos e privados avessos à presença de pessoas negras. Apesar de, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), serem aproximadamente 56% da população, os negros ocupavam, em 2020, apenas 43,9% dos cargos de nível intermediário no Executivo federal, e os brancos ocupavam 46,4%. Em relação aos cargos de nível superior, os brancos correspondiam a 61,5% e os negros, a apenas 27,3%.

No caso específico do PL nº 1.958, de 2021, busca-se progredir na garantia aos negros do acesso aos cargos e empregos públicos. A iniciativa é meritória, pois, para combater a desigualdade real, não basta a declaração formal de igualdade de direitos. É imprescindível a atuação estatal para a promoção de uma democracia que proporcione o exercício de plena cidadania a todos.

Nesse sentido, as ações afirmativas, como a reserva de vagas aos negros prevista na proposição, são necessárias, porque as políticas generalistas por si só não são capazes de eliminar as consequências decorrentes da discriminação contra grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Em sede da ADI nº 1.946-5/DF, confirmando a importância das ações afirmativas, o Ministro Nelson Jobim enfatizou que “a discriminação positiva introduz tratamento desigual para produzir, no futuro e em concreto, a



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



igualdade. É constitucionalmente legítima, porque se constitui em instrumento para obter a igualdade real”.

O momento para darmos mais um passo em direção à igualdade real de todos, também no âmbito da administração pública federal, é propício, como já revelou a recente aprovação do Projeto de Lei nº 5.384, de 2020, o qual alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, *para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública*, dando origem à Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

É necessário para o alcance da plena democracia que os negros e outras minorias sociais ocupem espaços de conhecimento e decisórios, a fim de que tenham ativamente voz na formulação e implementação das políticas públicas. A maior representação das minorias nas instâncias da administração pública federal é elemento capaz de acelerar os resultados positivos para grupos tradicionalmente sub-representados e de fomentar decisões que levem em consideração os interesses de grupos esquecidos por uma burocracia homogênea e não representativa. Rejeitar a reserva de vagas seria cancelar que a história da sociedade brasileira continue a ser escrita predominantemente por mãos masculinas e brancas, quando essa homogeneidade de modo algum reflete a demografia brasileira.

Não obstante os avanços importantíssimos trazidos pela Lei nº 12.990, de 2014, a análise dos dados apresentados por órgãos governamentais e de apoio, a realização de audiência pública nesta Comissão em 22 de novembro de 2023 e as discussões com integrantes do Poder Executivo revelaram que, após quase dez anos de vigência do referido diploma, há espaço para – e, certamente, há necessidade de – mudanças que visem ao aprimoramento da ação afirmativa.

Nesse sentido, a partir de contribuições do Executivo, sobretudo do Ministério da Igualdade Racial (MIR), em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), foi possível construir a emenda substitutiva que apresentamos abaixo.

Primeiramente, optamos por aumentar o percentual mínimo das vagas reservadas às pessoas negras, elevando-o de 20% para 30%, a ser



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



aplicado sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a dois. Isso porque os dados revelam que a presença da população negra no âmbito da administração pública federal se encontra bem abaixo do que se visava com a ação afirmativa – ou seja, bem abaixo do percentual desse segmento na população total do País –, em razão de determinados gargalos nos concursos públicos que possibilitaram a não observância do que prevê a Lei nº 12.990, de 2014, como, por exemplo, o extremado fracionamento de vagas, que também buscamos solucionar com a emenda apresentada. Assim, temos pressa para que a população negra, que hoje representa cerca de 56% da sociedade brasileira, tenha participação efetiva nas instâncias decisórias.

Ainda, 50% das vagas reservadas às pessoas negras deverão ser destinadas especificamente às mulheres negras. Essa disposição é necessária pois a sub-representação das mulheres negras é agravada, mesmo frente aos homens negros, na administração pública federal, conforme demonstrado pelos dados do Atlas do Estado Brasileiro do IPEA (plataforma de dados integrados sobre o funcionalismo público, em seus três níveis federativos – federal, estadual e municipal - e dos três Poderes. Na hipótese de não haver mulheres negras para a ocupação das vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas aos demais candidatos negros, de acordo com a ordem de classificação.

Além disso, a política de reserva de vagas deverá igualmente ser observada nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Adicionalmente, os órgãos e entidades estabelecerão em seus editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados a reserva de vagas especificamente para indígenas e quilombolas, de acordo com regulamentação. E, no âmbito dos concursos para provimento de cargos efetivos no Ministério dos Povos Indígenas e na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), serão reservadas a indígenas de 10% a 30% das vagas oferecidas. Essas previsões objetivam tirar essa minoria social da invisibilidade e incluí-la nas instâncias federais especializadas da administração pública, a fim de que possa contribuir ativamente para a sociedade da qual é parte.

Apresentamos também regras para a identificação de negros e para a nomeação dos candidatos aprovados; as providências a serem tomadas na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



confirmação da autodeclaração; e, em razão da variedade de características próprias de cada concurso existente, atribuímos a regulamento a previsão de medidas específicas para evitar o fracionamento de vagas que acarrete prejuízo à reserva de vagas e de outras políticas.

Dispomos também sobre a instituição de metas de representatividade étnico-racial na composição dos quadros funcionais dos órgãos e das entidades da administração pública federal, conforme percentuais de raça da população apurados pelo IBGE, e sobre a publicação anual de dados acerca dessa representatividade e do cumprimento das metas previstas.

Em relação à revisão da ação afirmativa, adotamos o prazo de vinte e cinco anos, considerando que os concursos e os processos seletivos simplificados são extremamente heterogêneos. A título de exemplo, há carreiras cuja renovação do quadro de servidores é lenta e a realização de concursos demora vários anos. Além disso, se os objetivos forem atendidos antes do esperado, os órgãos responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento da ação afirmativa divulgarão essa informação.

Concluimos, por fim, que a reserva de vagas é medida necessária, adequada e proporcional para que, no futuro, se alcance a igualdade de acesso por todos os brasileiros, também no âmbito da administração pública federal, contribuindo para a efetivação do art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e do art. 5º, *caput*, do mesmo diploma, que assegura a todos a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluimos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, na forma da seguinte emenda substitutiva:

#### EMENDA Nº 1 - CDH (Substitutiva)

#### PROJETO DE LEI Nº 1.958, DE 2021

Reserva às pessoas negras o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas, e dispõe sobre metas de representatividade étnico-racial e reserva de vagas para indígenas e quilombolas nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica reservado às pessoas negras o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas:

I – nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

II – nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

§ 1º Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados reservarão no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas previstas no *caput* a mulheres negras.

§ 2º Na hipótese de número insuficiente de mulheres negras para ocupar as vagas previstas no § 1º, as vagas remanescentes serão revertidas aos demais candidatos negros, de acordo com a ordem de classificação.

§ 3º O percentual previsto no *caput* será aplicado sobre a totalidade das vagas expressamente previstas no edital do concurso público ou do



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



processo seletivo simplificado e sobre as demais vagas que surgirem durante a validade do certame.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta Lei, considera-se pessoa negra aquela que:

I – se autodeclarar preta ou parda, nos termos do disposto no inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; e

II – apresentar características fenotípicas que possibilitem o seu reconhecimento social como pessoa negra.

**Art. 3º** Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados estabelecerão procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, para fins de comprovação do requisito previsto no inciso II do *caput* do art. 2º, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º Serão submetidas ao procedimento de confirmação da autodeclaração todas as pessoas habilitadas no certame que optarem por concorrer às vagas reservadas a pessoas negras, ainda que tenham obtido conceito ou pontuação suficiente para aprovação na ampla concorrência.

§ 2º Na hipótese de indeferimento da autodeclaração no procedimento de confirmação, as pessoas poderão prosseguir no concurso público ou no processo seletivo simplificado pela ampla concorrência, desde que possuam, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

**Art. 4º** Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de confirmação da autodeclaração, o órgão ou a entidade responsável pelo concurso público ou pelo processo seletivo simplificado instaurará procedimento administrativo para averiguação dos fatos, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º Na hipótese de o procedimento administrativo de que trata o *caput* concluir pela ocorrência de fraude ou má-fé, o candidato:

I – será eliminado do concurso público ou do processo seletivo simplificado, caso o certame ainda esteja em andamento; ou



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



II – terá anulada a sua admissão ao cargo ou ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso o candidato já tenha sido nomeado.

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º, o resultado do procedimento será encaminhado:

I – ao Ministério Público, para apuração de eventual ocorrência de ilícito penal; e

II – à Advocacia-Geral da União, para apuração da necessidade de ressarcimento ao Erário.

**Art. 5º** A reserva de vagas de que trata o art. 1º será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público ou no processo seletivo simplificado for igual ou superior a dois.

§ 1º Serão previstas em regulamento medidas específicas para evitar o fracionamento de vagas em mais de um certame que acarrete prejuízo à reserva de vagas de que trata esta Lei.

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para as vagas reservadas a pessoas negras, o número será:

I – aumentado para o primeiro inteiro subsequente, na hipótese de fração igual ou maior do que cinco décimos; ou

II – diminuído para o inteiro imediatamente inferior, na hipótese de fração menor do que cinco décimos.

§ 3º Nos concursos públicos e nos processos seletivos simplificados em que o número de vagas seja inferior a dois, ou em que haja apenas cadastro de reserva, as pessoas que se enquadrarem nos requisitos previstos no art. 2º poderão se inscrever por meio de reserva de vagas para candidatos negros.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, serão observadas a reserva de vagas e a nomeação das pessoas negras aprovadas, na forma prevista nesta Lei.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>





**Art. 6º** Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados garantirão a participação de pessoas negras optantes pela reserva de vagas em todas as etapas do certame, sempre que atingida a nota ou a pontuação mínima exigida em cada fase, nos termos do disposto em regulamento.

**Art. 7º** As pessoas negras optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência.

§ 1º As pessoas negras optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso ou do processo seletivo simplificado tanto nas vagas destinadas à ampla concorrência quanto nas vagas reservadas.

§ 2º As pessoas negras optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 3º Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa negra aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

**Art. 8º** Na hipótese de número insuficiente de pessoas negras para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput*, o certame seguinte com o mesmo objeto deverá contemplar, em acréscimo ao percentual de reserva de vagas previsto no art. 1º, o número de vagas que deixou de ser preenchido por pessoas negras no certame anterior, observando-se o limite total de vagas disponibilizadas no novo certame.

§ 2º Em relação ao disposto no § 1º, caso seja demonstrado que o não preenchimento das vagas por pessoas negras ocorreu em razão da insuficiência do número de inscrições ou do não comparecimento de candidatos negros às etapas do certame, não será obrigatório o acréscimo do número de vagas não preenchidas anteriormente de que trata o § 1º.



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



**Art. 9º** A nomeação dos candidatos aprovados e classificados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a pessoas negras e a outros grupos previstos na legislação.

§ 1º Na hipótese de todos os aprovados da ampla concorrência serem nomeados, e remanescerem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, poderão ser nomeados os aprovados que ainda se encontrarem na lista da reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

§ 2º A ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação das pessoas negras aprovadas será utilizada durante a vida funcional do servidor, em todas as hipóteses nas quais a classificação no concurso público seja critério de avaliação ou de desempate.

**Art. 10.** Regulamento instituirá metas de representatividade étnico-racial na composição dos quadros funcionais dos órgãos e das entidades da administração pública federal, conforme percentuais de raça da população apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 1º Na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, as metas previstas no *caput* serão estabelecidas de modo a abranger:

- I – o quadro de pessoal de servidores públicos efetivos;
- II – os ocupantes de cargos em comissão e de funções de confiança; e
- III – a progressão e a promoção dos servidores públicos.

§ 2º Nas empresas públicas e sociedades de economia mista, as metas previstas no *caput* serão estabelecidas de modo a abranger:

- I – o quadro de pessoal de empregados públicos;
- II – os ocupantes de cargos estatutários cuja competência de indicação seja da União; e



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



13  
12

SF/23094.65619-97

III – diretrizes para:

- a) as políticas de ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança; e
- b) as políticas de progressão e de promoção dos empregados públicos.

§ 3º Os órgãos e as entidades de que trata esta Lei publicarão, anualmente, dados e informações sobre a representatividade étnico-racial na composição de seus quadros de pessoal e sobre o cumprimento das metas previstas no *caput*.

**Art. 11.** Os órgãos e as entidades a que se refere esta Lei estabelecerão em seus editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados vagas reservadas especificamente para indígenas e quilombolas, além do previsto no *caput* do art. 1º, de acordo com critérios e parâmetros a serem estabelecidos em regulamento.

§ 1º Sem prejuízo dos demais percentuais de vagas previstos na legislação para outros grupos vulneráveis, serão reservadas a indígenas de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

§ 2º Os procedimentos para a confirmação complementar à autodeclaração dos grupos a que se refere o *caput* serão estabelecidos em regulamento.

**Art. 12.** Os órgãos do Poder Executivo federal responsáveis pela gestão e inovação em serviços públicos, promoção da igualdade racial, implementação da política indigenista e promoção dos direitos humanos e da cidadania realizarão o acompanhamento e o monitoramento do disposto nesta Lei.

**Art. 13.** Regulamento instituirá outras políticas específicas, como:

I – reserva de vagas suplementares, mediante o acréscimo de vagas reservadas em relação aos percentuais mínimos de que trata o art. 1º;



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>



14

13

SF/23094.65619-97

II – fatores de correção diferenciados e bonificações em etapas específicas do certame; e

III – estabelecimento de vagas reservadas para atender a grupos específicos.

**Art. 14.** O disposto nesta Lei não se aplicará aos concursos públicos e aos processos seletivos simplificados cujos editais de abertura tenham sido publicados anteriormente à data de sua entrada em vigor, permanecendo regidos pela Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

**Art. 15.** O Poder Executivo federal promoverá a revisão do programa de ação afirmativa de que trata esta Lei no prazo de 25 (vinte e cinco) anos, contado da data de sua entrada em vigor.

**Art. 16.** Fica revogada a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, ressalvado o disposto no art. 14.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2332899756>





Senado Federal

15

**Relatório de Registro de Presença**  
**100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**

ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1958/2021)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FLÁVIO ARNS COMO RELATOR "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO NA FORMA DA EMENDA N. 1 - CDH (SUBSTITUTIVO).

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 125, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2650, de 2022, que Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Flávio Arns

13 de dezembro de 2023





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23033.22531-96

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.650, de 2022 (PL nº 5592/2016), da Deputada Erika Kokay, que *altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.650, de 2022 (PL nº 5.592, de 2016, na Câmara dos Deputados), de autoria da Deputada Erika Kokay, que busca instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos, que passa a chamar de Precoce, e determinar a prioridade de atendimento, em programas de visitas domiciliares, de crianças com necessidades educacionais especiais e bebês nascidos em condição de risco.

Para tanto, propõe alterar a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, para que se acrescente os §§ 1º e 2º ao artigo 3º, prevendo: i) a instituição do Precoce, com a criação e articulação de serviços multiprofissionais e intersetoriais de educação destinados a potencializar o desenvolvimento de crianças de zero a três anos, em cooperação com os serviços de saúde e assistência social; e

1



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900  
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9798319267>







3

SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23033.22531-96

ii) a priorização pela política das crianças que necessitem de atendimento educacional especializado e de bebês nascidos em condição de risco.

Propõe acrescentar, também, os incisos X e XI ao art. 4º da Lei, estabelecendo que as políticas para a primeira infância sejam elaboradas e executadas para: promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças até três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e de bebês que nasceram em condição de risco; e garantir serviços, apoios e recursos para atender às necessidades das crianças e de suas famílias, com vistas à promoção do desenvolvimento infantil pleno e inclusivo, em colaboração interfederativa.

Prevê, ainda, adicionar parágrafo único ao art. 5º e § 6º ao art. 14 da Lei para estabelecer prioridade absoluta na oferta de serviços, apoios e recursos necessários ao pleno desenvolvimento infantil das crianças até três anos que necessitem de atendimento educacional especializado; e instituir prioridade de atendimento a essas crianças nos programas de visita domiciliar, de modo a identificar de forma precoce necessidades específicas de atenção e promover seu desenvolvimento integral.

Finalmente, adiciona os §§ 2º e 3º ao art. 16 da Lei para assegurar a realização dos serviços de educação precoce em espaços físicos adequados ou adaptados às necessidades da criança; além de fixar que tais serviços tenham como eixos a perspectiva inclusiva e o processo de aprendizagem global, bem como objetivos pedagógicos que enfatizem a construção do conhecimento e desenvolvam trabalhos coletivos direcionados à aquisição de competências humanas e sociais.

Para justificar a iniciativa, a autora destaca que nos três primeiros anos de vida é formada a maior parte das conexões cerebrais e que, para a correta estimulação e apoio ao pleno desenvolvimento das crianças, são requeridos profissionais preparados, especialmente em se tratando de crianças com necessidades educacionais especiais.

Ao final, o PL nº 2.650, de 2022, fixa vigência imediata da Lei em que a proposição se tornar.

2



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900  
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9798319267>





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23033.22531-96

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e Cidadania. Remetida ao Senado Federal, a matéria foi distribuída à análise desta CDH, de onde seguirá para a Comissão de Educação e Cultura. Consigna-se que, até a presente data, a proposição não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção à infância e da integração social das pessoas com deficiência, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Em relação ao mérito, a iniciativa busca alterar o Marco Legal da Primeira Infância para que preveja normas gerais e diretrizes da política nacional à qual chama de Precoce, destinada ao atendimento especializado de crianças até três anos, notadamente aquelas que, por deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, nascimento em condição de risco ou superdotação, necessitem de atendimento educacional especializado.

Diversos estudos científicos, principalmente das áreas da neurociência e da psicologia, têm colocado em evidência a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral do indivíduo. Tais estudos relacionam o papel do ambiente, dos estímulos recebidos e das experiências vividas no início da primeira infância com o futuro desempenho escolar e profissional, com a incidência de doenças e até com o envolvimento com a criminalidade na vida adulta.

Isso demonstra os impactos positivos para toda a sociedade de se garantir que as crianças usufruam das melhores oportunidades educacionais e recebam estímulos adequados nos primeiros anos de vida. Em vez de tentar reverter problemas que venham a se manifestar mais tarde, é mais vantajoso e eficaz investir no desenvolvimento das crianças na primeira infância.

Diante disso, é inegável a necessidade de o Poder Público conferir atenção especial ao primeiro ciclo da vida, ofertando intervenções e





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

serviços específicos e de qualidade, para que essa parcela da população receba os estímulos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Contudo, se o cuidado e a atenção nos anos iniciais são importantes para todas as crianças de modo geral, não se pode olvidar serem imprescindíveis nos casos de crianças que necessitem de atendimento educacional especializado em decorrência de condições físicas, mentais, cognitivas, sensoriais, intelectuais ou linguísticas.

Principalmente nos casos de crianças com necessidades educacionais especiais, aponta-se que existem determinados tipos de aprendizagens que, se não forem oferecidos adequadamente nos primeiros anos de vida, se tornam mais difíceis, quando não impossíveis, de serem adquiridos mais tarde.

Vislumbra-se, assim, serem altamente meritórios os objetivos propostos pelo PL.

Ao buscar viabilizar a criação e a articulação intersetorial e multiprofissional dos serviços de educação, a política Precoce promove e aprimora os serviços destinados a potencializar o desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos em seu primeiro triênio de vida. Ademais, faz sentido priorizar as crianças que mais necessitam de atendimento educacional especializado para se desenvolver de forma integral.

A Precoce reforça, ainda, o dever dos sistemas de ensino de organizar seus projetos pedagógicos e qualificar seus profissionais dedicados ao atendimento de crianças para que levem em consideração o processo de aprendizagem global sob uma perspectiva inclusiva também no início da primeira infância. Desse modo, pode se tornar relevante instrumento para que as crianças usufruam, em igualdade de condições, das melhores oportunidades educacionais desde o primeiro ciclo da vida.

Por outro lado, ao estabelecer que se priorize o atendimento nos programas de visita domiciliar para as crianças no primeiro triênio de vida que necessitem de atendimento educacional especializado, a política atua como mecanismo de ajuda complementar ao diagnóstico e acompanhamento prematuro de crianças com deficiências, síndromes genéticas, transtornos de





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23033.22531-96

desenvolvimento, altas habilidades ou nascidas em condições de risco. Por isso, tende a se tornar via salutar de promoção do desenvolvimento integral dessas crianças.

Contudo, para fins de adequação à finalidade supracitada e para que o preâmbulo e o art. 1º da Lei em que a proposição se tornar guardem correlação com a ideia do texto, permitindo o conhecimento da matéria legislada, apresentamos emenda de redação, sem imiscuir no mérito da proposição.

Da mesma forma, propomos, no § 2º do art. 3º do Marco Legal da Primeira Infância, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei em comento, a pertinente adequação terminológica ao se referir a transtornos neurológicos.

Desse modo, com as alterações meramente redacionais sugeridas, a proposição estará digna de acolhida.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022, com as seguintes emendas de redação:

#### EMENDA Nº 1 - CDH (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022, a expressão “crianças com necessidades especiais” por “crianças com necessidades educacionais especiais e bebês nascidos em condição de risco”.

#### EMENDA Nº 2 - CDH (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no § 2º do art. 3º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.650, de 2022, a expressão “problemas neurológicos” por “transtornos neurológicos”.





7

SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/23033.22531-96

6



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900  
Fone: (61) 3303-6301 – [sen.flavioarns@senado.leg.br](mailto:sen.flavioarns@senado.leg.br)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9798319267>



8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 2650/2022)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO COM AS EMENDAS N. 1 E 2 - CDH.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 126, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2147, de 2022, do Senador Alessandro Vieira, que Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para dispor sobre a utilização do documento comprovante do benefício nos sistemas de transporte coletivo municipal e intermunicipal.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Flávio Arns

13 de dezembro de 2023







SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23898.33593-01

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.147, de 2022, do Senador Alessandro Vieira, que *altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para dispor sobre a utilização do documento comprovante do benefício nos sistemas de transporte coletivo municipal e intermunicipal.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.147, de 2022, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que objetiva possibilitar às pessoas com deficiência carentes que o documento emitido, pela União, para comprovação do passe livre nos transportes coletivos interestaduais, também seja aceito para comprovação da condição nos serviços de transportes coletivo estaduais e municipais.

Para tanto, a proposição insere parágrafo único no art. 1º da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para assegurar aos beneficiários do passe livre da União a utilização do documento comprovante desse benefício nos sistemas de transporte coletivo municipais e intermunicipais nos municípios e estados que possuem previsão de gratuidade similar para fins de usufruto do benefício.





3

SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23898.33593-01

A cláusula de vigência é estabelecida em 180 dias da data da publicação da lei resultante da proposição.

Para justificar a iniciativa, o autor aponta que alguns estados e municípios concedem passe livre às pessoas com deficiência comprovadamente carentes, de maneira similar a autorizada pela Lei nº 8.899, de 1994, para o sistema de transporte coletivo interestadual. Para evitar que o usufruto do benefício se condicione à manutenção de cadastros e obtenção de documento de comprovação nos diversos entes federativos, propõe que o documento emitido pela União também seja aceito para usufruto dos benefícios nos demais casos.

A matéria foi distribuída à análise da CDH e segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

Até a presente data, a proposição não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção e integração social das pessoas com deficiência, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

E, nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhimento, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação e se inscreve no conjunto de medidas adotadas neste Parlamento destinadas à promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

A liberdade de se movimentar é um direito fundamental, que deve ser respeitado por todos, essencial para a inclusão da pessoa com

2



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900  
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4769529769>





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23898.33593-01

deficiência e sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Apesar disso, ainda são variadas as dificuldades enfrentadas por essa relevante parcela da população brasileira no cotidiano. A necessidade de obter e portar diversos tipos de documentos para comprovar sua condição pessoal e exercer seus direitos é uma dessas dificuldades.

Acompanhando o autor, entendemos que, com a aprovação da proposição ora em análise, as pessoas com deficiência, para usufruir do benefício da gratuidade nos transportes coletivos, não terão mais que manter cadastros e obter documentos para comprovação em cada ente da Federação nos quais o benefício é garantido.

O PL em análise, portanto, contribuirá para um Brasil mais justo e solidário, reforçando o respeito à cidadania daqueles que já enfrentam grandes dificuldades para o exercício de seu direito de ir e vir.

### III – VOTO

Ante o exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.147, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença****100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 2147/2022)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 127, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2043, de 2022, da Senadora Daniella Ribeiro, que Altera os arts. 153, 154 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Augusta Brito

**RELATOR ADHOC:** Senador Flávio Arns

13 de dezembro de 2023



2



SENADO FEDERAL  
Cabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23072.21583-09

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.043, de 2022, da Senadora Daniella Ribeiro, que *altera os arts. 153, 154 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos.*

Relatora: Senadora **AUGUSTA BRITO**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.043, de 2022, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro.

O PL intenciona alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando houver divulgação de informação sigilosa que diga respeito a processo de adoção ou que envolva menor de 14 anos.

Para tal finalidade, o PL reveste-se de quatro artigos.

O primeiro de seus dispositivos acrescenta o § 1º-B ao art. 153 do Código Penal, que trata da divulgação de segredo. O proposto § 1º-B prevê que



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6708411472>

Senado Federal - Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF - 70165-900  
(61) 3303-5940 - [sen.augustabrito@senado.leg.br](mailto:sen.augustabrito@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

se a informação sigilosa disser respeito a processo de adoção ou envolver menor de 14 anos, a pena é de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Por sua vez, o art. 2º do PL acrescenta § 2º ao art. 154, que trata da violação do segredo profissional, prevendo igualmente que se a informação sigilosa disser respeito a processo de adoção ou envolver menor de 14 anos, a pena é de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Na sequência, o art. 3º da proposição acrescenta § 3º ao art. 325 do Código Penal, o qual trata da violação de sigilo profissional. O proposto § 3º determina que o funcionário que revela indevidamente informações sobre processo de adoção ou que envolva menor de 14 anos incorre na pena do § 2º daquele artigo, que prevê reclusão de dois a seis anos, e multa.

Por fim, o art. 4º determina vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificação, a autora da proposição pondera que a violação do sigilo do processo de adoção tem especial gravidade, pois pode conduzir a linchamento virtual, como ocorrido efetivamente em episódio recente. Assim, entende que a modificação legislativa proposta aprimora a resposta penal aos crimes dos dispositivos modificados.

Após a apreciação pela CDH, o PL será apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância. Portanto, mostra-se regimental a apreciação por esta Comissão do PL em tela.



Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 – Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6708411472>





4

3



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23072.21583-09

Ademais, não verificamos no PL óbices de constitucionalidade, de legalidade, de juridicidade ou de técnica legislativa.

O PL nos parece altamente oportuno e, sobretudo, necessário. Infelizmente, recebeu enorme publicidade a lamentável divulgação do jornalista Leo Dias de informação de foro personalíssimo da atriz Klara Castanho, que decidira valer-se de uma possibilidade legal plenamente albergada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no § 5º de seu art. 8º, no § 1º de seu art. 13, bem como em seu art. 19-A.

Ora, não se contesta o direito à liberdade de imprensa, e o PL em nada compromete tal garantia constitucional. Entretanto, é inconcebível que alguém que tenha acesso a informação sigilosa sobre adoção valha-se de sua posição funcional e divulgue fato que comprometa a privacidade alheia.

Nesse sentido, o PL é sábio ao prever, no bojo de tipos penais já existentes, penas majoradas para a divulgação de informação sigilosa que diga respeito a processo de adoção, ou ainda que envolva menor de 14 anos.

É possível observar que, em essência, o PL dá vazão ao art. 227 da Constituição Federal, que determina o dever do Estado de, com absoluta prioridade, colocar a criança e o adolescente a salvo de toda forma de negligência.

Não podemos permitir que a misoginia e o patriarcado continuem a criar vítimas constantemente, desrespeitando crianças e mulheres que são protegidas pela lei em momento de fragilidade.

Por tal razão, apresentaremos voto entusiasmado pela aprovação do PL, acompanhado de felicitações à sua autora.



Senado Federal - Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF - 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6708411472>



5  
4

SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23072.21583-09

### III – VOTO

Em razão do exposto, apresentamos voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.043, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 – Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6708411472>





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**

ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 2043/2022)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FLÁVIO ARNS COMO RELATOR "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 128, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 996, de 2023, da Senadora Teresa Leitão, que Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Leila Barros

13 de dezembro de 2023



2



SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/23716.65558-72

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 996, de 2023, da Senadora Teresa Leitão, que altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 996, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão, busca garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Desse modo, insere o §2º no art. 4º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o Sisan, para determinar que a distribuição das cestas básicas realizada no âmbito desse Sistema deve incluir o abastecimento dos locais de acolhida e apoio à mulher que enfrenta violência doméstica e familiar, bem como de seus dependentes, especialmente dos centros de atendimento integral e casas-abrigos, previstos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Na justificação, a autora defende a necessidade de garantir o funcionamento da rede de atendimento à mulher em situação de violência e doméstica, garantindo sua capacidade de suprir as necessidades fundamentais das pessoas que precisam de sua proteção.

A matéria foi distribuída à análise da CDH e, em seguida, vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3790572507>





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

3  
2

SF/23716.65558-72

A Senadora Zenaide Maia apresentou a Emenda nº 1 – CDH, que propõe dois ajustes pontuais na redação oferecida ao § 2º do art. 4º da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. A emenda substitui a expressão “cestas básicas” por “alimentos”, de forma a contemplar diversos componentes alimentares, além dos descritos na cesta básica. Substitui ainda a palavra “incluir” por “priorizar”.

## II – ANÁLISE

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos, III, IV, V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes aos direitos humanos, aos direitos da mulher e à proteção da família, da infância e da juventude. Portanto, é regimental a análise do PL n 996, de 2023, por este Colegiado.

A matéria atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Contudo, esses aspectos serão tratados mais detalhadamente na CAE, que se manifestará sobre a proposição em decisão terminativa.

Quanto ao mérito, o PL busca integrar a política de segurança alimentar à de enfrentamento à violência doméstica e familiar, constituindo-se como veículo de transversalidade, característica essencial das duas políticas públicas.

O Sisan estabelece as estratégias de promoção a garantia da segurança alimentar e nutricional. Trata-se de sistema público instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 2006).

O conceito de Segurança Alimentar Nutricional adotado pelo Sistema caracteriza-se pela abrangência, complexidade e interdependência entre setores. Passa, entre outros, pela produção agrícola, artesanal e industrial de alimentos, pela distribuição, abastecimento e controle do desperdício, pelo acesso, barreiras, carência e vulnerabilidade social, pelo consumo, regulação e mercado, pela promoção de hábitos alimentares saudáveis e controle da qualidade dos alimentos, e pela cultura.

Por essas características, as ações que compõem o Sisan se encaixam em outras políticas sociais, notadamente naquelas que, como a de



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3790572507>



4



SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

3

SF/23716.65558-72

atendimento à mulher que sofre violência doméstica e familiar, lida com grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos.

Dessa forma, a proposição contribui para a efetivação da política de segurança alimentar e nutricional e reveste a política de atendimento de enfrentamento à violência doméstica das condições necessárias para que se dedique às suas atividades-fim, relacionadas ao apoio à vítima, sem precisar recorrer à caridade pública para oferecer até mesmo o acesso a um direito como o da alimentação, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável para acesso a outros direitos consagrados em nossa Carta Magna.

Por fim, manifestamos nossa concordância com a emenda apresentada pela Senadora Zenaide Maia, que permite adequar os produtos oferecidos à necessidade alimentar de cada região

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 996, de 2023, e da Emenda nº 1-CDH.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3790572507>







Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**

ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 996/2023)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO COM A EMENDA N. 1 CDH.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 129, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1246, de 2021, que Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senadora Augusta Brito

**RELATOR ADHOC:** Senador Flávio Arns

13 de dezembro de 2023





SENADO FEDERAL  
Cabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23297.43408-00

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.246, de 2021, da Deputada Tabata Amaral, que *estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.*

Relatora: Senadora **AUGUSTA BRITO**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.246, de 2021, de autoria da Deputada Tabata Amaral, que dispõe sobre a reserva mínima de 30% das vagas de membros titulares para mulheres nos conselhos de administração das sociedades empresariais que especifica. A medida proposta abrange as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e controladas, além de outras companhias em que a União, o Estado ou o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A proposição também faculta às companhias abertas a adesão à reserva das vagas que estabelece, bem como ao Poder Executivo a regulamentação da adesão.

O PL em análise estabelece, ainda, que, dessas vagas reservadas, 30% serão destinadas a mulheres autodeclaradas negras ou com deficiência.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>

Senado Federal - Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF - 70165-900  
(61) 3303-5940 - [sen.augustabrito@senado.leg.br](mailto:sen.augustabrito@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23297.43408-00

A ocupação de 30% das vagas, nos termos que a proposição dispõe, será alcançada gradualmente, a partir do resultado das eleições para o mencionado conselho nos próximos três anos após a entrada em vigor da lei que resultar da aprovação da matéria, sendo 10% no primeiro ano, 20% no segundo ano e, finalmente, 30% no terceiro ano.

Conforme o texto, os órgãos de controle externo e interno aos quais estejam vinculadas as sociedades empresariais referidas pela matéria irão fiscalizar o cumprimento da reserva de vagas. Ademais, fica impedido de deliberar sobre qualquer matéria o conselho que infringir a regra.

O projeto modifica, ainda, as Leis de nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que trata das sociedades por ações, e a de nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

Em ambas as alterações, o objetivo é incluir nas normas a exigência de que sejam divulgadas anualmente informações sobre a presença de mulheres nos níveis hierárquicos das instituições mencionadas, a proporção delas nos cargos da administração, a remuneração conforme o cargo e o sexo do ocupante e a evolução comparativa desses indicadores durante os exercícios dos conselhos. Tais informações devem ser divulgadas juntamente com os relatórios para orientação da Assembleia Geral, no caso das sociedades de ações, e dos relatórios destinados ao cumprimento de requisitos de transparência, no caso das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias.

O PL estabelece, ainda, que a política de reserva de vagas que institui será revisada no prazo de vinte anos, a contar da data da publicação da Lei.

Por fim, o texto dispõe que a lei oriunda da eventual aprovação da matéria entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, sua autora afirma que as evidências dos benefícios da diversidade de gênero em empresas são nítidas. Pois, conforme argumenta, é por meio dela que se obtém a maior participação de mulheres na



Senado Federal - Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF - 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23297.43408-00

alta administração das grandes empresas brasileiras, medida que se apresenta como um imperativo categórico: deve ser adotada porque é certa e justa. Informa, também, que diversos países estão engajados em avançar essa agenda e tornar seus mercados corporativos mais equânimes e representativos.

Aprovada em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, a matéria foi despachada, no Senado Federal para a CDH, Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para exame do Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias relativas aos direitos humanos e aos direitos da mulher, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. O exame do PL nº 1.246, de 2021, por este Colegiado é, portanto, regimental. A análise da constitucionalidade e juridicidade será feita na CCJ, razão pela qual o presente relatório se deterá na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, o PL é irretocável, conforme demonstram os dados a seguir apresentados.

De acordo com levantamentos estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com informações de 2019, as mulheres compõem 51,1% da população brasileira, sendo que 55% delas estão presentes na população economicamente ativa do País e apresentam elevado grau de instrução, superando a quantidade de homens com nível superior em quase 30%. Apesar de terem melhor instrução, as mulheres ocupam menor quantidade de cargos gerenciais (37%) e recebem menos que os homens para desempenhar funções semelhantes, auferindo 77% do que ganham seus colegas do sexo masculino.

Ainda conforme o IBGE, essa diferença na ocupação de cargos e de remuneração vai se ampliando na medida em que se comparam as funções



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>

Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 – Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900  
(61) 3303-5940 - [sen.augustabrito@senado.leg.br](mailto:sen.augustabrito@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23297.43408-00

mais elevadas. Assim, entre diretores, gerentes, profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres recebem, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens.

É de se notar que estudos técnicos a respeito da participação das mulheres em cargos de direção revelem que elas melhoram o desempenho das empresas, contribuem para o aprimoramento da governança pública e potencializam a atuação corporativa pela criação de ambiente de gestão marcado pela diversidade.

Vale destacar, nesse ponto, análise publicada na Revista de Administração de Empresas da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV (EAESP), na qual seus autores, professores do Departamento de Economia e Empresa da Universidade de Almería, na Espanha, realizaram uma pesquisa com as 100 maiores empresas latino-americanas cotadas em bolsa, de setores variados. O estudo demonstrou, por meio da aplicação de refinada metodologia quantitativa, que as mulheres influenciam os princípios corporativos que promovem a eficiência, a responsabilidade, a lealdade e a diversidade de gênero na organização, sendo fator-chave no desenvolvimento de códigos de conduta com valores éticos associados a transparência, integridade, confiança e responsabilidade.

Apesar disso, de acordo com a edição de 2021 da pesquisa “Women in the boardroom”, realizada em 51 países – incluindo o Brasil – com a participação de 10.493 empresas, quase 20% dos cargos em conselhos de administração do mundo são ocupados por mulheres, mas no Brasil esse índice corresponde a pouco da metade: 10,4%. Os dados são de 2019.

Das 165 empresas brasileiras pesquisadas no levantamento, em nosso País, há apenas 115 mulheres nos conselhos, sendo que somente 4,4% delas ocupam a cadeira da presidência do conselho. A pesquisa revela, ainda, que 1,2% das mulheres ocupam cargos de direção executiva no País. Os cinco setores da economia que têm, no Brasil, mais mulheres nos conselhos são: tecnologia, mídia e telecomunicações (14,7%); bens de consumo (11,5%); energia (11%); manufatura (10,1%) e serviços financeiros (9,8%).



Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 – Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23297.43408-00

Ainda conforme a pesquisa, os países com mais mulheres em cargos nos conselhos de administração são: França (43,2%), Noruega (42,4%), Itália (36,6%), Bélgica (34,9%) e Suécia (34,7%). Por outro lado, os países com menos mulheres ocupando tais cargos são: Qatar (1,2%), Arábia Saudita (1,7%), Kuwait (4%), Coreia do Sul (4,3%) e Emirados Árabes Unidos (5,3%).

No setor público, os números são semelhantes, apresentando o viés denominado pela literatura especializada de "afunilamento hierárquico" ou, de maneira mais precisa, "segregação hierárquica". Em 2017, conforme dados do jornal Valor Econômico, das 79 empresas estatais (capital total ou majoritariamente público), apenas 4 eram presididas por mulheres. Dos mais de 400 cargos de direção, menos de 10% eram ocupados por mulheres. Além disso, a pesquisa demonstrou a existência de uma realidade circular: a evolução temporal na participação de mulheres nas empresas estatais cresce na proporção em que há mais presença de mulheres nos cargos de direção.

Os indicadores sobre a participação de mulheres em cargos de poder demonstram as dificuldades que elas enfrentam para acessar posições de direção na administração empresarial. Tais dificuldades avultam quando se trata das mulheres negras. É necessário, portanto, intervir para mudar essa realidade.

Mesmo sem considerar o elevado desnível de participação das mulheres negras nas corporações públicas e privadas, contando apenas a evolução das mulheres brancas nesses cargos, a considerar a tendência atual, verifica-se que somente em 2045 haverá alguma paridade entre homens e mulheres em postos de direção.

É muito tempo. As mulheres, sobretudo as mulheres negras, não podem esperar mais. Tampouco tal situação aponta para o desenvolvimento sustentável das empresas brasileiras.

Em vista disso e de todo o benefício que a adoção de políticas, como a apresentada pelo projeto em análise, representa para a sociedade e para o futuro de nosso País, é importante trazer para as normas jurídicas a política afirmativa proposta na matéria.



Senado Federal - Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF - 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>







SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Sua principal vantagem consiste em estabelecer mecanismos mais céleres de correção de desigualdades culturalmente produzidas, possibilitando a inserção social daquelas que estão sendo preteridas, inobstante suas qualificações.

Com relação a esse tipo de medida excepcional, setores críticos a ela apontam como desvantagem dela uma suposta tendência à sua perpetuação, o que, em última análise, poderia vir a acarretar efeito inverso, promovendo a exclusão de segmentos populacionais não contemplados pela política afirmativa. No entanto, essa desvantagem é afastada por intermédio da avaliação periódica da política, como propõe o PL. Tal avaliação pode até vir a identificar uma esperada desnecessidade de manutenção do sistema, num olhar otimista para o futuro.

Aliás, frise-se que a ideia de uma política afirmativa para assegurar a participação mínima de mulheres em cargos executivos de empresas está presente em vários países, sempre com a finalidade de induzir o equilíbrio quantitativo de executivos de ambos os gêneros, refletindo a realidade populacional e do mercado consumidor.

A Noruega foi pioneira na implementação de medida semelhante. Na década passada, o país percebeu que a liderança das empresas era um nicho resistente aos progressos obtidos no campo da igualdade de gênero. Ciente dessa dificuldade de abertura à participação feminina, em 2006, o parlamento norueguês aprovou uma lei que, em síntese, assegura o equilíbrio de gênero nos conselhos de administração de empresas de capital aberto. De acordo com a lei, ambos os sexos devem estar representados nos conselhos de direção dessas empresas em aproximadamente 40%. A sanção pelo descumprimento é rigorosa e pode consistir, inclusive, na dissolução da empresa.

A Islândia aproveitou o caminho aberto pela Noruega e aprovou, em 2010, norma similar, obrigando as empresas de responsabilidade limitada (de capital aberto e de capital fechado) com mais de 50 funcionários a terem homens e mulheres em seus conselhos de administração. Se os componentes desses órgãos forem mais de três, a percentagem de homens e mulheres não deve ser inferior a 40%. A lei entrou em vigor em 2013.



Senado Federal - Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF - 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23297.43408-00

Acrescente-se que o tema está em discussão no Parlamento Europeu – havendo, assim, uma forte perspectiva de estender a regra a todos os países da União Europeia.

Quanto à eficácia social, destaca-se o texto para discussão “Quebrando o teto de vidro? O efeito das cotas do conselho sobre os resultados do mercado de trabalho feminino na Noruega”, elaborado em 2014 por Marianne Bertrand, Sandra E. Black, Sissel Jensen e Adriana Lleras-Muney, publicado pelo Institute for the Study of Labor (IZA).

Essa investigação identificou uma resistência inicial das empresas norueguesas à ideia, que poderia ter originado uma tendência a indicar mulheres sem qualificação para os conselhos corporativos, com a expectativa de que sua influência fosse mínima nos processos decisórios. Dessa forma, os possíveis benefícios da novidade legislativa não teriam o impacto previsto, pois essas mulheres não conseguiriam influenciar o modelo de governança corporativa da empresa, melhorar suas relações profissionais ou mesmo ter voz ativa para comandar reformas em prol da equidade de gênero dentro das empresas.

Na prática, entretanto, essa preocupação não se mostrou relevante. A qualificação das executivas indicadas para os conselhos foi sendo aprimorada sensivelmente após a reforma. Além disso, verificou-se uma redução dos desníveis de renda entre mulheres e homens ocupantes de cargos de alto escalão. O estudo também revelou que a política de cotas alavancou a contratação e a promoção de um maior número de mulheres pelas empresas, bem como o surgimento de programas voltados para a igualdade de gênero também nas atividades domésticas.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os benefícios da presença de mulheres nos conselhos são vários: melhora a performance financeira das empresas, qualifica o processo decisório, aprimora a governança corporativa, forma e cultiva bancos de talentos, melhora a imagem da empresa perante os consumidores.

No documento *The Economic Argument*, a Comissão Europeia compilou uma série de pesquisas que associam uma maior representação



Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 – Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

feminina em cargos de liderança empresarial à melhoria do resultado financeiro das empresas.

Sabe-se que projetos que introduzem políticas afirmativas sofrem a tentativa de desqualificação sob o argumento da possível desobediência ao princípio da igualdade. Sustentamos que tal argumento não procede diante da força das evidências de que há importante sub-representação feminina nos conselhos das empresas e de que essa situação é alimentada, sobretudo, pelo preconceito de gênero relacionado às características profissionais femininas, existente na cultura organizacional das nossas empresas, o que, inclusive, certamente acarreta prejuízos em sua produtividade e, portanto, na lucratividade e transparência da corporação.

Além do mais, o projeto condiz com as metas assumidas pelo Brasil na Agenda 2030, que traz os objetivos para se alcançar o desenvolvimento sustentável voltado para a construção de um mundo melhor para as pessoas e o planeta, sem deixar ninguém para trás. Ele se relaciona especialmente com a ação de construir a igualdade de gênero (o Objetivo 5), a partir da adoção e o fortalecimento de políticas sólidas voltadas para o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Dar condições para as mulheres assumirem cargos de comando, por fim, sinaliza positivamente em todos os outros campos da vida social, incluindo o que respeita ao combate à violência de gênero e, ainda, à participação política.

Contudo, a matéria necessita de um pequeno reparo em sua redação para incluir o Distrito Federal entre os entes subnacionais mencionados em seu art. 2º, alteração que em nada afeta o mérito do projeto em análise.

### III – VOTO

Em vista de todo o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.246, de 2021, com a seguinte emenda de redação:



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>

Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 – Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900  
(61) 3303-5940 - [sen.augustabrito@senado.leg.br](mailto:sen.augustabrito@senado.leg.br)

10

9



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23297.43408-00

## EMENDA N° 2 - CDH (de redação)

Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.246, de 2021, a seguinte redação:

“I – empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras companhias em que a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 – Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900  
(61) 3303-5940 - sen.augustabrito@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506780479>





Senado Federal

11

**Relatório de Registro de Presença**  
**100ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO PRESENTE
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO	4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. EDUARDO GOMES
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

**Não Membros Presentes**

ANGELO CORONEL  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 1246/2021)**

NA 100ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/12/2023, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FLÁVIO ARNS COMO RELATOR "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO COM A EMENDA N. 2-CDH, REJEITADA A EMENDA N. 1 DO SENADOR HUMBERTO COSTA.

13 de dezembro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 33, DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 836, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros

**RELATOR:** Senador Jorge Kajuru

13 de dezembro de 2023



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



2



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 836, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Relator: Senador **JORGE KAJURU**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei (PL) nº 836, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, com o objetivo de estabelecer parâmetros sobre a comercialização do ouro, e revoga artigos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

O PL, de autoria do Senador Fabiano Contarato, é composto por sete artigos. O art. 1º indica que a lei estabelece novos parâmetros para comercialização do ouro.

O art. 2º, por sua vez, altera e inclui artigos na Lei nº 7.766, de 1989, que dispõe sobre o ouro como ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário, para definir os procedimentos que darão lastro minerário e ambiental à produção de ouro, estabelecer esses lastros como condicionantes para comercialização do metal e, ainda, os procedimentos de elaboração e guarda dos documentos concernentes a esses procedimentos por produtores, comerciantes e instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como sujeição a penalidades pelo descumprimento das regras propostas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>





3  
2

SF/23902.55642-05

O art. 3º do PL acrescenta à Lei nº 9.613, de 1998, que tipifica criminalmente a lavagem de dinheiro, dispositivo que determina a manutenção, pelas instituições financeiras, dos comprovantes de lastro mineral e ambiental, nas operações de comercialização de ouro, pelo período de dez anos. Ainda, prevê a obrigação de pessoas físicas e jurídicas para implementar procedimentos de verificação da conformidade dos comprovantes de lastro mineral e ambiental em formato eletrônico.

O art. 4º determina a regulamentação de normativo pela Agência Nacional de Mineração (ANM) no prazo de 180 dias contados da publicação da lei, para disciplinar especificidades da guia de transporte do ouro e implementação de sistema digital capaz de fornecer dados sobre a produção, fluxo, venda e transporte do metal.

O art. 5º proíbe a comercialização de ouro produzido em Terras Indígenas (TI) ou em Unidades de Conservação (UC), devendo as instituições autorizadas a comercializar ouro manter documentação que comprove que o ouro transacionado não tenha sido extraído nesses locais.

O art. 6º revoga os arts. 37 a 42 da Lei nº 12.844, de 2013, que tratam da comercialização de ouro produzido em garimpos em áreas autorizadas pelo Poder Público Federal, assim como da prova de sua regularidade, e da presunção de legalidade do ouro adquirido e boa-fé do adquirente.

O art. 7º, por sua vez, estabelece a cláusula de vigência, que se dará cento e oitenta dias após a publicação da lei resultante.

Na justificção, o Senador Fabiano Contarato defende a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de controle para validação das fases iniciais de produo de ouro, em razo das falhas atuais nos processos de compra pelas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, que acabam por transformar o ouro ilegalmente extraído em ativo legalizado. Tal ativo ficaria em pé de igualdade com aquele garimpado ou minerado legalmente por empresas, cooperativas e garimpeiros em situao regular quanto às regras e licenças minerárias e ambientais. Para o autor, a atual sistemática, carente de mínimos controles sobre a origem e produo do metal, fomenta o mercado bilionário de ouro extraído em áreas proibidas, como terras indígenas e unidades de conservao na Amazônia. O resultado é um aumento do desmatamento naquele bioma e a contaminao dos solos e dos recursos hídricos utilizados pelos povos nativos. O processo de extrao ilegal acarreta



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>

exposição dessas populações a mercúrio, fato já documentado em análise realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Após o exame da CMA, o projeto será analisado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes à proteção ambiental.

Sob a ótica dessa proteção, o projeto é meritório e alinha-se com as regras legais e constitucionais, pois objetiva rastrear a produção e a comercialização de ouro desde sua origem, atualmente uma das atividades mais degradadoras do meio ambiente por meio dos garimpos ilegais. A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) visa à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico (art. 4º, inciso I). A Constituição Federal exige que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei (art. 225, § 2º).

A legislação atual não consegue impedir que o ouro produzido ilegalmente seja comercializado como se tivesse origem legal. Nesse aspecto, a rastreabilidade é cada vez mais utilizada como instrumento para garantir a origem de produtos que possam estar associados a práticas degradadoras do meio ambiente. Na mineração, aplica-se a rastreabilidade aos diamantes por meio do Processo de Kimberley, acordo internacional do qual o Brasil é signatário, disciplinado pela Lei nº 10.473, de 9 de outubro de 2003. O ouro também é passível de rastreabilidade, de forma que sua origem seja inequivocamente determinada.

O Instituto Escolhas tem produzido estudos robustos sobre a rastreabilidade do ouro comercializado pelo Brasil. Segundo o Instituto, entre 2015 e 2020, foram comercializadas 229 toneladas de ouro com graves indícios de ilegalidade, o que equivale a cerca de metade da produção nacional. A maior parte desse ouro veio da Amazônia e a área ocupada pelos garimpos naquela



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



região já é maior que a extensão da mineração industrial em todo o país. Nos territórios indígenas, onde a mineração é ilegal, os garimpos cresceram cinco vezes em dez anos e episódios de extrema violência contra os povos originários têm sido constantes. Ainda segundo o Instituto Escolhas, essa realidade só consegue se sustentar por não existirem controles efetivos sobre a origem do ouro brasileiro e nem ferramentas que permitam monitorar a extração para garantir que ela ocorra em áreas regulares e com os devidos controles ambientais e sociais.

No plano internacional, as empresas mineradoras de ouro são pressionadas por investidores e consumidores a aprimorarem suas práticas de governança ambiental e social. Já para os clientes, a denúncia de compra de ouro garimpado em terras indígenas ou associado à destruição da Amazônia pode provocar danos consideráveis às imagens das empresas, sobretudo as importadoras do ouro brasileiro. Segundo o Ministério da Economia, de janeiro a agosto de 2022 o Brasil exportou 82 toneladas de ouro, no valor de US\$ 3,2 bilhões. Os principais compradores do ouro brasileiro foram: Canadá (33,4%); Índia (17,4%); Reino Unido (16,5%); Suíça (12,7%); Emirados Árabes Unidos (7,51%); e Itália (3,7%).

No plano doméstico, o PL tem o mérito principal de: i) instituir regras para a implementação de lastros minerário e ambiental na cadeia de produção e comércio de ouro; ii) restringir comercialização de ouro oriundo de terras indígenas e unidades de conservação; e iii) revogar dispositivos da Lei nº 12.844, de 2013, que favorecem a comercialização ilegal de ouro.

A maior parte das regras propostas guarda relação com alteração de legislação associada ao sistema financeiro quanto à comercialização de ouro, de modo a conferir rastreabilidade à cadeia de produção. Essas regras serão avaliadas pela CAE, em decisão terminativa.

A partir de contribuições do Executivo, sobretudo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao qual se vincula o Departamento de Polícia Federal, uma das mais importantes instituições brasileiras no tema da rastreabilidade do ouro, propomos um texto substitutivo que contempla e aperfeiçoa as regras do PL em análise. Ainda, o substitutivo adota regras do PL nº 3.025, de 2023, apresentado pelo Executivo na Câmara dos Deputados, em junho deste ano.

Dentre os aperfeiçoamentos propostos, está o uso de termos utilizados pelos órgãos que cuidam dos processos minerários, evitando



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



6

5

expressões novas, como “lastro minerário” e “lastro ambiental”, presentes na redação original do projeto. O objetivo é evitar interpretações equivocadas e insegurança jurídica. Também retiramos referências a pessoas físicas, com o objetivo de permitir que apenas pessoas jurídicas comercializem ouro, de modo a otimizar o monitoramento das transações.

Propomos, ainda, tornar obrigatória a exigência de emissão eletrônica da nota fiscal em operações de ouro, de modo a conferir maior controle a essas transações.

Um dos ajustes contemplados diz respeito a restrições para extração de ouro em unidades de conservação, pois a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC) prevê a possibilidade de uso sustentável de parcela dos recursos naturais de UC do grupo de uso sustentável (art. 7º, § 2º). De fato, a maior parte das UC é do tipo uso sustentável e nessas unidades seria possível a extração mineral em geral, caso cumpridas as exigências do licenciamento ambiental e previsão em seu plano de manejo. O bioma Amazônia possui, em comparação com os demais biomas brasileiros, a maior proporção de sua área protegida por UC (27% de sua área). São aproximadamente 78 UC federais e estaduais de proteção integral (40 milhões de hectares) e 173 UC de uso sustentável (72 milhões de ha).

Reforçamos que boa parte das regras do substitutivo contempla as propostas do PL do Senador Fabiano Contarato.

### III – VOTO

Considerando o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 836, de 2021, na forma do substitutivo a seguir apresentado.

### EMENDA Nº 1 - CMA (SUBSTITUTIVO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



7  
6

SF/23902.55642-05

## PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2021

Dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional.

**Art. 2º** No regime de permissão de lavra garimpeira, o ouro será considerado ativo financeiro ou instrumento cambial até a sua primeira venda, que será exclusiva para instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

§ 1º A primeira venda do ouro somente poderá ser realizada pelo titular da Permissão de Lavra Garimpeira ou mandatário legalmente constituído, expressamente autorizado e devidamente registrado em sistema eletrônico da Agência Nacional de Mineração (ANM), vedado o substabelecimento.

§ 2º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão registrar, junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), todas as aquisições de ouro realizadas, identificando:



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



8

7

I – o posto de atendimento, a agência ou o estabelecimento congênere responsável pela compra;

II – a região aurífera produtora;

III – o número da Permissão de Lavra Garimpeira de origem;

IV – a massa de ouro bruto adquirida e transacionada;

V – os dados de identificação do vendedor: nome, número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), número de registro no órgão de registro do comércio da sede do vendedor e dados de seu representante naquele ato;

VI – outras informações que venham a ser exigidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

§ 3º O pagamento referente à operação de que trata o *caput* deverá ser realizado em reais, a partir de crédito à conta de depósito ou de pagamento.

**Art. 3º** A utilização de nota fiscal emitida eletronicamente é obrigatória nas operações com ouro.

*Parágrafo único.* A emissão da Nota Fiscal Eletrônica nas operações com ouro ativo financeiro ou instrumento cambial deverá observar as normas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



**Art. 4º** O transporte e a custódia de ouro, independentemente de sua natureza, para qualquer parte do território nacional, ocorrerão acompanhados da respectiva Guia de Transporte e Custódia de Ouro, que:

I – será expedida eletronicamente pelo vendedor, junto à ANM, em cada transação;

II – terá um número de registro próprio e individualizado e será exclusiva para a massa de ouro nela identificada; e

III – perderá a validade após consumada a venda, registrado o número da Guia na respectiva nota fiscal eletrônica da primeira aquisição.

§ 1º O transporte de ouro a que se refere o *caput* será realizado pelo emissor da Guia de Transporte e Custódia de Ouro ou pelo mandatário legalmente constituído, expressamente autorizado e devidamente registrado em sistema eletrônico da ANM, vedado o substabelecimento.

§ 2º O emissor da Guia de Transporte e Custódia de Ouro será responsável cível e criminalmente pelas informações prestadas sobre o ouro vendido e transportado.

§ 3º O transporte do ouro da área de extração sob regime de permissão de lavra garimpeira até uma instituição legalmente autorizada a realizar a primeira aquisição ocorrerá exclusivamente no limite da circunscrição da região aurífera produtora, acompanhado da Guia de Transporte e Custódia de Ouro.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



§ 4º Entende-se por região aurífera produtora os Municípios localizados na região geográfica coberta pela província ou pelo distrito aurífero nos quais estão localizadas as frentes de lavra, conforme estabelecido pela ANM, com fundamento em estudo realizado pelo Serviço Geológico do Brasil.

§ 5º Estará sujeito à apreensão e ao perdimento, sem prejuízo da responsabilização cível e criminal, o ouro:

I – produzido sob regime de permissão de lavra garimpeira que, antes de sua primeira aquisição, seja transportado para fora da região aurífera produtora; ou

II – que seja transportado ou que esteja sob custódia:

a) sem a Guia de Transporte e Custódia de Ouro; ou

b) em desacordo com a Guia de Transporte e Custódia de Ouro;

ou

c) acompanhado de Guia de Transporte e Custódia de Ouro que contenha informações falsas, hipótese em que será considerado extraído ilegalmente; ou

d) sem a documentação fiscal e ambiental regular.

§ 6º A ANM disporá sobre a emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, que deverá conter, no mínimo:

I – os dados completos de identificação do vendedor e do comprador, ou do estabelecimento responsável pela custódia, incluídos:



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>





11  
10

SF/23902.55642-05

a) o número do Registro Geral - RG;

b) o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; e

c) o endereço completo;

II – o local de origem do ouro - Estado e Município;

III – a Guia de Transporte e Custódia de Ouro referente à primeira comercialização, contendo as seguintes informações:

a) o número do processo minerário da permissão de lavra garimpeira, da concessão de lavra ou de outro título minerário que tenha autorizado a extração e a venda do ouro;

b) o número da licença ambiental e o respectivo órgão emissor; e

c) a indicação da origem do mercúrio utilizado no processo de extração do ouro, caso faça parte do processo produtivo;

IV – a massa de ouro objeto da transação, em grama (g);

V – o teor do ouro;

VI – o local para onde o ouro será transportado;

VII – os dados de identificação do transportador;



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



VIII – o período no qual o transporte ocorrerá, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da respectiva Guia de Transporte e Custódia de Ouro;

IX – os números das Guias de Transporte e Custódia de Ouro anteriores, para os transportes e as custódias posteriores à primeira aquisição; e

X – demais documentos que comprovem a legalidade na rastreabilidade do ouro.

§ 7º Caberá à ANM manter sistema eletrônico que possibilite:

I – o registro das aquisições de ouro realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do disposto no § 2º do art. 2º;

II – a gestão das informações sobre as Guias de Transporte e Custódia de Ouro;

III – a disponibilização das informações, em transparência ativa e para os fins previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

IV – o compartilhamento de dados e informações com as autoridades competentes para investigação e produção de prova criminal.

§ 8º A ANM, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adotará as medidas necessárias para a implementação do sistema eletrônico de que tratam os § 1º do art. 2º e § 7º deste artigo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



13  
12

SF/23902.55642-05

§ 9º Fica a ANM autorizada a implementar, manter e operacionalizar, direta ou indiretamente, mecanismo de rastreabilidade que utilize tecnologia capaz de atestar a origem do ouro.

**Art. 5º** A prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino será realizada:

I – até a primeira aquisição, mediante a apresentação da respectiva Guia de Transporte e Custódia de Ouro; e

II – após a primeira aquisição, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal emitida eletronicamente, relativa à última transação, e da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, sem prejuízo de outras informações exigidas pela ANM.

*Parágrafo único.* O ouro acompanhado por documentação fiscal irregular estará sujeito à apreensão e ao perdimento, sem prejuízo da responsabilização cível e criminal.

**Art. 6º** As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil manterão, na forma de regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional, estruturas de gerenciamento de riscos capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos advindos da aquisição de ouro, abrangidas, no mínimo, por:

I – diligências quanto à verificação da veracidade das informações fornecidas pelo vendedor, inclusive quanto à origem lícita do ouro comercializado; e



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>

II – medidas de prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, e em regulamento do Banco Central do Brasil.

§ 1º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter em seus arquivos, por 10 (dez) anos e em via digital, independentemente do valor da operação, todos os documentos que comprovem as informações a serem registradas nos sistemas da ANM.

§ 2º Os documentos referidos no §1º deste artigo poderão ser solicitados a qualquer tempo pelo BACEN ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

§ 3º Na hipótese em que for verificada irregularidade ou tentativa de venda de ouro de origem ilegal ou desacompanhado de Guia de Transporte e Custódia de Ouro válida, a instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional de que trata o caput reportará o ocorrido à ANM e ao órgão de segurança pública competente, para adoção das providências cabíveis.

§ 4º As instituições financeiras e seus representantes que descumprirem o disposto no art. 2º desta Lei estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e nos arts. 5º a 10 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

**Art. 7º** Ficam impedidas de exercer o controle societário, de participar do grupo de controle societário, bem como de ocupar cargos de



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



15  
14

SF/23902.55642-05

administração ou funções em órgãos estatutários ou contratuais, de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que realizem a atividade de primeira aquisição de ouro oriundo de lavra garimpeira, as pessoas que:

I – sejam titulares de processos minerários;

II – tenham recebido poderes para atuar em nome de titulares de direitos minerários para a comercialização de ouro;

III – tenham condenação penal transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática de um ou mais dos seguintes crimes:

a) organização criminosa, previsto no art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013;

b) receptação qualificada, previsto nos § 1º e § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

c) extração, transporte ou comercialização de ouro sem título minerário, previsto no art. 2º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, ou sem licenciamento ambiental, conforme o disposto no art. 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

d) “lavagem”, previsto no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;

e) grilagem, previsto no art. 50 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



16

15

f) concussão, previsto no art. 316 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;

g) corrupção ativa, previsto no art. 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;

h) corrupção passiva, previsto no art. 317 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;

i) contra a economia popular, previstos nos art. 2º a art. 4º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951;

j) contra a fé pública, previstos nos art. 289 a art. 311-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal;

k) contra a ordem tributária, previstos nos art. 1º e art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

l) apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal; e

m) sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 -Código Penal.

IV – tenham cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, que se enquadrem nas hipóteses dos incisos I e II do *caput*.

§ 1º As pessoas que se encontrarem, na data de publicação desta Lei, nas hipóteses de impedimento de que trata o *caput* deverão regularizar sua



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



17  
16

SF/23902.55642-05

situação em até 60 (sessenta) dias, no caso de administradores, e em até cento e vinte dias, no caso de controladores, observadas a forma e as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e a legislação aplicável.

§ 2º O descumprimento do disposto no § 1º do *caput* sujeita as pessoas envolvidas às penalidades previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, sem prejuízo da adoção de outras medidas de supervisão, como o afastamento do exercício do cargo ou da função a que se refere o *caput* e o cancelamento da autorização para funcionamento da instituição, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 8º** Os arts. 1º e 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** .....

§ 1º .....

I – .....

II – o ouro extraído sob regime de permissão de lavra garimpeira.

.....” (NR)

“**Art. 3º** As operações e a destinação do ouro a que se refere o art. 1º serão comprovadas por meio das notas fiscais emitidas eletronicamente e da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, nos termos previstos em legislação própria, sem prejuízo de outros documentos exigidos em regulamentação.

.....

§ 2º O ouro acompanhado por documentação fiscal irregular estará sujeito à apreensão e ao perdimento, sem prejuízo da responsabilização cível e criminal.” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



**Art. 9º** Fica vedada a comercialização de ouro oriundo de Terras Indígenas, independente do estágio do processo de demarcação, e de Unidades de Conservação de proteção integral.

**Art. 10.** A comercialização e transporte de ouro em desacordo com o previsto nesta lei sujeitará os envolvidos à responsabilização cível e criminal, além das penalidades previstas pelos arts. 70 a 76 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e pelos arts. 63 a 64 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

**Art. 11.** As eventuais despesas decorrentes do disposto nesta Lei ficarão sujeitas às disponibilidades orçamentárias e financeiras.

**Art. 12.** Ficam revogados:

I – os seguintes dispositivos da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989:

a) o art. 2º; e

b) o § 1º do art. 3º;

II – o art. 9º da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008; e

III – os arts. 37 a 42 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>





19  
18

SF/23902.55642-05

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>





20

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

47ª, Extraordinária

Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARCIO BITTAR		1. CARLOS VIANA	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
GIORDANO		4. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	5. CID GOMES	
LEILA BARROS	PRESENTE	6. ZEQUINHA MARINHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARGARETH BUZETTI		1. VANDERLAN CARDOSO	
ELIZIANE GAMA		2. NELSINHO TRAD	
SÉRGIO PETECÃO		3. OTTO ALENCAR	PRESENTE
BETO FARO		4. JAQUES WAGNER	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	5. TERESA LEITÃO	PRESENTE
JORGE KAJURU	PRESENTE	6. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ROGERIO MARINHO		1. WELLINGTON FAGUNDES	
EDUARDO GOMES		2. JORGE SEIF	
JAIME BAGATTOLI		3. CARLOS PORTINHO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	1. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
DAMARES ALVES		2. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS  
MAGNO MALTA  
ZENAIDE MAIA



123.09.15.33  
Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 836/2021)**

APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2021, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1 - CMA (SUBSTITUTIVO).

13 de dezembro de 2023

Senadora LEILA BARROS

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7261068030>





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 34, DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 1282, de 2019, do Senador Luis Carlos Heinze, que Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros

**RELATOR:** Senador Otto Alencar

**RELATOR ADHOC:** Senadora Tereza Cristina

13 de dezembro de 2023



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>



**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 1.282, de 2019, do Senador Luis Carlos Heinze, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) analisa o Projeto de Lei (PL) nº 1.282, de 2019, do Senador Luis Carlos Heinze, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal) para permitir a construção, em Área de Preservação Permanente (APP), de reservatórios para irrigação por meio de barramentos de cursos d'água e da infraestrutura física a eles associada.

A proposição, que contém dois artigos, estabelece essa permissão por meio do seu art. 1º, que inclui novo parágrafo no art. 4º da mencionada lei para fazer nela constar a possibilidade de construção dos reservatórios de irrigação em APP. O segundo artigo institui a cláusula de vigência.

Consoante entendimento do autor, há omissão na legislação atual sobre o tema, o que dificulta “a expansão das tecnologias ligadas à irrigação”, razão pela qual se justifica a alteração proposta na lei.

A proposição foi distribuída inicialmente ao exame, em decisão terminativa, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que aprovou relatório do Senador Esperidião Amin favorável ao projeto, com duas emendas. A primeira emenda teve por objetivo reparar a ementa da proposição para adequá-la à boa técnica legislativa, como preconizam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A ementa do projeto, em sua redação original, não explicita a que se presta a alteração promovida no Código Florestal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>



A segunda emenda aprovada na CRA tem o objetivo de permitir a construção de reservatórios d'água para irrigação decorrente de barramento mediante o cumprimento de requisitos voltados à conservação ambiental, como a necessidade de outorga dos direitos de uso da água emitida pelo órgão competente e de que o projeto esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos. As modificações propostas foram viabilizadas por meio da inserção de § 11 no art. 4º do Código Florestal, pois, após a aprovação da Lei nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021, o referido artigo passou a dispor do § 10 que apresenta disposições diferentes daquelas pretendidas pelo art. 1º do projeto em análise.

Com a aprovação do Recurso nº 7, de 2022, cuja primeira signatária foi a Senadora Eliziane Gama, contudo, a matéria foi enviada para apreciação pelo Plenário, onde recebeu mais duas emendas, que foram rejeitadas pela CRA.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 359, de 2022, do Senador Jaques Wagner, o PL foi encaminhado à apreciação desta Comissão.

## II – ANÁLISE

Em atenção à distribuição da matéria e, entre outras, às disposições presentes nos incisos I e IV do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação do PL nº 1.282, de 2019, ocorre também nesta Comissão de Meio Ambiente.

No que diz respeito à análise dos aspectos formais do PL em tela, que já foram objeto de apreciação pela CRA, concordamos com o parecer daquela Comissão, ou seja, entendemos que a proposição é materialmente constitucional e que dispõe sobre matérias de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, como florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente (art. 24, inciso VI da Constituição Federal – CF). Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Não se verifica,



ja2023-15107

Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>



outrossim, vício de juridicidade, exceto no tocante à técnica legislativa, que já foi objeto de adequado reparo pela CRA.

Em relação ao mérito, o texto inicial da proposição merece aprimoramentos, pois a admissão de intervenção em APP trazida pelo PL nº 1.282, de 2019, não faz qualquer tipo de restrição ou de condicionalidade à manifestação de órgãos ou entidades ambientais, contrariando o espírito de todo o Código Florestal.

Contudo, parte desse problema foi saneado pela CRA, pois o parecer daquela comissão, nos termos do relatório do Senador Esperidião Amin, promoveu ajustes necessários para resguardar a conservação ambiental, quais sejam:

1. Admissão de intervenção em APP apenas para a construção de reservatórios para irrigação decorrentes de barramentos de cursos d'água e da infraestrutura física a eles associada;
2. Condicionamento das autorizações de intervenções em APP a:
  - a) adequação do projeto a práticas sustentáveis de manejo de solo e água em consonância com normas dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e com planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos;
  - b) licenciamento ambiental da obra;
  - c) inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
  - d) prévia emissão de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos pelo órgão gestor competente, conforme o art. 12 de Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

As emendas nºs 4-PLEN e 5-PLEN, a nosso ver, foram corretamente rejeitadas pela CRA, pois, como bem detalhado no parecer da Comissão, não ampliam a proteção ambiental e entram em conflito com outros dispositivos do Código Florestal. Assim, concordamos com o referido parecer no que toca a essas emendas.

Entendemos que o parecer da CRA aumenta a segurança hídrica com a possibilidade de construção de reservatórios mesmo que por meio de intervenções em APP marginais a cursos hídricos. Isso possibilitará o acúmulo de água em períodos de abundância hídrica para uso em tempos de escassez, bem como o aumento da infiltração de água no lençol subterrâneo proporcionada pela existência de um reservatório. Destacamos como



ja2023-15107

Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>



fundamentais as condições propostas no parecer para a construção dos reservatórios, de modo a evitar conflitos pelo uso dos recursos hídricos e a garantir sua viabilidade técnico-ambiental.

Apesar do parecer da CRA ter melhorado muito a proposição, **há necessidade de ampliar as condições para a construção dos reservatórios.** O relatório do Senador Esperidião Amin, aprovado pela CRA, foi fortemente inspirado no relatório anteriormente apresentado pelo Senador Marcelo Castro, em 17 de julho de 2019. Isso, inclusive, está explícito no parecer da CRA, no qual o relator observa que reproduz, em parte, o conteúdo do relatório de seu antecessor na relatoria da matéria, que não chegou a ser apreciado pela Comissão.

A atividade de irrigação deve ser conciliada com a proteção dos recursos naturais. Nem todas as propriedades podem se valer de reservação de água para irrigação. Havendo disponibilidade hídrica natural, a água pode ser captada no próprio curso d'água não alterado. A utilização de água reservada deve priorizar os reservatórios que comportam outros usos, de acordo com os fundamentos da PNRH estabelecida pela Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe, em seu art. 1º, inciso IV, que “a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas”. Assim, devem ser priorizados projetos de irrigação que se utilizem de reservatórios de geração de energia elétrica, açudes públicos, entre outros, em detrimento de iniciativas individuais que, multiplicadas, geram impacto negativo significativo ao meio ambiente.

De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a irrigação é a atividade que mais consome água no País. No Brasil, em 2021, foram retirados da natureza 2.134,8 metros cúbicos por segundo de água, o que equivale a 67,32 trilhões de litros por ano. Só a irrigação captou 1.146,02 metros cúbicos por segundo, o que corresponde a 53,7% de toda a água retirada no Brasil.

Considerando o exposto, e diante do impacto ambiental da construção de barramentos em APP para irrigação e da própria irrigação em si, foi oportuna a decisão de oitiva da Comissão de Meio Ambiente (CMA), em atendimento ao Requerimento nº 359, de 2022, do Senador Jaques Wagner, para que se torne possível viabilizar o aprimoramento das condições para construção desses reservatórios.



ja2023-15107

Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>





6

5

SF/23599.16111-93

### III – VOTO

Em coerência com o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.282, de 2019, pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5-PLN e pela aprovação parcial das Emendas nºs 2 e 3-CRA, na forma da seguinte emenda substitutiva:

#### EMENDA Nº 6 - CMA (SUBSTITUTIVO)

#### PROJETO DE LEI Nº 1.282, de 2019

Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 4º e 8º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....

§ 11. Nos imóveis rurais com até 25 (vinte e cinco) módulos fiscais, é permitida, mediante licenciamento ambiental, nas áreas de que trata o inciso I do caput, a construção de reservatórios para irrigação, inclusive por meio de barramentos de cursos d’água, e da infraestrutura física a eles associada, desde que:

I – o projeto e sua execução estejam de acordo com práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos que garantam sua qualidade e quantidade, de acordo com normas dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos;



ja2023-15107

Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>



II – o licenciamento seja realizado pelo órgão ambiental competente, conforme regulamento;

III – seja emitida outorga dos direitos de uso de recursos hídricos pelo órgão gestor de recursos hídricos competente, conforme o art. 12 da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

IV - o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

V - o estado tenha registro de déficit hídrico nos últimos 5 (cinco) anos;

VI - o proprietário rural efetue a reposição ambiental das áreas de APP alagadas da seguinte forma:

- a) Até dois módulos fiscais: isento de reposição;
- b) Acima de dois até quatro módulos fiscais: uma vez a área suprimida;
- c) Acima de quatro até 15 módulos fiscais: duas vezes a área suprimida; e
- d) Acima de 15 até 25 módulos fiscais: três vezes a área suprimida.

**Art. 8º** A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei, bem como naquelas previstas nos §§ 5º, 6º e 11 do art. 4º. ....” (NR).”

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ja2023-15107  
Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

47ª, Extraordinária

Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARCIO BITTAR		1. CARLOS VIANA	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
GIORDANO		4. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	5. CID GOMES	
LEILA BARROS	PRESENTE	6. ZEQUINHA MARINHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARGARETH BUZETTI		1. VANDERLAN CARDOSO	
ELIZIANE GAMA		2. NELSINHO TRAD	
SÉRGIO PETECÃO		3. OTTO ALENCAR	PRESENTE
BETO FARO		4. JAQUES WAGNER	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	5. TERESA LEITÃO	PRESENTE
JORGE KAJURU	PRESENTE	6. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ROGERIO MARINHO		1. WELLINGTON FAGUNDES	
EDUARDO GOMES		2. JORGE SEIF	
JAIME BAGATTOLI		3. CARLOS PORTINHO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	1. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
DAMARES ALVES		2. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS  
MAGNO MALTA  
ZENAIDE MAIA



123.09.15.33  
Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 1282/2019)**

APROVADO O RELATÓRIO DO SENADOR OTTO ALENCAR, LIDO AD-HOC PELA SENADORA TEREZA CRISTINA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 1282, DE 2019, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 6 - CMA (SUBSTITUTIVO). APROVADA TAMBÉM A APRESENTAÇÃO AO PLENÁRIO DO REQUERIMENTO Nº 73/2023-CMA, PARA SOLICITAR URGÊNCIA NA APRECIAÇÃO DA MATÉRIA.

13 de dezembro de 2023

Senadora LEILA BARROS

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



Assinado eletronicamente, por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3340449143>



**PROJETO DE LEI Nº 1.282, DE 2019**

*Altera a Lei 12.651/12, de 25 de maio de 2012.*

Concluída a instrução da matéria, o Projeto será deliberado oportunamente pelo Plenário.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 82, DE 2023

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei nº 300, de 2022, do Senador Eduardo Girão, que Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800).

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Humberto Costa

**RELATOR:** Senador Hamilton Mourão

13 de dezembro de 2023



Minuta

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei nº 300, de 2022, do Senador Eduardo Girão, que *altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800)*.

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO****I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) o Projeto de Lei (PL) nº 300, de 2022, de autoria do Senador Eduardo Girão.

A proposição visa a alterar o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos.

De acordo com a justificação, o PL aborda uma questão crítica identificada na aplicação da Lei de Acesso à Informação. A legislação atual prioriza a divulgação de dados por meio da internet, o que resulta em uma deficiência significativa no atendimento a uma fração da população brasileira.

Diante desse cenário, a proposição vem com a finalidade de sanar essa deficiência, buscando expandir os meios de acesso à informação, considerando as limitações de conectividade enfrentadas por parte dos cidadãos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1536052912>

3  
2

SF/23425.23130-40

A matéria foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VII, cumpre à CCDD opinar sobre assuntos correlatos às comunicações, o que insere o projeto em exame no seu rol de atribuições.

Inicialmente, cabe destacar que a proposta é dotada de elevado mérito. Ela tem fundamento na busca por uma maior inclusão no acesso à informação pública. A Lei de Acesso à Informação é reconhecidamente um notável avanço social, pois consiste em um instrumento vital para assegurar a transparência governamental e permitir que os cidadãos participem mais ativamente no controle das ações estatais. A proposição, ao introduzir um serviço de atendimento telefônico gratuito (0800) para os cidadãos, representa um esforço adicional para democratizar o acesso às informações mantidas por órgãos e entidades públicas, direito garantido pela Constituição Federal.

Na situação atual, segmentos significativos da população estão excluídos da citada garantia constitucional por conta de barreiras tecnológicas, uma vez que o meio de acesso às informações públicas é exclusivamente pela internet. De acordo com a última pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), TIC Domicílios 2023, mesmo com o aumento da conectividade entre 2021 e 2023, aproximadamente 29 milhões de brasileiros não tiveram acesso à internet neste ano, sendo a sua maioria pertencentes às classes econômicas D e E.

Ao reconhecer que um número considerável de brasileiros não tem acesso à internet, o projeto busca remediar uma desigualdade digital que, inadvertidamente, gera uma distinção de acesso a direitos.

Nota-se, portanto, que a implementação de um serviço telefônico gratuito é uma medida alinhada com o princípio da isonomia, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização geográfica, possam exercer o direito de solicitar e receber



yr2023-14788

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1536052912>



informações públicas. Tal serviço permitiria que aqueles sem acesso à internet ou com limitações para adquirir crédito telefônico pudessem se informar, questionar e acompanhar as atividades governamentais de forma equitativa.

Ademais, a disponibilização de um número 0800 servirá como um canal direto e eficiente de comunicação, aumentando potencialmente a responsividade do governo às demandas e preocupações dos cidadãos. Isso pode levar a uma melhoria na qualidade dos serviços públicos e fortalecer a relação entre o estado e a sociedade civil. Dessa forma, como parte do rol dos direitos e garantias fundamentais inscritos no art. 5º da Constituição Federal, o direito do cidadão de obter dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse geral ou coletivo deve obter a amplitude necessária para que tenha a eficácia requerida.

Tratando-se da Lei de Acesso à Informação, o saudoso constitucionalista Celso Ribeiro Bastos registra em seus *Comentários à Constituição do Brasil*, que estes direitos precisam ser ampliados, exatamente para dar efetividade ao Direito de Informação nele previsto. Cabe ainda fazer referência ao *caput* do art. 37 da Carta Magna, que consagra a eficiência como um dos princípios que devem ser obedecidos pela administração pública brasileira, em todos os níveis de governo.

Entretanto, em relação à constitucionalidade formal, a matéria padece de vício insanável de iniciativa, fundamentado no art. 84, VI, “a”, da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência do Presidente da República para tratar do funcionamento da Administração Federal. O dispositivo mencionado confere ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

A proposta de alteração legislativa em questão dispõe sobre a organização da administração pública. Isso porque a implementação de um serviço de atendimento telefônico gratuito (0800) implica aspectos organizacionais e potencialmente gera aumento de despesa para a União.

Caso similar já foi discutido no Supremo Tribunal Federal, mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.443-RS, decidindo-se que “a iniciativa de projeto de lei objetivando a disciplina de central de atendimento telefônico de serviço do Executivo cabe a este último e não ao Parlamento”, mantendo-se a incompatibilidade com a Constituição Federal



yr2023-14788

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1536052912>

5  
4

SF/23425.23130-40

ante o vício de iniciativa e a ofensa ao princípio da separação dos Poderes. Conforme assevera, a norma modifica o funcionamento e a operacionalização de serviço essencial prestado pela Administração Pública, alterando a estrutura e as atribuições de órgão do Poder Executivo.

Dada a validade da matéria e com vistas a aproveitar seu conteúdo, que é sumamente meritório, encontramos a saída regimental na forma de conversão do PL nº 300, de 2022 em indicação.

### III – VOTO

Ante o exposto e com fundamento no art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela **conversão** do Projeto de Lei nº 300, de 2022, em apresentação de **indicação**, nos seguintes termos:

#### INDICAÇÃO Nº - CCDD

*Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República adotar as gestões necessárias para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800) com vistas ao aumento da eficácia da Lei de Acesso à Informação.*

Fundamentados no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no inciso VI, alínea e, do art. 84 da Constituição Federal, que estabelece a competência privativa do Presidente da República para “*dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal*”, com o intuito de aumentar a eficácia da Lei de Acesso à Informação, propomos a presente indicação e rogamos o apoio do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a essa iniciativa.

Sala da Comissão,

, Presidente



yr2023-14788

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1536052912>



6

5

SF/23425.23130-40

, Relator



yr2023-14788  
Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1536052912>





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença

15ª, Extraordinária

Comissão de Comunicação e Direito Digital

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
CID GOMES		1. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. JADER BARBALHO	
GIORDANO		4. IZALCI LUCAS	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO		5. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
DANIELLA RIBEIRO		1. ANGELO CORONEL	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. MARGARETH BUZETTI	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		4. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	6. BETO FARO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	1. MAGNO MALTA	PRESENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	3. CARLOS PORTINHO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
DR. HIRAN		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO  
MARCOS DO VAL



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 300/2022)**

NA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA CONVERSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 300, DE 2022, EM APRESENTAÇÃO DE INDICAÇÃO, NOS TERMOS QUE APRESENTA.

À CTFC.

13 de dezembro de 2023

Senador HUMBERTO COSTA

Presidiu a reunião da Comissão de Comunicação e Direito  
Digital





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 83, DE 2023

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei nº 1049, de 2022, do Senador Angelo Coronel, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Hamilton Mourão

**RELATOR:** Senador Nelsinho Trad

13 de dezembro de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei nº 1.049, de 2022, do Senador Angelo Coronel, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD****I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) o Projeto de Lei (PL) nº 1.049, de 2022, de autoria do Senador Angelo Coronel, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital.*

A proposição insere o art. 158-A no Código Penal para tipificar a conduta de extorsão digital, consistente em constranger alguém a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, mediante o sequestro de dados e consequente indisponibilidade ao respectivo titular, com o objetivo de obter vantagem econômica indevida para si ou para terceiros. Para essa conduta, o projeto prevê pena de seis a dez anos de reclusão, além de multa. A pena pode ser aumentada em até dois terços se do crime resulta paralisação da prestação de serviços essenciais à população; comprometimento da segurança nacional ou indisponibilidade de bancos de dados dos órgãos de segurança pública ou da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); comprometimento de dados dos sistemas de educação pública ou privada; ou comprometimento de dados do Sistema Único de Saúde ou de sistemas privados de saúde.

De acordo com o autor, a proposição tem o objetivo de preencher uma lacuna no Código Penal, tendo em vista que a conduta descrita não estaria



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8339829709>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23964.03735-12

adequadamente abrangida pelos tipos de invasão de dispositivo informático e de extorsão, previstos, respectivamente, nos arts. 154-A e 158 do referido Código.

A matéria foi inicialmente distribuída à então Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa. Em função da aprovação da Resolução nº 14, de 7 de junho de 2023, houve novo despacho para esta CCDD e para a CCJ, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-G do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre temas de direito digital.

Nesse esforço, verifica-se que o projeto busca tipificar a conduta conhecida como *ransomware*. Trata-se da invasão de dispositivo ou sistema informático seguida do bloqueio total ou parcial do acesso aos dados neles armazenados, usualmente com emprego de criptografia. O traço distintivo do *ransomware* é a exigência de pagamento de um “resgate” para recuperação dos dados ou para que informações confidenciais ou comprometedoras não sejam divulgadas.

Ataques de *ransomware* podem ser dirigidos a usuários individuais ou corporativos. No último caso, podem causar danos significativos decorrentes da perda de dados essenciais ou do pagamento dos “resgates”. Também pode haver comprometimento da continuidade dos negócios e até mesmo de serviços públicos essenciais.

O Brasil figura entre os principais alvos de ataques do gênero. Segundo a empresa Trend Micro, cerca de 30% de todos os ataques de *ransomware* identificados no mundo em 2022 foram dirigidos a usuários brasileiros. A cifra torna o País o segundo maior destino desses ataques, atrás apenas da Índia, que responde por 33,4% dos incidentes. Entre os casos de maior notoriedade registrados nos últimos anos, cabe citar os ataques aos sistemas do Superior Tribunal de Justiça em 2020, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em 2021 (com um pedido de resgate no valor de US\$ 5 milhões) e do



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8339829709>







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Ministério da Saúde, também em 2021, que atingiu dados do Sistema Único de Saúde.

Atualmente, a conduta tipificada no projeto pode ser abrangida pelo concurso dos crimes de invasão de dispositivo informático, quando o autor obtém acesso ao sistema ou equipamento da vítima, seguido do crime de extorsão, caracterizada pela exigência de vantagem econômica indevida para recuperação dos dados ou informações. Não obstante, constitui importante aperfeiçoamento da legislação vigente dar maior precisão à tipificação dessa conduta e às penas aplicáveis.

Entendemos, todavia, que alguns aperfeiçoamentos são necessários. Especificamente em relação ao texto do novo art. 158-A, que o projeto pretende introduzir no Código Penal, diversos aprimoramentos devem ser feitos. O *caput* do artigo alude a “constranger alguém mediante o uso de *software*”, mas essa ferramenta não se presta para o constrangimento, senão para a invasão do sistema ou dispositivo informático. Nesse sentido, propomos aprimoramento da descrição da conduta, consistente no constrangimento mediante a invasão de dispositivo informático que torne indisponíveis os dados ou informações nele armazenados ou que comprometa seu funcionamento.

Com relação às penas propostas, deve-se tomar cuidado com a proporcionalidade em relação à gravidade da conduta. Por exemplo, na hipótese de comprometimento da segurança nacional, a pena mínima seria de dez anos de reclusão, que é superior à pena máxima prevista para o crime de sabotagem (art. 359-R do Código Penal), que é conduta indiscutivelmente mais grave, porque atenta contra o estado democrático de direito. Dessa forma, propomos pena equivalente à prevista no § 3º do art. 154-A, que trata da invasão de dispositivo informático em que há acesso a comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido, qual seja, de reclusão de dois a cinco anos, acrescida de multa.

Cumpre esclarecer, todavia, de acordo com a segunda emenda que propomos, que a pena relativa à extorsão digital propriamente dita não prejudica a aplicação das sanções correspondentes à invasão do dispositivo, já previstas no art. 154-A do Código Penal.

Por essas razões, entendemos que esta Comissão deva manifestar-se pela aprovação da matéria, com as emendas que apresentamos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8339829709>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23964.03735-12

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.049, de 2022, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº -CCDD

Dê-se ao **caput** do art. 158-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.049, de 2022, a seguinte redação:

##### “Extorsão digital

**Art. 158-A.** Constranger alguém, mediante invasão de dispositivo informático que torne indisponíveis os dados ou informações nele armazenados ou que comprometa seu funcionamento, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem econômica indevida.

Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

.....” (NR)

#### EMENDA Nº -CCDD

Insira-se o seguinte § 2º no art. 158-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, designando-se seu parágrafo único como § 1º, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.049, de 2022:

“Art. 158-A. ....

§ 1º .....

§ 2º Aplicam-se as penas deste artigo sem prejuízo daquelas decorrentes da invasão do dispositivo informático.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8339829709>





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

15ª, Extraordinária

Comissão de Comunicação e Direito Digital

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
CID GOMES		1. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. JADER BARBALHO	
GIORDANO		4. IZALCI LUCAS	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO		5. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DANIELLA RIBEIRO		1. ANGELO CORONEL	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. MARGARETH BUZETTI	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		4. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	6. BETO FARO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	1. MAGNO MALTA	PRESENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	3. CARLOS PORTINHO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DR. HIRAN		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO  
MARCOS DO VAL



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1049/2022)

NA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS Nº 1-CCDD E 2-CCDD.

APROVADA, TAMBÉM, A APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA A MATÉRIA (REQ 29/2023-CCDD).

À CCJ.

13 de dezembro de 2023

Senador HAMILTON MOURÃO

Presidiu a reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 84, DE 2023

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2019, que Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Humberto Costa

**RELATOR:** Senador Nelsinho Trad

13 de dezembro de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2019 (nº 509, de 2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.*

**RELATOR: Senador NELSINHO TRAD****I – RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 106, de 2019 (nº 509, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboaticabal de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do ministro das Comunicações ao presidente da República, documento integrante dos autos, informa que a presente matéria foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, demonstrando que a entidade possui as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5827969824>







SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23863.40353-17

Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, das instituições de educação superior credenciadas pelo Ministério da Educação ou das fundações de direito público e de direito privado, conforme preceitua a Portaria de Consolidação nº 9.018, de 28 de março de 2023, do Ministério das Comunicações, que incorporou os dispositivos da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Tелефон: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5827969824>





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23863.40353-17

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da Pasta responsável pela edição da Portaria nº 486, de 10 de julho de 2014, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo Ministério das Comunicações.

### III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

#### EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad  
Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303 6767/6768 Email: [sen.nelsinhotrad@senado.leg.br](mailto:sen.nelsinhotrad@senado.leg.br)  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5827969824>







Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença

15ª, Extraordinária

Comissão de Comunicação e Direito Digital

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
CID GOMES		1. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. JADER BARBALHO	
GIORDANO		4. IZALCI LUCAS	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO		5. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
DANIELLA RIBEIRO		1. ANGELO CORONEL	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. MARGARETH BUZETTI	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		4. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	6. BETO FARO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	1. MAGNO MALTA	PRESENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	3. CARLOS PORTINHO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
DR. HIRAN		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO  
MARCOS DO VAL



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PDLs (itens 5 a 7) nos termos dos relatórios.

Comissão de Comunicação e Direito Digital - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CID GOMES				1. PROFESSORA DORINHA SEABRA			
EFRAIM FILHO				2. ALAN RICK			
DAVI ALCOLUMBRE				3. JADER BARBALHO			
GIORDANO				4. IZALCI LUCAS			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO				5. RODRIGO CUNHA			
ZEQUINHA MARINHO				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DANIELLA RIBEIRO				1. ANGELO CORONEL			
ZENAIDE MAIA				2. MARGARETH BUZETTI			
NELSINHO TRAD	X			3. VANDERLAN CARDOSO			
ROGÉRIO CARVALHO				4. FABIANO CONTARATO	X		
PAULO PAIM	X			5. HUMBERTO COSTA			
FLÁVIO ARNS				6. BETO FARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GOMES	X			1. MAGNO MALTA			
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	X			2. ROMÁRIO			
FLÁVIO BOLSONARO	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DR. HIRAN				1. ESPERIDIÃO AMIN	X		
HAMILTON MOURÃO	X			2. CLEITINHO			

Quórum: TOTAL 9  
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 13/12/2023  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Humberto Costa  
Presidente



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PDL 106/2019)**

NA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO COM A EMENDA 1-CCDD (DE REDAÇÃO).

A MATÉRIA SERÁ ENCAMINHADA À SECRETARIA-GERAL DA MESA.

13 de dezembro de 2023

Senador HUMBERTO COSTA

Presidiu a reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 85, DE 2023

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2021, que Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOG - Associação Comunitária de Guapó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Humberto Costa

**RELATOR:** Senador Izalci Lucas

**RELATOR ADHOC:** Senador Hamilton Mourão

13 de dezembro de 2023



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2021, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás.*

Relator: Senador **IZALCI LUCAS****I – RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 459, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2292235615>

## II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

A análise da documentação que instrui a matéria, contudo, revela que durante o trâmite do processo de renovação no Ministério das Comunicações, **por duas vezes**, foi identificada a vinculação da entidade, o que inviabilizaria a renovação proposta. Após a identificação desses vícios, **por duas vezes**, foi concedida à entidade a oportunidade para seu saneamento, por meio de alteração na composição de sua diretoria.

O procedimento adotado não se amolda ao estabelecido na regulamentação da matéria vigente à época, especificamente no que tange ao disposto no parágrafo único do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, do próprio Ministério das Comunicações, segundo o qual **a existência de vínculo, verificada no curso do processo de renovação, é vício de caráter insanável**.

Deve-se destacar que a citada Portaria nº 4.334, de 2015, do MC, teve sua redação alterada pela Portaria nº 1.909, de 5 de abril de 2018, do Ministério da Ciência,



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2292235615>



4

Tecnologia, Inovações e Comunicações. Com as modificações introduzidas, passou a ser “conferida **uma única** oportunidade” para o saneamento de vícios de vinculação, durante processos de renovação, sob pena de seu indeferimento.

Portanto, mesmo considerando a nova regra mais branda, não é permitida uma segunda oportunidade para sanear vícios de vinculação durante processos de renovação, sob pena de violação do princípio da legalidade, que vincula a administração pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do PDL nº 459, de 2021, que renova a autorização outorgada à ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**SENADOR IZALCI LUCAS**  
**(PSDB/DF)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2292235615>





Senado Federal

5

## Relatório de Registro de Presença

15ª, Extraordinária

Comissão de Comunicação e Direito Digital

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
CID GOMES		1. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. JADER BARBALHO	
GIORDANO		4. IZALCI LUCAS	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO		5. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
DANIELLA RIBEIRO		1. ANGELO CORONEL	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. MARGARETH BUZETTI	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		4. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	6. BETO FARO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	1. MAGNO MALTA	PRESENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	3. CARLOS PORTINHO	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
DR. HIRAN		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. CLEITINHO	

### Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO  
MARCOS DO VAL





Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PDLs (itens 5 a 7) nos termos dos relatórios.

Comissão de Comunicação e Direito Digital - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CID GOMES				1. PROFESSORA DORINHA SEABRA			
EFRAIM FILHO				2. ALAN RICK			
DAVI ALCOLUMBRE				3. JADER BARBALHO			
GIORDANO				4. IZALCI LUCAS			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO				5. RODRIGO CUNHA			
ZEQUINHA MARINHO				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DANIELLA RIBEIRO				1. ANGELO CORONEL			
ZENAIDE MAIA				2. MARGARETH BUZETTI			
NELSINHO TRAD	X			3. VANDERLAN CARDOSO			
ROGÉRIO CARVALHO				4. FABIANO CONTARATO	X		
PAULO PAIM	X			5. HUMBERTO COSTA			
FLÁVIO ARNS				6. BETO FARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GOMES	X			1. MAGNO MALTA			
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	X			2. ROMÁRIO			
FLÁVIO BOLSONARO	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DR. HIRAN				1. ESPERIDIÃO AMIN	X		
HAMILTON MOURÃO	X			2. CLEITINHO			

Quórum: TOTAL 9  
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 13/12/2023  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Humberto Costa  
Presidente



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PDL 459/2021)**

NA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO REJEITA O PROJETO.

A MATÉRIA SERÁ ENCAMINHADA À SECRETARIA-GERAL DA MESA.

13 de dezembro de 2023

Senador HUMBERTO COSTA

Presidiu a reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 86, DE 2023

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2022, que Aprova o ato que outorga autorização ao Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Humberto Costa

**RELATOR:** Senador Efraim Filho

**RELATOR ADHOC:** Senador Hamilton Mourão

13 de dezembro de 2023



**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2022, que *aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO INTEGRADO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS PELA VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.*

Relator: Senador **EFRAIM FILHO**

**I – RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 210, de 2022, que aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO INTEGRADO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS PELA VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2498509048>



## II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

## III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 210, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e



df2023-15253

Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2498509048>



4

3

SF/23633.98608-05

técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização ao CENTRO INTEGRADO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS PELA VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



df2023-15253

Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2498509048>





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença

15ª, Extraordinária

Comissão de Comunicação e Direito Digital

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
CID GOMES		1. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE		3. JADER BARBALHO	
GIORDANO		4. IZALCI LUCAS	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÉGO		5. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
DANIELLA RIBEIRO		1. ANGELO CORONEL	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. MARGARETH BUZETTI	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		4. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	6. BETO FARO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	1. MAGNO MALTA	PRESENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	3. CARLOS PORTINHO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
DR. HIRAN		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO  
MARCOS DO VAL



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PDLs (itens 5 a 7) nos termos dos relatórios.

Comissão de Comunicação e Direito Digital - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CID GOMES				1. PROFESSORA DORINHA SEABRA			
EFRAIM FILHO				2. ALAN RICK			
DAVI ALCOLUMBRE				3. JADER BARBALHO			
GIORDANO				4. IZALCI LUCAS			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO				5. RODRIGO CUNHA			
ZEQUINHA MARINHO				6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DANIELLA RIBEIRO				1. ANGELO CORONEL			
ZENAIDE MAIA				2. MARGARETH BUZETTI			
NELSINHO TRAD	X			3. VANDERLAN CARDOSO			
ROGÉRIO CARVALHO				4. FABIANO CONTARATO	X		
PAULO PAIM	X			5. HUMBERTO COSTA			
FLÁVIO ARNS				6. BETO FARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GOMES	X			1. MAGNO MALTA			
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	X			2. ROMÁRIO			
FLÁVIO BOLSONARO	X			3. CARLOS PORTINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DR. HIRAN				1. ESPERIDIÃO AMIN	X		
HAMILTON MOURÃO	X			2. CLEITINHO			

Quórum: TOTAL 9  
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 13/12/2023  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Humberto Costa  
Presidente





**DECISÃO DA COMISSÃO****(PDL 210/2022)**

NA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO.

A MATÉRIA SERÁ ENCAMINHADA À SECRETARIA-GERAL DA MESA.

13 de dezembro de 2023

Senador HUMBERTO COSTA

Presidiu a reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2019**

*A Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2021**

*A Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASCOG - Associação Comunitária de Guapó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapó, Estado de Goiás.*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2022**

*A Aprova o ato que outorga autorização ao Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.*

Recebido o Ofício nº 26, de 2023, da CCDD, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**Prazo: de 15/12/2023 a 21/12/2023.**





Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões  
Comissão de Comunicação e Direito Digital – CCDD

Ofício nº 026/2023- CCDD

Brasília, 13 de dezembro de 2023

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica a aprovação terminativa de Projetos de Decretos Legislativos.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, na 15ª reunião realizada nesta data, os Projetos de Decreto Legislativo nº 106 de 2019 e nº 210 de 2022.

Comunico, adicionalmente, que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 459 de 2021.

Respeitosamente,

**Senador Eduardo Gomes**  
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital - CCDD



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5993, DE 2023

Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho.

**AUTORIA:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5993/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/23020.19955-30

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte § 6º ao seu art. 206:

“**Art. 206.** .....

.....  
§ 6º O prazo prescricional de que trata o inciso V do § 3º não se aplica aos casos de pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho, situação em que a prescrição se dará nos termos do § 5º e seu prazo somente começará a ser contado a partir do término do vínculo empregatício. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O prazo prescricional de três anos para a pretensão de reparação civil não deve ser aplicado em detrimento da vítima de assédio sexual praticado



Assinado eletronicamente por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9584386414>

Avulso do PL 5993/2023 [2 de 4]





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

no âmbito das relações de trabalho, sob pena de prática de extrema injustiça com tais vítimas, muitas vezes com o aniquilamento do seu direito à reparação civil.

Isso, porque, além de ser extremamente exíguo, não leva em conta a peculiaridade da situação em que a vítima se vê na posição de, frequentemente, ter que se abster de tomar qualquer atitude com vistas a obter reparação civil, sob pena de perder seu emprego, de forma que, quando extinto o vínculo empregatício, também se mostrará prescrita a pretensão de reparação civil.

Por tais razões, estamos defendendo, por intermédio da presente proposição legislativa, a aplicação do prazo prescricional cinco anos para esses casos, e, ainda assim, com a particularidade de que esse mesmo prazo somente comece a ser contado a partir da extinção do vínculo empregatício.

Devido ao grande alcance social das medidas previstas na presente proposição legislativa, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senadora ANA PAULA LOBATO



rs2023-16307  
Assinado eletronicamente por Sen. Ana Paula Lobato  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9584386414>

Avulso do PL 5993/2023 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>

- art206

Avulso do PL 5993/2023 [4 de 4]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5994, DE 2023

Acrescenta inciso VI ao art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para alterar o início do prazo prescricional nos crimes de assédio sexual.

**AUTORIA:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5994/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Acrescenta inciso VI ao art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para alterar o início do prazo prescricional nos crimes de assédio sexual.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Acrescente-se ao art. 111 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, o seguinte inciso VI:

“**Art. 111.** .....

VI – nos crimes de assédio sexual, da data em que se encerrar o vínculo laboral entre o agente e a vítima, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O assédio sexual é um crime grave que atenta contra a dignidade da vítima e contribui para o desencadeamento de problemas emocionais como ansiedade, depressão, crises de pânico e, em determinadas situações, pode levar ao autoextermínio.

Não bastasse a gravidade dessa infração penal, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os casos de assédio sexual no Brasil dispararam em 2022. Foram 6.114 agressões, o que representa um aumento de 49,7% dos registros.



Assinado eletronicamente por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6800810712>

Avulso do PL 5994/2023 [2 de 4]





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

Por se tratar de crime de difícil comprovação, cuja denúncia gera exposição e constrangimento à vítima, as subnotificações são frequentes. O medo de retaliações, sobretudo de perder o cargo, o emprego ou a função ocupada, também faz com que muitas vítimas suportem as investidas em silêncio.

Os números mencionados acima, portanto, podem ser ainda mais elevados.

Esse o cenário, estamos apresentando o presente projeto de lei para prever que o termo inicial da prescrição do crime de assédio sexual, antes de transitar em julgado a sentença final, passe a ser o dia do encerramento do vínculo laboral entre o agente e a vítima. Essa alteração permitirá que a vítima tenha todo o tempo necessário para comprovar o assédio, sem se preocupar com a prescrição, e evitará possíveis retaliações.

Em vista das considerações acima, por se tratar de projeto de lei que aprimora a nossa legislação penal, contamos com o apoio dos eminentes pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ANA PAULA LOBATO



ef2023-16304  
Assinado eletronicamente por Sen. Ana Paula Lobato  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6800810712>

Avulso do PL 5994/2023 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art111

Avulso do PL 5994/2023 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5995, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o crime de vilipêndio a cadáver cometido mediante ato sexual ou libidinoso.

**AUTORIA:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5995/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23704.34736-37

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o crime de vilipêndio a cadáver cometido mediante ato sexual ou libidinoso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 212 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 212**.....

.....  
*Parágrafo único.* Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é cometido mediante ato sexual ou libidinoso.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Lei visa introduzir uma causa de aumento de pena ao crime de vilipêndio a cadáver cometido mediante ato sexual ou libidinoso. A atual redação do art. 212 do Código Penal não contempla de maneira específica a gravidade que envolve o vilipêndio a cadáver quando associado a atos de necrofilia. Diante desse vácuo legal, faz-se imperativo promover ajustes na legislação de forma a adequá-la aos princípios éticos e sociais que regem nossa sociedade.

O crime de vilipêndio a cadáver, por si só, já é repudiado por ferir não apenas o respeito aos mortos, mas também por atentar contra a



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1835196115>

Avulso do PL 5995/2023 [2 de 4]



sensibilidade e a moral coletiva. Contudo, quando tal ato é perpetrado mediante ato sexual ou libidinoso, a natureza da transgressão atinge proporções ainda mais alarmantes, violando não apenas a memória do falecido, mas também a dignidade humana de maneira extrema.

É crucial que a legislação evolua para enfrentar desafios contemporâneos, e a introdução desta causa de aumento de pena representa um passo necessário para coibir e punir de maneira adequada essa forma agravada do delito. Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1835196115>

Avulso do PL 5995/2023 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art212

Avulso do PL 5995/2023 [4 de 4]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5997, DE 2023

Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para implementar medidas que impeçam o contato psicológico prejudicial do autor do fato com crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, durante o depoimento especial.

**AUTORIA:** Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5997/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/23530.28067-07

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para implementar medidas que impeçam o contato psicológico prejudicial do autor do fato com crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, durante o depoimento especial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 9º da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º** A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer tipo de contato físico, visual ou psicológico com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.”(NR)

**Art. 2º** O art. 12 da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“**Art. 12** .....

§ 3º-A O profissional especializado avaliará se a apresentação do ambiente, a menção ao registro audiovisual, a menção à existência de pessoas na sala de observação ou de audiência, ou a apresentação dos seus direitos causam intimidação ou repressão ao depoente, caso em que referidos atos serão dispensados.

§ 3º-B Não devem ser dirigidas ao depoente perguntas relacionadas à permanência ou não do autor na sala de audiência, devendo a decisão sobre a sua permanência ficar sob o crivo do profissional especializado, na forma do § 3º.

§ 3º-C É dever do profissional especializado a observação atenciosa da vítima ou da testemunha no decorrer do depoimento, para que seja notado qualquer sinal de insegurança ou desconfiança do ambiente e para promover as adequações necessárias.



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9476796647>

Avulso do PL 5997/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.431, de 2017, estabeleceu normas sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, no âmbito das respectivas competências federativas. Dentre suas importantes previsões está o chamado depoimento especial.

O objetivo primordial do referido depoimento especial é afastar a vítima do cenário de violência, de forma que a narrativa não a revitimiza por meio de questionamentos duvidosos ou da exposição prejudicial à condição de vulnerabilidade.

Assim, o art. 9º a referida Lei assegura que a vítima será resguardada de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento. Além disso, o art. 12, § 3º, propõe que o profissional que executa o depoimento especial deverá comunicar quando a presença do acusado na sala de audiência prejudique o depoimento ou ponha a vítima em risco, oportunizando a sua retirada.

No entanto, Dalva Vanderlei Tenório alerta – em seu trabalho “*O depoimento especial sob o olhar do Ministério Público*” – que alguns procedimentos adotados no decorrer do relato ainda promovem o contato psicológico da vítima com o acusado, prejudicando a colheita e a fidelidade da narrativa. É sobre esse tipo de procedimento que o presente Projeto de Lei pretende alterar o tratamento dado a matéria.

De acordo Dalva Vanderlei Tenório, a experiência de oitiva dessas vítimas sob o rito do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência tem trazido alguns questionamentos por promover o contato psicológico da vítima com o seu agressor e, assim, prejudicar a livre narrativa em juízo.

Ao estabelecer que deve ser assegurada à vítima a informação das pessoas que estão na sala de observação – entre elas possivelmente o seu



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9476796647>

Avulso do PL 5997/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/23530.28067-07

agressor – e de que a conversa estará sendo transmitida para a outra sala, promove-se o contato psicológico da vítima com o acusado, trazendo danos ao depoimento e à criança ou adolescente. Ademais, é certo que, em geral, os direitos e garantias das vítimas devem ser a elas comunicados para que se sintam seguras na sala de depoimento, mas tais informações precisam considerar a idade e a realidade concreta daquela criança ou adolescente.

Assim, sugerimos mudanças na regra do art. 9º, da Lei nº 13.431, de 2017, para estabelecer que: *“a criança ou o adolescente será resguardado de qualquer tipo de contato físico, visual ou psicológico com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento”*.

No art.12 da citada Lei, propõe-se acrescentar um novo § 3º-A, para determinar que: *“O profissional especializado avaliará se a apresentação do ambiente, a menção ao registro audiovisual, a menção à existência de pessoas na sala de observação ou de audiência, ou a apresentação dos seus direitos causam intimidação ou repressão ao depoente, caso em que referidos atos serão dispensados”*.

Igualmente sugerimos que seja tornado expresso que *“Não devem ser dirigidas ao depoente perguntas relacionadas à permanência ou não do autor na sala de audiência, devendo a decisão sobre a sua permanência ficar sob o crivo do profissional especializado, na forma do §3º”* (§ 3º-B) e que *“É dever do profissional especializado a observação atenciosa da vítima ou da testemunha no decorrer do depoimento, para que seja notado qualquer sinal de insegurança ou desconfiança do ambiente e para promover as adequações necessárias”* (§ 3º-C)

Cremos que com essas inovações combateremos o contato psicológico prejudicial do autor do fato com as vítimas, durante o depoimento especial, e aprimoraremos o sistema de direitos e garantias de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9476796647>

Avulso do PL 5997/2023 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.431, de 4 de Abril de 2017 - LEI-13431-2017-04-04 - 13431/17

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13431>

- art9

- art12





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6011, DE 2023

Altera a Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015.

**AUTORIA:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6011/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO  
**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

SF/23249.96200-50

Altera a Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994 e a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Esta lei altera a Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994 e a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, que dispõe, respectivamente, sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Código de Processo Civil, regulamentando as disposições legais sobre honorários advocatícios nos respectivos diplomas legais.

**Art. 2º.** A Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22-B. É dever do Poder Judiciário assegurar com absoluta prioridade a expedição dos respectivos alvará, Requisição de Pequeno Valor (RPV) e precatórios quando versarem sobre pagamento de honorários advocatícios.”

**Art. 3º.** A Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 85-A. A garantia da prioridade que se refere o artigo 22-B da Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994 compreende:

- I. Precedência de atendimento no Poder Judiciário;
- II. Preferência na formulação e na execução dos atos processuais concernentes à expedição de alvará, Requisição De Pequeno Valor (RPV) e precatórios;
- III. A preferência é quanto à expedição dos alvarás, RPV e precatórios de honorários advocatícios e não no pagamento de precatórios e RPV;
- IV. A advocacia tem direito antes do recesso forense de ter expedido com prioridade seus respectivos alvará, Requisição De Pequeno Valor (RPV) e precatórios quanto aos seus honorários advocatícios.”



Assinado eletronicamente por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4381245792>

Avulso do PL 6011/2023 [2 de 4]



**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O projeto visa a tipificação da necessidade de garantia de pagamento com prioridade dos alimentos para aqueles que fazem o Poder Judiciário funcionar efetivamente que é a advocacia.

A advocacia de todo o País enfrenta uma verdadeira crise, sem precedentes em nossa história. O esforço da tipificação é no exato sentido de atender à necessidade dos colegas da advocacia.

A priorização da emissão de alvarás, RPV e precatórios de honorários advocatícios é uma medida extremamente necessária, ainda mais neste final de ano com o recesso forense se aproximando. Precisamos que as dificuldades enfrentadas pela advocacia sejam minimizadas com uma célere liberação destes valores que tem natureza alimentar para a advocacia.

É importante colocar que a prioridade é na expedição do respectivo alvará, RPV e precatório de honorários advocatícios e não sobre prioridade de pagamento de RPV e precatórios.

Pelo exposto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para a aprovação dessa importante inovação em nossa legislação.

Sala das Sessões,

Senador Zequinha Marinho  
Podemos/PA



Assinado eletronicamente por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4381245792>

Avulso do PL 6011/2023 [3 de 4]





## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994 - Estatuto da OAB; Estatuto da Advocacia; Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (1994) - 8906/94  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1994:8906>  
- art22-2
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015:13105>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6012, DE 2023

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

**AUTORIA:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6012/2023 [1 de 6]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece melhores condições de sustentabilidade ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), tornando-o política oficial de crédito permanente no tratamento diferenciado e favorecido aos pequenos negócios.

**Art. 2º** Fica revogado o § 2º do art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

**Art. 3º** Fica revogado o § 4º do art. 2º da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –  
Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
51)3303-6446



E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)

Assinado eletronicamente por Sen. Esperidião Amin e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5395974993>

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centi  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

Avulso do PL 6012/2023 [2 de 6]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## JUSTIFICAÇÃO

Em 2020, o governo federal fortaleceu sua política de concessão de garantias voltadas às micro e pequenas empresas, por meio da criação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O Programa, inicialmente concebido como uma iniciativa temporária no âmbito das ações de combate aos efeitos da pandemia, foi um sucesso. No ano seguinte à criação do programa, o Senador Jorginho Mello apresentou o PL nº 3.188, de 2021, com um nobre objetivo: conferir melhores condições de sustentabilidade ao Programa, que já havia se tornado uma política permanente após a aprovação da Lei nº 14.161, de 2021.

Como destacou o Senador na Justificação,

O PRONAMPE foi um dos mais efetivos programas de crédito com o objetivo de estimular o crédito para as micro e pequenas empresas. Foram mais de 60,7 bilhões de créditos ofertados a mais de 826 mil empresas no Brasil. O PRONAMPE salvou milhares de empresas e, automaticamente, milhares de empregos.

Em sua versão original, o PL nº 3.188, de 2021, tinha por objetivo manter permanentemente os recursos aportados pela União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), responsável por garantir as operações de crédito no âmbito do Pronampe. Durante a sua tramitação, contudo, essa lógica foi alterada: ao invés de manter os recursos extraordinários para garantir novas operações no Pronampe como política permanente, o novo texto propôs estender, até 2025, o prazo para devolução dos recursos à União. Esse texto foi, posteriormente, aprovado na forma da Lei nº 14.348, de 2022.

Acreditamos, contudo, que as razões que motivaram a apresentação do PL nº 3.188, de 2021, em sua versão original, permanecem extremamente meritórias. Apesar de representar um avanço, à época, a

### Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –  
Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF

(51)3303-6446



E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)

Assinado eletronicamente por Sen. Esperidião Amin e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5395974993>

### Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centi  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

Avulso do PL 6012/2023 [3 de 6]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

aprovação da Lei ° 14.348, de 2022, limitou a disponibilidade de recursos do Pronampe somente até 2024. Na ausência de novos aportes no programa, há o risco de que o Programa fique inoperante, a partir de 2025.

Por este motivo, julgamos fundamental prever, em Lei, que os recursos recuperados, no âmbito do Pronampe, fiquem permanentemente disponíveis no Fundo Garantidor de Operações (FGO) e possam ser utilizados para a cobertura de novos empréstimos. O objetivo aqui é claro: aumentar a disponibilidade de recursos para o financiamento de operações de micro e pequenas empresas, reduzindo seu custo de financiamento e estimulando seu desenvolvimento.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares a esta relevante proposição.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

Senador **JORGE SEIF**

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –  
Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
51)3303-6446



E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)

Assinado eletronicamente por Sen. Esperidião Amin e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5395974993>

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centi  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

Avulso do PL 6012/2023 [4 de 6]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/23459.24781-10

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –  
Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
(51)3303-6446

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)

Assinado eletronicamente por Sen. Esperidião Amin e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5395974993>**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centi  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

Avulso do PL 6012/2023 [5 de 6]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.999, de 18 de Maio de 2020 - LEI-13999-2020-05-18 - 13999/20  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;13999>
  - art6\_par2
- Lei nº 14.161, de 2 de Junho de 2021 - LEI-14161-2021-06-02 - 14161/21  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14161>
  - art2\_par4
- Lei nº 14.348, de 25 de Maio de 2022 - LEI-14348-2022-05-25 - 14348/22  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14348>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6016, DE 2023

Dá poder liberatório aos precatórios da União, nas circunstâncias que especifica.

**AUTORIA:** Senador Wilder Moraes (PL/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6016/2023 [1 de 5]







Senado Federal  
Gabinete do Senador Wilder Morais

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Dá poder liberatório aos precatórios da União, nas circunstâncias que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os precatórios da União, até o limite de que trata o § 20 do art. 100 da Constituição Federal, terão poder liberatório em relação às dívidas contraídas anteriormente à sua expedição pelo titular, pessoa física ou jurídica, perante instituições financeiras federais.

Parágrafo único. Considera-se federal a instituição financeira controlada direta ou indiretamente pela União.

**Art. 2º** Extinta a obrigação em relação ao titular do precatório, a instituição financeira fica sub-rogada no crédito.

§ 1º Se parcial a sub-rogação, terão a mesma preferência que o precatório original tanto a parcela sub-rogada quanto a remanescente, vedada em qualquer caso a conversão de uma ou outra em requisição de pequeno valor.

§ 2º Reputa-se sob condição resolutiva a extinção operada na pendência de ação rescisória, ou antes de findo o prazo para sua propositura.

§ 3º Para a efetivação do disposto no *caput* deste artigo, será dada imediata ciência à Advocacia-Geral da União e ao Presidente do Tribunal que tiver expedido o precatório.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia útil do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Morais

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9096607095>

Avulso do PL 6016/2023 [2 de 5]



## JUSTIFICAÇÃO

O art. 100, §11, I, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021, facultou ao credor da União que utilizasse seus precatórios para a quitação de débitos com o próprio ente ou, subsidiariamente, com sua administração autárquica e fundacional. Essa garantia mínima já é bastante salutar, mas entendemos que se deva ir além, estendendo a possibilidade também para bancos públicos federais. Isso muito facilitará a vida do cidadão, permitindo-lhe, por exemplo, saldar empréstimos e financiamentos.

Algumas cautelas foram necessárias para garantir a compatibilidade da proposta com a disciplina constitucional. Primeiro, para que não se configurasse uma antecipação de pagamento, com burla à fila, tivemos por bem explicitar que a dívida a saldar deveria ser anterior à expedição do precatório. Além disso, há de se respeitar o limite de valor a partir do qual o próprio pagamento do precatório se daria de forma parcelada, nos termos do art. 100, § 20, da Constituição Federal.

Mais ainda, tivemos o cuidado de consignar que, quando a utilização do precatório fosse apenas parcial, a redução de valor daí advinda não poderia ser usada para conferir preferência adicional alguma à parcela restante; do contrário, haveria burla à vedação constitucional de fracionamento. O mesmo, aliás, vale para a parcela que a instituição financeira haverá de receber, que não poderá ser adiantada pela União, havendo de ser paga no tempo próprio.

Finalmente, por óbvio, caso o precatório venha posteriormente a ser desconstituído em ação rescisória, a dívida original será restaurada.

Erigidas essas cautelas, pensamos que um regramento simples, como o ora proposto, é o que propiciará mais célere tramitação, permitindo aos cidadãos usufruir logo da segurança jurídica advinda da regulação da matéria. Dessa forma, pedimos o apoio dos nobres pares pela expedita aprovação.

Sala das Sessões,

Senador WILDER MORAIS



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9096607095>

Avulso do PL 6016/2023 [3 de 5]



3

SF/23966.48369-97



Assinado eletronicamente por Sen. Wilder Mraiz  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9096607095>

Avulso do PL 6016/2023 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art100\_par20

- Emenda Constitucional nº 113, de 2021 - EMC-113-2021-12-08 - 113/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2021;113>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 6024, DE 2023

Acrescenta os §§ 9º, 10 e 11 ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para destinar parte do auxílio-reclusão devido aos dependentes do segurado de baixa renda à família da vítima do ato ilícito praticado pelo segurado.

**AUTORIA:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 6024/2023 [1 de 4]



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

Acrescenta os §§ 9º, 10 e 11 ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para destinar parte do auxílio-reclusão devido aos dependentes do segurado de baixa renda à família da vítima do ato ilícito praticado pelo segurado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 9º, 10 e 11:

“**Art. 80.** .....

§ 9º É devido 30% (trinta por cento) do benefício previsto neste artigo à vítima do ato ilícito praticado pelo segurado, observado o disposto no art. 33 desta Lei em prol dos dependentes do segurado de baixa renda.

§ 10. Em caso de mais de uma vítima, o percentual do § 9º será dividido em partes iguais entre elas.

§ 11. Falecendo a vítima em decorrência do ato ilícito praticado pelo segurado, o percentual previsto no § 9º será devido aos seus herdeiros, na forma da legislação que disciplina a matéria.”

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Plínio Valério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3997937313>

Avulso do PL 6024/2023 [2 de 4]



## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio-reclusão é o benefício devido aos dependentes do segurado de baixa renda que foi recolhido ao cárcere em decorrência da prática de crime que o submeta à prisão em regime fechado.

Trata-se de proteção social devida à família do segurado, para que ela não tenha a sua subsistência comprometida, ante a prisão daquele que é, muitas vezes, a única fonte de renda do núcleo familiar.

A concessão do referido benefício, apesar de prevista no art. 201 da Carta Magna, não pode desconsiderar a sua origem, qual seja, o crime perpetrado pelo segurado.

O referido ato ilícito, a toda evidência, gera consequências sobre a esfera jurídica da vítima e de seus familiares, que não podem ficar à margem da proteção social conferida pela Carta Magna.

Por isso, como medida de justiça, propõe-se este projeto de lei, a fim de que parte do auxílio-reclusão seja destinada à vítima do crime cometido pelo segurado (ou à sua família, em caso de falecimento), garantindo-se aos dependentes do segurado o recebimento do piso de um salário-mínimo, na forma prevista no art. 33 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Solicitamos aos Senhores Senadores e às Senhoras Senadoras o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador PLÍNIO VALÉRIO



mq2023-13071  
Assinado eletronicamente por Sen. Plínio Valério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3997937313>

Avulso do PL 6024/2023 [3 de 4]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>

- art33

- art80

Avulso do PL 6024/2023 [4 de 4]





# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1105, DE 2023

Requer voto de aplauso à Igreja Assembleia de Deus em Campina Grande, pela comemoração de seu primeiro centenário.

**AUTORIA:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 1105/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

## REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Igreja Assembléia de Deus em Campina Grande, pela comemoração de seu primeiro centenário.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

## JUSTIFICAÇÃO

À medida que a Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Campina Grande se aproxima de seu centenário no início de 2024, é oportuno reconhecer e aplaudir o papel inestimável que esta instituição tem desempenhado em nossa sociedade. Ao longo de seus cem anos, a Assembleia de Deus tem sido uma força vital na comunidade, contribuindo significativamente para a libertação de mentes e vidas. Muitas pessoas, que por variados motivos se encontravam afastadas de Deus, encontraram na igreja um refúgio e um caminho de volta para a fé e a esperança.

A dedicação e o trabalho incansável dos pastores e líderes da Assembleia de Deus têm sido fundamentais não apenas na reconstrução das vidas individuais, mas também na formação de uma sociedade mais forte e coesa. Em tempos especialmente conturbados como os que vivemos, o papel destes líderes torna-se ainda mais crucial, agindo como pilares de força e orientação para muitos.

Além disso, as grandes obras realizadas pela Assembleia de Deus têm gerado frutos duradouros em nosso estado. Através das mãos de pastores,



evangelistas, diáconos e todos os que compõem a densa história desta instituição, observamos um impacto profundo e abrangente. A influência da igreja estende-se para além das suas paredes, permeando diversas esferas da vida comunitária e individual.

Portanto, ao considerar o significativo legado da Assembleia de Deus de Campina Grande, é mais do que justo que lhe seja concedido um voto de aplausos. Este reconhecimento serve não apenas como uma celebração de suas realizações passadas, mas também como um incentivo para que continue sua missão vital de serviço, orientação espiritual e contribuição social nos anos que virão.

Sala das Sessões,        de        de        .

**Senadora Daniella Ribeiro**  
**(PSD - PB)**



Apresentado o Requerimento nº 1.105, de 2023, da Senadora Daniella Ribeiro, *solicitando a inserção em ata de voto de aplauso à Igreja Assembleia de Deus em Campina Grande, pela comemoração de seu primeiro centenário.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 1106, DE 2023

Requer voto de Repúdio ao Presidente Lula, pelas afirmações proferidas durante sua participação na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 28).

**AUTORIA:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 1106/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelas afirmações proferidas durante sua participação na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 28), ao equiparar o Congresso Nacional a uma “raposa cuidando do galinheiro”.

**JUSTIFICAÇÃO**

É com profunda consternação e veemente repúdio que, enquanto representante eleito da nação no Senado Federal, me manifesto contra as recentes declarações proferidas pelo Excelentíssimo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sua participação na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 28). As afirmações do Presidente, ao equiparar o Congresso Nacional a uma “raposa cuidando do galinheiro”, especialmente no que tange ao debate do Marco Temporal, constituem uma afronta inaceitável à dignidade e à autoridade do Poder Legislativo brasileiro.

O Congresso Nacional, composto por membros legitimamente eleitos pelo povo brasileiro, desempenha um papel indispensável na estrutura democrática do país, zelando pela criação de legislações equânimes que resguardam a liturgia de direitos iguais, a estabilidade jurídica e a inviolabilidade do direito de propriedade. As declarações do Chefe de Estado, ao vilipendiar esta instituição democrática, representam um menosprezo flagrante ao princípio da separação dos poderes e à própria essência da democracia representativa.

Avulso do RQS 1106/2023 [2 de 3]



Ademais, ao projetar uma imagem de criminalização da produção rural brasileira em um palco internacional de extrema relevância, o Presidente não somente debilita a posição geopolítica do Brasil, mas também desrespeita as inúmeras famílias que, com seu labor incansável, sustentam a economia nacional e contribuem significativamente para a segurança alimentar global. Estas declarações constituem um desdém às vidas e aos esforços diários dos trabalhadores rurais brasileiros.

A menção do Presidente sobre uma suposta preferência pela deliberação do Supremo Tribunal Federal em detrimento do diálogo com o Parlamento Brasileiro evidencia uma tendência alarmante à concentração de poder, algo categoricamente inadmissível em um regime democrático. Outrossim, suas observações acerca do crescimento da extrema direita e da suposta unilateralidade da democracia sob sua gestão são preocupantes, pois sugerem uma intolerância à pluralidade de opiniões e à liberdade de expressão, pilares fundamentais de nossa sociedade.

Diante desses fatos, reitero meu inabalável compromisso com os princípios da democracia, da justiça e com os interesses supremos do povo brasileiro. Asseguro que permanecerei resiliente e atuante na defesa dos valores nacionais, priorizando sempre as necessidades e o bem-estar de todos os cidadãos desta grande nação, sem distinção.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2023.

**Senador Jorge Seif**  
**(PL - SC)**  
**Vice-Líder do Partido Liberal**







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1107, DE 2023

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Luiz Alberto dos Santos.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 1107/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do senador Paulo Paim

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar aos familiares e amigos, pelo falecimento do ex-deputado federal Luiz Alberto Silva dos Santos.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

## JUSTIFICAÇÃO

O ex-deputado federal Luiz Alberto, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), faleceu aos 70 anos nesta quarta-feira (13) em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, vítima de um infarto. Ele exerceu o cargo de deputado federal nos anos de 2001 a 2015 e, atualmente, era assessor especial na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia.

Luiz Alberto foi fundamental na fundação do PT na Bahia e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), destacando-se também como um dos maiores líderes do movimento negro brasileiro. Sua trajetória foi marcada por um comprometimento notável com causas humanitárias e progressistas. Trabalhamos juntos na defesa e aprovação de várias iniciativas, como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, que desempenham um papel essencial na promoção dos direitos humanos e na luta contra discriminações, preconceitos e racismo, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Avulso do RQS 1107/2023 [2 de 3]



A história de Luiz Alberto permanecerá na memória coletiva do país e de todos os movimentos sociais. Sua incansável luta por igualdade de direitos e oportunidades será eternizada na voz das gerações presentes e futuras. Expressamos nossa solidariedade e pêsames aos familiares, amigos e colegas de causas e lutas nobres. Que os ideais deste grande brasileiro, Luiz Alberto, permaneçam vivos por muitas gerações.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2023.

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**



Apresentado o Requerimento nº 1.107, de 2023, do Senador Paulo Paim, *solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Luiz Alberto dos Santos*.

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2023

Requer a retirada definitiva do Requerimento nº 892/2023.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 1108/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/23971.11698-84 (LexEdit)

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 892/2023, que “requer oitiva da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 1440/2019”.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Humberto Costa**

Avulso do RQS 1108/2023 [2 de 2]



Foi apresentado Requerimento nº 1.108, de 2023, do Senador Humberto Costa, de retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 892, de 2023.

A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Requerimento nº 892, de 2023, ao Arquivo.





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1109, DE 2023

Requer a inclusão de apoio ao Recurso nº 16/2023.

**AUTORIA:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 1109/2023 [1 de 2]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Carlos Portinho

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do meu apoio ao R.S n. 16/2023 (registrado sob o sedol n ° SF/23935.76928-77), que tem como primeiro signatário o Senador Zequinha Marinho.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2023.

**Senador Carlos Portinho**  
(PL - RJ)





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1110, DE 2023

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 54/2021, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 1110/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/23087.59888.30 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 54/2021, que “institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 14.075, de 22 de outubro de 2020”.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2023.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)

Página: 1/1 13/12/2023 20:57:53

ce903ba12ed63895724138ac23e0b641fb96d747

Avulso do RQS 1110/2023 [2 de 2]



Foi apresentado o Requerimento nº 1.110, de 2023, de autoria de líderes, que solicita urgência para o Projeto de Lei nº 54, de 2021, nos termos dos arts. 336, II e 338, II do Regimento Interno.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 28, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5497/2019, que “altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras”.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 28/2023 - CCDD [1 de 2]



**REQ  
00028/2023**

SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CCDD**

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5497/2019, que “altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras”.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2023.

**Senador Humberto Costa**  
**(PT - PE)**

Avulso do REQ 28/2023 - CCDD [2 de 2]





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 29, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1049/2022, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar o rol de crimes o Crime de Extorsão Digital”.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 29/2023 - CCDD [1 de 2]



**REQ  
00029/2023**

SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº       DE       - CCDD**

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1049/2022, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital”.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2023.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**

Avulso do REQ 29/2023 - CCDD [2 de 2]





COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel\*  
PT - Jaques Wagner\*  
PSD - Otto Alencar\*\*

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze\*  
PT - Paulo Paim\*  
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão\*\*

Amazonas

MDB - Eduardo Braga\*  
PSDB - Plínio Valério\*  
PSD - Omar Aziz\*\*

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho\* (S)  
PL - Flávio Bolsonaro\*  
PL - Romário\*\*

Ceará

PDT - Cid Gomes\*  
NOVO - Eduardo Girão\*  
PT - Camilo Santana\*\*

Paraná

PSB - Flávio Arns\*  
PODEMOS - Oriovisto Guimarães\*  
UNIÃO - Sergio Moro\*\*

Maranhão

PSD - Eliziane Gama\*  
PDT - Weverton\*  
PSB - Ana Paula Lobato\*\* (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro\*  
MDB - Veneziano Vital do Rêgo\*  
UNIÃO - Efraim Filho\*\*

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar\*  
PSD - Sérgio Petecão\*  
UNIÃO - Alan Rick\*\*

Pará

MDB - Jader Barbalho\*  
PODEMOS - Zequinha Marinho\*  
PT - Beto Faro\*\*

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato\*  
PODEMOS - Marcos do Val\*  
PL - Magno Malta\*\*

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad\*  
PODEMOS - Soraya Thronicke\*  
PP - Tereza Cristina\*\*

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire\* (S)  
PT - Humberto Costa\*  
PT - Teresa Leitão\*\*

Piauí

PP - Ciro Nogueira\*  
MDB - Marcelo Castro\*  
PSD - Jussara Lima\*\* (S)

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas\*  
PDT - Leila Barros\*  
REPUBLICANOS - Damares Alves\*\*

São Paulo

MDB - Giordano\* (S)  
PSD - Mara Gabrilli\*  
PL - Astronauta Marcos Pontes\*\*

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim\*  
PSD - Zenaide Maia\*  
PL - Rogerio Marinho\*\*

Rondônia

MDB - Confúcio Moura\*  
PL - Marcos Rogério\*  
PL - Jaime Bagattoli\*\*

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana\*  
PSD - Rodrigo Pacheco\*  
REPUBLICANOS - Cleitinho\*\*

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin\*  
MDB - Ivete da Silveira\* (S)  
PL - Jorge Seif\*\*

Tocantins

PL - Eduardo Gomes\*  
PSD - Irajá\*  
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra\*\*

Goiás

PSB - Jorge Kajuru\*  
PSD - Vanderlan Cardoso\*  
PL - Wilder Morais\*\*

Alagoas

MDB - Renan Calheiros\*  
PODEMOS - Rodrigo Cunha\*  
MDB - Renan Filho\*\*

Amapá

PSD - Lucas Barreto\*  
REDE - Randolfe Rodrigues\*  
UNIÃO - Davi Alcolumbre\*\*

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro\*  
UNIÃO - Jayme Campos\*  
PL - Wellington Fagundes\*\*

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira\*  
PT - Rogério Carvalho\*  
PP - Laércio Oliveira\*\*

Roraima

PSB - Chico Rodrigues\*  
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus\*  
PP - Dr. Hiran\*\*

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA**

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

**Bloco Parlamentar Democracia - 30**  
**MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-7 / PDT-3**  
**PSDB-2**

Alan Rick. . . . . UNIÃO / AC  
Alessandro Vieira. . . . . MDB / SE  
Carlos Viana. . . . . PODEMOS / MG  
Cid Gomes. . . . . PDT / CE  
Confúcio Moura. . . . . MDB / RO  
Davi Alcolumbre. . . . . UNIÃO / AP  
Eduardo Braga. . . . . MDB / AM  
Efraim Filho. . . . . UNIÃO / PB  
Fernando Dueire. . . . . MDB / PE  
Giordano. . . . . MDB / SP  
Ivete da Silveira. . . . . MDB / SC  
Izalci Lucas. . . . . PSDB / DF  
Jader Barbalho. . . . . MDB / PA  
Jayme Campos. . . . . UNIÃO / MT  
Leila Barros. . . . . PDT / DF  
Marcelo Castro. . . . . MDB / PI  
Marcio Bittar. . . . . UNIÃO / AC  
Marcos do Val. . . . . PODEMOS / ES  
Orioivisto Guimarães. . . . . PODEMOS / PR  
Plínio Valério. . . . . PSDB / AM  
Professora Dorinha Seabra. . . . . UNIÃO / TO  
Renan Calheiros. . . . . MDB / AL  
Renan Filho. . . . . MDB / AL  
Rodrigo Cunha. . . . . PODEMOS / AL  
Sergio Moro. . . . . UNIÃO / PR  
Soraya Thronicke. . . . . PODEMOS / MS  
Styverson Valentim. . . . . PODEMOS / RN  
Veneziano Vital do Rêgo. . . . . MDB / PB  
Weverton. . . . . PDT / MA  
Zequinha Marinho. . . . . PODEMOS / PA

**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28**  
**PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1**

Ana Paula Lobato. . . . . PSB / MA  
Angelo Coronel. . . . . PSD / BA  
Beto Faro. . . . . PT / PA  
Camilo Santana. . . . . PT / CE  
Carlos Fávaro. . . . . PSD / MT  
Chico Rodrigues. . . . . PSB / RR  
Daniella Ribeiro. . . . . PSD / PB  
Eliziane Gama. . . . . PSD / MA  
Fabiano Contarato. . . . . PT / ES  
Flávio Arns. . . . . PSB / PR  
Humberto Costa. . . . . PT / PE  
Irajá. . . . . PSD / TO  
Jaques Wagner. . . . . PT / BA  
Jorge Kajuru. . . . . PSB / GO  
Jussara Lima. . . . . PSD / PI  
Lucas Barreto. . . . . PSD / AP  
Mara Gabrilli. . . . . PSD / SP  
Nelsinho Trad. . . . . PSD / MS  
Omar Aziz. . . . . PSD / AM  
Otto Alencar. . . . . PSD / BA  
Paulo Paim. . . . . PT / RS  
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP  
Rodrigo Pacheco. . . . . PSD / MG

Rogério Carvalho. . . . . PT / SE  
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC  
Teresa Leitão. . . . . PT / PE  
Vanderlan Cardoso. . . . . PSD / GO  
Zenaide Maia. . . . . PSD / RN

**Bloco Parlamentar Vanguarda - 13**  
**PL-12 / NOVO-1**

Astronauta Marcos Pontes. . . . . PL / SP  
Carlos Portinho. . . . . PL / RJ  
Eduardo Girão. . . . . NOVO / CE  
Eduardo Gomes. . . . . PL / TO  
Flávio Bolsonaro. . . . . PL / RJ  
Jaime Bagattoli. . . . . PL / RO  
Jorge Seif. . . . . PL / SC  
Magno Malta. . . . . PL / ES  
Marcos Rogério. . . . . PL / RO  
Rogerio Marinho. . . . . PL / RN  
Romário. . . . . PL / RJ  
Wellington Fagundes. . . . . PL / MT  
Wilder Moraes. . . . . PL / GO

**Bloco Parlamentar Aliança - 10**  
**PP-6 / REPUBLICANOS-4**

Ciro Nogueira. . . . . PP / PI  
Cleitinho. . . . . REPUBLICANOS / MG  
Damares Alves. . . . . REPUBLICANOS / DF  
Dr. Hiran. . . . . PP / RR  
Esperidião Amin. . . . . PP / SC  
Hamilton Mourão. . . . . REPUBLICANOS / RS  
Laércio Oliveira. . . . . PP / SE  
Luís Carlos Heinze. . . . . PP / RS  
Mecias de Jesus. . . . . REPUBLICANOS / RR  
Tereza Cristina. . . . . PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia. . . . .	30
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. . . . .	28
Bloco Parlamentar Vanguarda. . . . .	13
Bloco Parlamentar Aliança. . . . .	10
<b>TOTAL. . . . .</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Camilo Santana** (PT-CE)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Filho** (MDB-AL)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Luís Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

## Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

#### 1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

#### 2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

#### 3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

#### 4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Mara Gabrilli - (PSD-SP)

**2º** Ivete da Silveira - (MDB-SC)

**3º** Dr. Hiran - (PP-RR)

**4º** Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 30</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Efraim Filho - UNIÃO</b> (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36) .....</p> <p><b>Líder do MDB - 11</b> <b>Eduardo Braga</b> (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p><b>Líder do UNIÃO - 7</b> <b>Efraim Filho</b> (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 7</b> <b>Oriovisto Guimarães</b> (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Cid Gomes</b> (14)</p> <p><b>Líder do PSDB - 2</b> <b>Izalci Lucas</b> (5)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - PSD</b> (28) .....</p> <p><b>Líder do PSD - 15</b> <b>Otto Alencar</b> (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (50)</p> <p><b>Líder do PT - 8</b> <b>Fabiano Contarato</b> (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (51,55,56)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Jorge Kajuru</b> (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (53) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (49) .....</p> <p><b>Líder do PL - 12</b> <b>Carlos Portinho</b> (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> (18,24)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,3,13,33) .....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b> <b>Tereza Cristina</b> (12)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38) Augusta Brito (51,55,56)</p>	<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rogério Marinho - PL</b> (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,3,13,33)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (16)</p>	<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Daniella Ribeiro - PSD</b> (40,41) Vice-Líder Jussara Lima (47)</p>

- Notas:**
- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
  - Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
  - Em 01.02.2023, o Senador **Oriovisto Guimarães** foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).



10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
50. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
51. Em 22.09.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 129/2023-GSFCONTA).
52. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
53. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
54. Em 21/11/2023, a Senadora Margareth Buzetti foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
55. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
56. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

**Finalidade:** destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Designação:** 22/06/2016  
**Leitura:** 13/07/2016  
**Instalação:** 12/07/2016

MEMBROS
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes  
**Telefone(s):** 61 3303 3514  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

### MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO





3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).  
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** [cehv@senado.leg.br](mailto:cehv@senado.leg.br)



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS

**Finalidade:** destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(4)</sup>

Instalação: 28/11/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1,3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,3)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	8. VAGO <sup>(1,2)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

- Notas:**
- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
  - Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destituiu o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
  - Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
  - Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** rprado@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

**Finalidade:** examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 16/08/2023

**Prazo final:** 14/12/2023

**Prazo prorrogado:** 23/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
- Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
- Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

**Finalidade:** apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

**PRESIDENTE:** Luis Felipe Salomão <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Marco Aurélio Belizze <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Flavio Tartuce <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Rosa Maria de Andrade Nery <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 04/09/2023

### MEMBROS

Luis Felipe Salomão <sup>(2)</sup>
Marco Aurélio Belizze <sup>(2)</sup>
Flavio Tartuce <sup>(2)</sup>
Rosa Maria de Andrade Nery <sup>(2)</sup>
Marco Buzzi <sup>(2)</sup>
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues <sup>(2)</sup>
Cesar Asfor Rocha <sup>(2)</sup>
João Otávio de Noronha <sup>(2)</sup>
Angelica Lucia Carlini <sup>(2)</sup>
Carlos Eduardo Elias de Oliveira <sup>(2)</sup>
Claudia Lima Marques <sup>(2)</sup>
Daniel Carnio <sup>(2)</sup>
Edvaldo Brito <sup>(2)</sup>
Flavio Galdino <sup>(2)</sup>
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka <sup>(2)</sup>
Gustavo José Mendes Tepedino <sup>(2)</sup>
José Fernando Simão <sup>(2)</sup>
VAGO <sup>(2,4)</sup>
Laura Porto <sup>(2)</sup>
Marcelo de Oliveira Milagres <sup>(2)</sup>
Marco Aurélio Bezerra de Melo <sup>(2)</sup>
Marcus Vinicius Furtado Coêlho <sup>(2)</sup>
Mario Luiz Delgado Régis <sup>(2)</sup>
Maria Berenice Dias <sup>(2)</sup>
Moacyr Lobato de Campos Filho <sup>(2)</sup>
Nelson Rosenvald <sup>(2)</sup>
Pablo Stolze Gagliano <sup>(2)</sup>
Patrícia Carrijo <sup>(2)</sup>
Paula Andrea Forgioni <sup>(2)</sup>
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch <sup>(2)</sup>
Ricardo Campos <sup>(2)</sup>
Rolf Madaleno <sup>(2)</sup>
Rogério Marrone Castro Sampaio <sup>(2)</sup>
Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho <sup>(2)</sup>
Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk <sup>(3)</sup>
Laura Schertel Mendes <sup>(3)</sup>
Maria Cristina Paiva Santiago <sup>(4)</sup>



---

Estela Aranha (4)

---

**Notas:**

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)
2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).
3. Em 06.09.2023, o Senhor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e a Senhora Laura Schertel Mendes foram designados membros desta comissão (ATO nº 12, de 2023).
4. Em 19.09.2023, a Senhora Judith Martins-Costa deixa de compor a comissão, e as Senhoras Maria Cristina Paiva Santiago e Estela Aranha foram designadas membros desta comissão (ATO nº 13, de 2023).

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** codcivil@senado.leg.br



**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO  
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**

**Finalidade:** planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 12/12/2023

**Prazo final:** 17/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.

2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A  
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

**Finalidade:** verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

**Finalidade:** investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes  
**PRESIDENTE:** Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(9)</sup>  
**RELATOR:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 05/04/2023  
**Instalação:** 14/06/2023  
**Prazo final:** 23/10/2023  
**Prazo final prorrogado:** 19/12/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,2)</sup>	1. VAGO <sup>(1,2,10)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1,12)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)</b>	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(7,8)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(7)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(7)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(7)</sup>	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(7)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(6)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(4,11)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3,5,13)</sup>

**Notas:**  
1. Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).  
2. Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).  
3. Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).  
4. Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).  
5. Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).
7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLREDEM).
8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLREDEM).
9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagattolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).
10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).
12. Em 22.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 131/2023-BLDEM).
13. Em 24.10.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 56/2023-GABLIID/BLALIAN).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Renata Felix Perez

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cpionsg@senado.leg.br



**2)CPI DA BRASKEM**

**Finalidade:** investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

Requerimento nº 952, de 2023

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(7)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(10)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(9)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(9)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8)</sup>	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.12.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Magno Malta, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 28/2023-GLPL).
2. Em 09.12.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Fernando Farias, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 103/2023-GLMDB).
3. Em 09.12.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 69/2023-GLUNIAO).
4. Em 09.12.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 58/2023-GLPSD).
5. Em 09.12.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 84/2023-GLDPSB).
6. Em 09.12.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 59/2023-GLPSD).
7. Em 11.12.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 72/2023-GLPODEMOS).
8. Em 11.12.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 56/2023-GLPP).
9. Em 11.12.2023, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 57/2023-GLDPT).
10. Em 12.12.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pela liderança do PDT, para compor a comissão (Of. nº 40/2023-GLDPDT).



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

## 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2,26,29)</sup>	5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,11,12,13)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	8. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2,13)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2,16)</sup>	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4,9,10,21)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,25,31)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4,15,19,30)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,10)</sup>	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(7)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(18,20)</sup>	10. <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,17,23,24,27,28)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,22,32)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.

7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDM).

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDM).

10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).

11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).

13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).

17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).

19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDM).

20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDM).

21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDM).

22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG).

23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).

24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG).

25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDM).

26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM).

27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG).

28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG).

29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM).

30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDM).

31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM).

32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA**

**Finalidade:** opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

**(Requerimento 160, de 2023 - CAE)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano  
**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19  
**Telefone(s):** 6133033516  
**E-mail:** cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	8. VAGO (10,14,15,16,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) (7)	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP).

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).

9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLI/BLALIAN).
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG).
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLI/BLALIAN).
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM).
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM).
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS  
**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(5)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
2. Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
3. Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
4. Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS).
5. Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br





**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(25)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,27,29,30,37,50,55,57)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(2,27,29,50,55)</sup>	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5,8,30,37)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,8,13,32,34,44,47)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,8,30,41,57)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,38,40)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2,5,8,18)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,5,8,38,40)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2,15,19)</sup>	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,7,8)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2,8,12,16,19)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,8,28,30,39,41)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(17,18)</sup>	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(17,18,30,39,41,51,52,53)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(3,35,42)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(3,9,20,22)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3,48,49)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3,23,35,42,46)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3,36,42)</sup>	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3,24,31)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(3)</sup>	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(3,56)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(3)</sup>	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(3,5)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(3)</sup>	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,14,43,45)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,14)</sup>	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,10,11)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,21,26,33,54)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10,11)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLI-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLI-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))



38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLREDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLREDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLREDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLREDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM).
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,6,7,8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	7. VAGO <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	10.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,13)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,11,16,19,20)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1,11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(12)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(17,18,21)</sup>	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(17,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1,5,10)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,5,10)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,10)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG).
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG).
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**(Requerimento 56, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

**Finalidade:** debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

**(Requerimento 5, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/03/2023

**Prazo final:** 08/10/2023

**Prazo prorrogado:** 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).
- \*. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares  
**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(13)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,7)</sup>	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,15)</sup>	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2,15)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,11,16)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(11,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,12)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).





14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).

16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. n° 155/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,6,9)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,12)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,8)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. VAGO <sup>(2,10)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(11)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(1,13)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>

### Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023-BLRESDM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))
- Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))

13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

**Secretário(a):** Christiano De Oliveira Emery

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,6)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3,14,16)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14,16)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,8)</sup>	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3,8)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,19,20)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,11,15,17,18)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,5,11)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(5,10,11,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,12)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,12)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP).
10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG).
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA****Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira  
**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7  
**Telefone(s):** 3303-5919  
**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,6,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,10)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,10,14)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,11,13)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,16,17)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,8)</sup>	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,12,15)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,18)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLREDEM).

14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM).

15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG).

16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM).

17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM).

18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br





**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,5,10)</sup>	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,11,12,13)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))
- Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))
- Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(4,13,16)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,5)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,12)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,5)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(3,23,26)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,5)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(3)</sup>	4. VAGO <sup>(3,5,15,22)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,14)</sup>	5. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(11,12,15,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,24,25)</sup>	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,18)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,7,9)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,19)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,20,21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).
9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM).
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG).
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG).
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG).
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM).
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5. VAGO <sup>(10,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(8)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. VAGO <sup>(2,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,11,12)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM).
10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).
12. Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG).
13. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).

**Secretário(a):** Leomar Diniz**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** cct@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(15)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(5)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(6)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(6)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6,13,14)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6,13,14)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(6,9)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(4)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8)</sup>	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(8)</sup>

**Notas:**

- Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDM).
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDM).
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).
- Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM).
- Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD).

**Secretário(a):** Felipe Costa Geraldles

**Telefone(s):** 3303-3491

**E-mail:** cdd@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,23,24)</sup>	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,14,22,25)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,14,20,21)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,14)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(6,14)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(9,14,19,22,25)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,29,30)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,5)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,5,15,18)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,26)</sup>	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2,26)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,16,27,28)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,11,12)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN).
13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG).
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG).
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLRESDM).
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM).
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM).
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM).
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM).
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM).
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM).
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM).
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLRESDM).
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG).
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM).
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br





13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(1)</sup>	4.

**Notas:**

1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor a Comissão (Of. 200/2023-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

**Finalidade:** discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

**(Requerimento 53, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP  
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>  
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(15)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
VAGO <sup>(2,16)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(8)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(11)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(12)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM).

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).

12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD  
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(5)</sup>  
VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,10,11)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(7)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(7)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(7)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(8)</sup>	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(8)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8)</sup>	6. VAGO <sup>(16,22)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1,23,24)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4,13,18)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,13,18)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,13,19)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	6. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(20)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2,17)</sup>	2. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(12,17,21)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(15)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(9,14)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(9)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM).
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM).
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG).
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM).
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM).

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS  
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

**Finalidade:** viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

**(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



**16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp**  
**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(5)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(6,12)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(7,15)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,11)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(10,13,17,18)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8,14,16)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e os Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).
- Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM).
- Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN).
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
- Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos

**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -

**Telefone(s):** 3303-2540

**E-mail:** cesp@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





## CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB, REDE )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**1ª Designação:** 03/12/2001  
**2ª Designação:** 26/02/2003  
**3ª Designação:** 03/04/2007  
**4ª Designação:** 12/02/2009  
**5ª Designação:** 11/02/2011  
**6ª Designação:** 11/03/2013  
**7ª Designação:** 26/11/2015

**Atualização:** 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**4) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

**Número de membros:** 5 titulares

**COORDENADOR:**

**1ª Designação:** 16/11/1995  
**2ª Designação:** 30/06/1999  
**3ª Designação:** 27/06/2001  
**4ª Designação:** 25/09/2003  
**5ª Designação:** 26/04/2011  
**6ª Designação:** 21/02/2013  
**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

**Atualização:** 03/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NAOT  
**Telefone(s):** 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



## 6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL
Atualização: 11/02/2023	

**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---





9) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO  
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

---



10) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



11) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**12) COMENDA REI PELÉ**  
*(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)*

---



13) MEDALHA MARIA QUITÉRIA  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



14) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

